

DILEMAS E CONTESTAÇÕES
DAS JUVENTUDES
NO BRASIL E NO MUNDO

Copyright © 2011 Janice Tirelli Ponte de Sousa e Luís Antonio Groppo

Capa

Tiago Roberto da Silva

sobre El muro (2005), óleo sobre tela de Yamandú Canosa

Editoração eletrônica

Carmen Garcez e Tiago Roberto da Silva

Bibliotecária

Luiza Helena Goulart da Silva

Apoio

Middlebury College (EUA)

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal)

D576

Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo / Janice Tirelli Ponte de Sousa, Luís Antonio Groppo (organizadores) – Florianópolis: UFSC, 2011.

407 p.; 14,8 x 21 cm.

ISBN 978-85-61682-66-8

1. Juventude. 2. Adolescência. I Sousa, Janice Tirelli Ponte de. II Groppo, Luís Antonio

CDD 305.235

2011

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301

Telefone: (48) 3338-8357

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

Impresso no Brasil

JANICE TIRELLI PONTE DE SOUSA
LUÍS ANTONIO GROPPA
(ORGANIZADORES)

DILEMAS E CONTESTAÇÕES
DAS JUVENTUDES
NO BRASIL E NO MUNDO

Florianópolis

2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CONDIÇÃO JUVENIL E MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS JUVENTUDES.....	11
<i>Luís Antonio Groppo</i>	
2. O CONCEITO DE JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM CULTURAL DESSA FASE DA VIDA.....	31
<i>Vitor Machado</i>	
3. A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE JOVENS PROFISSIONAIS DA ESCOLA DE FOTÓGRAFOS DA MARÉ, RJ.....	75
<i>Marilia Salles Falci Medeiros</i>	
4. FORMAÇÃO DE JOVENS PEDIATRAS E O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	105
<i>Augusto Caccia-Bava e Heloisa Bettiol</i>	
5. JUVENTUDE E INTERVENÇÃO SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL, O JOVEM EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA.....	137
<i>Tatiana Menuzzo de Jesus</i>	
6. VIDAS ARRISCADAS: OS JOVENS, O TRÁFICO E O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL	177
<i>Marisa Feffermann</i>	

7. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO EM ANGOLA.....	205
<i>Simão João Samba</i>	
8. APERTANDO O PARAFUSO: A IDEOLOGIA DA ADAPTAÇÃO	251
<i>Giuliano Saneh</i>	
9. CUANDO LA RABIA PRENDE	273
<i>Mario Domínguez e Miguel Ezquiaga</i>	
10. POR ONDE PASSA A POLÍTICA PARA JOVENS CONTESTADORES ESPANHÓIS – PISTAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA.....	301
<i>Janice Tirelli Ponte de Sousa</i>	
11. ARTICULAÇÕES JUVENIS CATÓLICAS DA AMÉRICA LATINA.....	327
<i>Hilário Dick</i>	
12. ATIVISMO, CULTURA DIGITAL E MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA.....	375
<i>Carlos André dos Santos</i>	

APRESENTAÇÃO

Observar e pensar a juventude hoje é, na verdade, encontrar e refletir suas enormes diferenças. Para sermos rigorosos, sempre foi preciso analisar as juventudes no plural. A contemporaneidade torna isto ainda mais obrigatório, tanto a pesquisadores como aos propositores de políticas sociais, entre outros.

O encontro com os jovens sempre significou encarar uma conjunção de inúmeras condições sociais, culturais e históricas. De sujeitos reais, com vontades, desejos, valores, contestações e dilemas.

Fruto de construções humanas concretas e simbólicas, a complexidade da condição dos jovens cresce ainda mais quando consideramos a história, o tempo das sociedades, grupos e indivíduos. Por isso, é preciso ouvir sua voz pela classe social a que pertencem, as relações de gênero e etnia sob as quais se relacionam, a nacionalidade que lhes dá uma pertença de grupo, a religiosidade que os envolve e outros aspectos mais definidores de sua identidade. Pensar as juventudes é, portanto, refletir sobre uma ou algumas de suas faces, um ou alguns de seus conflitos, uma ou algumas das formas como se manifestam nos seus protestos.

É o que esta obra tenta fazer. Distante do retrato de uma juventude em geral, a um tempo abstrata e irreal, e diferente

do levantamento de um grupo juvenil definido, apresentamos ensaios e pesquisas sobre juventudes específicas e experiências relevantes sobre as mesmas, no contexto brasileiro e no mundial. A obra trata de, entre outros, três aspectos muito discutidos sobre as juventudes hoje. Primeiro, a diversidade das suas vivências (no tempo e no espaço). Segundo, a sua inserção nas estruturas da vida social, como produto de uma cultura violenta e como objeto de formação educativa para o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo que a condição de ser jovem tem levado as diferentes juventudes a viverem o tempo presente como experiências, realizações e frustrações, tentativas de superação, desejos, interesses e criações, a racionalidade da vida social mais ampla as tem levado a pensar a questão do futuro. O terceiro aspecto discutido é o da contestação política, a recusa do *establishment*, revelando a consciência de jovens engajados deste mundo que pouco tem a lhes oferecer além da repetição da ordem já definida. Revelando, também, quanto a resposta da violência tem sido um recurso de diálogo com relação às velhas gerações e vem se transformando num recurso refletido de protesto político. Não é por menos que a ilustração escolhida para a capa deste livro sintoniza-se com o pincel do artista Yamandú Canosa, que sugere separação e incomunicabilidade.

Estes aspectos reunidos em textos que desenvolvem abordagens e preocupações de pesquisa diferenciadas nos parecem os pontos positivos desta coletânea, focada na sociabilidade das novas gerações e em seus desdobramentos contemporâneos. O conjunto dessas reflexões somam, certamente, aos estudos sobre a juventude.

Esperamos que os capítulos ofereçam mais uma rica fonte de informações aos que buscam compreender as juventudes e seus dilemas. Esperamos, também, que os próprios jovens possam encontrar-se ou reencontrar-se nesta obra, acatando-

-a e, talvez para nosso bem, criticando-a onde for necessário. Enfim, esperamos que a obra estimule pesquisadores sobre os jovens, e jovens pesquisadores, a avançarem nesse belo e sedento universo de estudo, num momento em que tardiamente, aqui no Brasil, está se concretizando a conquista de seu estatuto social e de direito.

Janice Tirelli Ponte de Sousa

Luís Antonio Groppo

1

CONDIÇÃO JUVENIL E MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE ANÁLISE SOCIOLOGICA DAS JUVENTUDES*

*Luís Antonio Groppo***

1. Subculturas, estilos de vida e diferenças

Classicamente, foram dois os principais modelos sociológicos de análise da juventude e da rebeldia juvenil, que parecem caracterizar os modos “modernistas” de conceber a condição juvenil.¹ O primeiro, o funcionalista, assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como “disfunções”, sendo a rebeldia mais característica da “delinquência”. O segundo, o modelo da moratória social, assentava-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas

* Este capítulo se baseia na segunda parte do trabalho apresentado por mim ao 30º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), em Caxambu, 2006, com o título *A condição juvenil e as tradições ocultas da juventude*, exposto no seminário temático “Culturas jovens urbanas e novas configurações subjetivas”. Disponível em CD-ROM.

** Professor do Programa de Mestrado em Educação do Unisal (Centro Universitário Salesiano de São Paulo) e do Unasp (Centro Universitário Adventista de São Paulo). Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Pesquisador do CNPq. E-mail: luis.groppo@am.unisal.br.

¹ Esta discussão foi realizada na primeira parte do trabalho supracitado.

de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o “radicalismo”.

Mas, a partir dos anos 1970, interpretações sócio-históricas, de diversas origens, vieram a pôr em causa, mais seriamente, os modelos de explicação das revoltas de juventude advindos do funcionalismo e da tese da “moratória social”, entre as quais:

- a) As concepções “pós-modernistas”: por exemplo, na interpretação de David Harvey (1992), apesar de este não crer que realmente o mundo ocidental passou a ser composto de sociedades “pós-modernas”, certamente modificou-se o sentido da “modernização”, principalmente a forma capitalista de acumulação, que deixou de ser fordista e se tornou “flexível”. Neste sentido, concepções e vivências sociais do tempo e espaço passam a ser transformadas. Passamos, com a fase flexível, a uma nova compressão do espaço-tempo, radicalizando a experiência já vivida e expressa pelos modernistas. A vivência do imediato, a vigência do instantâneo – tendências marcantes no modo de sentir o tempo e o espaço pelas juventudes modernas –, segundo estas concepções, passam a ser as formas hegemônicas de sensibilidade social para todas as idades.
- b) O “embaralhamento” da infância e maturidade: a influência das mídias eletrônicas, segundo Meyrowitz (1985) e Postman (1999), teria provocado – notadamente na segunda metade do século XX – o embaralhamento dos atributos e status modernamente relacionados à infância e à maturidade.
- c) A juvenilização da vida: identifica-se esta temática a partir da obra de Baudrillard (1972, 1991; cf. SANTOS, 1992), na qual a juventude, como vivência real, identidade sociocultural efetiva e símbolo carregado de possibilidades

de ruptura histórica e contestação, é recodificada como “juvenilidade”, isto é, torna-se um “signo”, esvaziado de sentidos autênticos produzidos pela vivência social concreta. A juvenilidade passa mesmo a determinar, aos indivíduos, a maneira mais legítima de vivenciar o que seria a juventude, a partir do consumo de dados produtos e atitudes indicados pela “sociedade de consumo”.

- d) A reprivatização do curso da vida: segundo diversos autores da psicologia social e antropologia, houve nas últimas décadas uma “reprivatização do curso da vida”, concomitantemente à “desinstitucionalização das categorias etárias” (KOHLI; MEYER, 1986; cf. DEBERT, 1994, 1999). Os indivíduos teriam cada vez mais o direito (ou a obrigação) de comporem, segundo suas próprias vontades (e condições), o curso de suas vidas. Flexibilizam-se as normas oficiais e as interferências institucionais sobre a passagem pelas idades da vida.

Entre as muitas conclusões advindas destas novas concepções, destaca-se a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais “estilos de vida”. A juventude torna-se uma parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma “fase” passageira. Segundo Anthony Giddens, “[...] os adolescentes querem ser desassociados da ideia de que estão numa fase passageira e indefinida”, buscando, ainda que inconscientemente, “[...] dar à sua cultura um caráter permanente” (apud COLOMBO, 21/jan./2000, p. 30).

Dois movimentos, dentro da reflexão das ciências sociais sobre a condição juvenil, são aí observados:

- I) A tentativa de superação da ideia da juventude como socialização ou preparação para a vida adulta, substituída pela ideia de que a juventude se torna um “estilo de vida” em si mesmo;

II) A tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil – boêmia, delinquência e radicalismo –, que são reinterpretados como “culturas” ou “subculturas” juvenis. Neste segundo movimento, mais que disfunção e desvio (conforme concebia o funcionalismo), mais que rebeldia ou revolta (conforme mais generosa interpretação dos anos 1960), tem-se a construção de identidades e a produção de diversidade sociocultural.

A clássica tese da moratória juvenil reunia, de modo pouco consciente, as duas dimensões do que chamarei abaixo de concepção dialética da condição juvenil (condição que congrega o duplo movimento de integração social e autonomia juvenil). Na tese da moratória juvenil, tentava se acomodar e neutralizar a dialética da condição juvenil, fazendo com que o termo positivo da tese, qual seja, a Experimentação, fosse vivida nos limites da moratória juvenil (a Separação). A Separação é o elemento integrador que mal esconde suas raízes no funcionalismo, preocupado em formar o adulto do futuro ainda com base no adulto do presente. A Experimentação, contudo, contém o elemento da autonomia, um aspecto atrativo da juventude e a se viver no momento presente.

Assim, tal qual a juventude como “direito social”, a juventude como Experimentação é uma outra maneira de descrever o lado positivo do modelo da moratória juvenil, a qual indica algo fundamental na condição juvenil, tanto a moderna quanto a contemporânea (para alguns, “pós-moderna”). Trata-se da possibilidade da juventude ser vivida, nos termos de Marialice Foracchi (1972), inspirada em Mannheim (1961), como uma vinculação experimental com a realidade e os valores vigentes.

Os modelos oriundos dos estudos culturais e sociais das identidades juvenis vão, na minha avaliação, enfatizar apenas

este aspecto da condição juvenil – a da Experimentação. Neste sentido, a criação sociocultural (como identidades autônomas e subculturas) seria obra quase tão somente de indivíduos e pequenos grupos diferenciais. Do mesmo modo, o tempo presente é o único relevante a partir de agora para entender a condição juvenil. No limite, considerando as teses da flexibilização dos comportamentos, a vida toda passa a ser a de uma constante experimentação e adequação permanente a um mundo mutante.

Mas a principal crítica a ser feita a estes modelos, ainda que não a aprofunde aqui, se refere aos seus limites metodológicos. Tais estudos fazem constantemente uso de abordagens fenomênicas sobre as relações entre os jovens e a sociedade. Resulta tal em análise sem a necessária abrangência histórica, dados os limites deste modo de análise microsociológico, que tem dificuldades de alçar a sua visão para além do individual, do particular, do cotidiano.

Se Erikson (1987) falava da juventude como período coroado pela definição de uma identidade adulta, como uma moratória social em que os indivíduos poderiam e deveriam ensaiar diversos papéis, em busca de sua própria personalidade estável e consolidada, entretanto, os estudos socioculturais passaram cada vez mais a falar de identidade juvenil ou, melhor, de identidades juvenis: a identidade passa a definir um conjunto de traços mais ou menos coerente e relativamente estável, adotado por um grupo e seus membros; os indivíduos, em geral (e não apenas os jovens), passam a adotar diversas identidades na pós-modernidade, assim como os jovens ensaiavam papéis durante o período da moratória nos idos da modernidade.

Acredito que os modelos “pós-modernistas” retirem sua lógica justamente desta exacerbação de um polo do modelo da moratória juvenil. Na verdade, mesmo os defensores da tese da moratória anteviram esta possibilidade – a da autonomia juvenil buscar sua plenitude –, mas consideraram-na como algo indese-

jável, revelador de “anomia” social. Por exemplo, Furter (1967) falava de tendências em que a juventude e os movimentos juvenis desejariam construir um mundo para eles próprios², graças à inércia da sociedade conformista e tradicionalista, e que o correto seria constituir um mundo em separado para a juventude – ainda que com pontos de contato com o mundo “oficial” –, na qual se constituiria aquela personalidade moralmente consolidada capaz de renovar o sistema social quando adulta. Entretanto, justamente a tendência foi a dos grupos juvenis criarem seus próprios mundos, e de que estes mundos passassem a ser cada vez mais valorizados pela “sociedade de consumo”, pela indústria cultural – gestando a juvenilização da vida, como se descreveu no início deste capítulo.

Michel Maffesoli (1987) é um exemplo daquela grande exaltação da “potência da socialidade”, cuja “centralidade subterrânea informal” vinha, “através da abstenção, do silêncio, e da astúcia”, opor-se “ao Poder do econômico-político” (p. 7, grifo do autor). A espontaneidade da socialidade humana engendraria as respostas positivas e criativas, diante das tendências negativas e repressoras da grande sociedade, e dos amplos processos históricos. Para Maffesoli, diante da massificação, da imposição de uma “sociedade de massas”, os indivíduos e pequenos grupos respondiam com o tribalismo, o vitalismo e a afetividade.

² O próprio Erikson anteviu este processo, ainda que de modo muito negativo, tal como outros pensadores moderados de seu tempo, que defendiam a necessidade de sublimar a tendência juvenil de crer-se bastar em si mesma: “Hoje em dia [...] nós enfrentamos jovens que ocultam sua verdadeira identidade – em todo o sentido da palavra – atrás de uns óculos escuros e de uma cabeleira onipresente, fazendo ostentação ao mesmo tempo de uma identidade negativa com frequência para além de seus recursos emocionais” (1987, p. 153, texto original de meados dos anos 1960). Inclusive pensadores menos moderados, como o marxista Henri Lefevbre (1969), perceberam esta tendência e a criticaram: “Muitas pessoas jovens (parece) não querem saber o que as precederam. Uma tendência natural torna-se decisão. Eles decidem, os jovens, colocar entre parênteses e ignorar o anterior. O mundo começa com eles de um puro começo” (1969, p. 190).

Maffesoli, assim como muitos daqueles que enfatizam a potência da espontaneidade de indivíduos e tribos, em contrapartida a esta ênfase, vem reificar, tornar estranho e externo aos indivíduos e seus grupos de identidade, os processos históricos e as estruturas socioeconômicas e políticas. E mais, tais processos e estruturas parecem simplesmente impor-se aos indivíduos, tendo um desenvolvimento imponderável ao qual simplesmente devemos nos adaptar e aproveitar alguns poucos espaços não preenchidos para constituir tribos afetivas e identitárias. Se Maffesoli fala da massificação, mais recentemente a preferência é ressaltar a complexificação e a mutação constante da sociedade, economia e tecnologia, as quais vêm exigir dos indivíduos, tão somente, adaptação permanente e fixação no tempo presente. Em resposta, nunca em oposição, indivíduos e pequenos grupos estariam criando e recriando identidades, as quais fornecem pequenos portos seguros para o eu diante de um mundo em intensa volatilidade.

O artigo de Krauskopf (jul.-dez./2004) me parece ser um bom indicador tanto dos aspectos positivos desta crítica culturalista ou “pós-moderna” ao modelo da moratória juvenil, quanto dos seus limites. Entre os aspectos positivos, primeiro, absorve da tese da moratória juvenil a concepção da juventude como relação experimental com os valores e a realidade. Segundo, contribuindo para desvelar um grave problema do modelo da moratória juvenil – que concebia de modo homogêneo a maneira como se vive a condição juvenil – e realçando a grande qualidade dos estudos socioculturais recentes sobre a juventude, Krauskopf demonstra a diversidade dos modos de viver a juventude, inclusive (o que infelizmente não é o mais comum neste enfoque) relacionando a diversificação das juventudes não apenas com as opções culturais e idiossincrasias, mas também com as dificuldades provocadas pela desigualdade socioeconômica.

No entanto, a realidade socioeconômica-cultural é tida por

Krauskopf, assim como para tantos outros que se debruçam sobre estas questões, como um complexo imponderável de processos de fragmentação. O capitalismo, em suas estruturas e processos, não é tomado como categoria que poderia explicar estes mecanismos de fragmentação e complexificação. Não se leva tão a sério, ao contrário do que poderia ser feito, que os novos desdobramentos do modo de vida e produção capitalista vêm, justamente ao aprofundar a lógica de acumulação e exploração, reforçar estas tendências de fragmentação e compressão do espaço-tempo social. Enfim, a realidade política, mais propriamente estatal, na relação com os jovens, é vista tão somente como “reativa”. Dela se aponta tão somente sua face repressiva, reagindo rispidamente às tentativas das juventudes buscarem autonomia, diferenciação e identidade.

A realidade socioeconômica, tecnológica e política é vista de modo dual, no fim. Ao mesmo tempo em que é algo imponderável, da qual os seres humanos não podem participar de sua construção e destino, apenas se adequar para tentar sobreviver, ela é repressora, castradora, negativa e homogeneizadora. A verdadeira realidade humana parece viver, então, em outros lugares, nos interstícios dos sistemas, onde e quando os indivíduos podem formar pequenas tribos e criar espontaneamente identidades diferenciais nas quais se sentem acolhidos.

Outras formas de conceber a realidade social e a sua relação com os indivíduos poderiam ser levadas em conta. Uma delas, muito valiosa, e que não deixa de considerar aspectos muito importantes ressaltados por estes modelos da identidade juvenil, pode conceber ambos os fatores – sistema e indivíduos – como parte de uma totalidade que se articula de modo dialético, contraditório. Ainda que com inesperados pontos de integração, inclusive onde se depositava a única esperança de fuga para os modelos de identidade. Trata-se da confluência entre o cultivo

de “estilos de ser”, alternativos e diferenciais, e as esferas de consumo – especialmente a produção cultural – em fase de flexibilização, que encontraram o meio de recuperar sua lucratividade e multiplicar sua acumulação não mais na massificação, mas sim no atendimento e cultivo de mercados multissegmentados.

2. Condição juvenil

De modo esquemático, podemos dizer que ambos os modelos clássicos, o funcionalista e o da moratória social, conceberam, de modo mais característico, a condição juvenil principalmente como uma criação das instituições e processos sociais. Isto é mais patente no funcionalismo, é claro, em que as rebeldias juvenis eram tidas menos como criatividade e protagonismo, e mais como fruto de tendências irracionais da natureza e/ou de “tradições ocultas”, oriundas de estágios inferiores e/ou disfuncionais da vida social. Mas o modelo da moratória social também tendia a ver a juventude como obra da “sabedoria social”, que reservou tempo e espaços especiais para que os jovens pudessem ensaiar e experimentar papéis sociais e novos valores. Assim, em ambos, na definição da “condição juvenil”, a parte “forte” da relação entre sociedade (como instituições, estruturas e processos sócio-históricos) e juventude (como indivíduos e grupos juvenis) caberia à sociedade.

Uma alternativa a este esquema da condição juvenil seria simplesmente inverter a relação. Muitos dos modelos “pós-modernistas” de análise das juventudes podem assim ser caracterizados, no meu entender. Nestes, a condição juvenil, ou melhor, as condições juvenis se constituem por si mesmas a partir da livre composição de elementos sociais e culturais disponíveis. A parte forte da relação sociedade-juventude é, aqui, a juventude.

Outra alternativa ao esquema “modernista” da condição juvenil é considerar ambos os fatores, sociedade e juventude, como importantes. Assim, seria a “relação” entre eles quem configuraria a condição juvenil. Tal alternativa me parece mais interessante que as anteriores. Mas ela poderia decair em uma variação mais sofisticada do funcionalismo, o pensamento “sistêmico”, em versões como as de Niklas Luhmann. O esquema “sistêmico” da condição juvenil poderia apregoar que os fatores na relação tendem ao “equilíbrio”, à recíproca acomodação.

Minha proposta, descrita abaixo, parte do suposto de que a condição juvenil se configura mesmo a partir de uma relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis. Entretanto, esta relação é dialética, ou seja, fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade. Dito de outro modo, a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição se expressa, historicamente, em ações de institucionalização da juventude, seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos indivíduos e grupos, que são considerados ou se assumem como jovens.

Esta concepção “dialética” da condição juvenil demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração *versus* inadaptação, socialização *versus* criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais *versus* identidades juvenis, institucionalização *versus* informalização, homogeneização *versus* heterogeneidade e heterogeneização, cultura *versus* subculturas etc. Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do “percurso” das juventudes, na modernidade, houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e subculturas (GROPPO, dez. 2004). Diversas rebeldias e mobilizações juvenis, pelo menos desde o Movimento

Juvenil Alemão, na virada do século XIX ao XX, seguidos por movimentos estudantis diversos, movimento hippie e outros, ao longo do século XX, já traziam de modo consciente e patente o desejo desta identidade juvenil autônoma, vontade que costumemente pautou as suas ações sociais (GROPPO, 2000).

Assim, as rebeldias, identidades autônomas e subculturas juvenis não são uma realidade efetiva apenas da era “pós-moderna”. Põem-se em causa, assim, ao menos no que se refere às juventudes, diversas versões pós-modernistas que afirmam que a “pós-modernidade”, precedida pela era da integração social homogeneizadora (a “modernidade”), assistiria solitariamente o irromper das subculturas e identidades autoconstruídas. Também, considera-se que não são as identidades juvenis autônomas a única “verdadeira realidade” da condição juvenil, seja de modo absoluto – algo menos defensável –, seja de modo relativo, no sentido de que historicamente elas surgiriam sempre primeiro, precedendo necessariamente a intervenção social sobre as juventudes. Coloca-se em causa, agora, a tendência a considerar a rebeldia como a única e genuína “ação social”, cabendo ao sistema social apenas o papel de “reação”, já que, na concepção acima descrita de condição juvenil, ambos – sistema social e juventudes – podem aparecer diversamente na condição de atores e espectadores, sujeito e objeto, protagonistas e reagentes, interventores e resistentes.

Se os modelos “pós-modernistas” contribuem muito para percebermos o movimento de autonomia, rebeldia e criação sociocultural (ora reais, ora apenas possíveis) no interior da contraditória condição juvenil, um ponderado olhar sobre os modelos clássicos de explicação sociológica pode ajudar a entender o outro movimento, que constitui a dialética vigência das juventudes modernas e contemporâneas.

Em suma, os modelos modernos e pós-modernos apresen-

tam os dois pólos em oposição no interior da condição juvenil na modernidade e contemporaneidade. Do modelo funcionalista e da parte segregacionista da tese da moratória juvenil, podemos perceber os contornos do polo da Integração Social. Da parte relativa à Experimentação na tese da moratória e nos modelos pós-modernos, o polo da Autonomia Juvenil.

A concepção dialética da condição juvenil procura superar a visão não dialética a que tendem o modelo funcionalista e o pós-modernista, cada qual ao seu modo. O funcionalismo, pela ênfase quase que absoluta no polo da integração social, considerando o que poderia ser traduzido como o impulso à Autonomia como disfunções, portanto, como perturbações na ordem social que tende ao equilíbrio. Os pós-modernistas, pela ênfase também exacerbada no polo da criatividade juvenil: ora tratando a “ordem social” como realidade imponderável a quem apenas podemos nos adaptar – e, em contrapartida, exercer a criatividade autorredentora em alguns espaços vagos (no cotidiano e na produção cultural); ora tratando tal “ordem” apenas como Poder negativo de repressão e homogeneização, não destacando os aspectos criadores/propositores do sistema no que se refere à condição juvenil (não necessariamente benéficos, diga-se de passagem), nem concebendo a articulação contraditória da totalidade formada entre sistema social e indivíduos.

Ao seu modo, a tese da moratória juvenil considerou estes dois pólos – integração e autonomia – ainda que tenha tentado negar a sua relação contraditória, procurando harmonizá-los nos princípios da Separação e da Experimentação, os quais buscavam normalizar as relações potencialmente conflituosas entre instituições sociais e juventudes – conflitos que iriam explodir em intensidade e generalidade, ainda que com brevidade, nos últimos anos da década de 1960.

Muito do que são as ações e representações juvenis expli-

cam-se de maneira soberba através do recurso aos conceitos e modos de análise “pós-modernistas”, ainda que estes tendam a fragmentar seu objeto – as juventudes –, parecendo reproduzir aquela tendência mais geral da contemporaneidade, que fragmentou a vida social. Também, se estes modelos conseguiram assim chamar a atenção sobre a diversidade das juventudes, por outro lado podem dificultar a compreensão do que há de mais geral nas heterogêneas identidades juvenis, e, principalmente, podem dificultar a percepção da relação destes construtos, oriundos do que seriam as esferas criativas da vida pós-moderna (cotidiano e cultura) com as esferas pretensamente inumanas, imponderáveis e todo-poderosas (economia, tecnologia e política).

A se crer nos modelos modernistas apresentados aqui, tanto quanto nos pós-modernistas, seria difícil perceber que nas rebeldias juvenis, no período anterior ao final dos anos 1960, já havia a presença concreta de processos de construção de identidades autônomas juvenis, a elaboração de subculturas diferenciadas e exercícios, inclusive radicais, de protagonismo. Ou seja, que a condição juvenil é e era, ao longo da “modernidade” e contemporaneidade, uma condição dialética, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens.

Se esta concepção dialética da condição juvenil ajuda a compreender melhor as continuidades e descontinuidades entre as rebeldias juvenis, do século XX, e as subculturas juvenis, do início do século XXI, também parece servir muito bem para avaliar acontecimentos bastante recentes, como a participação, muito importante, de jovens nos movimentos de crítica à globalização e os aguerridos protestos, no Brasil, do movimento estudantil pelo passe-livre (LIBERATO, 2006); as revoltas dos jovens dos subúrbios franceses, no final de 2005 e, novamente na França, as manifestações contra a lei do “primeiro emprego” que começaram entre os estudantes, em 2006, etc.

3. Algumas teses sobre a condição juvenil no mundo contemporâneo

Para complementar este trabalho, desejo expor algumas teses que, apesar, de levarem este nome, tratam-se antes de hipóteses ou conclusões de caráter parcial sobre os modelos sociológicos de interpretação das juventudes e suas rebeldias, feitas a partir do que foi discutido neste capítulo. Vamos a elas:

- 1) A crítica pós-modernista colabora com a superação de modelos evolucionistas e funcionalistas, que marcaram muito do pensamento social do século XX, inclusive sobre as questões das juventudes; ajuda a perceber a convivência de espacialidades e temporalidades heterogêneas no mundo contemporâneo, bem como a diversidade de juventudes e dos modos de viver a condição juvenil. Ela colabora muito ao desfetichizar modelos explicativos clássicos, cuja visão homogênea e homogeneizadora da condição juvenil limitava sua capacidade analítica. Se isto era verdade na “modernidade”, torna-se ainda mais marcante na contemporaneidade, em que um capitalismo baseado na acumulação flexível multiplica a fragmentação da vida social, dificultando o uso tranquilo de modelos explicativos rígidos em demasia, e que não permitam um olhar atento às especificidades de cada evento juvenil.
- 2) Esta mesma crítica, porém, muitas vezes, vem dificultando um olhar desde a partir das condições, processos e estruturas de caráter mais amplo e geral, principalmente as de cunho político e econômico; dificulta compreender o caráter histórico – no sentido de que a história é fruto das ações e lutas humanas concretas – das estruturas e processos sociais, que aparecem aí, muitas vezes, como imponderáveis, dando a entender que restaria como única alternativa de liberdade

e criatividade de ações na esfera micro e cotidiana, por meio de produções culturais e criações identitárias.

- 3) Nesta preocupante inversão – do macro ao micro, da evolução absoluta ao relativismo absoluto –, esta visão não parece perceber, ou pouco problematiza a integração, mais ou menos bem resolvida, entre as tendências da “sociedade de consumo”, flexível com as construções de identidades socioculturais diferenciadas (mesmo quando alternativas e até rebeldes) (cf. LIBERATO, 2006);
- 4) Uma revisão dos modelos “pós-modernos” de interpretação das juventudes em consonância e/ou contraponto com tendências, processos e estruturas mais gerais do capitalismo contemporâneo (em suas várias faces, flexível, global, neoliberal etc.), permitiria relacionar melhor, entre outros, identidades juvenis e flexibilização do consumo, reprivatização do curso da vida e políticas neoliberais de desregulação e de desmanche do Estado social.
- 5) Os modelos “clássicos” ainda têm validade, ainda que relativa, para dar conta de diversas manifestações juvenis – inclusive de rebeldia; só a pretensa justeza da tese 1 – a convivência de temporalidades e espaços na “sociedade civil mundial” – já permitiria supor esta possibilidade; mas isto se reforça pela realidade concreta de muitas ações juvenis contemporâneas de radicalismo (como a França em 2006, Movimento Passe-Livre no Brasil, movimento antiglobalização etc.) ou que misturam radicalismo com delinquência (a revolta dos subúrbios franceses em 2005); ações rebeldes que não se explicam apenas pela criatividade subcultural ou pela construção de identidades alternativas.
- 6) A compreensão destes movimentos parece requerer a consideração de que a estrutura etária “moderna” (baseada em categorias etárias, direitos e prerrogativas mais

definidos e instituições oficiais destinadas aos cuidados para com cada categoria etária) ainda é vigente para uma boa parte da população, ainda que com caráter precarizado; esta população necessita desta institucionalidade para obter proteção e socialização em fases mais sensíveis da vida, mas, principalmente, a estrutura etária “moderna” é parte da concepção social sob o curso da vida para boa parte da população – que não teria mesmo condições socioeconômicas para uma autoconstrução absoluta de seu curso da vida (conforme as teses da reprivatização do curso da vida, que antes parecem descrever o privilégio de uma construção mais livre do curso da vida restrito apenas a algumas classes sociais).

- 7) É claro que é possível – e mesmo necessário – olhar a estrutura etária “moderna” como formas de dominação, disciplinarização e homogeneização artificial e forçada, mas ela também é componente de um imaginário moderno de civilização que foi – e ainda é, em parte importante – modelo e critério sobre o dever ser das relações sociais e do curso da vida; e este imaginário também se expressou e se expressa na linguagem dos direitos e da cidadania. Parte importante dos movimentos rebeldes juvenis citados na tese 5 é, mais que uma expressão da diferença, e diverso de uma busca por mais liberdade (como foram os movimentos juvenis dos anos 1960, diante da excessiva disciplinarização e homogeneização das instituições sociais modernas e tradicionais), uma luta pela igualdade, na forma da manutenção de direitos ameaçados ou da conquista de direitos ainda recusados.
- 8) Tal interpretação permite aproximar a análise destas rebeldias juvenis com a análise sobre a aplicação e os efeitos das políticas de desregulação ditas “neoliberais”, em

destaque, o desmanche do chamado lado social do Estado e a erosão dos direitos sociais de cidadania; a confluência das análises é justamente a da “dialética das juventudes” com a precarização das instituições tradicionais e modernas, de socialização e proteção de categorias etárias mais sensíveis.

- 9) Na perspectiva da ação política, não se trata de desprezar a luta pela liberdade em prol da luta pela igualdade; a defesa da mobilização em prol da manutenção e recuperação de direitos sociais não significa o irrealismo, nem a não desejabilidade de maior liberdade de construção do curso da vida, e maior flexibilidade nas relações etárias e intergeracionais; só que, a curto e médio prazo, a defesa da igualdade e das possibilidades de proteção de infância, juventude e velhice são provavelmente mais cruciais.
- 10) Neste sentido, uma discussão importante, ainda que, segundo a tese 9, infelizmente ainda não a mais importante, seria a de pensar a possibilidade de uma forma de vida social emancipada, sem a dependência de estruturas institucionais e estatais homogeneizadoras e disciplinarizadoras, em que se permitirá, realmente, a generalização da liberdade e flexibilidade de composição do curso da vida, e a democratização das relações etárias, “privilégios”, hoje, restritos a poucos grupos sociais e, em geral, como função do consumo.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. **Grupos juvenis nos anos 80**. Um estilo de atuação social. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia**

política do signo. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

_____. **A sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, 1991.

DEBERT, Guita G. (org.) Antropologia e velhice. **Textos Didáticos**, n. 13, Campinas: IFCH/ Unicamp, mar./1994.

_____. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

COLOMBO, Sylvia. A longevidade da adolescência. **Folha de S.Paulo.** Caderno Mais, 21 fev. 2000, p. 30-1.

ERICKSON, Erik H. **Sociedade y adolescencia.** 11. ed., México: Siglo Veinteuno, 1987.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

FURTER, Pierre. **Juventude e Tempo Presente.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967.

GROPPPO, Luís Antonio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME.** Ano 13, n. 25, dez./2004, p. 9-22.

KOHLI, Martin; MEYER, John. (orgs.). Social structure and social construction of life stages. **Human Development.** n. 29, 1986, p. 145-180.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratoriapsicosocial. **JÓVENes. Revista de Estudios sobre la Juventud.** México, ano 8, n. 21, p. 26-39, jul.-dez./2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia:** poder e fazer da juventude autonomista. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos.** O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MEYROWITZ, Joshua. The blurring of childhood and adulthood. A case study in changing roles transitions. In: _____. **No sense of place.** The impact of eletronic media on social behavior. New York: Oxford University Press, 1985, cap. 13, p. 226-267.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANTOS, Rafael. **A publicidade e a representação da juventude.** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Campinas: Unicamp, 1992.

O CONCEITO DE JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM CULTURAL DESSA FASE DA VIDA

*Vitor Machado**

Este texto pretende desenvolver uma discussão panorâmica acerca do conceito de juventude rural, procurando encontrar uma definição lógica e coerente do termo, a qual nos permita neutralizar suas ambiguidades.

As ideias contidas nesse trabalho são resultados de uma pesquisa realizada com jovens assentados, moradores dos núcleos I, II e IV da fazenda Monte Alegre. Esta Fazenda pertence ao município de Araraquara, que se localiza em uma região considerada a Califórnia brasileira.

Nossas reflexões procuram demonstrar que, estes jovens, apresentam um perfil diferenciado em relação ao jovem do meio urbano, adquirido ao longo de uma trajetória de luta pela terra em companhia de seus pais, a qual é marcada por um processo de reconstrução cultural, a partir de fragmentos da desarticula-

* Graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Unesp. Doutor em Educação pela Unicamp. É professor pleno da Fatec/Botucatu, adjunto das Faculdades Integradas Maria Imaculada/Piracicaba e Santa Lúcia/Mogi-Mirim, e professor doutor do Unisal/Americana. E-mail: vmachado@fatecbt.edu.br.

ção sofrida pelas rupturas nos processos migratórios.

Neste trabalho, os jovens assentados são entendidos do ponto de vista da cultura que possuem, ou seja, como resultado de um processo que determina a representação que eles fazem da sua realidade e o significado que dão às suas ações. Eles são, ainda aqui, compreendidos como uma geração de indivíduos pertencentes a uma fase da vida anterior a geração adulta e, portanto, segundo Mannheim, pertencentes a um mesmo “locus geracional”. Estes indivíduos apresentam características e ações semelhantes, o que os diferencia de outros grupos sociais.

Desta forma, através de uma retrospectiva histórica sobre as definições das idades da vida, tentamos demonstrar, como a idade tornou-se objeto de estudo ao longo dos séculos. Tais estudos contribuíram para reforçar nosso entendimento de que, apesar da juventude ser considerada uma etapa biológica da vida, ela possui características culturais próprias e, portanto, deve ser avaliada e interpretada sociologicamente.

Assim, a partir da história oral realizada com jovens rurais assentados, tratamos de definir o conceito de geração para, em seguida, realizarmos um debate com representantes do pensamento sociológico que se dedicaram a analisar a problemática da juventude.

Algumas dessas análises, ao tentarem explicar o processo de transição da geração jovem para a vida adulta, procuram evidenciar que ele é significativamente marcado por rupturas culturais. Outras, contrariamente, afirmam que o ingresso dos jovens na idade adulta acontece mediante a preservação e a manutenção de valores que garantem a continuidade cultural entre as gerações.

Realizadas essas reflexões ao longo do trabalho, passamos a demonstrar, então, a necessidade de se entender o jovem rural, do ponto de vista da cultura que possuem, ou seja, como sujeitos característicos de um processo cultural que é construído em

meio a muita diversidade, a partir de experiências vivenciadas no seu espaço de convivência social.

I. Assentamentos de reforma agrária: um breve histórico sobre a origem, formação e desenvolvimento

Se analisarmos a participação de outros agentes sociais, no processo de construção das relações que constituem os assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, vamos verificar que a presença do Estado implica o reconhecimento de um campo de luta, onde os projetos de reforma agrária revelam as contradições e as correlações de forças existentes no Estado.

Tratando-se de atores no cenário de assentamentos, não há papéis previamente definidos, uma vez que os trabalhadores rurais são sujeitos ativos de sua própria existência e, portanto, devem ser vistos sempre em movimento, como parte de uma história distinta e perversa, vivida num campo onde as fronteiras são demarcadas por muita luta, muitos atritos e, conseqüentemente, muitas conquistas.

A presença desses atores perpassa pelas décadas de 1960 e 1970, vindo à tona em 1980, quando são incorporados na política fundiária do Estado de São Paulo, preocupado em aliviar as tensões que se multiplicam por todas as áreas rurais.

O fato é que, a intervenção do Estado, através da política de projetos de assentamentos de reforma agrária, em São Paulo, nos revela nuances no embate entre as forças sociais envolvidas. Esses projetos têm sua estrutura influenciada por diferentes planos, gestados em níveis municipais, estaduais e federais, demonstrando a contradição de interesses em momentos históricos que ultrapassam três décadas.

Na década de 60, através do projeto intitulado “Reforma Agrária Paulista”, o governo Carvalho Pinto iniciou as primeiras tentativas de constituir assentamentos, criando uma série deles, mas que não tiveram continuidade nos governos posteriores. O objetivo desses projetos era conter os movimentos sociais surgidos no campo, em algumas regiões do Estado de São Paulo. Ainda neste período, ocorreram algumas desapropriações – a nível federal – no Governo Castelo Branco, na vigência do Estatuto da Terra, não obtendo, também, resultados satisfatórios, devido aos impasses e ambiguidades ocultas no estatuto¹ (BERGAMASCO; FERRANTE; D’AQUINO, 1989).

Já na década de 70, o exemplo mais marcante é o do “Projeto Lagoa São Paulo”, criado exatamente em 1978, como fruto do impacto causado na região do Paranapanema, em virtude da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana). O projeto justifica-se como uma possível solução para conter os conflitos ocorridos pela tentativa de ocupação de terras, e pela formação de acampamentos ao longo das rodovias, pela população rural expropriada da terra.

A partir de 1982, o governo de Franco Montoro desenvolve uma política de assentamentos no Estado de São Paulo, através do Programa de Valorização de Terras Públicas (Lei Estadual nº 4957, de 30 de dezembro de 1985) e do Programa de Regularização Fundiária. Paralelamente, aprofundam-se as tensões decorrentes das más condições do trabalho volante, que culminaram nos levantes de Guariba e Barrinha (1983-1984), cidades localizadas na região de Araraquara e Ribeirão Preto, considerada a Califórnia brasileira, devido a qualidade de vida de uma pequena parcela da população, que habita essa região e que tem em sua posse grande acúmulo de capital.

¹ Sobre esse assunto ver: FERNANDES, B. M. (1996), GNACCARINI, J. C. (1980), MACHADO, V. (2008), MARTINS, J. S. (1986), PRADO JR., C. (1979).

Neste contexto, foram instaurados 15 projetos de assentamentos, entre os anos de 1983 e 1988. Sem mudanças substanciais, o Estado se faz presente como o grande mediador desses confrontos.

Os assentamentos passam, então, a ser defendidos por lideranças sindicais significativas, como possibilidade ou condição de existência dos trabalhadores rurais. A terra parece ter o significado de recomposição de necessidades mal supridas, ou seja, ela passa a compor o campo das possibilidades concretas de reprodução desses trabalhadores, numa complexa construção de diferentes modos de vida.

No caso de Araraquara, em julho de 1984, após reivindicações e greves, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais organizou uma comissão para identificar as áreas ociosas da região. O avanço do processo de organização dos trabalhadores do campo possibilitou a descoberta de tais terras, na Fazenda Monte Alegre, de propriedade da Ferrovia Paulista (FEPASA), que estava sendo administrada pela Companhia Agrícola e de Colonização, a qual plantava eucaliptos com objetivo de reflorestamento. Constataram a existência de 1.200 ha.

Dessa forma, em julho de 1985, foram selecionadas 28 famílias de Araraquara, além de outras localidades como Pontal, Cravinhos e Urupês. Elas se instalaram numa área de 708 hectares, constituindo o núcleo I do assentamento, da fazenda Monte Alegre. A partir daí seguiu-se a ocupação dos demais núcleos. O núcleo II foi formado por trabalhadores de Sertãozinho, que haviam sido despejados de uma área da FEPASA, em Pradópolis. A composição do núcleo III se deu por migrantes de Minas Gerais, que anteriormente eram proprietários de pequenas roças e haviam se tornado assalariados na região. O núcleo IV compôs-se de trabalhadores provenientes de Guariba, que haviam passado por um processo de lutas por seus direitos e eram, em sua

maioria, parentes. Posteriormente, formou-se o núcleo V, com trabalhadores provenientes de Matão (MACHADO, 2000).

Neste sentido, podemos dizer que, a história da constituição dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre nos ajudam a compreender que os jovens, pesquisados neste trabalho, cresceram em espaços sociais diferenciados, acompanhando seus pais na luta pela conquista da terra. Eles enfrentaram, constantemente, a alternância entre o rural e o urbano, procurando se adaptar a esses espaços e enfrentando diversas dificuldades. Mas os espaços se fundem cada vez mais, revelando um processo do rural-urbano inseparáveis. Tal processo tem sido demonstrado por alguns pesquisadores, que comprovam a unificação dos espaços rural e urbano, como resultado do desenvolvimento do capitalismo agroindustrial. As pesquisas revelam que

No Estado de São Paulo chegou-se a falar em desaparecimento das populações rurais, já que o complexo Agro-Industrial criava um espaço de imensa “plantations” de cana, soja ou laranja, no qual se engajavam trabalhadores volantes, moradores de pequenas cidades. No entanto a observação cuidadosa mostrou resistências nesses espaços. [...] Pequenos sítios e bairros rurais escondem-se nos interstícios das “plantations” e a compreensão do Espaço rural se complica. Como se não bastasse, surgem de toda parte homens e mulheres sem terra, ocupando espaços com formas sociais alternativas (WHITAKER; FIAMENGUE, p. 62).

Nesse contexto, para teorizarmos sobre a juventude rural, como eixo principal da discussão que tentaremos abordar, é preciso, antes de qualquer coisa, elaborarmos uma crítica a um certo senso comum, que vem afetando o pensamento de certos acadêmicos, os quais, embasados num “discurso economês”, insistem em formular teorias que demonstram o desaparecimento

do rural como consequência do desenvolvimento tecnológico, presente na sociedade “moderna”.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, conforme Martins (1993, p. 54),

[...] nossa sociedade não é uma sociedade só moderna... Eu diria que ela nem é moderna porque é, combinadamente, moderna e arcaica. Ao mesmo tempo, o moderno e o arcaico se reproduzem reciprocamente e as mudanças se dão nesse processo contraditório de reprodução.

Em segundo lugar, é necessário mostrar que pensar o fim do rural não é só um equívoco, como também, as teorias formuladas a respeito, servem apenas para entender aparências, levando pessoas a conclusões superficiais.

Neste sentido, não podemos dicotomizar a discussão entre rural x urbano, contrapondo-os antagonicamente. Devemos encarar um rural unificado ao urbano, visto que estão articulados pelo capital. Como se explica isso?

Se pararmos para analisar melhor esta questão, vamos verificar que o capital, no caso brasileiro, vai promover a fusão entre o rural e o urbano, tornando impossível afirmar o desaparecimento do rural. Basta observarmos os canaviais com ruas e placas numeradas de identificação, as substituições da “hacienda” pela “plantation” nas grandes fazendas comandadas por grandes usinas, que possuem os mais avançados aparatos tecnológicos, usinas estas localizadas no meio rural (WHITAKER, 1984).

Um outro aspecto que gostaríamos de evidenciar, e este é muito importante, porque marca a região agrícola mais rica do país, formada pelo triângulo Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto, região esta popularmente conhecida como a “Califórnia Brasileira”. Ao avançar pelo campo, o capitalismo provoca, na região, processos de desruralização e desurbanização, como

aponta Whitaker (1984). Segundo essa autora, são dois processos claros: um é a transformação de pequenas cidades em cidades dormitórias, habitadas por cortadores de cana-de-açúcar, e o outro é a homogeneização da paisagem local, eliminando a diversidade e provocando, como resultado final, a desintegração ambiental pela destruição do ecossistema.

Já Reis (1991), em seu trabalho de pesquisa, estudou exatamente o contrário, mostrando a permanência e resistência do sítio tradicional. O que é relevante neste trabalho é a sobrevivência do rural e quanto mais o rural se funde com o urbano, através da modernização tecnológica, mais o rural tradicional resiste, sob novas formas de articulação ao capital.

Compreendemos então, após toda essa argumentação, que aqueles que optaram pelo rural e “[...] estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que têm sido mantidos à margem, excluídos da História” (REIS, 1991, p. 30), resistem, mesmo sofrendo preconceitos e pressões de toda ordem. Resistem das mais variadas formas, como em Assentamentos de trabalhadores Rurais, em pequenos sítios e até mesmo em bairros rurais.

À medida que o capital avança e aprofunda relações, em nome do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais o urbano e o rural se fundem. Esta foi, portanto, uma tentativa de explicar, dialeticamente, o cenário no qual estamos observando o tema da juventude.

O tema da juventude costuma aparecer nos chamados “Estudos Culturais” por duas vias:

- por um lado, a questão psicológica do que os jovens produzem e almejam enquanto classe média envolvida na questão política (urbanos, portanto);
- por outro lado, a questão da marginalidade, da exclusão, da violência, das drogas nas periferias (urbanos, novamente).

Este trabalho é uma tentativa de mostrar que há jovens em espaços pouco considerados pela ciência social, revelando a diversidade do que é ser jovem numa sociedade marcada por todas aquelas diversidades aqui consideradas.

Assim, participando de pesquisas em assentamentos de reforma agrária, pudemos desenvolver, não só a partir de dados censitários, mas também através de histórias de vida e observações registradas em diários de campo e entrevistas, alguns estudos e pesquisas que pretendem lançar luz sobre as questões da juventude rural assentada e, principalmente, de uma maneira de ser jovem extremamente específica.

II. Procedimentos metodológicos de desenvolvimento da pesquisa

Como já dissemos no início, para a realização da pesquisa, utilizamos a história oral dos jovens assentados, procurando através da análise dos seus discursos, identificar o perfil do jovem rural.

Assim, neste momento, cumpre esclarecer os aspectos metodológicos que nortearam os rumos deste trabalho.

De acordo com Queiroz (1986, p. 277), “[...] a história oral, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade”. Para ela, existem ainda, várias maneiras de conseguirmos informações através do relato oral, as quais podem ser registradas através de histórias de vida, depoimentos pessoais, as autobiografias, as entrevistas e as biografias.

Neste trabalho, privilegiei a história de vida dos jovens assentados, face às suas dificuldades na difícil convivência social, provocada pela alternância entre o meio rural e urbano, marcada pela vivência da história de luta pela terra, bravamente conquistada por seus pais.

Desta forma, tomando como premissa a concepção de Queiroz (1986, p. 275), que define história de vida como “[...] o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”, a história de vida encerra um conjunto de depoimentos pessoais, que refletem uma série de acontecimentos marcantes, ou temas específicos, que permitem perquirir informações já delimitadas.

Assim, os relatos da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas, através das quais os jovens eram convidados a contar sua história de vida.

Com o auxílio de um gravador, buscamos na fala do narrador determinadas situações que ele vivenciou e que esta pesquisa se propõe analisar.

Isto quer dizer que, através da narrativa individual dos acontecimentos considerados mais significativos, pudemos captar e desvendar uma série de relações ocorridas na coletividade da qual o narrador participa, ultrapassando, assim, o caráter individual do que é transmitido e tangenciando, pois,

É através do discurso, este entendido como o uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a uma segunda pessoa, ou a um público, que é expresso o imaginário de uma sociedade (aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência) (SADER, 1988, p. 59)

Para a realização das entrevistas, utilizamos um roteiro de perguntas, nunca deixando de adotar uma postura bastante flexível, incorporando novas questões, que surgiram durante o processo de coleta, que não tinham sido anteriormente observadas.

As entrevistas foram coletadas com jovens, filhos de trabalhadores rurais assentados, na faixa etária compreendida entre os 14 e 19 anos, pelo fato delas ocuparem o mesmo *locus geracional*, ou seja, por compartilharem as mesmas experiências e situações de vida. É o que Mannheim chamaria de “uniformidade de locação social” (FORACCHI, 1982).

Além disso, indivíduos compreendidos na faixa etária escolhida foram considerados como membros de uma geração anterior à geração adulta e, por isso, pertencentes a uma geração jovem. São indivíduos que participam da mesma fase do processo coletivo e que possuem o mesmo estilo característico de uma geração. Fazem parte do mesmo locus geracional, compartilhando experiências em comum.

Mas são as diferenças, entre as gerações, as responsáveis pelo processo de continuidade e ou ruptura entre elas. Nesse processo está presente a criação e transmissão da cultura de geração a geração, assunto que abordaremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

No que tange à transcrição das fitas, procuramos respeitar a fala do entrevistado, preocupando-nos em não deturpar o discurso do outro².

Ao transcrever as falas, utilizamos um artigo de nossa autoria, com demais pesquisadores, intitulado “A Transcrição da Fala do Homem Rural: fidelidade ou caricatura?”, onde sugerimos, como respeito ao entrevistado, apenas a reprodução dos “erros” de sintaxe, isto é, das formas peculiares de articulação do discurso. Segundo o texto devemos escrever corretamente o léxico, já que os falantes não podem cometer erros de ortografia, uma vez que estão falando e não escrevendo. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que uma transcrição realizada de maneira

² Ver a esse respeito MACHADO et. al., 2002.

imprópria, além de dificultar a leitura do texto, também dificulta sua compreensão.

Desta forma, da maneira mais fidedigna possível, procuramos encontrar uma maneira de tornar mais eficiente a leitura das narrativas dos jovens assentados, transcritas para a elaboração deste trabalho, proporcionando ao leitor um melhor entendimento do texto e, posteriormente, uma análise mais apurada dos temas propostos nesta pesquisa.

Assim, através das entrevistas, foi possível identificarmos não só o que há de comum entre os jovens assentados, mas também a diversidade das representações e percepções que fazem de si e do mundo em que vivem.

III. O jovem rural: “da cidade ao campo e a construção de um novo perfil”

A maioria dos estudos sociológicos se encaminha no sentido de compreender o comportamento de jovens do meio urbano.

A contribuição deste trabalho reside, justamente, no fato de que pouco se tem dito sobre o jovem na zona rural. Estuda-se a juventude urbana, a cultura juvenil operária, a delinquência juvenil, etc, sempre com um olhar para as cidades.

Este texto é uma tentativa de encontrarmos possíveis respostas, a fim de procurar esclarecer algumas questões relevantes a respeito do jovem rural.

Mas, antes de estudarmos os jovens que habitam o meio rural, é necessário tecermos, aqui, algumas considerações que nos auxiliarão a entender melhor o perfil das gerações novas, nos assentamentos de reforma agrária.

Ao realizarmos uma análise da Fazenda Monte Alegre,

podemos constatar algumas alternativas³ desenvolvidas pelos assentados, como forma de resistência, buscando sempre uma melhor maneira de incluírem-se na sociedade.

Nesse sentido, apontamos como um dos pontos estratégicos, a realização por parte deles, de uma reconstrução cultural, decorrentes das rupturas provocadas por processos migratórios. Durante esses processos, marcado por muita luta e violência, ocorre, com frequência, a ocupação e desocupação de terras, e a conseqüente alternância entre o meio rural e o centro urbano. Tanta alternância provoca nos assentados uma ruptura em identidades e expressões culturais. Essa ruptura gera fragmentos⁴ que, somados ao universo cotidiano que vive o assentado, permite que construam uma nova identidade.

Por força dos processos migratórios, existe um esforço e uma necessidade enorme dos assentados na direção da construção de uma identidade, que só é possível ser construída, no nosso entendimento, se houver uma reconstrução cultural, pois “[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural” (BOURDIEU, 1966, p. 72). Acontece que o “capital cultural” é referido a classes privilegiadas, que podem acumular conhecimentos. As famílias pobres, no meio rural, possuem outro tipo de conhecimento, ou seja, práticas culturais que se caracterizam em *habitus*, um sistema de disposições relativas a certas atividades, que fazem parte do cotidiano normal do grupo e são essenciais à sua sobrevivência física e psíquicas (BOURDIEU, 1989).

Nesse sentido, no caso dos trabalhadores rurais assentados, podemos perceber a transmissão desse *habitus* muito claramente, pois ela tem a ver com o corpo socializado, configurado na socialização primária (BOURDIEU, 1989).

³ Ver ANDRADE, 1997; MACHADO, 2000.

⁴ Ver DANTAS, 1998; MACHADO, 2000.

No decorrer das trajetórias de vida e das lutas da maioria dos assentados, ocorrem processos de ocupação e desocupação de terras, bem como a alternância entre o rural e o urbano. Este processo vai ser o grande responsável pela ruptura das identidades e pela desarticulação cultural dos grupos.

Assim, essa ruptura, fruto da desarticulação existente provocada pelos processos migratórios, gera fragmentos culturais. A partir desses fragmentos e do universo atual em que vive o assentado, é que ele busca a reconstrução cultural para a construção de uma identidade e posterior cidadania, uma identidade que liga o assentado a terra, fazendo-o acreditar que ele é parte integrante dela (MACHADO, 2000).

No nosso entendimento, essas considerações são relevantes, nos estudos sobre juventude em assentamentos de reforma agrária, porque só a partir delas é que se pode entender a formação do perfil de jovens assentados e a construção de sua própria identidade.

Nossa análise, sobre a formação do perfil desses jovens, tem início no momento em que chegam ao acampamento, ainda na infância, na companhia de seus pais.

Vejam o que os jovens dizem a respeito disso:

Sueli – Ah... eu gostava da cidade, n/é. A hora que eu cheguei eu não gostei... mas depois que eu comecei brincar, eu achei tudo divertido, por que na cidade a gente tinha de ficar trancado, n/é, portão fechado. Eu ficava só no quintal, era pequena, não podia sair para fora. A hora que eu cheguei aí, que eu vi que sobrou tudo para mim, eu saí correndo (risos), eu não queria nem sair de lá mais, estava gostoso. [...] Ah... nós ficava brincando com a peneira, cada um com uma peneira atrás de borboleta, porque nós morava na

cidade, n/é. Quando nós veio para o sítio, assim, tudo o que via era engraçado, ficava catando flor no meio do mato. Ficava no rio o dia inteiro brincando lá. Só que ninguém sabia nadar, n/é. Ficava só pulando.

Lindamar – Na minha infância foi melhor aqui. Eu brinquei mais. Eu aproveitei mais. Eu sempre... aqui... nossa! Andava a cavalo, saía de bicicleta aí pelo meio da mato. Ia nadar na cachoeira. Isso assim, mais aos finais de semana. Mais eu acho que... aqui sim, para questão de brincar.

Cleide – Olha... não foi tão difícil, mas um pouco diferente. Foi que... em primeiro lugar você imagina uma criança. É um local... como se diz... fora da cidade. Colegas que brincam, por exemplo... com terra. É... não tem acesso a brinquedos eletrônicos. É totalmente diferente. Entendeu?

As entrevistas acima revelam que esses jovens, ao chegarem ao acampamento, ainda crianças, depararam-se com um espaço totalmente diferente daquele que vivenciavam na cidade.

Suas falas chamam a atenção, porque revelam como ocuparam as dimensões desse espaço. Segundo eles, o espaço do acampamento era um espaço “divertido”, “gostoso” e muito “mais aproveitado” por elas do que quando moravam na cidade. No assentamento brincavam mais, “ficava o dia inteiro brincando”, sem acesso aos brinquedos eletrônicos tão presentes nas brincadeiras das crianças das cidades.

Notamos assim, a valorização do espaço rural, a partir das representações que fazem deste espaço, vivenciado pelas brincadeiras de infância.

Em dissertação de mestrado, Fiamengue (1997, p. 99) procurou demonstrar a sociabilidade dos espaços da criança, através da análise de desenhos elaborados por crianças assentadas, como expressão de seus sentimentos.

Segundo ela,

[...] os desenhos expressam a diferença entre morar na periferia das cidades, em sua maioria “cidades dormitório” onde o espaço para as brincadeiras é restrito às ruas e o horizonte apresenta possibilidades reduzidas de realização e passar dessa condição para a de assentados, quando ocorre uma ampliação do espaço de brincar o que torna o horizonte rico em estímulos e possibilidades variadas de realização.

Nesse sentido, as representações, que fazem do espaço agora socializado⁵, são resultados da superação das ambiguidades, decorrentes do processo migratório, causada pela alternância entre o rural e urbano, pelo fato de acompanharem seus pais, no processo de luta pela terra.

Assim, mesmo estando na forma oculta, foi possível identificar as superações das ambiguidades sociais vividas pelas crianças. Elas demonstram um forte sentimento de apego a terra, como sendo um sujeito pertencente a ela, fazendo parte dela.

Essa tese ainda se confirma, quando os jovens assentados relatam as diferenças entre o campo e a cidade. Ao apontá-las, percebemos o perfil das gerações novas, o qual se diferencia totalmente do perfil do jovem urbano, principalmente ao analisarmos as seguintes entrevistas:

Lindamar – [...] Aqui foi gostoso. Eu gostei muito. Acho que foi muito importante. Eu conheci bastante coisa que eu não conhecia. Para você ver, eu conhecia um pouco

⁵ Ver FIAMENGUE, 1997.

da cidade... na questão de você ir ao Shopping, ao teatro, ao cinema, participar de shows, eventos. E a questão da vida do campo, n/é... Aqui não tem nada de shows, de eventos. Aqui é aprender andar a cavalo, a nadar, a pescar, n/é, É outro tipo de divertimento. Que tem na cidade, aqui no sítio já é mais difícil.

Cleide – É diferente nessas condições. Como eu disse, os pais trabalham. Se é bebê, vai ficar com uma babá, Entendeu? Seja criança que vai para creche ou escola, só vai encontrar os pais à noite. Por exemplo... os pais já tão escassos do trabalho, vai chegar, ir tomar um banho, jantar, talvez ler um jornal, assistir uma televisão. O filho vai pedir apoio para tarefa escolar- Ah, hoje eu estou cansado- é assim que faz... pronto... Dá aquela mínima atenção para o filho. Dá um beijinho, já vai dormir. Entendeu? Não vai ter aquela conversa com o filho, perguntar como foi o dia, como passou na escola. Entendeu? Não vai dar aquele abraço, aquele beijo, aquela atenção. Ai... você vai ter um filho, e se ele não vai estar na escola ele vai estar na rua. A maior parte na rua. Entendeu? Ele vai aprender coisas que você não deveria estar passando para o seu filho. Você vai estar passando indiretamente... E isso, vai tendo uma formação mais agressiva do filho... por que eles vão crescer já revoltado. “Meus pais não me deu atenção, afeto e carinho”. Então, isso faz com que as diferenças entre o campo e a cidade vai sendo muito maior. Que os filhos estão mais do lado. Aqui os pais não tem trabalho longe dos filhos. Então, isso faz com que eles fiquem mais perto. E na cidade não. Eles cada vez estão mais distantes. Isso é uma diferença muito proporcional que vai deixando a criança mais sem atenção... sem afeto. E traz uma formação... assim... bem diferente, n/é. Porque a mãe não quer isso... nenhuma mãe... Mas por causa do trabalho, da ansiedade do dia, então... vai... uma coisa puxa a outra.

Através dessas falas, quando os jovens relatam as “diferenças” entre o modo de vida no campo e na cidade, eles revelam determinadas características do homem rural.

No caso de Lindamar, ela opõe o campo a cidade, descrevendo as formas diferenciadas de diversão proporcionadas aos jovens pelos grandes centros urbanos, como idas a shopping-centers, teatro, cinema, shows e eventos, e as diversões proporcionadas pelo meio rural, como andar a cavalo, nadar, pescar. As diferenças apontadas por ela servem para demonstrar como é construído o perfil dos jovens residentes em assentamentos de reforma agrária. É um perfil que forma-se com características próprias, a partir de uma cultura própria, ambos produzidos no bojo de um espaço que também é próprio, específico e diferenciado do meio urbano.

Já a jovem Cleide, demonstra as diferenças existentes entre os dois espaços, a partir da convivência familiar. Para ela, as exigências de trabalho do meio urbano, resultam na falta de atenção dos pais em relação aos filhos. Percebemos isso quando ela diz que os pais trabalham longe de casa e não tem tempo para os filhos. Segundo ela, os filhos acabam ficando sem a companhia materna e paterna durante o dia todo porque os dois, mesmo quando chegam do trabalho, já cansados, não dão a mínima atenção a seus filhos. Sem a atenção devida, os filhos passam a maior parte do tempo nas ruas, convivendo diretamente com a violência existente nos centros urbanos. Daí, segundo Cleide, está o fato das crianças do centro urbano tornarem-se pessoas agressivas e revoltadas.

Diferentemente da cidade, nos assentamentos, os filhos estão mais próximos aos pais. Isso porque, a base da economia camponesa é o trabalho familiar, onde cada membro da família desempenha uma função específica no lote. Assim, esta forma de trabalho, exige um contato constante entre os membros de famílias das zonas rurais, o qual permite, aos pais, dar uma boa

formação e educação aos filhos, com as práticas culturais próprias de suas trajetórias. Essas práticas culturais, conforme já dissemos anteriormente, são entendidas por Bourdieu (1989) como *habitus* e são configuradas na socialização primária.

As representações observadas, através das narrativas, sugerem que o perfil do jovem assentado diferencia-se do perfil do jovem urbano, por ser constituído no decorrer da trajetória de vida do jovem assentado, a partir daquilo que ele vive e no meio do qual ele faz parte.

Isso tudo, é ainda perceptível na entrevista com Cleide. Vejam o que ela diz quando responde o que pensa do assentamento em relação à cidade:

Cleide – Ah... aqui é um lugar muito bom, n/é. Calmo e as pessoas são simples. Você fica mais aberto com a natureza, com lugares bonitos. Vocês já presenciaram.... Não sei se vocês conheceram maioria da parte, n/é. E vale a pena morar num lugar desses, pensando nesses níveis. Um lugar parado. Na cidade você já tem algumas vantagens, como transporte, acesso a trabalho mais fácil, à escola, n/é. Mas pensando em outro lado, vem a poluição sonora, vários tipos de poluição, n/é. E também o risco, n/é, de furtos. Te assaltarem, n/é. Muitas coisas, entendeu. Então, a diferença entre a cidade e o campo é muita. Mas no campo, tem muitos objetivos que te deixa mais livre. E vale a pena você ficar pensando assim, num envelhecimento mais lighit (risos). Sabe, uma vida boa... love... não pensando em sacrifício. Isso sim, não no trabalho. Porque o trabalho aqui é pesado, escasso. Pesado, difícil. Você tem que se proteger. Você não vai

se proteger com um filtro solar. Você vai estar se protegendo com chapéu, com calças, camisas, blusa, entendeu. Uma coisa que é muito mais da cidade! Se é que... Bem... você pode ver, as crianças daqui são mais simples das crianças da cidade. Por exemplo... igual... chegou no dia das crianças, você imagina... lá na cidade as criança vão pedir – O pai, eu quero um videogame... muitos outros brinquedos eletrônicos, bichinho virtual. Aqui não. Eles vão pedir – Pai, eu quero um sapato- Pai, você pode me dar um boné. Então, é uma coisa diferente.... Eu queria um chinelo para eu ir para escola. E você pode ver que é diferente, entendeu. Muitíssimo. Só que a simplicidade é muito maior aqui. E as pessoas que são orgulhosas e que não dão atenção para isso, não percebem que essas crianças precisam de apoio psicológico. Que são crianças que não está à frente da marginalização, ao roubo. Passam dificuldade sim. Mas isso não é motivo para elas saírem descartando possibilidades de ser uma má pessoa, de ser uma má criança, de fazer coisa errada. Então aqui, as crianças nascem e crescem com um nível totalmente diferente das crianças da cidade. Aqui elas tem mais amor. Mais atenção dos pais. Que os pais estão trabalhando na roça, mas estão sempre ao lado dos filhos, entendeu. Pode ser simples, tudo. Mas estão dando atenção, carinho e amor. Que isso no futuro, não vai atingir eles, entendeu. Como eu fiquei triste, n/é, aquela situação lá do índio Pataxó e os 4 jovens, n/é, que atearam

produto inflamável e depois fósforo no índio. E depois... Agora fala que a intenção deles não seria de matar, n/é. Seria uma brincadeira. Mas que brincadeira de mau gosto. Agora eles alegam que... Muitos psicólogos falam que eles fizeram isso, porque os pais estão várias horas... é... mais de doze horas de trabalho. Não tem atenção para o filho. Fica a babá. E depois, tem uma adolescência sem diálogo, sem atenção, a coisa que... Aqui isso não tem. O filho tem o maior apoio psicológico, emocional dos pais. Uma coisa que eles vai ser simples, entendeu. Mas vai ser diferente. Não vai ter essa possibilidade de ser alguém desestruturado, principalmente psicologicamente.

A partir deste depoimento, Cleide relata a diferença entre o indivíduo do meio rural e o do meio urbano. Ao apontar tais diferenças, ela supervaloriza as do espaço rural e as formas de agir das crianças do assentamento. Ela ainda aponta a dicotomia de comportamento entre as pessoas do campo e da cidade, evidenciando um perfil que é próprio e específico dos habitantes do meio rural.

Segundo o seu depoimento, notamos um perfil próprio e específico do jovem assentado, o qual é possível percebermos e identificarmos, a partir do seu sentimento familiar, daquilo que o assentamento representa para ela e, principalmente, dos valores que possui.

De certa forma, estes valores são resultados de um sentimento adquirido no espaço de convivência com a família, e que possibilita muitas satisfações pessoais em torno de objetivos buscados, num processo de lutas, que conduz a juventude rural, ao êxito de suas aspirações.

Nesse contexto, as análises, até aqui realizadas, contri-

buem significativamente para pensarmos as questões relativas à juventude rural.

Assim, realizadas essas considerações acerca da formação do perfil dos jovens assentados, passamos agora, auxiliados por elas, a discutir o conceito de juventude rural.

IV. As idades da vida

Para sabermos com exatidão como os jovens adquirem ou herdaram sua identidade, faz-se necessário o retorno à história. Verifica-se que é somente por volta dos séculos XVI e XVII que a idade torna-se objeto de atenção especial. Segundo Ariés (1981), isso se comprova nos retratos de membros de família, nos quais podemos encontrar a idade registrada. Pela inscrição dos números, pretendia-se reforçar com exatidão o sentimento de família e seu desenvolvimento na época. Também como forma de reforçar o sentimento familiar e com a preocupação maior de dar a ela, a família, uma precisão cronológica, ou seja, uma história, datando-a, encontram-se os “diários de família” (ARIÉS, 1981).

No século XVII, tornou-se bastante habitual gravar ou pintar uma data em objetos pessoais (cama, baús, armários, colheres, etc.) quando correspondiam a um momento solene da história familiar, procurando dar à família certa consistência cronológica. O gosto pela inscrição em objetos familiares desapareceu rapidamente nas cidades e na corte, ainda no século XIX, apesar de ter subsistido até meados do século XX, pelo menos nas camadas médias.

Porém, o simbolismo dos números vai ser muito importante para a definição das idades da vida. Além de aparecer inscrito em objetos pessoais, como já dissemos anteriormente, o simbolismo dos números era familiar, “[...] encontrava-se ao mesmo

tempo nas especulações religiosas, nas descrições de física, de história natural, e nas práticas mágicas” (ARIÉS, 1981, p. 35). De acordo com isso havia, então, uma correspondência entre as idades da vida e os fenômenos naturais, correspondência esta, determinada pela ciência e adotada pelo dito popular, pois “[...] os homens acreditavam que uma mesma lei rigorosa rege ao mesmo tempo o movimento dos planetas, o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo humano e seus humores e o destino do homem” (ARIÉS, 1981, p. 35).

É no século XIV, sobretudo na França, que se encontram definições da idade da vida, que permaneceram inalteradas até o século XVIII. Tais definições, não correspondiam apenas a etapas biológicas da vida, mas a funções sociais expressamente definidas. Essas etapas resumem-se a três: *enfance*, *jeunesse*, *vieillesse*.

A *enfance* (infância) estava ligada a ideia de dependência. “Só se sai da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos dos graus mais baixos da dependência” (ARIÉS, 1981, p. 42).

A *jeunesse* (juventude) surge como “depositário de valores novos, capaz de reavivar uma sociedade velha e esclerosada” (ARIÉS, 1981, p. 46-47).

A *vieillesse* (velhice) surge como ancião e é logo substituído por

[...] homem de uma certa idade e por senhores ou senhoras muito bem conservados. Noção ainda burguesa, mas que tende a se tornar popular. A ideia tecnológica de conservação substitui a ideia ao mesmo tempo biológica e moral da velhice (ARIÉS, 1981, p. 48).

Realizado este histórico panorâmico sobre as idades da vida, nota-se que, na formação histórica da existência humana, a vida pressupõe, nas suas diferentes etapas, um ritmo biológico da idade. Por outro lado, tais fatores biológicos são sociologica-

mente reinterpretados, considerando que cada uma dessas etapas possui características próprias, constituindo-se assim, em alvo de avaliações específicas que são culturais e econômicas.

V. Interpretando o conceito de juventude: diferentes teorias acerca das gerações novas

Tais avaliações, segundo Marialice Foracchi, sugerem que, para cada etapa da vida, existe uma relação que “[...] não é meramente linear ou cronológica, permitindo um modo peculiar de atuação [...]. Para ela, [...] cada etapa deve ser compreendida em contraposição e em contraste com a anterior ou com a subsequente” (FORACCHI, 1972, p. 19).

Para entendermos melhor tal processo, é de fundamental importância definir, com o maior rigor possível, o significado da noção de geração e, posteriormente, examinarmos os pressupostos do relacionamento entre elas.

Segundo Mannheim, “[...] a unidade de uma geração se constitui, essencialmente, pela locação similar de certos números de indivíduos” (MANNHEIM, 1982, p. 290) (uniformidade de locação social). Para ele, a geração é uma categoria de análise que, embora não seja classe nem grupo, caracteriza-se pelo fato de apresentar uma localização social comum, numa dimensão histórica do processo social.

Ao analisarmos o “fenômeno da locação social”, podemos estabelecer diferenças entre o fenômeno das gerações e dos grupos sociais, demonstrando que a “unidade das gerações” é constituída pela similaridade de locação. Tal similaridade só pode ser caracterizada a partir da natureza da estrutura, de onde emergem os grupos de locação na realidade histórico-social.

A noção de geração, para Mannheim, corresponde assim,

a uma determinada similaridade social, que abrange grupos de idades afins, determinados pela natureza da locação e por sua relação com outros membros da sociedade. Para Foracchi (1972, p. 20), Mannheim entende que “[...] os membros de uma geração estão, em virtude da similaridade de locação, igualmente expostos a uma mesma fase do processo coletivo”. Eles compartilham uma série de experiências e situações de vida em comum, que por apresentarem-se de forma ordenada, estratificada, são responsáveis pela afinidade de locação social. Tem-se assim, a formação de um estilo característico de cada geração, garantindo a continuidade e as diferenças entre elas. Conforme Foracchi (1972, p. 22) “[...] a continuidade das gerações é fundamental para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura”.

Todavia, há que se ressaltar a dificuldade atual de transição na passagem de jovem para adulto, devido à complexidade das formas de organização social na sociedade moderna.

O jovem desafia a sociedade. Ela é questionada quanto a seus valores e sua ordem. Os jovens acumulam características e experiências de outras categorias de idade, ocasionando uma situação de crise no processo de socialização dos jovens e também na sociabilidade que desenvolvem.

O importante é registrar que o estado de crise que marca social e psicologicamente a juventude é o ponto de convergência das diferentes caracterizações. As relações entre as gerações, o conflito ou a continuidade que entre elas se estabelecem, são analisadas com base na crise da juventude ou, mais precisamente, na crise de uma geração (FORACCHI, 1972, p. 24).

De acordo com a corrente geracional, isto se justifica pelo fato desta corrente procurar entender o processo de formação da juventude, no âmbito das suas aspirações, como uma categoria distinta da vida adulta. Tal corrente vai compreender a juventude

como uma fase da vida, enfatizando-se o aspecto unitário que a juventude assume nas mais diversas sociedades. Segundo Pais (1996), o arcabouço teórico dominante, desta corrente, baseia-se nas teorias da socialização, desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações. Estas teorias foram fundamentais e essenciais para a corrente geracional discutir profundamente a continuidade e descontinuidade dos valores intergeracionais.

VI. A crise da juventude e os valores intergeracionais

Em relação às crises e conflitos intergeracionais, eles são vistos pelas teorias funcionalistas, como disfunções no processo de socialização.

Já a teoria das gerações procura explicar as crises geracionais como descontinuidades intergeracionais. Para seus teóricos, se existisse um movimento contínuo não haveria uma geração após outra e, conseqüentemente, não haveria uma teoria das gerações (PAIS, 1996).

Por outro lado, Mannheim (1982) pensa a crise da juventude como parte de um processo, no qual as gerações novas são chamadas a atuar. Para o autor, a crise da juventude se dá no momento em que o jovem procura integrar-se à vida adulta. Quando isto ocorre, o jovem choca-se com valores antagônicos entre si, confrontando-se com eles e promovendo mudanças sociais, que conduzem a sociedade a circunstâncias completamente novas.

Realizando estudos sobre as “gerações novas”, Mannheim (1982) credita a diferença entre uma sociedade e outra, ao fato de existirem, em determinadas sociedades, pessoas mais velhas que gozam de maior prestígio em relação às mais novas.

Mas não é somente em relação ao prestígio possuído pelos jovens que as sociedades diferem, mas também “[...] pelo

fato dos jovens se integrarem em grupos ou movimentos, que como tal, influenciam os cursos dos acontecimentos.” (MANNHEIM, 1966, p. 91).

Embora surjam sempre gerações novas, a atuação da jovem geração vai depender se a sociedade se utiliza dela e de que como realiza este uso.

Nesse sentido, a juventude é vista por Mannheim como um “recurso latente”, à disposição em cada sociedade e de cuja mobilização depende sua vitalidade. Algumas sociedades não se utilizam desses “recursos latentes”, privilegiando-se as experiências das gerações velhas. Essas experiências vão sendo incorporadas pela juventude que não promove mudanças sociais, mas incorporam os valores anteriormente estabelecidos.

Desta forma, estas sociedades

[...] relutam em encorajar novas forças latentes nos jovens. Sua educação centralizar-se-á na manutenção da tradição, seus métodos de ensino serão rotineiros. As reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas, enquanto não houver desejo colidente contra as tendências até então vigentes na sociedade (MANNHEIM, 1966, p. 92).

Nessa perspectiva, a juventude mostra-se claramente conservadora e disposta a integrar-se na vida adulta, sem a necessidade de modificar a ordem social vigente.

Mas ao contrário, existem sociedades que se utilizam de seus “recursos latentes”, organizando-os e utilizando-os para promover mudanças sociais, em graus consideravelmente elevados, pois “[...] na medida em que as sociedades desejam tomar uma nova orientação, qualquer que seja sua filosofia social e política, contarão principalmente com a cooperação da juventude” (MANNHEIM, 1966, p. 93).

Assim, a juventude aparece nesta sociedade com a função de um agente revitalizador, “[...] como uma espécie de reserva que se revela apenas se tal revitalização for desejada para o ajustamento a circunstâncias rapidamente mutáveis ou completamente novas” (MANNHEIM, 1966, p. 93).

O jovem, até a sua puberdade, incorpora valores que são pré-estabelecidos no convívio familiar. Quando penetra no período da adolescência, entra em contato com valores que, até então, não conhecia. “O fato relevante é que a juventude vem de fora para os conflitos de nossa moderna sociedade. E é esse fato que faz da juventude o pioneiro predestinado para qualquer mudança da sociedade” (MANNHEIM, 1966, p. 95).

Nesse contexto, entendemos que, para Mannheim, a crise da juventude não pode ser capaz de promover uma ruptura das gerações novas em relação às velhas, mas ao contrário, ela é a grande responsável em manter vitalizada a continuidade das gerações, no processo histórico de formação das sociedades.

O fato é que, segundo Pais (1996), as discontinuidades intergeracionais vão estar na base do processo de formação da juventude como “geração social”⁶. Este conceito é importante porque revela a formação de uma geração jovem, num processo de relações de interdependência, a partir de valores adquiridos de outra geração da qual se vê distinta, o que não significa ruptura. Neste processo admite-se a existência da formação de uma cultura juvenil em oposição à cultura das gerações adultas. Tal oposição seria a causa de diferentes tipos de discontinuidades intergeracionais, podendo estas, ocorrerem por meio de conflitos e tensões ou sem grandes fricções.

⁶ [...] Este conceito deve ser entendido num sentido próximo de um daqueles que, sobre as gerações, A. Sedas Nunes desenvolveu, isto é, admitindo por hipótese o fato de cada geração social só ficar determinada mediante uma autorreferência a outras gerações (das quais se vê distinta) (NUNES, 1968).

Quando o processo de formação de uma geração jovem ocorre sem grandes atritos, a corrente geracional procura explicar tal fato através da teoria da socialização contínua⁷. Segundo esta teoria, os jovens são socializados por meio de um conjunto de normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas (PAIS, 1996).

Por outro lado, traduzem como conflitos ou crises intergeracionais, a descontinuidade das gerações causadas por grandes tensões. Entendem que a causa da confrontação, entre gerações, é resultado da formação de uma consciência geracional em decorrência da vivência, pelos jovens, de determinados processos que lhes são próprios.

Portanto, para a corrente geracional,

[...] os indivíduos experimentariam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, como membros de uma geração [...]. Além disso, [...] as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem por esse fato, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares (PAIS, 1996, p. 40).

Vimos até aqui, que a corrente geracional apresentou, como problemática da juventude, alguns aspectos de continuidade geracional e outros de sua descontinuidade.

Porém, segundo Pais (1996), a corrente geracional ao tentar

⁷ “[...] As teorias da *socialização contínua* foram dominantes nos anos 50, quando médicos e psicólogos quase detinham o monopólio do discurso sobre os jovens, ao assimilarem a adolescência à crise de puberdade e ao definirem a juventude como um período difícil de maturação psicológica, que deveria conduzir a idade adulta. É durante esse período que adquirem relevância os conceitos de identidade ou autonomia juvenil. Mesmo quando a sociologia (nos anos 60 com o funcionalismo) começa a explorar a juventude como fonte de problemas, diversos são os estudos que, na linha da teoria da socialização contínua, acabam por reconhecer as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade” (PAIS, 1996).

esclarecer a problemática da juventude, generaliza o fenômeno juvenil e desta maneira apresenta-o como uniforme e homogêneo. Ao mesmo tempo, e na medida em que criam uma consciência que lhes é própria, os jovens criam, também, a sua própria cultura, sempre em oposição à cultura da geração adulta.

Diferentemente da corrente geracional, a corrente classista procura desvendar a problemática da juventude, a partir do contexto da reprodução das classes sociais. Mesmo sendo entendida como categoria, a juventude e todo o processo de sua formação, seria definido por relações de classe. Isto significa que para a corrente classista, “[...] a transição do jovem para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais: quer a nível da divisão sexual do trabalho, quer principalmente, a nível da condição social” (PAIS, 1996, p. 44).

Procurando explicar tais afirmações, a corrente classista argumenta que a divisão sexual do trabalho ocorre em virtude da dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nele, o desemprego e a competitividade crescem cada vez mais. Tentando solucionar ou amenizar tanta dificuldade, atribuem às mulheres jovens o papel de esposas e mães, afastando-as assim do mercado de trabalho.

Agora, em relação à condição social, ela e o sistema educativo é que se encarregariam da reprodução social. Consequentemente, o processo de ensino-aprendizagem seria o grande responsável pela reprodução material do indivíduo (ESTABLET, 1973).

Mas, segundo Pais (1996), quando se analisam as transformações sociais, políticas e econômicas, na atual conjuntura mundial, nota-se que a reprodução social não tem ocorrido de uma forma linear. Ele tanto desconfia desta linearidade proposta pela corrente classista, que afirma existir algumas lacunas no sistema reprodutivo, na forma como foi explicitada no parágrafo anterior. Estas lacunas demonstram, então, a necessidade de se analisar as

origens e as implicações que elas poderão provocar no processo de transição do jovem para a vida adulta. Neste caso, diria sucintamente, que algumas destas lacunas surgem como produto de transformações que afetaram o próprio sistema político e econômico e outras, paulatinamente, no decorrer da vida quotidiana.

Feitas essas observações, é de fundamental importância, procurar entendermos como, nesse processo de transformações, a corrente classista trata a questão da cultura juvenil. Para ela,

[...] as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto das relações antagonicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam, por essa corrente apresentadas, como *culturas de resistência*, isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe (PAIS, 1996, p. 48).

Assim, as culturas juvenis, entendidas como cultura de classe, vão apresentar sempre um significado político. Seus rituais, as distinções simbólicas existente entre os jovens (vestuário, hábitos linguísticos, práticas de consumo, etc.), apresentariam sempre um aspecto de resistência contra a cultura dominante, adquirindo e criando novos espaços culturais.

Isso é o que podemos observar nos grupos marginais de adolescentes, surgidos nos grandes centros urbanos, a partir da década de 50, na Europa e Estados Unidos. Esses grupos, muitas vezes designados de “gangues”, por aqueles que iniciaram os primeiros estudos sobre grupos marginais, procuravam contestar o universo adulto através de atos de violência contra normas estabelecidas pela sociedade civil.

Segundo Morin (1981), é a partir de 1955, com o surgimento do rock-and-roll, que tem início uma nova cultura juvenil. Para ele, foi com o desenvolvimento dessa cultura, em pólos di-

ferenciados de vivência juvenis, que os jovens puderam afirmar suas diferenças em relação a outros grupos sociais.

Essa afirmação torna-se mais evidente na década de 60, com o surgimento de alguns movimentos de contestação da sociedade, e que assumem variados comportamentos. É o caso do movimento hippie e dos skinheads. Ambos surgiram num momento de grandes transformações culturais, de recusa à sociedade de consumo, da busca incansável de uma renovação social, além do desejo de uma revolução cultural, através da afirmação da não violência. Enquanto o primeiro surgiu ligado a esses valores e vinculado a classe média, o segundo, em contrapartida, originou-se de grupos de jovens provenientes da classe operária, que passaram a adotar um estilo oposto aos hippies, opondo-se ao seu pacifismo.

Esta capacidade de criar novos espaços culturais verificou-se com maior nitidez entre os rapazes, na sua maioria os da classe operária. A corrente classista limitou-se, fundamentalmente, ao estudo das culturas juvenis e operárias.

Mas esta tendência foi pioneiramente combatida, na Grã-Bretanha, pelas feministas, que se propuseram a analisar profundamente as culturas femininas. Para elas era de fundamental importância demonstrar que entre as classes trabalhadoras,

[...] essas culturas estariam subordinadas à divisão sexual do trabalho e a inevitabilidade do matrimônio como forma de emancipação. No entanto, as feministas acabaram por cair no mesmo equívoco em que caíram os que justamente criticavam. Analisam de um modo geral, o universo feminino à margem do universo dos rapazes, como se os dois universos fossem mutuamente exclusivos, como se na intersecção desses universos, não encontrássemos, também, fortes razões de emergência das culturas juvenis (PAIS, 1996, p. 50).

Em suma, não é certo afirmar que a condição social determi-

ne, entre jovens de uma mesma classe social, uma homogeneidade cultural. Os processos sociais também não podem ser compreendidos de forma unânime, entendidos como simples e exclusivamente resultantes de determinações sociais e posicionamento de classes. Isto não nos autoriza a descartar completamente o conceito de classe social, que vai predominar no nível macro-histórico.

Assim, o conflito de gerações, nas mais diversas sociedades, é marcado por atos de contestação, em virtude da rejeição da condição adulta imposta pela sociedade. Tornar-se adulto é uma tarefa extremamente difícil na sociedade moderna, e significa enfrentar os problemas propostos por ela.

Segundo Madeira (1986, p. 17), a juventude é a

[...] etapa de transição entre a infância e a vida adulta. E nesse sentido deve-se assinalar que a transição para o mundo adulto não se dá de forma única. Quase sempre se trata de uma série de mudanças paralelas ou consecutivas que variam histórica e culturalmente.

Nesse sentido, nenhum limite filosófico cabe para identificar fases da vida culturalmente determinadas. Portanto, como sugere Pais (1996), os jovens devem ser vistos, analisados e estudados, profundamente, através de seus cotidianos, a partir de seus contextos vivenciais. Segundo ele, só assim será possível decifrar a natureza das continuidades e descontinuidades intergeracionais.

VII. Jovens assentados: uma interpretação cultural dessa fase da vida

Ao recuperarmos algumas análises desenvolvidas neste texto, analogicamente ao trabalho de Pais (1996), podemos notar que o conceito de cultura juvenil, tanto para a corrente geracio-

nal como para a corrente classista, vai estar associado à cultura dominante, ao urbano, às estruturas de classes integradas.

Há muitos séculos atrás, os primeiros estudos que se preocuparam em definir o conceito de juventude, tentaram demonstrar as funções sociais desta etapa da vida. Assim, procuraram entender a juventude a partir do papel que os jovens desempenhavam na sociedade, numa etapa da vida anterior àquela em que o indivíduo atingia sua condição de adulto. Procuraram demonstrar, também, a uniformidade que apresentava a categoria juvenil, por possuírem características em comum. Os jovens foram considerados membros de uma mesma geração, pelo fato de ocuparem a mesma localização social. Possuíam características próprias por terem, numa dada fase da vida, além de idades afins, compartilhado também, uma série de experiências em comum.

Definiram o estilo característico da juventude. Indivíduos com idades afins, que se opoem às gerações subjacentes, eram capazes de garantir a continuidade e as diferenças entre as gerações.

Mas, o processo de transição da passagem do jovem para a vida adulta torna-se bastante difícil, devido à complexidade de organização da sociedade moderna. Com o desenvolvimento do capitalismo, e o conseqüente aumento da desigualdade social, aumentam as dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho, e frustram-se suas expectativas de ingresso no mundo dos adultos.

Assim, o jovem acaba por questionar, de forma rigorosa, os valores e as normas da sociedade que o exclui. Ao mesmo tempo, absorve características e experiências de outras categorias, reforçando ainda mais a relação de oposição e contraste existente entre uma geração e outra.

Precisamos, porém, estar sempre atentos para os vários aspectos que permeiam a problemática da juventude. Nunca pode-

mos perder de vista, que esta fase da vida, chamada juventude, resultado de um processo específico, é culturalmente definida. Se considerarmos, ainda, que a cultura, em nosso tipo de sociedade, sofre fragmentação e clivagens, originadas das transformações de classes, grupos, regiões e das relações rural-urbano, com todas as suas nuances, aquilo que se pretende definir culturalmente é carregado de diversidade.

Para a corrente geracional, as culturas juvenis são entendidas em oposição à cultura dominante das gerações mais velhas. Já a corrente classista procura explicar as culturas juvenis como forma de resistência à cultura da classe dominante. Em ambos os casos, diria Pais (1996), as culturas juvenis aparecem subordinadas a uma rede de determinismos que estruturalmente se veiculariam entre cultura dominante e subculturas.

Neste trabalho, procuramos entender as culturas juvenis a partir de uma análise do cotidiano dos jovens,

[...] porque é cotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de pensamento, de percepção e ação. [...] Mais que fazer uma dedução dos modos de vida dos jovens a partir de um centro imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estar prioritariamente aberto a uma análise ascendente do modo de vida dos jovens, partindo de seus mecanismos infinitesimais, das estratégias e táticas cotidianas, tentando perceber como esses mecanismos são investidos, utilizados, transformados, quais são as suas possíveis involuções ou generalizações (PAIS, 1996, p. 56).

Desta forma, fica claro para nós, que o jovem deve ser pensado culturalmente, como produto de um processo cultural que,

ora lhe é próprio e específico, ora se inspira na cultura dominante.

Assim, pode-se dizer que a juventude se caracteriza a partir de suas experiências cotidianas, pois, aquilo que o jovem faz e a forma como são conduzidas suas ações, no espaço social do qual faz parte, é o que contribui para a formação de um perfil diferenciado em relação à geração adulta.

Apesar de tanta especificidade, é preciso entender e explicar as culturas juvenis associadas a um universo de análise, em que estão presentes regularidades comuns entre os jovens, mas também diversidades entre eles. É necessário compreender e respeitar estas diversidades do modo de vida dos jovens, pois, só assim, será possível perceber as representações que os jovens fazem da sua realidade e o “[...] significado que dão às suas ações e as suas atividades cotidianas” (PAIS, 1996, p. 60).

Pensando a sociedade moderna, e as mudanças significativas de caráter político, econômico e social, que a mesma vem sofrendo neste início de século, é de fundamental importância considerar os estudos realizados por alguns pesquisadores. Estes estudos procuram esclarecer a origem de uma cultura juvenil formada no decorrer do processo de transição do jovem para a vida adulta.

Um destes trabalhos é a contribuição de Souza (1998), no qual realiza algumas considerações sobre a cultura adolescente-juvenil. No trabalho, o autor recupera os estudos realizados por Edgar Morin que, através de minuciosa análise da sociedade moderna, aponta alguns fatos significativos que permitiram a formação da juventude. Entre estes fatos, nas suas devidas proporções, e com diferenças entre vários países, destaca, além da escolaridade prolongada,

[...] a urbanização, a diminuição da importância do setor primário e da população camponesa, modificação da estrutura da PEA (diferenciação da PEA urbana,

aumento das ocupações técnicas e não manuais, ampliação do assalariamento), crescimento numérico e da importância política das classes médias (criação de um espaço mesocrático nas sociedades), expansão da educação e aumento da escolarização, crescimento dos serviços sociais do Estado, crescimento dos meios de comunicação de massa (SOUZA, 1998, p. 50).

Partindo desses princípios, verifica-se, como já foi dito, que o aparecimento de uma cultura juvenil, segundo Morin (1981), vai se constituir por volta de 1955.

Já na década de 60, o surgimento de uma cultura juvenil vai assumir alguns traços característicos. Nesse processo de relações intergeracionais, os jovens apresentam uma certa ambiguidade, aderindo e consumindo os produtos simbólicos que representam os valores da modernidade e, ao mesmo tempo, recusando e revoltando-se contra a sociedade de consumo.⁸

Apesar de alguns estudos também indicarem que a juventude dos anos 60, procurava contestar a ordem e os padrões de comportamento vigentes, de uma maneira bastante autoritária, não foi isso que se viu nas décadas seguintes.

Depois dos anos 70, a juventude torna-se fragmentada num cenário sem grandes participações de grupos juvenis.

O movimento estudantil perde a sua importância e a contracultura sua força. Nos anos 80, sobressaem entre

⁸ [...] Dentre os movimentos juvenis, a década de 60 não marcou apenas o aparecimento dos *skinheads*. Caracterizando-se por ser um momento de grandes transformações culturais, ela também foi a época do desejo de revolução cultural, da recusa à sociedade de consumo, de busca de renovação social, de desconfiança nas práticas políticas tradicionais, da afirmação da não violência e do *flower power*. Ligado a esses valores, surgiu o movimento *hippie*, que foi um fenômeno ligado à classe média. Em contraponto, grupos de jovens oriundos da classe operária passaram a se auto afirmar com um estilo oposto ao dos *hippies*, não sendo, assim, de se estranhar que os *skinheads* (cuja origem é predominantemente proletária) não gostassem deles e se opusessem ao seu pacifismo (SOUZA, 1998, p. 51-58).

os movimentos jovens as tribos (bandos, estilos, culturas, subculturas) ligadas a estilos musicais e comportamentais (roupa, ídolos, gírias etc.). Nos dias atuais esses grupos são representados pelos internautas, lutadores, clubers, patricinhas e mauricinhos, metaleiros, *skatistas* e os novos *hippies* (SOUZA, 1998, p. 55).

Mas nos anos 70 e 80, de acordo com Helena Abramo (1994), a categoria juvenil sofreu mudanças significativas em sua composição. Se em décadas passadas a juventude estava representada pela classe média, agora passa a abranger também jovens dos setores populares.

No caso do Brasil, as mudanças também foram significativas. Isso é o que demonstra uma pesquisa desenvolvida por Madeira (1986), na qual a autora analisa as transformações ocorridas na sociedade brasileira, no fim do século XX, apontando a influência de tais transformações na construção de uma identidade jovem. Neste estudo, a autora chama a atenção para o rejuvenescimento e feminização da População Economicamente Ativa na década de 70, no Brasil, e a consequente participação desta parcela jovem no mercado de trabalho.

Porém, ela procura transmitir a noção de juventude, caracterizando o jovem a partir de sua condição social e de trabalho. Pensa o jovem trabalhador inserido na classe operária, compartilhando com ela condições de vida e trabalho. Neste contexto, Madeira (1986) subdivide e classifica os jovens, de acordo com o Censo, considerando indivíduos de 15-19 anos como adolescentes e os de 20 – 24 anos como jovens. Mas tal classificação só é possível, se se levar em conta que as transformações sociais dos últimos anos desenvolveram

[...] diferenças significativas de expectativas de responsabilidades (com relação ao trabalho escola e lazer etc.) para cada um destes segmentos etários. [...] Por

isso entende-se que não se pode falar em juventude em geral, mas que há que caracterizar o jovem a partir de suas condições de vida, de trabalho e da classe a qual pertence (MADEIRA, 1986, p. 17).

Isso significa que a juventude deve ser vista como uma fase da vida, marcada por instabilidades associadas a problemas sociais de várias naturezas. Estes problemas revelam a emergência de novos padrões ao longo da última década, que definiram o rumo da sociedade moderna, atingindo jovens de ambos os sexos (MADEIRA, 1996).

O rejuvenescimento da PEA (População Economicamente Ativa) leva a pensar, então, na possibilidade da existência, hoje, no Brasil, de uma parcela da população, em certo grau, de homogenia. Essa homogenia deve ser pensada pela relativa autonomia que desfrutam os jovens em relação a outras categorias, resultando numa *identidade jovem*, que perpassa toda a sociedade brasileira.

Porém,

[...] a existência de uma identidade jovem assim demarcada, não permite falar genericamente da juventude brasileira. [...] Os jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos, ricos, remediados e pobres, integrados e marginalizados, do Norte e do Sudeste, jovens filhas, jovens mães, trabalhadores, estudantes, trabalhadores-estudantes. Naturalmente, cada uma das situações específicas, vividas pelo jovem, delimita a onipotência, as aspirações, os limites que os códigos sociais escritos e não escritos determinam, o nível de conflito, a maior ou menor responsabilidade (MADEIRA, 1996, p. 18).

Pode-se dizer, então, que no decorrer da década de 70, a população jovem, mesmo em meio a sua diversidade, inseriu-se na

sociedade moderna através do trabalho e da escola, induzindo e reforçando cada vez mais a autonomia, as aspirações e ambições juvenis, além dos conflitos entre as gerações. Daí a necessidade de se estudar o fenômeno em cada uma das suas manifestações.

Na década de 80, no terreno macrossocial, admite-se, em geral, que a juventude parecia apática em relação ao momento de transição que o país enfrentava. Era o fim da ditadura militar e o início do governo civil e democrático. Vários movimentos sociais emergiram em favor da redemocratização do país, mas, com a crise do movimento estudantil, a juventude encontrava-se tolerante e com uma postura menos crítica em relação ao sistema.

Nos anos 90, e na primeira década desse milênio, a juventude começa a modelar uma nova identidade, resultante de diferentes identidades juvenis. Ao perceber isso, a mídia e a indústria procuram apropriar-se do espaço aberto pelos jovens, e passam a oferecer-lhes uma cadeia de produtos interligados ao sentimento de juventude, capazes de integrar os jovens, fortalecer o mercado de consumo e enriquecer a indústria capitalista.

Neste sentido, o jovem reinventa o seu cotidiano, procurando satisfazer suas necessidades de socialização e lazer, consumindo os produtos oferecidos pela indústria moderna. Surge assim, uma cultura juvenil, exogenamente, criada pela cultura de massas.

Além disso, com o desenvolvimento da sociedade contemporânea, diversas pesquisas demonstram nos jovens uma tendência a emancipação. Os jovens procuram inserir-se precocemente no mercado de trabalho, obtendo assim um bônus que lhe permitirá ser igual aos adultos em direito e em liberdade.

Desta maneira, podemos considerar que, para se entender o perfil dos jovens assentados, é primordial pensá-los a partir do momento em que eles partem das cidades e chegam ao assentamento, quando ainda crianças na companhia de seus familiares.

Geralmente, essas famílias são advindas de pequenas cidades do interior, pois nelas dificilmente encontravam trabalho. Quando encontravam, trabalhavam como biscates em serviços temporários, ou ainda como trabalhadores volantes, nas épocas de safra, em fazendas próximas às cidades em que residiam.

Na cidade passavam fome, não podiam pagar impostos, aluguel e viviam em péssimas condições de vida, devido ao baixo salário que recebiam pelo trabalho que realizavam. Além disso, seus filhos ficavam fechados, trancafiados portão adentro de suas casas, devido ao medo da violência que o centro urbano provoca, podendo sair apenas para irem à escola, sob uma rígida vigilância de seus pais.

Quando chegavam ao assentamento, os trabalhadores rurais vinham na companhia de suas famílias, depois de muitas dificuldades encontradas no longo processo de luta pela conquista da terra, e da incansável alternância entre o rural e o urbano.

Ao se fixar na terra, procuram encontrar nela, ou através dela, toda a dignidade que a cidade não lhes proporcionou. Estando preso à terra procuram desenvolver algumas alternativas ou estratégias de sobrevivência, como resistência às mais variadas formas de opressão.

Essas formas são inerentes àqueles que, de maneira voraz, procuram expulsá-los da terra, ou ainda, diminuí-los enquanto cidadãos brasileiros, lançando mão de instrumentos poderosos quando sentem os seus interesses ameaçados por eles.

Mas as estratégias desenvolvidas pelos assentados possibilitam sua permanência na terra. Apesar de todas as dificuldades encontradas, suas soluções garantem uma melhor qualidade de vida, possibilitando almejar um futuro melhor para a família e principalmente para seus filhos.

Assim, nesta pesquisa, o jovem assentado foi abordado do

ponto de vista da cultura que possui. Por isso é que ele apresenta um perfil diferenciado em relação ao jovem da cidade. O seu perfil é construído a partir do seu modo de vida. São as experiências vivenciadas no assentamento, suas histórias de vida, aquilo que ele faz e como são conduzidas suas ações no espaço do qual faz parte, que contribuem para a formação de um perfil diferenciado.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: panks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta Ampocs, 1994.

ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B.; D'AQUINO, T. **Assentamentos de trabalhadores Rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente**. ANPOCS, 1989, Caxambu, p. 253-280.

BORDIEU, P. L'école conservatrice: les inégalités devant l'école et devant la culture. **Revue Française de Sociologie**, VII, 1966.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASLAVSKY, C. **Juventud y sociedad en la Argentina**, CEPAL, 1985.

ESTABLET, R. A Escola. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro: tempos brasileiros, n. 35, out./dez. 1973.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIAMENGUE, E. C. **Entre o espaço vivido e o espaço sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de**

Trabalhadores Rurais. Araraquara, 1997. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Unesp.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado:** formação de empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis. 1980.

MACHADO *et. al.* A transcrição da Fala do Homem do Campo: fidelidade ou caricatura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: Questionando pressupostos e sugerindo pistas. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, ago. 1986.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e Sociedade**, 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (org.) **Karl Mannheim**, São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. The Problem of Generations. In: **Essays on the Sociology of Knowledge**, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1952, p. 290.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**, São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX** – o espírito do

tempo-I, Neurose, 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.

NUNES, A.S. **Sociologia e ideologia do desenvolvimento**. Lisboa: Moraes Editores, 1968.

PAIS, J. M.. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga M. **Experimentos com histórias de vida**, São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

_____. Relatos Oraais: do “indizível” ao “dizível”. **Ciência e Cultura**, v. 39, 272-286, 1987.

REIS, S. A. **O Engenho Velho e os Batista de Carvalho**. Araraquara, 1996. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.

SADER, E. **Quando os novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, L. C. C. de F. **Publicidade e Contemporaneidade: estilos de vida e juventude**, São Paulo, 1998. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). PUC-SP.

WHITAKER, D. C. A. **Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico da cana**. São Paulo, 1984. Tese. (Doutorado), FFCL, Universidade de São Paulo.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. In: _____. **Retratos de assentamento**, NUPEDOR, ano II, n. 2, 1995.

A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE JOVENS PROFISSIONAIS DA ESCOLA DE FOTÓGRAFOS DA MARÉ, RJ

*Marilia Salles Falci Medeiros**

*Minhas fotos têm cheiro do povo, porque eu
amo o povo. Não há produção em cima de minhas
fotografias. Elas representam a minha vida. Busco o
que há de mais autêntico, por isso não tenho técnica.
Deixo o povo viver quando fotografo a festa popular.
É o momento de espera desse povo que sofre.*

(Marcel Gautherot)

Introdução: O início de um percurso

Este texto faz parte de uma pesquisa que ainda está em curso com os alunos da Escola de Fotógrafos da Maré, mas que

* Professora associada do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ). Líder do Grupo de Pesquisa LATIC – Laboratório de Trabalho, Identidade e Cultura. E-mail: marilia.mf@uol.com.br.

já podemos escrever sobre alguns resultados. Estes alunos são jovens entre 15 e 28 anos de origem das classes populares, e que habitam o chamado Complexo Maré. Seu objetivo central é analisar o processo de aprendizagem profissional dos jovens através da pedagogia de formação proposta desta Escola – uma formação peculiar se revela nas identificações dos jovens com determinadas propostas estéticas, técnicas e éticas.

Para a realização deste estudo foi necessário analisarmos dois objetivos centrais. O primeiro, descrever a proposta pedagógica da Escola, seus princípios norteadores na construção de um novo olhar social. Nesta parte analisamos também a forma como esta proposta é transmitida e o papel dos professores neste processo. Foi necessário traçar o perfil dos alunos e também dos professores para a compreensão desta relação social. Os professores deram uma enorme contribuição na construção dos objetivos da formação e permitiram fazer dela uma proposta original. A proposta pedagógica da Escola é inovadora, no sentido de não apenas ensinar a fotografia, mas ensinar a pensar os problemas da comunidade e usar a fotografia como instrumento deste pensamento.

O segundo objetivo avalia o processo de inclusão profissional dos jovens formados pela Escola. O processo de formação se propõe ser engajado. Isso significa que os jovens fotógrafos, têm um olhar construído pelos princípios e conteúdos fornecidos pela Escola, valorizando um olhar estético em que predomina a crítica social. É na prática profissional que os alunos vão expressar suas identificações profissionais despertadas e discutidas no processo de formação técnico. Neste sentido, nos é permitido analisar como esta formação atua concretamente no mercado de trabalho.

Segundo os professores, não são poucos os casos de alunos egressos da Escola de Fotógrafos da Maré que se projetaram socialmente, com fotografias artísticas ou mesmo jornalísticas e artesanais. Neste cenário, pretendemos descrever trajetórias

profissionais, que possam permitir a análise da contribuição da Escola no processo de profissionalização dos jovens. Acreditamos contribuir para avaliar os avanços desta pedagogia de formação, na possibilidade de sugerir estratégias para evitar recuos ou retrocessos, durante o processo de ensino e formação desses jovens fotógrafos populares da Maré. Não é nossa intenção apenas descrever o processo de formação pedagógica, mas, sobretudo, avaliarmos o processo de inclusão profissional, na medida em que a Escola constrói identificações profissionais que vão se manifestar no mercado de trabalho concreto. Estamos diante de uma proposta inovadora, no sentido de não apenas ensinar a fotografia, mas também de refletir os problemas da comunidade e de usar a fotografia como instrumento deste pensamento.

O movimento de inclusão visual

O movimento de inclusão visual tem como fundamento o papel social da educação através das imagens. Thiago Zanotti Carminati em uma dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, intitulada *Imagens da Favela, Imagens pela Favela: Representações de si e do outro nas Imagens do Povo*, faz uma abordagem sobre o Movimento de Inclusão Visual que adquire no Brasil um importante papel nas comunidades carentes da sociedade. Segundo o autor, a inclusão visual, são iniciativas ancoradas numa pedagogia *com e da* imagem e estão em desenvolvimento nas favelas do Rio de Janeiro (CARMINATI, p. 45).

Esses projetos de inclusão visual buscam trabalhar a imagem como ferramenta pedagógica apostando em sua produtividade enquanto uma linguagem, e não somente como mediadora privilegiada no ensino de conteúdos. Portanto, é o processo de

ensino-aprendizagem da linguagem fotográfica que está sendo colocado em jogo. Para Carminati, a autorrepresentação fotográfica dos “favelados” pode significar uma nova chave para superação da lógica dicotômica, por meio da qual a favela é representada. Classificada e entendida apenas com a circulação dessas “imagens de si” num espaço cada vez mais amplo na cidade, isto é, com a inclusão visual, essas imagens poderão ser capazes de afetar o “mundo”. Por isso, os projetos de inclusão visual (através da fotografia e do vídeo) precisam de investimentos constantes para transpor, assim, o caráter intermitente dos projetos sociais, fazendo atingir um patamar que venha garantir ações continuadas no tempo e no espaço (CARMINATI, 2008, p. 67). O autor cita as experiências bem-sucedidas que devem ser tomadas como exemplo como o projeto “Revelando os Brasis”, de responsabilidade do Ministério da Cultura e que investe na imagem como instrumento visando promover o diálogo e, conseqüentemente, o reconhecimento das diferenças culturais e a tolerância, e a experiência da Escola e Agência Imagens do Povo.

Pensando num possível alcance em escala nacional as escolas públicas de ensino fundamental e médio passam a ser consideradas os focos da intervenção governamental. Em consequência, as emendas constitucionais à chamada Lei Darcy Ribeiro (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que determina as diretrizes e bases do ensino no sentido da inserção de conteúdos visuais nas grades curriculares, como, por exemplo, a proposta de emenda do Senador Cristovam Buarque (emenda n. 185), não podem prescindir da capacitação, sobretudo, dos professores para aquisição de noções-chave que tornem as imagens caminhos para conhecimentos, para além da exploração pedagógica da dimensão lúdica.

Assim, para Carminati a existência de projetos de inclusão visual não se restringe ao caso brasileiro. O conceito e sua aplicação estão em fase de disseminação em vários países. Citando

alguns exemplos, além do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Recife e São Paulo, os projetos de inclusão visual atuam também em Buenos Aires (Argentina), Cali (Colômbia), Marselha (França), em várias regiões do México, de Moçambique e da Índia, entre outros países.

O movimento de Inclusão Visual no Brasil conta como um de seus principais articuladores o fotógrafo e antropólogo Milton Guran. Com toda uma trajetória profissional dedicada à democratização da fotografia, figurando entre os pioneiros na fundação das agências fotográficas independentes, além de atuar na condição de ativista, Guran é formulador das bases conceituais do movimento. A razão de ser do movimento é sintetizada por Guran através da seguinte constatação:

[...] em todas as grandes cidades do mundo, uma parte importante da população é sistematicamente excluída da produção da própria imagem, sendo sempre e sistematicamente apresentada ao conjunto da sociedade sob o impacto da tragédia – catástrofes, guerra de quadrilhas e confrontos com a polícia – o que só faz aumentar o preconceito com essa parte da população. [...] Queremos mostrar a favela por dentro, um bairro como outro qualquer, e os moradores como gente comum (GURAN, cf. CARMINATI, 2008, p. 68).

Por isso, Guran nos diz:

Na representação mediática, quem detém os meios e produção da imagem representa o mundo a sua maneira. Isso quer dizer que constrói a imagem de si que melhor lhe convém, e representa o outro a partir das ideias preconcebidas do que este outro deve ser, para que o mundo funcione de acordo com os seus interesses. Sendo a fotografia uma representação do mundo visível, um rastro de vida, é a própria vida por trás da foto que faz o valor a imagem (GURAN, cf. CARMINATI, p. 69).

Por um lado, os projetos de inclusão visual tendem a “valorizar a autoestima”, a “formar profissionalmente os jovens e adultos”, isto é, proporcionar condições e instrumentos para o exercício da cidadania; por outro, ao “destacarem os pontos positivos de suas próprias relações sociais”, o aprofundamento da inclusão visual promove a “visibilidade social baseada no que essas comunidades possuem de melhor”, revertendo, assim, o quadro de isolamento social. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, onde se é possível experimentar uma forte proximidade territorial entre pobres e ricos, isto é, um padrão de segregação socioespacial muito diferente, por exemplo, do da cidade de São Paulo, a distância social permanece imensa. A propósito, Guran comenta:

[...] a inclusão das classes menos favorecidas ao mercado consumidor de fotografia amplia o alcance social da representação de si, constrói uma memória coletiva e individual mais sólida e, com isso, aumenta o sentimento de pertencimento a uma determinada sociedade, o que, certamente, ajuda a construir uma sociedade menos fragmentária e, portanto, menos explosiva. Dessa forma, o coordenador do movimento não deixa de acrescentar que a inclusão visual precisa ser parte de um movimento cada vez mais amplo de “democratização da cultura cotidiana e da cultura política propiciada, sobretudo, pelo advento dos meios eletrônicos e pelo surgimento de organizações não tradicionais (GURAN, 1992, cf. CARMINATI, p. 69).

Portanto, Carminati conclui com Guran que para os “favelados” se transformarem “em sujeitos da representação da sua própria história”, as iniciativas de inclusão a partir da produção imagética não devem estar desacompanhadas de projetos de alfabetização visual: “sem a ‘inclusão visual’ dos seus usuários, na hora de utilizar o computador não se dará a combinação da lógica do raciocínio com a magia da imagem” (citado por CARMINATI,

p. 70). Assim, pode-se concluir que o caminho para a inclusão social nos dias de hoje, deve obrigatoriamente unir o processo de inclusão digital ao processo de aprendizagem educacional.

Fundamentação teórica

O objeto fotográfico pertence a um conjunto de processos onde ciência, técnica e arte estão imbricadas na criação de um mundo de possibilidades no domínio da imagem. A fotografia, no final do século XIX começa a ser utilizada como arma de denúncia, característica que será muito valorizada por todo o século XX. Além desse papel, a foto é ainda uma fiel amiga dos viajantes, sejam daqueles que se deslocam para o universo longínquo ou daqueles que fazem viagens diárias pela própria metrópole. Nos anos 1930, haverá a valorização da linguagem fotográfica através do documentarismo americano. Devido à grande depressão de 1929, terá como consequência uma enorme situação de miséria de boa parte da população norte-americana a se estender até quase a década seguinte, quando os Estados Unidos entram na Segunda Grande Guerra Mundial. As dificuldades enfrentadas pelas populações e a crise que se estende no campo, faz o governo americano tomar algumas medidas para minorar o sofrimento da população.

A fotografia documental tem, pois, seu campo de atuação e denuncia através de fotógrafos isolados ou da grande imprensa. Mas a foto continua também a ser utilizada em outras disciplinas como a antropologia, história e sociologia. Nas ciências sociais e na história a fotografia tornou-se a melhor forma de registro do “outro” e da preservação da memória, como se deu no século XIX, criando áreas de atuação para fotógrafos onde estes podem aliar seu senso estético à eficiência do registro fotográfico.

Sylvian Maresca afirma:

A etnologia desenvolveu-se e afirmou-se por vias totalmente opostas. De fato, ela adquiriu legitimidade científica exatamente no momento em que (no início do século XX) os etnólogos começaram a praticar a fotografia: não tanto porque eles conseguiam transformar a fotografia em instrumento científico, mas sim porque sua prática exigia a pesquisa de campo (MARESCA, 1995. p. 331).

Segundo o autor, a etnografia negligenciaria a imagem fotográfica, pois o próprio procedimento etnográfico parecia inspirado no dispositivo fotográfico, de forma que a etnografia seria, falando-se propriamente, fotográfica sem precisar necessariamente sabê-lo. Enquanto testemunho da história, a fotografia, ainda nos primeiros anos de vida, passa a ser utilizada durante grandes expedições a terras ainda pouco conhecidas. Sua tarefa é documentar iconograficamente os modos de vida e os hábitos culturais. Os pesquisadores, até então membros integrantes dessas expedições, deixam seu trabalho para os fotógrafos e seu maquinário sofisticado, delicado e incômodo. Dessa forma, a fotografia vai sendo inserida na história das várias culturas humanas.

Fotografia e sociologia

Olhar, ver e pensar são ações intrínsecas e historicamente inseparáveis. Como arte, como documento ou fonte histórica, a fotografia é sempre produto do encontro entre o olhar humano e o aparato técnico (CIAVATTA, 2002, p. 18).

Os modos de ver e recortar a realidade, aprimorados por discussões científicas e avanços tecnológicos permitiram que as imagens fotográficas acompanhassem a trajetória de tantas humanidades por ela registradas. Como observou Arlindo Machado “ao invés de exprimir passivamente à presença pura e simples das coi-

sas, as câmeras constroem representações, como de resto ocorre em qualquer sistema simbólico” (MACHADO, 1984, p. 39).

Quando os jovens entram na Escola de fotógrafos eles passam a construir uma imagem marcada por suas histórias de vida, seu lugar de moradia, sua classe social e o processo de exclusão o qual está marcado o seu destino social. É na tentativa de mostrar a quantidade de códigos que perpassam a fotografia dos jovens da Maré, que vamos buscar entender o início da formação e reformulação destes códigos construídos na Escola de Fotógrafos da comunidade.

Procuramos o imaginário fotográfico destes jovens, pois como observou Martins, “a composição fotográfica é também uma construção imaginária, expressão e momento do ato de conhecimento social. É isto que vai tornar a fotografia e o documentário, um campo auxiliar das Ciências Sociais.” Isto quer dizer que a fotografia auxilia as percepções da realidade e revela a percepção, o imaginário do fotógrafo. É esta a dialética que pretendemos estudar: como os jovens documentam a realidade, como constroem suas imagens fotográficas, que por serem documentais revelam seu imaginário. Sua forma de ser é revelada por sua forma de ver. Explica o autor: “Dos sentidos, a visão é o mais interativo, pois o ver é, geralmente, recíproco, aquele em que o outro vê interfere no que nele vejo” (MARTINS, 2008. p. 49).

É a interpretação desta realidade que estamos estudando, pois sabemos que a realidade *strictu sensu* não está totalmente ao alcance da compreensão dos indivíduos comuns e para isto os indivíduos devem ir para além das aparências. Sabemos, portanto, que sem uma preparação não é possível compreender esta realidade. Os clássicos da sociologia foram unânimes ao afirmar que a realidade social não é transparente ao homem comum. É necessária a ciência para ajudar compreendê-la. Neste sentido, entendemos que a forma como os jovens percebem a realidade será usada nas suas fotografias, pois é esta recriação e interpretação que tornará

sua vida possível e inteligível. É neste ponto que se revelam os processos de identificação social como resultado de socializações e aprendizagens, formais e informais. Estamos, pois diante das bases de constituição das futuras identidades profissionais.

O primeiro artigo, intitulado *O camponês e a fotografia*, de Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu, surgiu de um estudo que se propôs a analisar os usos sociais e o sentido das fotografias e da prática fotográfica na sociedade camponesa do Béarn, no início dos anos 1960. O objeto é particularmente pertinente, pois a prática fotográfica na comunidade em questão não tinha um sentido estético, cumprindo antes a função de registrar cerimônias em que os participantes/praticantes produziam a imagem estetizada que pretendiam apresentar de si próprios. É usual afirmar que as fotografias populares são de mau gosto, toscas, banais etc.

Foi partindo dessa avaliação que Bourdieu classificou essas fotografias como “racismo de classe”, e o autor se põe a analisar sociologicamente a forma de suas construções: porque elas são assim: “feias”. Ou antes: o que essa estética peculiar revela de peculiar? Desse modo, as fotografias transformam-se em fontes essenciais para a análise sociológica, pois é uma espécie de “sociograma leigo” que permite descobrir, através dos registros visuais, relações sociais e papéis sociais.

Para Bourdieu, o conteúdo sociológico da fotografia está no modo de fotografar que diferencia classes ou categorias sociais, como classe média e os camponeses, que usam distintas concepções de imagens nos retratos e fotografias que fazem. Os camponeses se interessam por fotografias ingênuas, geralmente sem qualidade, desprovida de cuidados técnicos e intenções artísticas, a que se guarda nos álbuns pessoais e de família, em caixas de sapatos e gavetas, para ocasionalmente rememorar momentos excepcionais da vida em grupo ou lembrar pessoas.

Bourdieu ressalta um dos aspectos fundamentais do advento

da fotografia em sociabilidades camponesas tradicionais. Antes de ser um instrumento e anúncio do moderno e da modernidade, a fotografia é assimilada como peça de afirmação e de veículo dos valores, normas e instituições tradicionais e costumeiros, seja agregando-se aos significados próprios do rito matrimonial, por exemplo, seja incorporada como objeto de troca de dons. Funciona como sociograma vernacular que documenta as relações e as posições sociais, como descrição visual de proximidade e distancias sociais de presença ou ausência de imagem. Para essas populações, a fotografia não é anunciadora explícita de um novo modo de ver, mas antes, documenta a força social da velha visualidade pré-moderna, incorporada como corpo estranho e excepcional às relações sociais estabelecidas (BOURDIEU cf. MARTINS, 2008, p. 17).

Para Martins, é a fotografia [...] tomada pelo sociólogo em seus usos pessoais e sociais, pelo homem cotidiano e comum, como documento de sociabilidade, como expressão da diversidade de mentalidade e de perspectiva que se refletem na composição fotográfica e que expressam a vivência e a experiência diferencial numa estrutura de classes sociais. Martins demonstra que a fotografia utilizada pelo sociólogo tem uma perspectiva muito próxima de como o historiador utiliza os documentos escritos, depositados nos arquivos, depurada do invasivo que seria a fotografia feita propositalmente com intenção documental pelo sociólogo (MARTINS, 2008, p. 17-18).

Nestas circunstâncias o pesquisador tem como desafio procurar entender o que é a expressão do imaginário representado na fotografia e documentado pelo fotógrafo, quer nos dizer e nos revelar. Sua fotografia representa sua maneira de ser, manifesta sua forma de exprimir suas características sociais, dar a conhecer os elementos de sua história pessoal. São revelações de seu *habitus* de classe, que se materializam na construção de uma imagem fo-

tográfica. Esta é sua maneira peculiar de olhar a realidade que reflete e mostra suas identificações sociais, sua identidade de classe.

Guy Debord (1998) afirma que, na sociedade do espetáculo, a imagem possui a capacidade incomparável de mobilizar o indivíduo e a sociedade. Por isso, sua utilização para fins expressivos é problemática, já que pode, por exemplo, alterar a representação da realidade factual. A imagem pode corresponder a uma infinidade de enunciados acerca da experiência humana, fazendo com que a fotografia seja não apenas uma simples representação da realidade, como também um sistema simbólico de relações de poder.

Tal questão ganha destaque quando determinado segmento da sociedade se sente atingido por um ponto de vista carregado de estigmas sobre a sua realidade e essência, como é o caso das favelas cariocas e de seus moradores. Partindo desse pressuposto, a Escola de fotógrafos Populares, localizada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, propõe materializar uma fotografia engajada e solidária. Com onze meses de duração, um curso gratuito oferecido a jovens da comunidade propõe-se a formar novos profissionais e inseri-los no mercado de trabalho, sem deixar de se comprometer com a dimensão ética e política do indivíduo.

Nosso objetivo foi avaliar como essa metodologia é transmitida aos jovens e como eles se inserem na realidade do mercado de trabalho com uma nova identidade profissional e social. Neste sentido, observamos as expressões da identidade social de um grupo de jovens pobres da Maré, que se revela na construção de seu olhar fotográfico.

Contexto espacial da pesquisa: o Complexo da Maré

Neste início de século, a Maré se caracteriza como um dos espaços mais populosos do Rio de Janeiro. Além disso, está locali-

zada em uma das áreas, geograficamente, mais estratégicas do estado, pois está situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha e é cortada pela Linha Amarela – as três principais vias de acesso da cidade. O bairro, que fica na Zona da Leopoldina, Segundo André Esteves, em sua dissertação de mestrado *O Cidadão: um jornal comunitário na era da globalização*, a Maré se caracteriza pela proletarização de sua população, oriunda do Nordeste ou negra, apesar das diferenças entre as comunidades que a constituem. O complexo está situado em uma região à margem da Baía da Guanabara caracterizada primitivamente por vegetação de manguezal. Ocupados desde meados do século XX por barracos e palafitas, os manguezais foram sendo progressivamente aterrados quer pela população, quer pelo poder público (ESTEVES, 2011).

Os moradores, em geral, possuem baixa escolaridade e desenvolvem ofícios que exigem pouca qualificação profissional, por isso a renda familiar é reduzida. Um estudo feito pelo IPPLAN-RIO, atual Pereira Passos, com vinte e oito comunidades do Rio de Janeiro, situou a Maré em 11ª posição no Índice de Qualidade de Vida Urbana, um resultado muito próximo ao da média das outras comunidades. O estudo torna evidente a precariedade dos indicadores culturais e econômicos: o percentual de moradores com diploma de graduação, na década de 90, não chegava a 0,6% do total, enquanto o número de analfabetos alcançava o índice de 20%. Desse modo, o jovem da Maré tinha, cerca de, quarenta vezes mais chance de ter um parente analfabeto do que um universitário. No que diz respeito aos rendimentos, mais de 2/3 dos trabalhadores afirmaram receber menos de dois salários mínimos ao mês. Trata-se de um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, reunindo uma população de 132.176 pessoas, distribuídas em 38.273 domicílios, subdivididos em 16 favelas, o que representa 2,26% da população do município.

A urbanista Paola Berenstein Jacques observa:

A Maré não é simplesmente uma favela, mas o que se denomina um complexo de favelas, várias comunidades diferentes juntas, como se fossem vários bairros distintos, uma quase-cidade informal. Complexa Maré. Na verdade, a Maré é um dos laboratórios urbanos de habitação popular do país, onde inúmeras experiências habitacionais foram feitas nas últimas décadas. O próprio sítio sofreu tantas alterações que a própria maré que deu nome ao complexo já não existe mais; foram tantos os aterros, que o mar já ficou bem distante. [...] A diversidade de formas está patente nas diferentes comunidades do complexo. Quase todas as morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas referentes a habitações populares têm ou tiveram um exemplar na Maré: da favela labiríntica de morro ao mais cartesiano conjunto habitacional modernista, passando por palafitas em áreas alagadas e conjuntos habitacionais favelizados (JACQUES, 2002, p. 19).

No Complexo da Maré são desenvolvidas diversas ações de caráter sociopedagógicas, esportivas e culturais, articuladas e promovidas por várias instituições. Contam-se também outras formas de organização em que se envolvem os moradores visando à política e às atividades lúdicas, tais como as Associações de Bairro, o Grêmio Recreativo e outros.

A Escola de Fotografos fica situada no conjunto habitacional Nova Holanda, uma das comunidades do Complexo da Maré. Esse conjunto foi planejado e construído pelo poder público na década de 1960 durante o governo de Carlos Lacerda, sobre um aterro realizado ao lado do Parque Maré. O grande porte desse aterro influenciou a escolha do nome do empreendimento – Nova Holanda – uma vez que aquela região europeia foi formada, em grande parte, por aterros. Não se constituía, entretanto, em um conjunto habitacional, uma vez que foi concebido como um

centro de habitação provisório. O seu projeto era regular, disposto sobre uma malha ortogonal, com casas em série, idênticas, erguidas em madeira, em duas tipologias denominadas unidades individuais, simples e unidades duplas, em dois pavimentos.

Essas características não permitiam, originalmente, que fossem realizadas benfeitorias pelos moradores, registrando-se, em pouco tempo, a rápida degradação das unidades. Os seus primeiros moradores chegaram em 1962, oriundos da remoção da Favela do Esqueleto (atual campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da remoção da Praia do Pinto, da remoção do Morro da Formiga, da remoção do Morro do Querosene e das margens do Rio Faria-timbó, sob a coordenação da Fundação Leão XIII, que controlava tanto o processo de remoção quanto o gerenciamento dos centros de habitação provisória.

Os alojamentos deveriam servir como uma etapa intermediária no assentamento definitivo dessas populações em Conjuntos Habitacionais na periferia da cidade. Entretanto, por falta de continuidade política do projeto, em casas provisórias de madeira, acabaram por se tornar definitivas, registrando-se a favelização do conjunto na medida em que cada morador introduziu modificações arquitetônicas conforme as próprias necessidades e a seu próprio critério. A falta de serviços básicos, os conflitos que foram surgindo e o rígido controle da Fundação Leão XIII levaram ao estabelecimento da associação de moradores na década de 1980. Com a atuação do Projeto Rio, do Governo Federal, o conjunto se consolidou como uma das maiores aglomerações de baixa renda da cidade.

A Escola de Fotógrafos

A Escola de Fotógrafos da Maré está ligada a uma estrutura que envolve três seguimentos: uma Escola, uma Agência e um

Banco de Imagens. A Escola de Fotógrafos e a Agência Imagens do Povo, idealizada pelo fotógrafo João Roberto Ripper em 2004, estão vinculadas ao Observatório de Favelas por terem objetivos muito parecidos e comuns: possuem seus escritórios e produzem conhecimentos e imagens neste mesmo espaço.

Ripper tem como marca registrada da sua carreira o fato de traduzir com imagens realísticas as dificuldades, os anseios, as lutas e também as boas iniciativas das populações carentes. O resultado dessa dedicação resultou num substancial material fotográfico, que vai da vida do homem do campo ao habitat indígena, da seca do Nordeste ao ambiente urbano, do trabalho escravo de carvoeiros a crianças em Mato Grosso do Sul. Em 1972, com 19 anos de idade, Ripper ingressou na carreira de repórter-fotográfico na *Luta Democrática*. Vieram em seguida o *Diário de Notícias*, a *Última Hora*, a sucursal carioca do *Estadão* e *O Globo*, sem contar os muitos trabalhos como para vários outros jornais e revistas. Isto até ele perceber que gostaria que suas fotos tivessem o poder de levar as pessoas a refletir sobre a realidade registrada através de sua câmera sem estereótipos – apenas um retrato fiel da desigualdade social que o incomoda muito. Resultado: deixou *O Globo* e foi participar da criação da Agência F4. Quando deixou a F4, Ripper criou o Projeto Imagens da Terra, em que seu olhar sobre a vida dos trabalhadores rurais viria a contemplar seu grande sonho: a fotografia a serviço dos direitos humanos. A experiência durou oito anos e foi o ponto de partida para seu trabalho atual.

Uma entrevista realizada com um professor sobre os financiamentos e patrocínios da Escola é bastante esclarecedora:

São várias instituições que colaboram e patrocinam os projetos, Ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2007, Furnas em 2006, a UNESCO e o Itaú, em 2009. Segundo as entrevistas com alunos, até

o ano passado, a Escola tinha um projeto denominado Revelando Brasis. Este é um projeto que está ligado ao Ministério da Cultura. O Revelando Brasis é um projeto que tem oficinas de vídeos para moradores de até 20 mil habitantes. Quando eles vêm ao Rio na Maré eles dão aulas de roteiro, vídeo e etc. A seguir estes vídeos serão exibidos em outras comunidades brasileiras. Tinham uma caravana que ia apara o sul, uma para o Nordeste e outra para o Norte do país.. Os fotógrafos da Agência Imagem do Povo se incorporava ao projeto e iam acompanhando estes trajetos e fotografando todo o processo.

Segundo entrevista com alunos e outros professores, não são muitas as pessoas que trabalham na parte da administração, o que às vezes dificulta a aquisição de patrocínio para a Escola. A ideia de Ripper é que, através do amadurecimento e aprendizagem dos meninos, com o tempo eles mesmos acabem assumindo o comando da Escola. Ele parte do princípio que os próprios moradores, assumam o protagonismo da ação. Para ele é tão importante expor os trabalhos não só fora da favela, mas também dentro da comunidade. É necessário adquirir este equilíbrio.

Indagado sobre as origens e significado social da Escola da Maré, Fábio Caffé, um dos seus professores e ex aluno da Escola, nos deu o seguinte depoimento:

A Escola surgiu em 2004. Toda a sua história que é a minha também é inspirada na trajetória de João Roberto Ripper, um fotógrafo documentarista, talvez o mais importante do Brasil. Ele tem a questão do olhar solidário em relação aos espaços populares o fundamento de sua profissão e o seu modo de ser no mundo. Ele documenta: a questão indígena no Mato Grosso do Sul há ais de 16 anos. Além disso fotografa também outros problemas sociais como o trabalho escravo.

Na década de 1990 surgiu na Favela da Maré um movimento muito forte das Associações de Moradores da Nova Holanda e de vários outros espaços de habitação de pobres favelados na região. Havia ONGs que vinham de fora da Maré e também aquelas criadas dentro da comunidade. Nessa época era difundida uma visão positiva sobre as ONGs e Associações de Moradores. Desta maneira, Caffé nos fala que foi neste território e neste ambiente que Ripper criou a Escola de Fotógrafos com alunos da comunidade local:

Foi no movimento de surgimento destas várias ONGs na Maré que vai surgir o Observatório de Favelas. Ripper foi convidado a usar o seu olhar solidário e fotografar a Maré. O que havia de novo nesse olhar? Até então as representações sobre a Maré eram somente elaboradas pela Imprensa e a mídia, enfatizando a questão da violência, da pobreza e do crime organizado. Dessa conversa com Ripper é que surgiu a idéia de criar uma Escola de Fotógrafos com moradores da própria favela. Ripper propunha se descolonizar o olhar dominante na favela, influenciado pela mídia oficial e alarmista.

Assim Ripper compreendeu que mais importante que fotografar a favela foi formar os fotógrafos para que estes pudessem adquirir sobre a localidade um olhar solidário. Ripper sabia que este olhar era construído e preparou os meninos para que eles pudessem ver a si mesmos e romper com o padrão dominante nos jornais, revistas e TVs. Era um olhar “de dentro”, rompendo com o olhar “de fora”. Carminati descreve essa questão em sua tese de doutorado:

O fotografar e o olhar são verbos no gerúndio para a Imagem do Povo, uma vez que seus focos estão lançados em processos irrealizados de um projeto político mais amplo: o de transformação das condições

que mantém os favelados em posições subalternas. Por isso, o olhar periférico é um olhar em construção permanente e, no limite, sua realização implica na negação de seu caráter periférico (CARMINATI, 2008. p. 19).

Não basta ser morador da periferia para ter capacitação de conseguir captar e ter um olhar consciente e solidário. É necessário algo mais que isso. É este algo mais que a Escola vai trabalhar no despertar do sentimento de pertencimento dos jovens da Maré. É este sentimento que vai permitir o surgimento do olhar solidário.

Ripper, por também ter sido fotógrafo de grandes jornais, conhecia muito bem o modo como se faz jornalismo na imprensa brasileira. Também Perseu Abramo, que também passou pelas redações dos grandes jornais brasileiros, escreve:

Uma das principais características do jornalismo brasileiro hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação, O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. Mas esta relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade apenas para apresentar outra realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, criada e desenvolvida e apresentada no lugar da realidade real (ABRAMO, 2003, p. 22-23).

Assim, segundo o autor a concepção dos órgãos de comunicação é que há fatos *jornalísticos* e fatos *não jornalístico* e desta forma se faz a ocultação e a deforcação do real: “Os critérios para esta seleção não estão necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões e na linha editorial do veículo de imprensa” (ABRAMO, 2003, p. 27).

São pois as classes populares vítimas desta construção distorcida que fala Abramo. Esta distorção é acentuada na medida em que a mídia classifica e cria esteriótipos do mundo das favelas, como um lugar de assassinos sanguinários, pessoas cruéis capazes de despertar o medo e terror. A violência é um dos mais rentáveis produtos jornalísticos. Desta maneira a mídia construiu no Brasil um imaginário que criminaliza a pobreza. E as favelas

[...] devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal (WACQUANT, 2005, p. 7).

Foi necessário desconstruir aqueles personagens (os favelados) e aquele lugar, (a favela), difundidos pela mídia na Escola de Fotógrafos da Maré. Ripper propôs ensinar aos alunos ver uma outra favela, um outro lugar. Não um local negativo de vícios, crime, região – problema da cidade. Foi necessário construir outros personagens, mais reais e que são tão normais como moradores de quaisquer outros bairros da cidade. São as mulheres e homens trabalhadores, que têm família, e que são capazes de ser tão cidadãos como os outros do asfalto. Esta será a realidade enfocada e percebida que vai ser enfatizada pela Escola.

Convivemos no Brasil com várias representações sociais sobre a favela. Nosso imaginário social é povoado pela lembrança dos anos 1940 e 1950, quando tanto os sambas de Cartola e Nelson Cavaquinho quanto as pinturas etnográficas de Di Cavalcanti descreviam a favela com um mundo edênico ou lugar da festa de “nossos trapos coloridos”, trazendo a imagem dos ícones que construíram a cultura brasileira e, sobretudo, do Rio

de Janeiro. Zaluar e Alvito nos enfatiza esse dualismo das nossas representações, ora a favela sendo um símbolo de nossa cultura popular, ora como hoje, um território de violência e do tráfico de drogas (ZALUAR e ALVITO, 2003).

A este respeito podemos citar Trindade de Lima (2005, p. 219):

os discursos sobre a exclusão social e os espaços de moradia dos excluídos baseiam-se numa estrutura narrativa e de argumentação que se fundamenta em um pensamento dual que marca uma visão construída historicamente sobre a pobreza urbana.

Nessas representações de nosso imaginário social, há, portanto, uma cidade partida que choca todos aqueles que chegam dos países que já fizeram há anos uma larga inclusão social, sendo agora questionados pelos desafios do neoliberalismo. Quando estive no Rio de Janeiro em 2009, o sociólogo Loïc Wacquant esteve na parte mais alta do Morro da Santa Marta e observou a vista panorâmica que abrangia o Pão de Açúcar, o ancoradouro do Iate Clube, os prédios da classe média carioca e os milhares de barracos encravados nas encostas da cidade. Chocado disse para os jornalistas que o acompanhavam:

Daqui se vê o Brasil de primeiro mundo e o da pobreza lado a lado. Hoje vimos que lá as pessoas trabalham vivem uma rotina na qual as crianças brincam nas ruas. Não vou negar que há muita pobreza, mas a representação desse território como uma área totalmente destituída, desorganizada, precisa ser modificada. Elas não são um agregado de pessoas pobres sem cultura.

Para Wacquant “a imagem das favelas não pode ser de um lugar infernal, repleto de violência. O sociólogo analisa o processo de estigmatização econômica e territorial enfatizando a necessidade de mudar a representação negativa desses locais

pobres, tidos como circuitos selvagens. Ele menciona os guetos norte-americanos, que costumavam ser um território onde os negros tinham orgulho de morar e viver e não só como lugares temidos (WACQUANT, 2005, p. 52-53).

Para o autor os guetos são um espaço homogêneo onde há um tipo de população. É uma cidade separada dentro da cidade. Torna-se necessário ter cuidado no uso desse termo, pois pode aumentar a estigmatização e a violência. Para o autor, os guetos sempre foram uma forma de controle étnico-racial, para que uma categoria estigmatizada não contaminasse o resto da sociedade.

Continuando falar sobre as favelas do Rio de Janeiro observa o autor:

As favelas do Rio são comunidades de trabalhadores. A dinâmica da guetificação vem das classes mais altas, que querem criar seus guetos, seus bairros fechados. Quando saí das favelas no Rio que vi grandes prédios de classes médias e altas, vivendo gradeadas, como prisões. São prisões limpas, bonitas, autoimpostas, nas quais as pessoas escolheram viver. É nestes locais que as classes altas e médias escolheram se segregar”. “As favelas cariocas são mais antiguetos do que guetos. O que os seus moradores querem é serem iguais ao restante da cidade.” Neste raciocínio não podemos falar de um processo de “guetificação” nas favelas brasileiras (WACQUANT, 2009).

Sobre essa sensibilidade, João Roberto Ripper foi enfático. Não só é necessário ensinar a fotografia, mas também educar através da arte os jovens pobres e estigmatizados da Maré e ensiná-los a se representar como de fato eles são e refletir a sua realidade. Assim Ripper propôs uma formação para os jovens fotógrafos, muito mais ampla que o mero manuseio das técnicas elementares da fotografia. O que foi proposto era a formação de

agentes multiplicadores, que inclusive se constituiriam em quadros para a Agência Imagens do Povo.

A Escola de Fotógrafos e sua estrutura de funcionamento

O Curso é constituído de aulas teóricas e práticas. Sua grade curricular composta por três módulos de 180 horas cada um. Estes módulos são divididos entre história da fotografia, edição, indexação, tratamento, montagem e manutenção de micro computadores e, também aulas de inglês quando tem colaboradores disponíveis.

Para ser incluído no projeto da Escola de Fotógrafos não é preciso ser morador da favela, embora grande parte dos alunos seja da comunidade. O critério de exigência não é portanto a classe social do jovem. Para se tornar um aluno e depois um fotógrafo da Agência Imagem do Povo o que é requerido é o compromisso com a comunidade. Este compromisso vai se expressar e manifestar no seu olhar fotográfico. Os problemas da comunidade serão sobretudo seu grande compromisso.

Sobre a profissionalização do estudantes, Fábio Caffé, observa que as práticas pedagógicas da Escola dialogam com o pensamento de Paulo Freire. Neste sentido a Escola valoriza e respeita a história e a cultura de origem dos seus alunos. Como propõe Paulo Freire, é necessário a junção entre os diversos saberes e as diversas experiências dos educandos. “Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais dos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 2006. p. 30)

O papel dos professores nesta formação é fundamental. O professor tem o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos das classes populares trazem, pois como observa

Freire, este “é um saber socialmente construído na prática comunitária”, e é por isto que ele é interessante e valioso para o trabalho do educador. É no estabelecimento dessa “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm, que se funda os princípios pedagógicos da Escola de Fotógrafos da Maré. Neste sentido ela propõe uma implicação político/pedagógica, muito mais que um conhecimento técnico da câmera fotográfica e de como usá-la. Seu papel é de atuar como cúmplice de uma formação consciente e crítica que se expressará através do olhar fotográfico.

Como já foi mencionado Fábio Caffé, atualmente professor da Escola pode muito bem falar sobre a formação que é fornecida aos alunos:

A formação da Escola é muito rica. O estudante se prepara durante sete meses, em horário integral não aprende apenas a técnica fotográfica, ele tem aula sobre a origem da favela, sobre como usar a fotografia a favor dos movimentos sociais, sobre como ajudar a comunidade, na construção de uma outra visão sobre as favelas. Isso é um compromisso muito forte da Escola. Queremos mostrar uma favela bonita, sensual, alegre, e sobretudo capaz. Tentamos combater a visão estereotipada que por causa de 0,1% que estão no tráfico classificam também, 99,9% daqueles que são trabalhadores e estudantes. As favelas não podem ser generalizadas por um rótulo de uma minoria que está no crime.

Sobre o funcionamento da Escola, Fábio Caffé ainda observa:

A Escola forma vinte fotógrafos por ano. Os alunos que passam por ela estão mais do que capacitados para trabalhar em jornais, revistas, e etc. Se os alunos quiserem trabalhar podem com certeza, mas o que está acontecendo é que a maioria destes alunos se recusam a entrar

no mercado dominante, capitalista;. A maioria de nossos alunos não tem este interesse, Só escolhem projetos sociais. Tem uns que gostam de eventos e vão trabalhar com isso. Para mim surgiu a possibilidade de dar aulas de fotografia.. Foram crescendo tanto os pedidos para o ensino de oficinas de fotografia, que hoje a Escola já tem curso de formação educativa. Formamos agentes multiplicadores. O sonho do Ripper é que possa existir uma Escola de Fotógrafos para Quilombolas e também para Índios. A nossa luta é cada vez mais forte se for cada vez mais coletiva. Este é o sonho de Ripper.

Tem-se ainda casos como o de Francisco Valdean, como gosta de ser chamado e assina suas fotos, nasceu no povoado de Cachoeira Grande, no Ceará, mas aos 15 anos mudou-se para a Favela da Maré, no “rodo do êxodo rural”, buscando uma vida melhor. “Sempre quis estudar e lá não era possível”, conta. Aos 23 anos, ingressou na primeira turma da Escola de Fotógrafos Populares. “Houve a divulgação da turma, eu tinha o perfil e interesse por fotografia. Na época, trabalhava como auxiliar de serviços gerais, e fazia alguns cursos na área de informática”. Valdean foi monitor de sua turma, continuou no projeto e hoje, aos 30 anos, é gerente do banco de ‘Imagens do Povo’ e está no último ano de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Os temas dos alunos são variados e expressam muito bem em seu trabalho fotográfico a vida na favela: o cotidiano, as brincadeiras, as amizades, as moradias, os espaços coletivos de lazer e trabalho, religião, festas populares e também a natureza.

É possível perceber como eles buscam criar espaços novos nas representações fotográficas, que sejam capazes de contrapor ao jornalismo dominante. Fábio Caffé observando os principais trabalhos dos alunos descreve um episódio digno de ser lembrado. Com o patrocínio do Ministério do Turismo, os fotógrafos do Imagens do Povo, participaram de uma exposição intitulada

“Esporte na Favela” onde foi realizado uma exposição das fotos mais relevantes. Treze participantes da Imagem do Povo fotografaram os esportes realizados nas favelas cariocas, fugindo do interesse da mídia tradicional que só documentava as modalidades esportivas tradicionais: futebol, judô, volei e outras. Nas imagens retratadas pelos fotógrafos da Imagem do Povo, surgiram registros de brincadeiras populares ainda muito comuns nas favela: jogo de pião, bola de gude, pipa, caminhadas ou corridas, jogos de cartas etc.

Em sua entrevista, Caffé nos narra ainda os prêmios já adquiridos pelos alunos: “Sete alunos documentaram para a fotógrafa Marizilda Cruppe o tema a *“A favela se diverte”*. A Revista *O Globo* publicou matéria de Capa contendo oito páginas e totalizando 32 fotos dos alunos. Naquele ano 2007, a Escola de Fotógrafos Populares foi uma das finalistas do júri especializado, devido à grande repercussão da matéria. Após uma votação pela internet a Escola de Fotógrafos foi vencedora. Também naquele ano foi premiado Sebastião Salgado com seu trabalho sobre meio ambiente e Evandro Teixeira. Foi um momento de muita celebração para os alunos. Eles subiram ao palco Palco do Copacabana Palace, e receberam, juntamente com dois notáveis fotógrafos o Prêmio Faz Diferença de *O Globo*.

Outro episódio que marca o olhar solidário dos alunos ocorreu em 2007 fruto de uma parceria junto ao Ministério do Turismo. Os alunos da Escola e da Imagens do Povo, fizeram um trabalho, intitulado “Olhar Cúmplice” que foram expostos pela Caixa Cultural do Rio de Janeiro, para os jogos Parapan daquele ano. Os alunos documentaram os esportes realizados pelos atletas deficientes em sua maioria moradores das comunidades. Assim, fotografaram esportes discriminados como atletismo de cadeirantes, judô de deficientes visuais, futebol, entre outros. Tanto os trabalhos da exposição “Esporte na Favela” como

“Olhar Cúmplice” foram expostos no Palácio do Planalto em Brasília, ocasião em que os coordenadores e fotógrafos foram recebidos pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Como pudemos observar a Escola começa a ser reconhecida por seu trabalho e pelos alunos, que muitos terminam o curso e se tornam professores. Este é o caso dos fotógrafos Bira Carvalho e Rovená Rosa (2007) e Ratão (2010) que foram a Londres para participar dos workshops sobre fotografia. Em novembro do mesmo ano o fotógrafo Francisco César viajou para o México para lançar a exposição “Alma Carioca”.

É esse olhar que molda a vida e a maneira que os jovens fotógrafos da Maré representam suas vidas. Esta é a forma como compreendem e vão expressar o mundo que é reproduzido por suas máquinas fotográficas e que já começam a viajar pelo Brasil e também para fora do país.

Ao longo desses anos, o Programa formou cerca de 200 fotógrafos na Escola e 22 educadores, além de ter em torno de seis mil imagens no Banco. Mas o ‘Imagens do Povo’ enfrenta dificuldades para manter-se funcionando. A última turma da Escola de Fotógrafos Populares, por exemplo, formou-se em 2009 e, atualmente, busca patrocínio para abertura de novas vagas, assim como o Curso de Formação de Educadores em Fotografia, que formou sua primeira turma em dezembro de 2010, com técnicas de ensino e conteúdo de nível avançado, para potenciais agentes multiplicadores do ensino da fotografia em áreas populares.

Concluindo, podemos dizer que no Rio de Janeiro os bairros periféricos passam hoje por um extraordinário processo de mudança nas representações populares. Há movimentos artísticos e culturais dinâmicos em expansão, surgimento de grupos e associações de moradores cujo sentimento de pertencimento expressa um processo de autovalorização. Um sentimento identitário de “reconhecimento de si”. Tudo se passa como se essas populações

começassem a sentir necessidade de buscar um reconhecimento de si para que pudessem começar a se impor diante dos outros. As classes populares não querem apenas que os sociólogos, os antropólogos, os artistas ou jornalistas contem suas histórias, descrevam seu modo de vida ou narrem as suas fantasias. Parece que estão nos comunicando que eles já são capazes de escrever as suas histórias, filmar os seus destinos, representar os seus papéis e construir os seus personagens reais ou imaginários. Nós, os profissionais, os técnicos e cientistas, temos que passar o nosso “savoir-faire” e contribuir com reflexões políticas, para que eles mesmos dirijam seus destinos e destruam os mitos e os estereótipos com os quais conviveram por longos anos. Foi isto que Ripper muito bem compreendeu e lhes ensinou.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação da Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: Nota Sobre a Fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOURDIEU, Pierre et al.. **Un Art Moyen: Essay sur les Usages Sociaux de la Photographie**. Paris: Minuit, 1965.

CAFFÉ, Fábio. **Considerações sobre a Fotografia como Ferramenta de Inclusão Social**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, IACS, 2010.

CARMINATI, Thiago Zanotti. **Imagens da Favela, Imagens pela Favela: Representações de Si e do Outro nas Imagens do Povo**. Dissertação de Mestrado de Sociologia e Antropologia-FCHS/UFRJ. 2008.

CIAVATTA, Maria. **O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica**, Editora DPy A, FAPERJ, 2002.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2006.

ESTEVES, André. **Cidadão: um Jornal Comunitário na Era da Globalização**. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GURAN, Milton. Fotografar para Descobrir, Fotografar para Contar. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, 10 (1): 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a Arquitetura das Favelas Através da Obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

LIMA, Mário Hélio Trindade. **Exclusão Social**. Representações da Pobreza Urbana no Brasil. Vitória: Edufes, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A Ilusão Espetacular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARESCA, Sylvian. Olhares Cruzados – Ensaio comparativo entre as abordagens fotográficas e etnográfica. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005.

SILVA, Luiz A. Machado. A Continuidade do “Problema da Favela. In OLIVEIRA, Lúcia. L. (org). **Cidade: História e Desafio**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TEIXEIRA, Luiz Monteiro. **Educação Superior no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra MST: Da Concepção à Práxis.** (Tese de Doutorado), 2008.

VALADARES, S. Lícia Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALADARES. L. Cem Anos (re)pensando a Pobreza Urbana no Brasil. **Revista ANPOCS**, Pobreza Urbana, 13, ano 11, 1989.

WACQUANT, Loïc. **Os Condenados da Cidade**, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WACQUANT, Loïc. Jornal. **O Globo**, 2009.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). **Um Século de Favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FORMAÇÃO DE JOVENS PEDIATRAS E O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Augusto Caccia-Bava**
*Heloisa Bettiol***

A formação cultural dos jovens médicos

A formação médica, com vistas ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual comercial de meninas, crianças e adolescentes é o problema central sobre o qual nos debruçamos. Desde o final do século XX, se denuncia essa prática criminoso, local, nacional e internacional trazida por Aguayo (1998). Países latino-americanos foram citados como territórios de exploração sexual de meninas: Brasil, Colômbia, México e Venezuela, dentre eles.

* Professor doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Araraquara. Coordenador do Seminário Temático Segurança Urbana e Democracia desse Programa e líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Segurança Urbana, Juventude, Prevenção de Delito. É editor da revista *Segurança Urbana e Juventude* da mesma faculdade. E-mail: augusto@fclar.unesp.br.

** Professora doutora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, da Faculdade de Medicina da USP, Campus de Ribeirão Preto. E-mail: hbettiol@fmrp.usp.br.

No Brasil, as capitais dos estados em que se registram atividades turísticas mais desenvolvidas, como Ceará, Bahia e Rio de Janeiro, o fenômeno é identificável à luz do dia. Mas, pesquisadores indicam a relevância das denúncias de exploração sexual, também no Sudeste do País, perante o conjunto das regiões brasileiras: 51,39% do total de denúncias registradas e São Paulo destaca-se entre os estados da região. (TEIXEIRA et al., 2008, p. 195). A bibliografia latino-americana sobre a caracterização local desse fenômeno, da exploração de meninas, ainda é escassa, uma vez que só em anos mais recentes visualizou-se uma perspectiva ética de pesquisa e diagnóstico dessa situação, em especial através dos estudos de Gutiérrez et al. (2008).

O parâmetro ético que esses autores trazem se constrói a partir da convicção de que o enfrentamento teórico e prático institucional da exploração comercial sexual de meninas deve ter como referência maior, os profissionais formados para esse fim, que atuam nas áreas de Saúde, Assistência Social, Assistência Psicológica, Justiça e Educação, além da representação de comunidades urbanas. Neste ensaio buscamos identificar o conhecimento e a compreensão social de jovens médicos e médicas pediatras, como futuros profissionais, que já atuam como residentes, em hospital-escola, junto a crianças e adolescentes. Esses são por eles atendidos em unidades de Emergência, no próprio hospital-escola, ou em unidades de Saúde, de bairros periféricos da cidade de Ribeirão Preto. Para tanto, nos respaldamos em conceitos e referências teóricas e científicas sobre a proteção da infância e adolescência. É o que segue.

Para compreensão do perfil dos jovens médicos tomamos de início Keniston (1971), que caracterizou de maneira precisa o caráter principal da subjetividade juvenil. Para ele os jovens são aqueles que iniciam uma reflexão sobre o seu lugar na sociedade, descolando-se das referências familiares imediatas. Os jo-

vens médicos, em decorrência refletem sobre suas capacidades, a partir dos conhecimentos adquiridos, nos grupos, a partir dos quais constroem suas experiências cotidianas, como cidadãos, nas universidades que frequentaram e através das experiências iniciais como médicos residentes.

A formação cultural é um conceito central para compreensão desse processo juvenil. Construído no interior da tradição saxônica, foi exposto ao continente americano, também por Theodor Adorno. Em alemão corresponde a palavra *kulturbildung* e nos chega, através do inglês, como *culture building*. *Bildung* e *building* expressam a idéia de construção humana, ou ato humano construtivo. E, como construção humana, corresponde a um processo de constituição de valores referentes à integridade das pessoas. Nessa medida, o processo de formação cultural, pode ser definido como a experiência básica da transmissão e recepção de valores éticos e referências culturais, que dizem respeito ao reconhecimento e à proteção da integridade de cada um e de todos.

Theodor Adorno expõe esse processo apontando para a “crise da formação cultural” que envolvia, segundo ele, a Sociologia e a Pedagogia. A crise se evidenciaria por meio da “insuficiência do sistema e dos métodos da educação”. Essa insuficiência seria resultado do “poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles”, educadores e educandos (ADORNO, 1996, p. 388). A ressalva é fundamental, para compreendermos a discussão que ele realizará sobre a capacidade de educar as novas gerações. A possibilidade de formação das novas gerações, visualizada por Adorno seria truncada, o que indicaria um processo interrompido de desenvolvimento das capacidades de criar os próprios valores, de descobrir o significado das experiências humanas. Isso estaria ocorrendo em todas as sociedades ocidentais, ao longo da segunda metade do século XX e, daí em diante.

O conceito *culture building*, com o qual trabalharemos, indica um processo de formação cultural, que diz mais respeito aos conhecimentos decorrentes das experiências vividas, que cada grupo e pessoa que o integra adquirem desde a primeira infância. Como bem o atualizou Matos (1999) temos claro que as experiências culturais dos indivíduos são compartilhadas com seu grupo familiar, antes mesmo das partilhadas no processo de educação formal. É esse processo que forma o “repertório das pessoas”, como indica a Psicologia, que reúne valores que são referências para um posterior aprendizado metódico, científico e sistemático, que estão presentes em todos os níveis de ensino formal, do fundamental ao universitário. Os jovens médicos pediatras, em suas reflexões próprias sobre a sociedade trazem as referências culturais de seus grupos familiares, no processo de sua formação metódica de integração de conhecimentos científicos.

Assim, se os grupos de crianças, adolescentes e jovens vivem situações críticas, como de fato vivem, elas podem ser enfrentadas, no interior de instituições de ensino, ou instituições especializadas em matéria de análise médico-clínica, ou de assistência social e psicológica. Daí a importância do estudo do caráter social e cultural da infância, além dos aspectos jurídicos e normativos. Também da adolescência e da própria juventude, no contexto da formação médica. Por meio de literatura originária nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia, podemos ter conhecimento razoável do que se convencionou denominar categorias sociais, como devem ser consideradas, também, as crianças, os adolescentes e os jovens, ultrapassando a compreensão importante, mas insuficiente, que as trata nessas idades, como etapas biopsíquicos de desenvolvimento, quase que exclusivamente (Cf. CACCIA-BAVA, 2002, CACCIA-BAVA, 2004).

Nossas dificuldades e possibilidades em estudar o processo de formação cultural de jovens médicos pediatras decorrem de-

les se envolverem em experiências culturais, públicas ou privadas, informais ou institucionais, de maneira diversa dos adultos. E até hoje, registram-se poucas pesquisas sobre os jovens mais titulados e mais preparados para a intervenção em suas cidades, dentre eles os médicos. Mas, acompanhamos Schraiber et al. (2009), quando as cientistas enfrentaram o debate em torno das questões metodológicas vinculadas a parâmetros éticos, científicos e tecnológicos dos estudos da violência contra a mulher. Em primeiro lugar, por considerarmos as meninas, crianças e adolescentes, mulheres em processo de formação. Em segundo lugar, ao acompanharmos o esforço que elas propõem de trazer os objetos construídos no horizonte da Saúde Pública, para serem refletidos, também, num horizonte sociocultural.

Num terceiro momento, mais delicado, também somamos com a exigência de transitarmos da produção de conhecimentos científicos, cercados pelas fronteiras acadêmicas, com exclusividade, para o universo da produção de resultados empíricos e tecnológicos, que aproximem os aspectos socioculturais, aos aspectos médicos, propriamente ditos, dos fenômenos considerados de agravo à saúde feminina, dentre eles a violência, o abuso sexual e a exploração sexual contra a mulher, de todas as idades. (Cf. SCHRAIBER et al., 2009, p. 206 e segs.).

Para nós, como para outros tantos autores, citados neste ensaio, o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes meninas devem ser objetos de análise, no âmbito da Saúde Pública, sob todos os aspectos que pudermos identificar, através das primeiras referências empíricas, trazidas em nossa pesquisa: físicos, psíquicos, familiares, urbanos, delitivos, cultural e público-institucional. E nesse último contexto, pesquisadores e profissionais vinculados à atenção, tratamento e assistência social a vítimas e familiares devem ser municiados de instrumentos protocolares, para fundamentarem futuras bases de dados,

com vistas à prevenção de delitos. Um protocolo de intervenção institucional, como o proposto por uma médica entrevistada seria um dos instrumentos técnicos para operar processos de enfrentamento dessa prática delitativa de agressão à integridade feminina infantil e adolescente. E que explicita que se trata de instrumento para enfrentar abuso e exploração sexual.

Por fim, trazemos uma nuance que nos distingue das autoras aqui citadas, para interlocução. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são experiências criminosas, antes de poderem ser consideradas como práticas violentas, em geral, que também são. E por serem crimes, as referências aos autores dos delitos de abuso e exploração sexual devem ser circunscritas ao caráter criminoso de suas ações, antes de tudo. Vale dizer que as agressões a essas pessoas, que têm prioridade absoluta no âmbito da Constituição Federal, devem ter tratamento sempre especial, junto às instituições públicas do Estado, sob qualquer aspecto de sua existência.

E, uma última razão para distinguirmos abuso e exploração sexual, da violência em geral contra a mulher. Quem discute violência é, sempre quem não a sofre. E, quem a sofre, a denuncia ou se fecha em situação de abandono, o que nos leva ao desafio de trabalharmos, quantitativamente, dados sobre violência contra as mulheres, jovens e adultas e outros dados, qualitativamente distintos, da violência contra meninas, crianças e adolescentes. Essa discussão foi iniciada recentemente.

Passo a passo de um projeto realizado

As jovens e os jovens médicos que entrevistamos eram diferentes. Tinham idade entre 27 e 30 anos, alguns recém-completados 30 anos. Como todos se integravam aos mesmos gru-

pos de residentes, entrevistamos a quase todos. Buscamos nas entrevistas a compreensão do processo de sua formação cultural e teórica, em seus estados de origem, como o entendimento que tinham sobre questões sociais, que envolvem práticas de exploração sexual na infância e na adolescência. Esses jovens integravam os grupos de médicos residentes denominados R3 e R4, nas unidades de atendimento do Hospital das Clínicas da USP, Campus de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Essa cidade tem destaque no contexto nacional, pela excelência da formação universitária, além de se encontrar na região de maior produção de açúcar e álcool, base internacional dos agronegócios. Encontrava-se entre as dez cidades de maior renda per capita do país. Recursos materiais não faltam.

Iniciamos a pesquisa identificando os aspectos específicos da residência, como a configuração acadêmica do processo de formação de médicos pediatras, voltada à atenção de crianças e adolescentes, em situação de abuso, prostituição, ou exploração sexual. Antes, nos informamos, junto aos docentes coordenadores das residências médicas, sobre as práticas que potencializam o comprometimento desse grupo de jovens estudantes universitários, no enfrentamento desse delito, contra a infância e a adolescência, também em outras cidades de referência para eles.

Aplicamos os parâmetros metodológicos de Telmo Caria, ao considerarmos qualquer pesquisa como uma *relação social de conhecimento*, decorrente da interação de sujeitos constituídos, pesquisadores e pesquisados, com capacidade de reflexão sobre questões sociais presentes. Para Caria: “[...] a construção sócio-cognitiva está enfatizada [pela] reflexividade interativa dos investigadores na sua “comunidade” científica” (CARIA, 2002, p. 17). E, por isso, os parâmetros que delimitaram o trabalho de campo diziam respeito à compreensão objetiva e subjetiva da territorialidade urbana da formação médica, onde se registram

ocorrências da abuso sexual infantil e adolescente. Também nos aproximamos do trabalho de Deslandes (2002). Para Suely Ferreira Deslandes destaca-se, em nossos dias, a possibilidade de compreensão científica das relações sociais cotidianas, do que denominou “[...] pequenas sociedades ou grupos relativamente pequenos” (DESLANDES, 2002, p. 30).

De um ponto de vista técnico-metodológico realizamos um estudo sobre as práticas cotidianas dos jovens médicos pediatras residentes, realizando visitas às unidades em que atuavam. Num segundo momento, realizamos entrevistas semi-estruturadas, com cerca de 20 jovens médicos pediatras, do total de 30 residentes, selecionados no ano de 2009, já integrados a atividades de residência médica – R3 e R4. As entrevistas foram gravadas nos meses de agosto a dezembro de 2009 e envolveram o registro de um termo de consentimento escrito, por parte dos residentes. Definimos o local para realização das entrevistas, tomando-se como referência o próprio lugar em que se encontravam nas primeiras horas de trabalho de cada dia.

Quem são as jovens médicas e os jovens médicos pediatras?

São integrantes de um grupo selecionado, todos os anos, originários de todos os estados da Federação brasileira, formados em inúmeras faculdades de medicina do País. Eles e elas são expressão dos programas e projetos institucionais de formação médica em Pediatria e Hebiatria, no Brasil, este último campo teórico voltado à atenção de adolescentes. Todos realizaram seis anos de graduação e já eram transcorridos dois outros, referentes aos primeiros anos de residência médica. Encontravam-se, naquele ano, no 9º e 10º anos de sua formação. Não é pouco!

A Residência Médica (RM), instituída pelo Decreto nº

80.281, de 5 de setembro de 1977 é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Realiza-se em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, sendo considerado o “padrão ouro” da especialização médica. O mesmo decreto criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O programa de Residência Médica é cumprido integralmente, dentro de uma determinada especialidade e confere ao médico residente o título de especialista, apenas para programas que sejam credenciados pelo Conselho Nacional de Residência Médica, CNRM.

No Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, a residência em Medicina é caracterizada por treinamento em serviço, sob a orientação dos departamentos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP (FMRP-USP), por meio de seus docentes, ou dos médicos contratados pelo Hospital, na condição de preceptores, investidos dessa responsabilidade pelos departamentos acadêmicos. As programações anuais de atividades e de estudos dos residentes cabem aos respectivos departamentos da faculdade desenvolvendo-se do primeiro dia útil do mês de fevereiro, ao último dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Os programas têm duração, carga horária e distribuição de atividades coerentes com as normas aprovadas pela CNRM e as vagas são oferecidas através de edital, a candidatos formados ou formandos por escolas médicas reconhecidas do país. Os médicos residentes são subordinados administrativa e profissionalmente, à Superintendência do hospital e, academicamente, aos departamentos da faculdade. A progressão para os anos subsequentes dá-se em decorrência das avaliações realizadas pelos departamentos (Cf. www.fmrp.usp.br).

O Departamento de Puericultura e Pediatria é responsável pela residência médica, na área de Pediatria. Ela consiste de dois anos de pediatria geral, ao final dos quais o residente recebe o título de especialista em Pediatria pelo hospital e pode se candidatar à obtenção do título de especialista em Pediatria, outorgado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), mediante aprovação em exame específico realizado em nível nacional.

Há a opção de o residente poder se candidatar ao terceiro ano de residência, em outras áreas de atuação pediátrica específica, mediante aprovação em concurso público e pleitear o título de especialista nessas subáreas junto à Sociedade Brasileira de Pediatria, também mediante aprovação em exame específico. Essas áreas são: Gastroenterologia e Hepatologia, Nefrologia, Cardiologia, Hematologia e Hemoterapia, Neonatologia, Alergia e Imunologia, Infectologia, Endocrinologia, Pneumologia, Medicina Intensiva, Reumatologia, Pediatria Comunitária. Para algumas áreas de atuação, como Endocrinologia e Hematologia e Hemoterapia, a SBP exige a realização do quarto ano de residência para a obtenção do título de especialista, mediante aprovação em exame específico. Esse é o perfil institucional dos médicos entrevistados. Eles eram os melhores entre os melhores.

Elegemos o abuso e a prostituição por serem, ambas, formas de exploração sexual infantil e adolescente, como problema da pesquisa, pela relevância nacional do assunto. Crianças e adolescentes são envolvidas em práticas de abuso e prostituição, em quase todas as cidades brasileiras e também em Ribeirão Preto. Sujeitos coletivos de Direito, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), as crianças e as adolescentes vivem o que Gramsci (2002) denominou de *experiências urbanas moleculares*, no interior da família, no bairro e na escola que frequentam. Nas situa-

ções de abuso e prostituição vivem todas essas experiências, de forma dramática, senão trágica e desfiguradora. Essas práticas geram constrangimentos, agressões psíquicas, físicas e sofrimento. Sob todos esses aspectos caracterizam-se como exploração humana. Mesmo antes de ocorrer a mercantilização dessas formas de exploração.

Em depoimentos colhidos, anteriormente, junto a educadores de escolas públicas periféricas de cidades da região de Ribeirão Preto tomamos conhecimento de que, meninas de dez anos, ou um pouco mais, são levadas por suas mães, para casa de vizinhos e entregues a homens adultos, para serem abusadas sexualmente, em troca de benefícios, que permaneceram ocultos às educadoras. Outras meninas, agora adolescentes de seus 13 anos assumiram comportamentos discrepantes da sua idade, como observamos *in loco*, chegando às aulas em carros conduzidos por pessoas jovens, que não residem no seu bairro, como que um aliciador. Essas meninas maquiam-se logo de manhã, para destacarem seus traços belos, mesmo que infantis. Estamos diante, também, da prática de tráfico de pessoas, realizada entre regiões urbanas da mesma cidade.

Num projeto de extensão universitária, antes desenvolvido, numa escola pública, ao logo de dois anos, em um bairro de Ribeirão Preto encontramos meninas das terceiras séries do Ensino Fundamental, com idade de 10 anos, indagando a estudantes universitários, inclusive do curso de Medicina, por que eram forçadas a terem relações sexuais, com adultos, em suas próprias casas. Isto, com o conhecimento de integrantes de seus grupos de referência primários: mães, madrastas, avós, irmãs mais velhas, ou jovens e homens adultos. Jovens e adultos com elas mantinham relações sexuais, numa evidência de que todos haviam perdido, ou estavam por se furtar da capacidade de representar a sua relação afetiva com base em padrões éticos.

Os conceitos pediátricos de criança e adolescente

Nas entrevistas com os jovens pediatras, sempre individuais encontramos os primeiros conceitos dos R3. Criança é concebida sob alguns aspectos que permitem evidenciar as características de sua vida. É “o início de todo o processo de desenvolvimento”; “compreende do nascimento até 12 anos e, aí, já se fala em adolescente”. Ou, “criança é criança antes da puberdade... Sem o desenvolvimento puberal”; “[...] ser humano que não atingiu a idade adulta, não tem maturidade suficiente para decidir igual a um adulto e nem as dúvidas e incertezas de um jovem”. Revelavam compreensão compartilhada, entre si, em momento anterior: “[...] é um ser desprotegido que deve ter alguém que zele por ela... Se for pela legislação, até 12 anos, mas pelos médicos a gente considera até 10 anos e daí em diante como pré-adolescente”. Dessa maneira as médicas e os médicos abstraem, em alguns momentos, as referências jurídicas e formais da condição da infância no País. Deixam de levar em conta, na prática médica, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, vigente há mais de duas décadas. Tanto é que alguns entrevistados afirmaram: “Criança vai desde o recém-nascido até o final da adolescência, considerando que o adolescente também seja uma criança”. E o fim da adolescência seria “em torno de 18 anos até 20 anos, dependendo...”. Para algumas e alguns, criança é “menor de idade, até 12 anos, 14 anos”.

E adolescente? Bem, essa questão fez algumas entrevistadas e alguns entrevistados reverem suas respostas anteriores: “[...] uma fase extremamente difícil do desenvolvimento psicossocial da criança bem consolidada, bem difícil de lidar”; ou, “[...] vai dessa faixa etária dos 12, daí tem literatura que fala até os 18 anos, tem outras que vão falar até os 21 anos”. Alguns indicam aspectos que transcendem a formação médica: “[...] já quando as

tensões mentais pedem mais decisão, ou até [provocam] insegurança [que] tem a ver com isso, a sexualidade”. Dito por outras e outros: “é uma criança que não é um adulto”, “vai dos 12 aos 18 anos, numa faixa de transição da vida, começando a assumir as responsabilidades da vida adulta”. Ou, como expressão de síntese das definições anteriores, seria: “[...] uma faixa que tem transformações físicas que a gente considera em torno do início da puberdade, entre 10 ou 12 anos de vida, até o final desse período... que seria em torno de 18 ou 20 anos para frente”.

E agora os jovens?

O que seriam os jovens para os jovens e as jovens pediatras? Considerando que o Estatuto da Juventude, ainda tramita como projeto de lei no Congresso Nacional, assistimos a manifestações da consciência médica associada a referências autobiográficas. “Eu, jovem... Não sei se já atingiram todas as suas, como é que eu vou dizer, já tem tudo na sua vida, teoricamente, bem resolvido, já sabe o que vai fazer, já fez, já está na faculdade, já está resolvido”. Ou: “[...] já teria um desenvolvimento do corpo pleno e com uma maturidade emocional e social e poder de decisão, como se tivesse completado um processo”. Um terceiro, ou terceira argumentou com certo humor: “Se for mais espirituoso, jovem pode ser adulto. Na minha opinião, não tem um conceito, um adulto pode ser jovem, independente da idade. Para mim, jovem não tem idade”.

Para além dessa compreensão, recorreram a um difuso marco cognitivo: “jovem é qualquer pessoa que possa aprender coisas novas, independente da faixa etária”. As demais respostas vieram ao encontro de justificativas da imprecisão conceitual: “jovem é um conceito mais complicado”; “[...] durante a resi-

dência médica a gente não aplica muito esse conceito... Seria uma fase de adolescentes e uma fase de adultos jovens.” Ou indicam outra fronteira de conhecimento: “[...] jovem, já acho que é um termo não médico... É um termo mais genérico, assim, mais em termos interpessoal”.

Poucas respostas distintas são registradas, quando entrevistamos os R4, último nível da formação médica-pediátrica. Para eles, criança “[...] é a faixa etária que [se estende] do pós-natal (1 a 2 anos) até começar a desenvolver os caracteres sexuais secundários, quando já passa para a adolescência.. De um a oito para menina, de um a nove anos para menino.” Ou: “[...] criança envolve uma faixa etária... É um indivíduo que não é um adulto em miniatura, tem todas as suas peculiaridades, tanto de sistema orgânico, quanto de social.” Um terceiro já esclarece: “meu conceito de criança... Eu acho que é um ser frágil, que não tem nenhum domínio de suas vontades e dos seus anseios”. Nesse sentido essa resposta complementa-se com outra: “criança é quem precisa de cuidados e é relativamente dependente de um protetor... Não necessariamente são seus pais”. Como também o conceito vincula-se a escolhas pessoais dos jovens médicos: “[...] como eu escolhi Pediatria, criança para mim abrange muito mais; é um ser que requer cuidados e que não consegue se cuidar sozinho [...] É um ser que está sempre necessitando de cuidados e tudo o que acontece nessa fase vai repercutir lá na frente; então tem essa importância.”

Já os adolescentes seriam os que “[...] desenvolvem os caracteres sexuais secundários, mudança no jeito de pensar, no jeito de agir, ambientais, tanto dentro de casa quanto no meio interno deles... Vai até os 21 anos, pela OMS [Organização Mundial da Saúde]”. Ou, “[...] é o período da puberdade, tem alteração de hormônio, já tem um comportamento diferente... Mais agressivo, de rebeldia com relação a tudo.” Além de ser considerado “[...] aquele indivíduo que está na fase de transição, entre a infância e a vida adulta”.

Uma residente R4 expressou um primeiro sentimento pessoal e depois avançou: “Eu não gosto de adolescentes” (risos). Mas, mesmo assim veio a definição, uma das mais completas registradas: “... o adolescente, ele já tem um certo conhecimento, discernimento de algumas coisas. O adolescente ele tem todas aquelas características... Se a gente fosse estabelecer uma diferença entre a criança e o adolescente, o adolescente é um pouco mais autônomo, na minha visão”. E “[...] eu acho que, a ele, tem que ser delegadas algumas responsabilidades, que a maioria dos pais não fazem”. Como para outro, ou outra médica: “[...] é uma fase bastante complicada, com várias alterações no corpo, hormonais... O ambiente vai determinar muito a formação dele como ser humano e seu caráter. É fundamental [ao adolescente] ter uma estrutura familiar adequada”.

E os jovens, indefinidos jovens: “É depois dos 21 anos”; “eu acho que... Porque eu me considero jovem e tenho trinta anos”; “é uma palavra”, ou dado nessa reflexão: “Jovem? Jovem, não sei; eu considero a gente... É duro pensar num conceito...”; ou ainda: “o adulto jovem que a gente emprega esse termo... “Seria por volta de, sei lá, 30 anos”. Até que um entrevistado realiza uma síntese: “jovem é aquela fase em que você já passou da identificação das responsabilidades que viriam a acontecer. Então, é a fase em que você vai por em prática tudo aquilo que você passou [quando] criança, na adolescência, que já experimentou e já tem condições de exercer, assim, as responsabilidades”.

A prostituição infantil e adolescente

A partir de agora, relatamos o que ouvimos das médicas e médicos, no enfrentamento de questões das mais densas, preocupantes e inquietantes, para eles e para todos, que se envolvem

com esse desafio presente: combater a prostituição infantil, e a prostituição adolescente, formas da exploração sexual de meninas, em nosso País. Nas entrevistas, os R3 assim se expressaram:

“Então, eu acho, que a prostituição adolescente - eu vejo como um ser, eu não a vejo como cem por cento passiva; a mocinha que vai se prostituir, alguma coisa de ativa ela tem. Já a criança, eu acho que ela não tem nada ativo, ela é cem por cento passiva, ela foi colocada ali. Então para mim é um abuso total...”

Perguntamos, então, se nesse sentido seria equivocado falar em prostituição infanto-juvenil? Ao que responderam, mais a partir de suas experiências do que de conhecimento adquirido na universidade:

“O meu conceito, uma coisa minha, eu não vejo assim... Porque a mocinha ela vira e fala: “não quero, não posso, não sei o que, estou sendo obrigada”. Tudo bem, ela está sofrendo uma violência. Mas eu garanto que não são cem por cento das adolescentes que tem isso. Ela pode não gostar, mas ela faz, porque ela tem o conceito do benefício. A criança não tem. Você chega e dá cem reais na mão de uma criança e fala assim: “Você quer trocar por duas de um real?”. Ela troca, ela tem o valor de duas notas passeando por aí. Não tem valor monetário, não tem nenhum valor. Então, pra mim, alguém de 7, 8, 9, 10 anos é cem por cento de abuso. Em nenhum momento ela vislumbrou nada”.

Outros residentes associam o conhecimento metódico que deve ser apreendido na universidade à capacidade de enfrentamento de riscos vividos pelas crianças e adolescentes:

“Eu acho que é importante, porque o estudo do tema ajuda primeiro você a identificar os fatores de risco; porque tem aqueles fatores de risco que são óbvios,

mas às vezes podem existir vários outros de risco, que não são tão óbvios, são mais sutis e que, às vezes, a maioria das pessoas pode não estar atentando”.

Ou ainda:

“Ele é importante porque você pode estar tirando um paciente de uma situação de extremo risco... Para prevenir uma gravidez na adolescência, para transmissão de doenças, para violência física, uso de drogas, seria importante, no sentido de estar tirando a criança desse meio... Mas, se eu tiver um documento, um texto científico na mão, eu leio e aprendo os sinais e os sintomas mais específicos, para esse tipo de caso e, assim, como abordar a situação; a quem procurar se por um acaso suspeitar disso. E se suspeitar, qual a proteção do profissional, até onde eu devo ir? E se eu fizer o diagnóstico de prostituição, o que eu faço com a criança, eu mando para onde? Eu acho que, tudo isso deve ser estudado, avaliado e aplicado”.

A afirmação acima traz o significado de que os médicos e as médicas não têm respostas uniformes para as questões levantadas. Mas, outro, que foi entrevistado num espaço de atendimento localizado no subsolo do Hospital das Clínicas, na área de tratamento de crianças e adolescentes em situação de alto risco destacou a importância de se constituir um protocolo, para configurar suspeita de envolvimento de crianças e adolescentes nas práticas de prostituição:

“Pelo menos aqui em baixo... Tem muito protocolo para tudo. Então, se você suspeita de uma coisa orgânica, vamos dizer aumento do fígado, você tem um protocolo para investigar isso. E, isso, eu acho importante para você não esquecer etapas fundamentais para aquilo ser resolvido. Então é, sim, importante ter isso

para que, tendo sinais identificar esses sinais de prostituição, vamos dizer. A partir desses sinais, o que fazer, ou como fazer, quando fazer, a quem recorrer, essas questões são fundamentais, porque senão...”.

Perguntados sobre a existência de protocolo para atendimento e seguimento de pessoas vítimas de abuso ou exploração sexual, a resposta comum foi que existe para caso de abuso sexual, identificado clinicamente, mas inexistente para o enfrentamento das relações sociais de exploração sexual.

Em atividade de campo anterior, no contexto de práticas de extensão universitária, em bairros periféricos pobres da cidade, tomamos conhecimento que mães levam suas filhas, ainda crianças, antes dos 12 anos, para vizinhos seus, no mesmo bairro de moradia para servirem, como mercadoria, em troca da proteção, da simpatia, de algum outro benefício material ou financeiro e as devolvem agradecidos. Homens abusam sexualmente de suas filhas. Irmãos mais velhos envolvem suas irmãs mais novas no mercado da prostituição, oferecendo-as à vizinhança, levando-as a pontos de comércio já estabelecidos pelas redes sociais delitivas, da ilegalidade. Foram relatos de professoras de escolas públicas, enfermeiras e agentes comunitários de saúde.

Essas experiências, quando foram transmitidas aos jovens médicos residentes, esses afirmaram que exercem sua autoridade, no período de residência, de separar imediatamente as meninas, vítimas de seus familiares internando-as nos hospitais e notificando os conselhos tutelares, que são constituídos formalmente por agentes locais de proteção das crianças e adolescentes. Mas, como nos disseram, muitos desses agentes públicos de defesa da cidadania, que trabalham próximos de instituições de saúde, de assistência social, em escolas onde estudam essas meninas crianças deixam de informar as médicas e médicos sobre o desdobramento das intervenções tutelares.

Novas bases teóricas para uma formação integral dos jovens médicos

Tal como apontou o psicanalista Joel Birman, as crianças, adolescentes e jovens encontram-se, em nossos dias, envolvidos por uma “[...] neurose atual, na qual o psiquismo não consegue inscrever a excitabilidade sexual, numa série simbólica capaz de interpretar o incremento da excitação” (BIRMAN, 2006, p. 177). Assim, uma desordem amorosa se instalava e permanece se reproduzindo, arrepiando leis e epidermes de quantos buscam operar práticas de proteção da infância e adolescência, em situação de risco, nos termos de Bruckner, Finkielkraut (1981). Essa seria uma das razões da impossibilidade imediata de intervenções institucionais, públicas, competentes, em defesa de meninas em situação de risco familiar, ou em situação de exploração sexual comercial. Aqui se constitui o contrasenso e decorrentes impasses.

Nesse cenário ausenta-se a assistência social, as práticas associadas a programas de saúde comunitária e as comunidades de moradores dos bairros vulneráveis se desfazem no ilícito. Impossibilita-se o atendimento psicológico clínico, a intervenção comunitária consciente, ou a ação tutelar. E, porque os riscos se encontram no interior da própria casa, que abrigam meninas crianças e adolescentes, as famílias – que são instituições insubstituíveis - vivem em situação de flagelo e indignância. Seus integrantes envolvem-se em práticas de consumo autodestrutivas e contribuem para produzir as chamadas cifras obscuras, metáfora para designar quantificações metódicas, produzidas em âmbito acadêmico, mas que nos revela só parte de um grande drama. (Cf. Caccia-Bava; Penteado, 2007).

Em *Adolescência: prevenção e risco*, livro organizado por três pediatras da Universidade de São Paulo, há muitas referên-

cias para se compreender aspectos que podem se tornar traumáticos perante a sexualidade adolescente e permitir a superação do impasse apontado. Maria Ignez Saito, uma das organizadoras dessa obra, afirma que:

A adolescência aparece como resultante da interação constante entre os processos de desenvolvimento biológico e psicoemocional, intimamente relacionados às tendências socioeconômicas e subordinados à evolução de normas e valores dentro de culturas específicas. (SAITO et al., 2008, p. 41).

A médica completa sua referência com o conceito de risco, que para ela ultrapassa os limites conceituais e acadêmicos antes estabelecidos. Porque os riscos devem ser considerados para além de referências biomédicas: “[...] o risco é uma proposição técnica que associa o conceito de vulnerabilidade à probabilidade de dano ou resultado indesejado.” (SAITO; SILVA; LEAL, 2008, p. 43).

Seria melhor enfrentarmos o significado dessas cifras obscuras e dos riscos, pois sua aceitação, como aspecto inexplorável traz apenas comodidade intelectual, a nós pesquisadores, cientistas e profissionais universitários em formação. Talvez devêssemos trabalhá-las a partir da configuração dos riscos urbanos vividos por crianças, adolescentes e jovens e as correspondentes e necessárias práticas de prevenção, envolvendo a sexualidade. Isso, antes de instalarem-se as experiências mais traumáticas, como é o caso da prostituição infantil e adolescente, como dado de uma realidade objetiva indecifrável. Essas referências deveriam integrar a formação metódica das novas gerações de médicos, trazendo-lhes valores que indicariam a sua responsabilidade pública e possibilidades de atuação.

Famílias são referências de proteção, mas também de riscos, em especial quando desestruturada; devem ser considerados “grupos sociais” que “tem um tipo qualquer de produção cultu-

ral”, uma vez que é impensável a existência de grupo na ausência de experiências culturais. Dessa maneira e com certeza, as autoras nos acompanhariam no reconhecimento de que são as experiências culturais dos grupos familiares urbanos, que produzem os riscos, que resultam no abuso e na prostituição infantil e adolescente, ou no seu contrário, em medidas de proteção para a sua prevenção (SAITO; SILVA; LEAL, 2008, p. 44). Formas de enfrentar as experiências culturais arriscadas, de crianças e adolescentes seria um tema que deveria se encontrar nas agendas da formação acadêmica de médicos pediatras.

Como Maria Ignez Saito, também Maria Regina Domingues de Azevedo, presente nessa mesma obra, considera o contexto da sexualidade como referência de formação cultural das novas gerações, embora deixe de empregar esse conceito:

A educação sexual visa a contribuir que crianças, adolescentes e adultos tenham uma visão positiva da sexualidade, desenvolvendo uma comunicação clara nas relações interpessoais, elaborando seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, compreendendo melhor seu comportamento e do outro, bem como tomando decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual, agora e no futuro (AZEVEDO, 2008, p. 107).

Ela traz a convicção de que “[...] não se separa o sujeito do ambiente e da cultura... A cultura impõe sua marca, a começar pelo corpo do indivíduo. O corpo é um agente de cultura, um texto que a cultura ajuda a escrever” (AZEVEDO, 2008, p.119). E aqui estamos nós, diante da constatação rigorosa de que é a família, antes que a escola, a maior referência dos primeiros valores culturais sobre sexualidade, integrados a todas as idades.

Temos, ainda, uma base bibliográfica inicial para a aproximação do tema mais amplo, como a formação dos médicos pediatras, nessa instituição. Identificamos o trabalho de Romeu

Gomes e Maria Cecília Minayo (1999), que traz uma importante reflexão quando afirmam que “[...] a prostituição infantil feminina cada vez mais se configura como uma cruel realidade no seio da infância brasileira, demandando, pelos comprometimentos mentais e físicos que acarreta atenção por parte da saúde pública.” (GOMES; MINAYO, 1999, p. 172). A prostituição infantil se relaciona, direta ou indiretamente, com outras manifestações que exigem atenção pediátrica, como é a gravidez precoce, a expulsão e a perda da proteção familiar de meninas, num contexto delituoso dentro do qual os pais acabam por participar, de forma direta ou indireta (GOMES; MINAYO, 1999).

Esses autores, como tantos outros intelectuais, que participam de debates públicos sobre direitos das crianças e adolescentes alertam que: “[...] não se pode, em hipótese alguma, desconhecer o *status de sujeito de direitos* que qualquer criança e adolescente possui” (GOMES; MINAYO, 1999, p. 176). Vale para sociólogos, antropólogos, como para médicos pediatras, entre tantos outros.

Uma vasta literatura se estende da Psicologia e da Psicanálise, das teorias de Educação até a Sociologia, a Saúde Pública, que alerta para a existência de sofrimento dessas crianças e adolescentes, em decorrência de seu desenvolvimento, da formação de sua fertilidade, dos impactos que decorrem desses processos. Dentre as obras, destacamos Krauskopf (2002) e Birman (2007), que indicam as fragilidades da atenção pública em todos os terrenos institucionais, compartilhados por médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, sociólogos em menor número, entre outros. Mas, acima de tudo, vale o registro da responsabilidade já estabelecida, no âmbito da ciência, nos termos que seguem:

Do ponto de vista da saúde... O eixo da ação deveria ser norteado pelas necessidades de crescimento e desenvolvimento dessas meninas. Dentro de uma visão ampliada de saúde, também devem existir o compro-

metimento com ações intersetoriais que possam atingir as causas macrossociais e promover a proteção do Estado e da sociedade sobre essas crianças e adolescentes (GOMES; MINAYO, 1999, p. 178).

Assim, é urgente potencializar capacidades de intervenção junto a crianças e adolescentes, considerados em situação de risco, em especial as meninas, desde o início de sua idade fértil, como já apontado em Caccia-Bava, A., Caccia-Bava, M. C. (2007). Ao buscarmos as referências públicas nacionais sobre o tema encontramos a urgência de se definir limites perante a exploração sexual de crianças e adolescentes. E a construção dos limites exige, em nossos dias, o reconhecimento de fronteiras, de novos territórios de abordagem de questões sociais, além das capacidades de preservação da vida, sob todos os seus aspectos. E, junto com a vida de todos, a proteção de cada pessoa.

Refletir sobre os limites implica, também, identificar as capacidades adquiridas pelos jovens, para realizarem práticas metódicas presentes nos processos de formação científica e acadêmica, em distintas áreas do conhecimento. Por isso, nossa pesquisa teve por objetivo o estudo do processo de formação de jovens médicos pediatras e sua compreensão teórica sobre questões sociais, que envolvem infância e adolescência. Quisemos tomar, como referência, as experiências de atendimento de crianças e adolescentes, talvez vítimas da exploração sexual, nas instituições hospitalares, dentro das quais realizam sua voltada à especialização.

Há uma pauta apresentada à sociedade civil, por inúmeras conferências internacionais e nacionais, em especial de Direitos Humanos, que pede compromisso acadêmico e responsabilidade mesma, no âmbito do ensino como da pesquisa. A pauta chegou a nós por meio do Protocolo adotado pelas Nações Unidas (2000), que entrou em vigor no ano de 2002 e motivou o debate sobre prostituição infantil na Conferência Nacional de Direitos Huma-

nos, em especial, a que ocorreu naquele mesmo ano e divulgada logo em janeiro de 2003. Foi quando a sociedade civil brasileira tomou conhecimento da extensão do crime de prostituição infantil e adolescente que se enraizou no País, de Norte a Sul.

O primeiro documento da ONU afirma, com clareza:

“Para os efeitos do presente Protocolo:

a) Venda de crianças designa qualquer ato ou transação pelo qual uma criança é transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, para outra pessoa ou grupo, contra remuneração ou qualquer outra retribuição;

b) Prostituição infantil designa a utilização de uma criança em atividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição;

c) Pornografia infantil designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais” (Organização, 2000, Art. 2º).

No Art. 3.º dessa mesma Convenção busca-se o compromisso das autoridades públicas, vinculadas à repressão dessas práticas, por meio da aplicação do Direito Penal correspondente. Assim:

“Todo o Estado-Parte deverá garantir que, no mínimo, os seguintes atos e atividades sejam plenamente abrangidos pelo seu direito penal, quer sejam cometidos dentro ou fora das suas fronteiras, ou numa base individual ou organizada:

a) No contexto da venda de crianças, conforme definida na alínea *a)* do artigo 2º:

b) A oferta, entrega ou aceitação de uma criança, por qualquer meio, para fins de:

Exploração sexual da criança;

Transferência dos órgãos da criança com intenção lucrativa;

Submissão da criança a trabalho forçado” (Organização, 2000, Art. 2º).

Uma pesquisa acadêmica trouxe indicações do processo de expansão da prostituição infantil, como dos limites para configurá-lo, dado o contexto de violência que o envolve, divulgada em matéria, sob o título *Trilhas do tráfico*. Nela é indicada a presença de 110 rotas nacionais e 131 internacionais de tráfico de pessoas, para fins de exploração sexual, dentre elas adolescentes e, talvez, também crianças. (Cf. MILANI, 2003). Seria até arrogante exigir atualização dos dados sobre exploração sexual infantil e adolescente. Antes, devemos discutir o processo de prevenção desse delito, a iniciar pela formação de uma nova geração de profissionais, que se capacite para o acolhimento dessas crianças e adolescentes, para o diagnóstico dos processos sociais e para a intervenção consequente, em cidades que reúnem muitas universidades. E um tema está ausente na formação médica: as situações de risco das crianças e adolescentes, em especial a prostituição.

A infância e a adolescência brasileiras vem sendo agredidas por redes sociais de ilegalidades, criminosas, organizadas, em nível nacional e internacional, de mãos dadas com a exploração do trabalho infantil e o narcotráfico, que buscam o envolvimento dessas primeiras idades, no cotidiano do comércio ambulante das esquinas e praças das cidades.

A prostituição como trabalho, se inscreve na chamada esfera da venda da força de trabalho, que se realiza no mercado e seria impensável para a vida infantil e adolescente, por uma

simples razão: criança e adolescente são pessoas em formação, que não discernem razões, motivações e poderes presentes nas relações contratuais mercantis. Por isso, não podem e não devem trabalhar. Crianças e adolescentes não tem poderes para deliberar sobre a venda de sua força de trabalho, em especial de seu corpo. Elas não sabem que:

[...] o ritual prostitutivo é a conjunção de duas vontades antagônicas, um desejo de gozo e um desejo de enriquecimento, um não cederá diante do outro a não ser como contrapartida de uma retribuição financeira, ou melhor: é o dinheiro como fraternidade dos incompatíveis, que irá cimentar o acordo desses dois desacordos, que irá selar o contrato e anular as mútuas dívidas deixando ambos quites um com o outro (BRUCKNER; FINKIELKRAUT, 1981, p. 85).

Algumas das pediatras e dos pediatras entrevistados afirmaram que não há como crianças e adolescentes sentirem-se quitados numa relação prostitutiva. Elas não sabem o que significam “desejo de gozo”, “desejo de enriquecimento”, “retribuição financeira”, “contrato”, a um só tempo e, por isso, os agentes que promovem seu envolvimento em situações prostitutivas, são agentes do crime. As meninas não têm a dimensão do valor das moedas e notas de papel que recebem. Do que decorreu o posicionamento dos pediatras no sentido de distinguir-se, com precisão, prostituição infantil, de prostituição adolescente, sendo equivocada a referência a *prostituição infanto-juvenil*, como consta de alguns estudos acadêmicos.

Sem roteiro pré-definido de atendimento, atenção, assistência ou proteção das meninas as médicas e médicos se vêm sem recursos técnico-institucionais para acompanhar o processo de proteção, ou recuperação das meninas vítimas de abusos sexuais. Disseram-nos que há experiências de acompanhamento

integral de pacientes como, por exemplo, em casos de identificação e diagnóstico de tuberculose, pois as instituições de saúde já possuem protocolos de procedimentos e acompanhamento desses casos, como de outros. Mas não há protocolo para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual infantil e adolescente.

Um crime maiúsculo, ganha pequena atenção de representantes do Estado, das organizações não governamentais, das entidades filantrópicas, do chamado terceiro setor. Pequena ou mínima porque, para enfrentar a prostituição infantil exige-se intervenção metódica em distintos níveis, dentre eles o pedagógico, o de formação cultural de novas gerações, nos ambientes das cidades, nas instituições educacionais, nas creches e escolas, nos parques e jardins, além dos estágios profissionalizantes, nas residências médicas ou de outras qualificações, como bem colocaram as médicas e médicos residentes.

Aos cientistas sociais e das ciências jurídicas, também cabe o aprofundamento no estudo das redes delituosas de exploração sexual de meninas para, desse estudo, resultar a formulação de propostas de intervenção, complementares ao andamento dos protocolos técnicos a serem operados por profissionais de instituições públicas e privadas voltadas ao enfrentamento desse desafio, com vistas à prevenção coletiva desse delito urbano e cotidiano.

Referências

ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**, n. 56. São Paulo: CEDES, ano XVII, p. 388- 411, 1996.

AGUAYO, Elena. La explotación sexual comercial de niños y niñas em América Latina y El Caribe: el caso de

México. Disponível em: <www.ecpatmexico.org.mx/Libros/Investigacion>, 1998. Acesso em: 10 maio 2011.

AZEVEDO, Maria Regina D. Educação sexual: uma questão em aberto. In: SAITO, Maria Ignez (Org) **Adolescência: prevenção e risco**. São Paulo: Atheneu, p. 107-123, 2008.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 DE julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Cidade: editora, 16 de julho de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 19 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Comissão Nacional de Residência Médica. **Resolução CNRM n. 2/2006**, 17 maio 2006.

BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CACCIA-BAVA, Augusto. Juventude sobre pressão: um fórum alemão e uma obra de Octávio Ianni. **Segurança Urbana e Juventude**, v. 3, n. 2. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/ Grupo de Pesquisa Segurança Urbana e Juventude, CNPq, 2010.

_____. Direitos civis dos jovens e insegurança urbana. **Estudos de Sociologia**, n.17. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Laboratório Editorial, p. 41-64, 2004.

_____. Dentro da sala de aula: multiculturalismo, construção do conhecimento e educação. **Cenários**, 3/4. Araraquara: GEICD/ UNESP, 2001/2002, p. 207-235.

CACCIA-BAVA, Augusto; CACCIA-BAVA, Maria do Carmo. G. G. A saúde das crianças, adolescentes, jovens e adultas no período da fertilidade e a cidadania feminina: do discurso

à prática. In: TOLDY, Teresa; RAMOS, Cláudia; MAIOR, Cláudia V.; LIRA, Sérgio (Org.) **Citizenship(s):** discourses and practices. Porto: Univ. Fernando Pessoa, p. 395-414, 2007.

CACCIA-BAVA, Augusto; PENTEADO, Ricardo. Notas metodológicas para a superação de cifras obscuras sobre segurança dos jovens. In: Felix, Sueli. A. (Org.) **Violência e segurança:** entre as percepções, um convite ao debate. Marília: Instituto GUTO/FAPESP, p. 45-57, 2007.

CARIA, Telmo. (Org.). **Experiências etnográficas em Ciências Sociais.** Porto: Afrontamento, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Frágeis Deuses:** profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.) **Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** Brasília: CECRIA/MJ, 1997.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FONTOURA, Helena Amaral A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. In: **Revista Saúde Pública**, Rio de Janeiro, abr. 1999, v. 33, n. 2., p. 171-179. Disponível em: <www.abmp.org.br/textos/343.htm>. Acesso em: 15 set. 2009.

GRAMSCI, Antonio. Às margens da história: história dos grupos sociais subalternos. In: Coutinho, C.N.; Nogueira, M.A.; Henriques, L.S.(Orgs). **Cadernos do Cárcere** 25, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 131-145.

GUTIÉRREZ, Rafael; VEGA, Leticia; RODRIGUEZ, Eva Maria. Problemas y dilemas éticos en la investigación de la explotación sexual comercial de niñas y niños. In: **Salud mental**, vol. 31, n.5, sep.-oct.. México: Instituto Nacional de Psiquiatria Ramón de la Fuente, 2008, p. 403-408.

KENISTON, Kennet. **Youth and dissent: the rise of a new opposition**, 6. ed. New York: Haracourt Brace Jovanovich, INC, 1971.

KRAUSKOPF, Dina. **Adolescencia y educación**. San Jose: Edudec, 2002.

LEAL, Gustavo. La explotación sexual de Niños. In: **Infancia**, n. 234, tomo 67. México: Boletín del Instituto Interamericano *del Niño/OEA*, octubre, 1997.

MATOS, Manuel S. **Teorias e práticas da formação: contributo para a reabilitação do trabalho pedagógico**. Porto: Edições ASA, 1999.

MEDICINA COMUNITÁRIA. Disponível: <www.fmrp.usp.br/rgo/med_comunitaria.htm>. Acesso em: 24 mar. 2008.

MILANI, Aloísio. Exploração e abuso sexual de menores desafiam políticas públicas. In: **Revista problemas brasileiros**, n.359, set. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo>, 2003. Acesso em: 30 abr, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos da criança relativa à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia Infantil**. 2002. Disponível em: <www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/protocolo >. Acesso em: 24 mar. 2008.

RESOLUÇÃO CNRM Nº 02 /2006, de 17 de maio de 2006. Dispõe sobre requisitos mínimos dos Programas de Residência Médica e dá outras providências.

SAITO, Maria Ignez; SILVA, Luiz Eduardo Vargas; LEAL, Marta Miranda (Coord.). **Adolescência: prevenção e risco**. São Paulo: Atheneu, 2008.

SCHAFF, Adam. **Langage et connaissance**: essai sur la philosophie du langage. Paris: Anthropos, 1967.

SCHRAIBER, L.B., d'OLIVEIRA, A.F., COUTO, M.T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência da mulher. In: **CADEROS de Saúde Pública**, 25 Sup. 2. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 2009.

SOUZA-LEITE, Célia R. V. O ziguezague da sexualidade adolescente atrevida. In: **CADERNOS de Formação Cultural** (experiências e teorias), n. 4. Araraquara/Ribeirão Preto: UNESP/CEBRIJ, 2007. p. 9-74.

Ribeirão Preto/Araraquara, 2011

A íntegra da pesquisa se encontra no acervo do Grupo de Pesquisa do CNPq Segurança Urbana, Juventude e Prevenção de Delitos. Pode ser solicitada através do e-mail do primeiro autor: augusto@fclar.unesp.br.

Registramos aqui, também, a participação da socióloga Fernanda Feijó, na etapa das entrevistas e do trabalho de sua transcrição.

JUVENTUDE E INTERVENÇÃO SOCIAL

Alguns aspectos sobre a condição juvenil, o jovem em conflito com a lei e as medidas socioeducativas

*Tatiana Menuzzo de Jesus**

O presente artigo tem origem em minha Dissertação de Mestrado (JESUS, 2008). Nele apontamos o que entendemos por juventude, discutimos os problemas causados a esta parcela da população devido à adoção do sistema neoliberal pelo governo brasileiro, apresentamos dados gerais e específicos sobre a juventude brasileira e também sobre a juventude das camadas populares, apresentando dados que apontam as diversas dificuldades sofridas por esta parcela da população e as tentativas encontradas por estes jovens para escapar da “exclusão social”. Traçamos ainda um paralelo entre o Código de Menores Mello Mattos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, tratando de temas polêmicos como o extermínio e a inimputabilidade penal até os dezoito anos. Finalizando, tratamos sobre as medidas

* Mestre em Educação pelo Unisal. Bacharel em Turismo pela mesma instituição. Orientadora educacional em Sumaré (SP). E-mail: tatiana.menuzzo@hotmail.com.

socioeducativas, quais sejam, advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, Liberdade Assistida, semiliberdade e internação, analisando individualmente a prestação de serviços à comunidade e a Liberdade Assistida que foram as medidas socioeducativas de principal interesse da dissertação que deu origem a este artigo, já que eram aplicadas no Projeto de intervenção socioeducativa pesquisado.

Para que os jovens sejam considerados sujeitos de direitos e não estejam apenas sujeitos aos “direitos” de uma minoria, que possui interesses que não contemplam os jovens é necessário que sejam elaboradas políticas públicas que visem à emancipação econômica, política e social dos mesmos. Para tanto é importante a discussão sobre a condição juvenil para um entendimento do sentido que estamos atribuindo à juventude e como tal condição afeta os jovens de um determinado momento histórico.

Ao longo do texto citamos casos ocorridos em um Projeto localizado no interior de São Paulo que atende jovens em conflito com a lei para cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto que são a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade.

1. Juventude no Brasil

Atualmente o Brasil possui 34,1 milhões de jovens, o que representa aproximadamente 20,1% do total da população¹. Vivemos também em um país marcado pelas desigualdades sociais, desigualdades estas que geram consequências desastrosas para esta grande parcela de jovens brasileiros.

Os dados da pesquisa Juventude², realizada pelo Instituto

¹ IBGE. Censo Demográfico 2000. Características gerais da população. Resultado da amostra.

² “Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em áreas urbanas e rurais em todo

Cidadania, no que diz respeito ao jovem e o trabalho³ revelam que 36% dos jovens estão trabalhando, enquanto 32% já trabalharam, porém, estão desempregados; há também 8% de jovens que nunca trabalharam, e o restante, 24%, nunca trabalhou nem procurou emprego. Do total de jovens desempregados, 34% o está há mais de um ano, e 26% de seis meses a um ano. Tal fato revela que a maioria dos jovens que fica desempregada permanece nesta condição por um longo período de tempo, sendo este um fator agravante para aqueles que pertencem às camadas populares que vivem do trabalho. Esta mesma pesquisa acusa um crescimento de seis pontos percentuais na taxa de jovens desempregados⁴, comparando pesquisas realizadas em 1999 e em 2003, nas quais o índice de desempregados foi de 32% e 38% respectivamente. Os dados referentes à ocupação dos jovens que trabalham ou já trabalharam, revelam a precarização do trabalho, pois 37% dos jovens são assalariados sem registro em carteira, 16% realizam trabalhos informais (free-lancers e bicos), contra 27% de jovens assalariados que trabalham com carteira assinada; o restante dos jovens divide-se em: trabalho em agricultura familiar (5%), assalariado no campo (4%), conta-própria pagando ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) (3%), funcionário

o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos de ambos os sexos, e de todos os segmentos sociais. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003 [...] Universo: População de 15 a 24 anos, residente no território brasileiro – 34,1 milhões de jovens, ou 20,1% do total de população (Censo – 2000 IBGE). Amostra: probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos (estágio final). Total de 3501 entrevistas, distribuídas em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em terços de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União. Expansão amostral nas 9 regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Abordagem: Aplicação de questionário estruturado, em entrevistas pessoais e domiciliares (tempo médio de 1 hora de aplicação)”. (Maiores detalhes ver pesquisa na íntegra disponível em: <www.projetojuventude.org.br/novo/assets/perfil_juventude_brasileira.ppt#6>.

³ Base: Total da amostra.

⁴ Base: População Urbana das 9 RM's + DF das amostras.

público (3%), auxiliar de família sem remuneração fixa (2%) e profissional liberal (1%).

Muitos destes jovens ainda estão fora da escola ou frequentam a escola sem terem a garantia de um ensino de qualidade⁵. Os jovens das camadas populares, principalmente pardos e negros, são os mais afetados por esta situação, que será discutida no próximo item.

Há uma grande confusão no que diz respeito às políticas públicas destinadas à juventude. Ao longo da história alguns lutaram e ainda lutam para que o jovem seja realmente um sujeito de direitos, outros primam pelo controle social do jovem, muitas vezes vendo-o como ameaça, e outros enxergam somente a profissionalização do jovem, ou seja, como mão de obra especializada e polivalente. Mas sabemos que há muitas outras necessidades:

No que pese o maior ou menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou controlar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (CARRANO; SPOSITO, 2003, p. 19).

Os jovens necessitam de políticas públicas direcionadas

⁵ Conforme dados do IBGE, PNAD 2001 “Em 2001, cerca de 60% dos 34 milhões de jovens (de 15 a 24 anos) ainda não estavam frequentando a escola, apesar de um crescimento significativo, observado a partir de comparações com anos anteriores” (Sposito, 2005, p. 97). Apesar dos dados colhidos em 2003, através de pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha e IBOPE (SPOSITO, 2005), apontarem para um aumento significativo no número de jovens estudando (63%), ou seja, 23 pontos percentuais acima do resultado apontado em 2001, sabemos que (conforme dados que serão apresentados no item 2.4) este aumento na expansão do ensino se deu de forma degradada.

especificamente a eles, porém não somente para manter a paz social ou controlar a juventude e, sim, para respeitá-los como seres em formação e que estão se preparando para a vida adulta. Mas o que fazer com o jovem que já foi afetado pelos problemas sociais?

Entre as dificuldades e incertezas sofridas pelo jovem das camadas populares, sabemos hoje que ele está preocupado com o futuro. Muito mais do que os jovens de outros momentos históricos, ele teme o futuro. Regina Novaes (2006) relata que em várias pesquisas realizadas por ela, quando se pergunta ao jovem sobre os dois maiores problemas do país, eles mencionam o desemprego e a violência. Porém a maior preocupação do jovem é em relação ao seu futuro, conforme a citação a seguir

O medo do futuro é quase um sinônimo de “sobrar” e está muito relacionado à inserção no mundo do trabalho. “São muitos os medos nessa área: “medo de não estudar e não conseguir emprego”, “medo de estudar e não conseguir emprego”, medo de conseguir emprego e depois perder”, “medo de ficar desempregado” [...] Com todas as diferenças de expectativas, os jovens de diferentes classes sociais temem o futuro (NOVAES, 2006, p. 110).

A falta de perspectivas é uma constante na vida do jovem brasileiro, que se encontra ainda desamparado. As diversas ações concretas pelas políticas públicas, ainda que sinalizem alguns avanços, não parecem transformar a situação. Sabemos também que são ações fragmentadas, que contribuem (ou visam contribuir) somente para amenizar o problema da falta de perspectiva que o jovem possui hoje. São ações pontuais que buscam resolver problemas imediatos que possuem dimensões muito maiores.

Não vemos políticas públicas para a juventude que levem o jovem a exercer sua cidadania de modo efetivo, que rompam as barreiras da discriminação, seja ela de qualquer tipo, para que o

jovem seja realmente “sujeito de direitos” conforme preconiza o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

2. Juventude das camadas populares no Brasil

Depois de falarmos sobre a juventude brasileira em geral, é importante discutirmos sobre o jovem das camadas populares no Brasil, pois além das dificuldades citadas no item anterior, o jovem das camadas populares sofre outras discriminações. São problemas causados pelas desigualdades sociais existentes hoje em nosso país.

Acima afirmamos que os jovens das camadas populares, principalmente pardos e negros, são os mais afetados pelos problemas com relação à escola e o mundo do trabalho. Dados da Pesquisa “Perfil da juventude brasileira” confirmam esta afirmativa e apontam que:

Não é possível desconhecer que as desigualdades econômicas continuam a delimitar os horizontes possíveis de ação dos jovens nas suas relações com a escola e o mundo do trabalho. Os dados coletados evidenciam o brutal processo de concentração de renda e a distribuição desigual entre os grupos étnicos [...]. Apenas 18% dos jovens brancos possuem renda familiar com mais de cinco salários mínimos; esses índices decrescem significativamente para os jovens pardos e negros (12% e 8%, respectivamente) (SPOSITO, 2005, p. 103).

Acreditamos ser muito importante abordar neste item a questão da violência sofrida pelos jovens. É comum vermos a associação entre pobreza e criminalidade, como se fossem sinônimos, ou seja, a criminalização da pobreza. O jovem das camadas populares sofre discriminação muitas vezes por conta

de sua classe social, etnia e aparência, e como se tudo isso não bastasse, ainda é discriminado por seu local de moradia e visto como potencialmente criminoso.

Apesar de estarmos no Brasil, sabemos que problemas relacionados à juventude existem em todo o mundo, por este motivo e também por vermos a mesma situação ocorrer no Brasil com os próprios brasileiros, gostaria de citar as palavras de Mitterrand, presidente da França em 1990, sobre os filhos de imigrantes que moram nos subúrbios da França:

Que esperança pode ter um jovem nascido em um bairro sem alma, cercado apenas de feiúra, aprisionado pelas muralhas cinzentas, em uma terra baldia também cinzenta, e condenado a uma vida cinzenta, enquanto entorno dele a sociedade prefere ignorar sua situação até que chegue a hora de reprimir, a hora de proibir? (apud GROPPPO, 2006, p. 104).

Vemos acontecer o mesmo em nosso país. Que esperança esses jovens que moram nas periferias podem ter? Estão realmente “condenados” – segundo as palavras do Mitterrand – a uma vida medíocre enquanto mantivermos o atual *status quo*.

O jovem possui um imenso potencial a ser desenvolvido, porém ele é produto daquilo que é destinado a ele. Se for vítima de exclusão, discriminação vai refletir isso em suas ações. Quando Novaes diz que “a juventude é um espelho retrovisor que reflete e revela a sociedade de desigualdades e diferenças sociais” (NOVAES, 2006, p. 119), traduz o que está acontecendo hoje em nossa sociedade.

Não temos a intenção de concordar com esta postura que o jovem às vezes assume, de uma vida infracional, porém sabemos que, muitos têm motivos para agir desta forma, devido à falta de perspectivas que narramos.

Diante disto, ao invés de serem vislumbrados caminhos que levem à mudança, à transformação social, segue-se sempre pelo caminho “mais fácil”. Temos escutado com frequência notícias sobre “extermínio” desses jovens excluídos, não somente o extermínio que vemos diante dos nossos olhos. Não estamos falando desse extermínio de uma sociedade excludente na qual esses jovens não conseguem, ou melhor, não podem se integrar, e sim do extermínio no sentido literal da palavra.

Desde o início da década de 1990 os dados nos mostram o crescimento de assassinatos de jovens no Brasil inteiro. A pesquisa denominada Mapa da Violência IV realizada em 2004 por Waiselfisz (2004), aponta o crescimento alarmante da violência sofrida pelos jovens no Brasil devido ao aumento no número de homicídios em todo o país. Os homicídios na faixa entre 15 e 24 anos⁶ cresceram 88,6%, taxa bem maior do que o crescimento de homicídios na população total, que foi de 62,3%. Estes números sinalizam o crescimento da violência contra a juventude. A pesquisa conclui que a faixa em que os homicídios atingem maior incidência é a que compreende a juventude, 15 a 24 anos⁷. O “momento” considerado crítico, ou seja, de maior risco para ser vítima de homicídio na juventude, é a idade de 20 anos, com uma taxa elevada de 69,1 homicídios em 100.000 jovens de 20 anos de idade. Outro índice presente nesta mesma pesquisa e que causa alarme é o de vítimas jovens na faixa etária supracitada que fazem parte da população negra: enquanto a taxa de homicídios na população branca é de 39,3 em 100.000, a taxa de homicídios dos jovens negros é de 68,4 em 100.000. Neste mesmo contexto, o único Estado em que o número de vítimas brancas é maior do que de negras é o Paraná; nos outros estados prevalecem maior número de vítimas negras (WAISELFISZ, 2004).

⁶ Faixa etária definida para a realização da pesquisa citada.

⁷ Idem.

Uma outra pesquisa realizada por Myriam Mesquita Pugliese de Castro (2002), do Núcleo de Estudos da Violência, realizada em 1990, estudou assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo e registrou que a cada dia quase três crianças e adolescentes foram assassinados. Trata-se de um número muito alto e revela uma espécie de intencionalidade nas mortes de crianças e adolescentes. Também em relação à intencionalidade de matar a pesquisa revela que em 83% dos casos foi utilizada arma de fogo e na maioria dos casos o tiro foi dado em áreas vitais, como cabeça ou coração. A faixa etária em que se concentra a maior parte das vítimas é justamente a que está compreendida no que costumeiramente se entende como a juventude, de 15 a 17 anos, sendo que 85% pertenciam ao sexo masculino. Podemos observar também que o número de vítimas negras é maior, são 51%, enquanto o de brancas é de 45%. O que mais assusta é que, ao contrário do que se diz, não foi constatado o envolvimento das vítimas com a violência. A maior parte dos jovens estava estudando, trabalhando ou em busca de trabalho. Também assusta a impunidade, já que em mais de 70% dos casos não se identificou o possível autor ou autores desses crimes. Um outro estudo desenvolvido no mesmo local tem revelado que parte desses crimes é coletivo e foi cometido por policiais e grupos de extermínio. Apesar de a pesquisa não ter constatado a presença efetiva de grupos de extermínio, vários estudos têm indicado que tais grupos agem com o objetivo de vitimizar jovens, particularmente jovens pobres que residem nas áreas que compõem a periferia da cidade de São Paulo e em sua maioria negros (ADORNO apud ABRAMO; FREITAS; SPOSITO et al., 2002).

Um jovem que nasceu no interior das camadas populares e que desde muito cedo precisou trabalhar para ajudar os pais, mas na maioria das vezes não consegue um emprego. Como

discutimos no item anterior, este jovem provavelmente não gozou de todos os direitos reconhecidos à infância e provavelmente não terá reconhecido seus direitos à juventude. De certa forma, ele tem que pular de uma pseudoinfância para a vida adulta devido as suas condições de vida. Ele não pode ter o tênis que está na “moda”, nem as roupas, nem o “carro bacana”, ou seja, não tem direito a consumo e, portanto é excluído da sociedade. Mas todos nós queremos ter acesso a essas coisas, somos estimulados pela mídia a sermos consumistas, como falamos acima sobre a “sociedade de consumo”. Vivemos num mundo que incentiva o consumismo a todo o momento, e mesmo que não tenhamos a necessidade de determinado produto, cria-se a necessidade de consumir.⁸ Além disso, nós precisamos e queremos pertencer a um grupo, sermos reconhecidos, então podemos ver aí um motivo que leva um jovem a se associar ao narcotráfico. Para nós, além dos diversos problemas que podem levar o jovem a esta associação, o que mais nos chama a atenção é a falta de oportunidade de poder trabalhar, estudar, praticar atividades de lazer e cultura. Olinda Maria Noronha, escrevendo sobre práxis social e educação sociocomunitária, discute a questão do “pertencimento” sob o olhar de Sennet. Ela enfatiza que todos nós temos a necessidade de pertencer a um grupo, isso faz parte da nossa identidade. Quando Sennet fala de comunidade, segundo a autora, fala da emancipação do indivíduo através dos “guetos”: se não estou incluído naquela determinada sociedade eu vou buscar um grupo que me possibilite essa inclusão (NORONHA, 2006). A associação ao narcotráfico é muitas vezes um dos únicos caminhos que esse jovem consegue enxergar, senão a única opção que acaba por ter. De certa forma, é uma das maneiras que estes jovens encontram para ser “incluídos” na vida social contemporânea, já que os caminhos ditos “legais” ou

⁸ Isto acontece também entre os adolescentes que frequentam o Projeto, conforme dados recolhidos na pesquisa de campo apresentada no cap. 4 de Jesus (2008).

“normais” de inclusão se encontram vedados para eles. É o que nos afiança Frigotto quando fala da inclusão precarizada com relação ao trabalho:

[...] cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares [...] (FRIGOTTO, 2006, p. 197).

Noronha fala também da fluidez dos relacionamentos, baseando-se em Wood:

O self humano é tão fluido e fragmentado (o “sujeito descentrado” e nossas identidades tão variáveis, incertas, frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentada em uma “identidade social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns [...] a política”, em qualquer um dos sentidos tradicionais da palavra, ligando-se ao poder dominante de classes ou Estados e à oposição a eles, é excluída, cedendo lugar a lutas fragmentadas de “política de identidades” ou mesmo ao “pessoal como político” (NORONHA, 2006, p. 17).

Não há mais classes que lutam por direitos coletivos, existem “grupos”, “guetos”, “comunidades”. Essa fluidez e fragmentação levam a associação de pessoas, porém, os resultados são também fragmentados. Aqueles que pertencem a uma determinada igreja, por exemplo, se isentam de qualquer outra luta. É neste sentido que falamos do jovem sem oportunidades: mesmo que não seja da forma tradicional (pertencer às estruturas socioeconômicas “legais” ou “formais” da sociedade), ele não fica de fora, pertence

a um grupo, ainda que seja ao narcotráfico.

A sociedade na qual vivemos nega aos jovens das camadas populares diversos direitos que deveriam ser estendidos a todos. Sabemos que há muitas discussões ainda por serem feitas que irão contribuir muito para que haja a transformação da nossa sociedade. O que pode esperar um jovem pobre para o seu futuro, se já é excluído antes mesmo de nascer?

Para esses “jovens”, destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desastre é sem saída e sem limites [...] Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os “excluídos” por excelência [...]. Por acaso eles moram naqueles lugares concebidos para se transformar em ghettos? Ghettos de trabalhadores antigamente, de sem-trabalho de sem-projeto hoje [...] Que podem eles esperar do futuro? Como será sua velhice, se chegarem até lá? [...] Bloqueados numa segregação [...] eles têm a indecência de não se integrar (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 355).

O “Código do Menor” foi criado em 1927 para lidar com as “pessoas em situação de risco” ou em “situação irregular”, neste caso os pobres que eram considerados perigosos à sociedade. Ele permaneceu vigente até 1990, quando foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que não faz mais distinção entre crianças e adolescentes pobres e crianças e adolescentes ricos, diferente do Código de Menores em que estes – os menores – eram diferentes das crianças. O ECA não faz esta distinção e considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

A família era totalmente responsabilizada pela situação em que o “menor” (leia-se criança ou jovem das camadas populares em dificuldades socioeconômicas) se encontrava. Não era levada

em conta a situação de pobreza e exclusão que a família se encontrava ao se exigir que esta fosse estruturada, segundo os modelos da família burguesa, no qual as pessoas deveriam (e ainda devem) ter emprego e religião (forma de controle social), conforme os padrões da família do modelo burguês, para que esse “menor” não oferecesse riscos à sociedade – mas, caso isto acontecesse, a “solução” era o confinamento, conforme a citação que se segue:

Ser um “menor”, legalmente (segundo o código de Menores), é estar em situação irregular. No entanto, perante a falta de condições sociais era determinado, de acordo com o Código de Menores, não o oferecimento destas, mas o confinamento para proteger os segmentos disciplinarizados do risco que significava conviver com os “menores”. A política social com o discurso de proteção oferece o confinamento: a exclusão explícita não só da condição de cidadania, mas também da possibilidade de transitar nos espaços além dos internatos (SCHEINVAR, 2005, p. 300).

Infelizmente, isso ainda ocorre hoje, mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) existindo para garantir os direitos das crianças e adolescentes. Ainda há muitos abusos contra esses e muito sofrimento, pois são condenados à exclusão antes mesmo de nascer. Para esses jovens o direito à juventude é negado dia após dia, conforme nos diz Coimbra e Nascimento (2005).

Mas que opção tem o jovem que é excluído por excelência antes mesmo de nascer para se libertar da sua condição de exclusão? Conforme a citação abaixo, a respeito de jovens franceses das camadas populares:

[...] suas brutalidades, suas violências são inegáveis. Mas e as devastações de que eles são vítimas? Destinos anulados, juventude deteriorada, futuro abolido. [...].

Eles só podem recusar sua sorte e seu jugo por meios que geralmente descambam para a violência e a ilegalidade, que os enfraquecem ainda mais e respondem em parte aos desejos daqueles que têm interesse em mantê-los nesse abandono, assim justificado [...] (FORRESTER apud GROPPPO, 2006, p. 107).

Segundo o senso comum, não existem alternativas para estes jovens escaparem da exclusão social. Ao que parece, estão fadados a ela, coagidos que são por uma sociedade individualista. Como se isso não bastasse, ainda existem denúncias de extermínio desses jovens, como esta abaixo, retirada de uma das muitas páginas existentes na Internet sobre o extermínio de jovens e adolescentes no Brasil:

O Ceará possui casos recentes de suspeita de grupos de extermínio. Uma investigação do Ministério Público cearense apontou a existência de uma militância privada, formada por policiais em horário de folga, que trabalhava para a rede de farmácias [...]. O grupo teria assassinado cerca de 30 pessoas, entre 2000 e 2002. Ano passado, a delegada Cândida Brum foi afastada do cargo após uma gravação telefônica, autorizada pela Justiça, mostrar que ela negociou o assassinato de um jovem suspeito de assalto a farmácia (Agência Brasil, 2006).

A citação acima é uma amostra de que o extermínio de jovens e adolescentes ocorre no Brasil, e isso não nos surpreende, pois baseado na proposta neoliberal, da qual falamos anteriormente, é dessa forma que a problemática do adolescente em conflito com a lei está sendo “resolvida”, ou melhor, amenizada, uma vez que o Estado não investe em políticas sociais, deixando esses jovens e adolescentes à mercê de um capitalismo selvagem que os exclui de viver uma juventude saudável e plena, e quando se tornam um problema quase que “sem solução”, o não enquadramento nesta lógica parece demandar seu extermínio.

A pena de morte, proibida pela Constituição Federal de 1988, está em pleno vigor nos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras e não há interesse do Estado em esclarecer as mortes. As vítimas são principalmente jovens, do sexo masculino, com idades entre 15 e 24 anos, pobres, negros, moradores da periferia, sem antecedentes criminais, mas também sem ocupação formal, tendo em vista os altos índices de desemprego nessa faixa etária e a falta de programas sociais sérios visando garantir direitos básicos como moradia, educação, saúde, oportunidades de trabalho e geração de renda, profissionalização, entre outros. Os autores, na maioria dos casos, têm o mesmo perfil das vítimas e, em outros, são agentes do próprio Estado, como policiais ou então matadores que atuam em grupos de extermínio, que só existem mediante conivência, participação ou omissão das forças policiais. No duelo permanente vivido nas ruas do Brasil, uma geração de jovens que poderiam ter um futuro digno, está tendo suas vidas ceifadas, num processo sangrento e duradouro de extermínio. O resultado da pesquisa divulgada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) mostra um aumento alarmante, já diagnosticado antes pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e pela Unesco (Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), das mortes violentas de jovens no Brasil. Não há Nação, entre 65 países comparados, onde os jovens morram mais vitimados por armas de fogo do que no Brasil. Além disso, o País é o terceiro, num ranking de 84, em que mais jovens entre 15 a 24 anos morrem por homicídios. O relatório do Mapa da Violência 2006 demonstra que 15.528 brasileiros, entre 15 a 24 anos perderam a vida em 2004, em acidentes, homicídios ou suicídios causados por armas de fogo.

Quando o assunto são mortes violentas, principalmente de jovens, o Brasil lidera inclusive à frente da maioria dos países que estão em estado permanente de guerras ou conflitos armados (Fórum de Entidades Nacionais dos Direitos humanos, 10 dez. 2006).

São dados como esses que nos revelam que o nosso sistema sociopolítico não está preocupado com que a população das camadas populares, os jovens em especial, tenha as condições de viver dignamente, e sim operar em prol do capitalismo neoliberal, gerando problemas sociais cada vez maiores. Há ainda tentativas de “amenizar” o problema por meio de atitudes cruéis como o extermínio citado acima, porém:

Tem-se que estar atento e perceber que, apesar de políticas oficiais e oficiosas, há por parte dos segmentos subalternizados, em especial de seus jovens, resistências e lutas. Eles teimam em continuar existindo apesar de tudo; suas resistências se fazem cotidianamente, muitas vezes, percebidas como fragmentadas, fora dos padrões reconhecidos como organizados e até mesmo como condutas antissociais, delituosas e, por isso, “perigosas” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 361).

Como resistir contra a falta de oportunidades? O meio mais comum é por meio da violência, realizada por jovens e adolescentes excluídos por excelência. Envolvem-se com a criminalidade, como roubos e tráfico de drogas, por falta de oportunidades, condições e perspectivas ou mesmo pelo “poder” que este envolvimento lhes confere, conforme discutimos acima sobre a questão do pertencimento.

Esta violência faz ressurgir no país de tempos em tempos o debate sobre a inimputabilidade penal dos adolescentes. Alguns casos brutais são mesmo muito divulgados pela mídia, em favor

deste debate, como o da adolescente Liana, que foi violentada e, posteriormente, ela e o namorado foram assassinados por um grupo de homens com a participação de um adolescente conhecido como “Champinha”, ou mesmo do menino João Hélio que foi arrastado por quilômetros preso ao cinto de segurança do carro quando um grupo, em que novamente havia adolescentes envolvidos, roubou o carro de sua família. Estes casos e tantos outros trazem à tona o debate sobre a “redução da maioridade penal”. Uma parcela da população apoia firmemente este discurso e defende que o adolescente entre 16 (há quem defenda menos) e 18 anos deve ser imputável penalmente, enquanto outra parcela por sua vez não concorda. Diante de tantas discussões em torno do tema, e sem ter a pretensão de justificar os crimes citados anteriormente, acreditamos ser importante refletir sobre o rumo que tais discussões estão tomando conforme Brenner e Monteiro:

A redução da maioridade penal tem sido apontada como a alternativa rápida para a proteção da sociedade contra a participação de jovens cada vez mais jovens em ações delituosas. Mas este momento de dor e comoção social diante da violência, que já não se restringe aos espaços de morros e favelas da cidade, e que incide fortemente sobre aquilo que costumamos chamar de “cidade oficial”, também pode trazer à sociedade, a possibilidade de fazer algumas escolhas, mais complexas e abrangentes que a proposição de reduzir a maioridade penal. E é sobre estas escolhas que devemos refletir (apud SARAIVA, 2002, p. 1).

Hoje vemos que a maior preocupação é “fazer justiça”, punir e reprimir os responsáveis por tais atos, porém, devemos nos perguntar se é este o caminho que queremos que a nossa sociedade siga ou se necessitamos pensar em uma forma de conter a violência sem levar em conta tão somente a punição, investindo em políticas públicas direcionadas aos adolescentes

das camadas menos favorecidas, buscando soluções para que fatos como estes não mais ocorram ou sejam reduzidos, tendo um outro olhar sobre as condições em que vivem ou sobrevivem os jovens das camadas populares do nosso país, pois, não se fala sob o olhar de que o jovem é vítima de uma sociedade desigual na qual impera a exclusão dos menos favorecidos, da total falta de respeito aos seus direitos essenciais como educação, saúde, cultura, esportes e lazer. Olha-se somente o fato, mas, não se olha o que concorreu para que tal fato chegasse a acontecer. Sabemos também que há casos nos quais deve haver um maior rigor ou ações diferenciadas, como nos casos em que os problemas são de ordem psiquiátrica, os quais exigem um tratamento especializado, porém, se continuarmos com este olhar fragmentado, não faremos avanços em torno desta questão e crimes como estes continuarão a ocorrer e serão, infelizmente, cada dia mais comuns.

Para contribuir com o melhor esclarecimento deste tema, citamos o artigo 228 da Constituição, o qual confere:

[...] *inimputabilidade penal* até os dezoito anos [...]. Sendo a *inimputabilidade* (derivado de *imputare*) a possibilidade de atribuir responsabilidade pela violação de determinada Lei, seja ela penal, civil, comercial, administrativa ou juvenil, não se confunde com a *responsabilidade* da qual é pressuposto (PLACIDO e SILVA apud SARAIVA, 2002, p. 41).

Saraiva explicita em seu texto que inimputabilidade não implica em impunidade, pois o ECA confere responsabilidade ao adolescente, responsabilidade esta compatível com a sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, “A inimputabilidade – causa de exclusão da responsabilidade penal – não significa, absolutamente, irresponsabilidade pessoal ou social” (SARAIVA, 2002, p. 20).

Uma vez que a redução da maioridade penal implica a inserção de jovens de 16 a 18 anos no sistema prisional, sistema este que produz mais reincidências do que o sistema socioeducativo (apesar de todas as suas precariedades), tal decisão levaria a uma piora na situação de violência no Brasil, na medida em que provavelmente veríamos aumentar o número de jovens reincidentes no crime (BRENER; MONTEIRO apud SARAIVA, 2002, p. 5).

Independente de ser inimputável penalmente o adolescente é responsabilizado por seus atos e por meio das medidas socioeducativas de caráter sancionatório, porém, educativo, responde por eles, inclusive sendo privado de liberdade quando existe a necessidade.

Ocorre que o Estado, quando se vê sem soluções para os problemas sociais, quer reduzir a maioridade penal, apoiado pela sociedade que se encontra fragilizada com os muitos outros acontecimentos de violência assustadora. Hoje, há no Congresso dezessete Projetos de Lei em tramitação para redução da maioridade penal. Entre estes, há os defendem que a idade penal deve ser de dezesseis anos, catorze anos e até doze anos⁹.

3. A intervenção social em relação à juventude

No Brasil a partir de 1990, com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o jovem e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, porém, ainda há um longo e árduo caminho a ser percorrido para que estes jovens e adolescentes tenham seus direitos verdadeiramente garantidos.

No texto “Juventud y Políticas Publicas en Brasil”, os autores

⁹ Número fornecido por Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh na palestra de Direitos Humanos no 3º Encontro de Dependência e Codependência Química – Prefeitura de Sumaré em 24 de outubro 2007.

Paulo Carrano e Marília Pontes Sposito (out./2003) fazem um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros e concluem que a promulgação do ECA, em 1990, foi um grande motivador de políticas, programas e ações sociais destinadas a esse público, os quais foram criados não mais organizados pela ideologia do menor infrator e sim pela nova doutrina de proteção integral das crianças e dos adolescentes, ainda que estes estejam em conflito com a lei.

Frente a tantos problemas sociais existentes hoje no Brasil, é urgente agir em relação a danos causados especialmente à juventude brasileira das camadas populares.

Para enfrentar esses problemas é necessário, que sejam criados: “programas deportivos, culturales y de trabajo orientados para el control social del tiempo libre de los jóvenes, destinados especialmente para las familias que viven em los barrios (más pobres) periféricos de las grandes ciudades brasileñas” (Carrano; Sposito, 2003, p. 274). Porém, sabemos que essa não é a grande preocupação do nosso Estado, mesmo porque são projetos que gerarão resultados em longo prazo e necessitam de investimentos. No final da década de 1990, os indicadores sociais sobre o desemprego juvenil devido ao capitalismo neoliberal, mostram que, além disso, são necessárias políticas de inclusão social. Neste sentido, vieram os programas de capacitação do jovem para o mercado de trabalho. Porém, este mercado vem oferecendo poucas oportunidades, cada vez menores. Também há programas destinados à juventude como o protagonismo juvenil¹⁰ para jovens em situação de risco social.

¹⁰ Conforme site do Governo Federal o “Protagonismo Juvenil significa, tecnicamente, o jovem participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla. Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é a ação; como fonte de liberdade, que é a opção; e como fonte de compromissos, que é a responsabilidade. Na raiz

Porém, essas ações mostram que o Brasil se decidiu por um conjunto diversificado de ações, muitas delas baseadas no ensaio e no erro, na falta de concepções estratégicas para delinear prioridades e formas orgânicas duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre os organismos do Estado e da “Sociedade Civil” (CARRANO; SPOSITO, 2003).

O governo Federal diz estar investindo em políticas públicas destinadas à juventude, conforme matéria publicada no site <www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/eq526/>. A matéria ressalta que pela primeira vez o Estado cria políticas específicas para a juventude, reconhecendo os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Como fazer políticas públicas para a juventude sem olhar para suas reais necessidades? Sem levar em consideração os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais? Como oferecer um curso de informática ou mesmo de inglês para um jovem analfabeto ou semianalfabeto, como é uma situação real que vimos acontecer diante dos nossos olhos?

O país deve investir em educação melhorando e muito a qualidade do ensino e dos estabelecimentos educacionais, pois, hoje parte relevante das escolas públicas está em situação de abandono, degradadas¹¹, seja pela ação de alunos ou mesmo

do protagonismo tem que haver uma opção livre do jovem, ele tem que participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem que participar do planejamento da ação. Depois tem que participar na execução da ação, na sua avaliação e na apropriação dos resultados. Existem dois padrões de protagonismo juvenil: quando as pessoas do mundo adulto fazem junto com os jovens e quando os jovens fazem de maneira autônoma” (www.protagonismojuvenil.org.br/portal/protagonismo.asp).

¹¹ “Dados do MEC, relativos ao ano de 1995, sobre o aparelhamento das escolas básicas no Brasil, indica que, para o segmento de 5ª a 8ª série, não há, ou são considerados ruins: laboratório de ciências em 82,9% das escolas; computadores em 73,6% das escolas; auditório em 55,1% das escolas; equipamento esportivo em 37,7% das escolas; quadra de esportes em 30,9% das escolas; biblioteca em 32,7% das escolas [...]. Alguns eixos vem sendo apontados como importantes no entendimento do atual fenômeno da escolarização extensiva e degradada: aumento significativo do

pelo tempo ou falta de manutenção, além da má qualidade de ensino, baixa remuneração e precárias condições de trabalho dos professores¹². O número de alunos nas escolas aumentou, porém, o número de escolas não, o que gerou certa defasagem na qualidade do ensino:

Em muitos casos, este crescimento quantitativo não é acompanhado por um aumento proporcional em recursos públicos investidos no setor. Muitas vezes ‘teve-se que fazer mais com menos’. É muito provável que a massificação tenha sido acompanhada de uma diminuição do gasto per capita, esticando ao máximo o rendimento de certas dimensões básicas de oferta, tais como recursos humanos, infraestrutura física, equipamento didático, etc. (FANFANI apud PEREGRINO, 2005, p. 365)¹³.

Além de toda a problemática gerada devido à expansão do ensino sem concomitantemente ocorrer o aumento de verbas para que esta expansão se desse de forma saudável e principalmente com qualidade – conforme Sposito, “[...] se tratou de uma oferta desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequadas para as unidades escolares [...]” (2005, p. 97)¹⁴. Sabemos que ainda são necessárias a criação e aplicação

número de alunos nas escolas, sem concomitante aumento do montante de verbas [...] a manutenção do contingente aumentado de alunos em escolas de estrutura precária tem sido levado a cabo a partir de projetos (aceleração, ciclos, etc.) que tem sido mais eficazes em evitar a reprovação, estabelecendo um fluxo mais contínuo de alunos por séries, do que efetivamente, enfrentar a questão da qualidade do aprendizado produzido nas escolas nas redes de ensino” (PEREGRINO, 2005, p. 365-366).

¹² “As escolas entupidas de alunos, são progressivamente povoadas de professores em regime precário de trabalho” (PEREGRINO, 2005, p. 367).

¹³ Neste artigo a autora fala sobre a expansão dos sistemas de ensino que alguns autores como Fanfani têm chamado de massificação e que Peregrino prefere chamar de expansão degradada.

¹⁴ O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), em 2002, revelou, por exemplo, que no ensino médio os alunos apresentaram uma média de 34,13% pontos, inferior à

de programas culturais, de arte, esporte e lazer nas escolas, fato que se torna mais um problema devido à falta de espaço, visto que pátios, refeitórios e auditórios têm sido transformados em sala de aula para atender a demanda de alunos. Existem alguns Programas hoje, como o Programa Escola da Família, que existem em sua dimensão transformadora somente no “papel” e que se fossem aplicados como realmente estão no projeto seriam maravilhosos. Mas, o que podemos ver é falta de interesse, pois, este tipo de ação não dá retorno aos interesses de alguns políticos.

Na cidade onde o Projeto funciona a realidade é a mesma vista na maioria das cidades do país. Basta andar pelos bairros das periferias para ver o número de crianças e jovens nas ruas, sem terem uma opção para o seu tempo livre, onde as escolas são depósitos de crianças e jovens, pois, em grande parte dos casos os pais precisam trabalhar e lá deixam seus filhos. Segundo a diretora de uma escola estadual visitada por nós no dia 14/nov./2007, os jovens não respeitam as regras e normas da escola, fazem o que querem, entram e saem da sala de aula ou mesmo da escola quando bem entendem, sendo necessário chamar a polícia militar quase que diariamente para conter estes alunos que costumeiramente enfrentam professores, coordenadores e diretores.¹⁵ Segundo a diretora entrevistada, os pais não comparecem as reuniões nem mesmo quando

média de 2001 (40,56%), sendo superior em 2003, com 49,5 pontos numa escala de 0 a 100. Por outro lado, nesse mesmo nível do ensino médio, o aproveitamento de 74% dos alunos foi considerado ‘insuficiente’ ou ‘regular’, e apenas o aproveitamento de 2,5% dos estudantes foi considerado ‘bom’ a ‘excelente’, em 2002 (VASCONCELLOS apud SPOSITO, 2005, p. 97).

¹⁵ Conforme citação a seguir podemos ver que o apelo aos policiais militares atualmente em casos de indisciplina é fato comum nas escolas públicas: “Em visita a uma escola estadual de ensino médio, estava eu conversando com a coordenadora pedagógica. Lá pelo meio da conversa, já interrompida várias vezes pelos afazeres e interferências próprias do cargo, eis que entram na sala uma professora, jovem, toda esbaforida, um jovem, aluno, e dois policiais da ronda escolar: cena bem ‘escolar’ [...]” (FELTRIN, 2004, p. 135).

são convocados. Ela atribui tudo isso a permissividade dos pais, que por trabalharem demais e ficarem pouco com seus filhos acabam tentando fazer uma espécie de “compensação”, além disso, atribui também a falta de atrativos na escola e principalmente ao sistema de progressão continuada, pelo qual o aluno dificilmente é reprovado – a reprovação só ocorre em final de ciclo se o aluno não tiver notas suficientes e se sua frequência for menor que 75%. Para a diretora este fato gera um sentimento de onipotência nos jovens que por sua condição de pessoas em formação testam os limites estabelecidos, quando estes existem, o tempo todo.

Não desejamos comentar sobre todos os aspectos levantados por esta diretora no que se refere à relação entre os jovens das camadas populares e a escola. Realmente, desejávamos tão somente arrolar as questões. De todo modo, pode se concluir que o Estado está agindo nos fins e não nas causas. São feitas legislações que não se interligam para formar uma “rede” que possibilite um trabalho voltado para a emancipação do jovem.

4. Medidas socioeducativas

Apesar dos dados e expectativas negativos apresentados nos itens anteriores, existem ações legais e realidades que apontam para outras possibilidades baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, por meio das medidas socioeducativas, tem o objetivo de incluir, ou seja, ressocializar o adolescente em conflito com a lei.

O ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um grande avanço no trato da questão da infância e juventude no Brasil. O ECA é um documento baseado na Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre os Direitos da

Criança e Adolescente, que reúne todas as leis para que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos, respeitados pela sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento:

“Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança”. [...] sob esta denominação estar-se-á referindo a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Menores, As Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade e as Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil. [...] A Doutrina de Proteção Integral foi adotada pela Constituição Federal, que a consagra em seu art. 227, tendo sido acolhida pelo Congresso Constituinte pela extraordinária votação de 435 votos contra 8 (MÉNDEZ apud SARAIVA, 2002, p. 15).

O ECA trouxe muitos avanços superando o Código de Menores Mello Mattos, de 1979 (Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979) que utilizava o termo “menor”, não mais usado hoje devido ao seu caráter discriminatório, no qual o “menor” era entendido como aquele em “situação irregular”. “Todo o sistema de contenção do adolescente do antigo Código e da “Política de Bem Estar do Menor” estava organizado para tratar um “delinquente”, e não para atender um adolescente que transgrediu uma norma” (VOLPI, 1999, p. 15).

Nesta citação, Volpi considera ser fundamental distinguir o que é ser infrator ocasional e o que é ser delinquente habitual, baseando-se em Michael Foucault:

Michael Foucault usa a denominação infrator para referir-se àquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas, enquanto delinquente é a condição a que o sistema submete o indivíduo, estigmatizando-o e controlando-o formal ou informalmente, inclusive após ter cumprido sua pena (VOLPI, 1999, p. 15).

A Doutrina da situação irregular era adotada pelo Código de Menores de 1979, especificava o que considerava situação irregular no o artigo 2º do Livro I – Parte Geral.

Artigo 2º para efeitos deste Código considerava-se em situação irregular o menor:

I – Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V) com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI) autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial (Código de Menores Mello Mattos, lei 6.697, de 10 de outubro de 1979).

Baseado nesta Doutrina se considerava a criança e o adolescente como em Situação Irregular mesmo quando o ato ou condição de “irregularidade” não era dele, mas de sua família ou mesmo da sociedade em que vivia, conforme aponta Saraiva:

Por esta ideologia haveria uma situação irregular, uma “moléstia social”, sem distinguir, com clareza, situações decorrentes da conduta do jovem ou daqueles que o cercam. Daí a ideia dos grandes institutos de “menores”, até hoje presentes em alguns setores da cultura nacional, onde muitas vezes misturavam-se infratores e abandonados, vitimizados por abandono e maus-tratos com autores de conduta infracional, partindo do pressuposto de que todos estariam na mesma condição, estariam em “situação irregular” (2002, p. 14).

Não havia nenhuma proteção e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento. Já o ECA reconhece que todas as crianças e adolescentes possuem direitos e devem ser respeitadas. Baseado na Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como já dito, representa um marco no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes, direitos especiais e específicos dada a sua condição de pessoa em desenvolvimento.

A Doutrina de Proteção Integral, que tem por norte a Convenção das Nações Unidas para o Direito das Crianças, estabelece que estes direitos se constituem em direitos especiais e específicos, pela condição que ostentam de pessoas em desenvolvimento. Desta forma, as leis internas e o sistema jurídico dos países que a adotam devem garantir a satisfação de todas as necessidades das pessoas até dezoito anos, não incluindo apenas o aspecto penal do ato praticado pela ou contra a criança, mas o seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, entre outros (SARAIVA, 2002, p. 15).

Saraiva diz que “na aplicação da Doutrina de Proteção Integral no Brasil, o que se constata é que o País, o Estado e a Sociedade é que se encontram em situação irregular” (2002, p. 15).

Realmente, podemos dizer que em situação irregular está o País, o Estado e a Sociedade, pois, apesar das leis que garantem os direitos das crianças e adolescentes, sabemos que na realidade há muito ainda a ser feito para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido efetivamente em nosso país.

O ECA, no livro II – Parte Especial, é estruturado em sete partes. Aqui iremos expor as três partes mais importantes para os objetivos deste texto:

Título I – Da política de atendimento – Que trata das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes.

Título II – Das medidas de proteção – Que trata das medidas de proteção a crianças e adolescentes.

Título III – Da prática do ato infracional – Que trata das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais (ECA, 2003, p. 28-43).

A discussão que se faz a seguir tem o objetivo de clarificar quais são os marcos legais de atuação do Projeto que foi fruto da pesquisa que deu origem a este capítulo, no que se refere ao atendimento de adolescentes e jovens em conflito com a lei.

Conforme o ECA, em seu Capítulo IV, Seção I – Disposições Gerais, artigo 112, verificada a prática do ato infracional¹⁶, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas socioeducativas (ECA, 2003, p. 37-38):

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – Liberdade Assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;

¹⁶ Conforme o ECA, em seu artigo 103, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI¹⁷.

Entre estas medidas socioeducativas, o Projeto atende aquelas aplicadas em meio aberto, que são a Prestação de Serviços à Comunidade e a Liberdade Assistida. Sendo assim especificaremos estas duas medidas, que foram o interesse principal da pesquisa ora descrita.

O artigo 117 do ECA estabelece que a prestação de serviços à comunidade

[...] consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada de trabalho (ECA, 2003, p. 39).

O artigo 118 do Estatuto da Criança e do adolescente estabelece que:

¹⁷ Conforme o ECA em seu art. 101: “Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras as seguintes medidas: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”. O art. 98 estabelece que “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta”.

[...] a Liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

1º – A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

2º – A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor (ECA, 2003, p. 39).

A Liberdade Assistida é aplicada também como progressão da medida de internação ou como primeira medida. A Liberdade Assistida, como primeira medida, traz um benefício muito grande ao jovem, uma vez que, convivendo com a família ou responsável, ele pode obter apoio, ao passo que sendo privado de liberdade o prejuízo para este jovem é muito grande, devido à distância do meio em que vive, tornando-se muito mais difícil o processo de ressocialização. A internação ainda hoje traz consigo resquícios do antigo “Código de Menores”, sendo mais punitiva do que educativa. Embora existam unidades de internação que já funcionam de acordo com os moldes estabelecidos pelo ECA, ainda há muito que ser feito para que se cumpra de fato o que é direito do adolescente.

Apesar de sabermos que as medidas socioeducativas em meio aberto ainda apresentam precariedades, ainda assim apresentam também resultados positivos, ao passo que a medida de internação ainda não é adequada, seja pela falta de investimentos para se fazer cumprir o que determina o ECA, seja por uma cultura repressiva arraigada em grande parte dos agentes educacionais que trabalham diretamente com estes adolescentes, prevalecendo ainda o paradigma da punição e repressão como

forma de recuperação do adolescente. O ECA em seu artigo 122 determina os casos em que é necessária a aplicação da medida de internação:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

1º – O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

2º – Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada (ECA, 2003, p. 41).

Quando o adolescente é detido por cometer um ato infracional ele deve ficar no máximo 45 dias em UIP (Unidade de Internação Provisória). Durante este período deve ocorrer o julgamento e, conforme a determinação judicial, aplica-se a medida que melhor se afigurar para o ato infracional cometido. O que ocorre é que nem todas as cidades possuem UIP's, e o adolescente é levado para a cadeia local, o que é permitido desde que permaneça isolado dos adultos. Porém, não é isso que sempre ocorre conforme matéria exibida pelo Jornal da Globo no dia 19/nov./2007 trata de uma denúncia feita ao Conselho Tutelar da cidade de Abaetetuba, no Pará, onde em uma cadeia da cidade uma adolescente de 15 anos, presa por furto, foi mantida por 30 dias em uma cela com 20 homens. Os presos confirmam que a adolescente passou lá mais de 30 dias. Há também a denúncia de abuso sexual cometido pelos presos que dividiam a cela com a adolescente. Apesar de ser inadmissível uma conduta como esta sabemos que é fato comum, visto a falta de estrutura e principalmente falta de humanidade das autoridades policiais que a colocaram nesta situação, demonstrando mais uma vez que ainda prevalece a punição e o descaso com o adolescente.

O art. 119 do referido Estatuto trata das incumbências do orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente. Cabe ao orientador a realização dos seguintes encargos, entre outros:

- I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo inclusive, sua matrícula;
- III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e sua inserção no mercado de trabalho;
- IV – apresentar relatório do caso (ECA, 2003, p. 39).

As leis instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) existem para propiciar ao adolescente e jovem em conflito com a lei, segundo o Estatuto, o desenvolvimento da capacidade de convívio social, por meio do cultivo de seus direitos, deveres de cidadania e construção de sua autoestima. No intuito de que o ECA saia do papel e seja cumprido efetivamente, o governo federal criou o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que é uma política pública social de implementação do atendimento das medidas socioeducativas previstas no ECA (art. 112¹⁸ e 55¹⁹), destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei.

Para tanto discutiremos qual é o papel do SINASE que vem para, entre outras coisas, promover a consolidação do ECA e ampliar o compromisso e a responsabilidade do Estado e da “Sociedade Civil” em busca de soluções eficazes, eficientes e efetivas para o sistema socioeducativo, visando assegurar aos adolescentes que infracionaram oportunidades

¹⁸ Artigo citado acima.

¹⁹ Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (ECA, p. 21).

de desenvolvimento, inclusão e uma autêntica experiência de construção/reconstrução de seu projeto de vida

[...] o SINASE visa trazer avanços não só na discussão sobre o tema, mas, principalmente, na efetivação de uma política que contemple os direitos humanos buscando transformar a problemática realidade atual em oportunidade de mudança (SINASE, 2006, p. 21).

Essa transformação da realidade atual deve se dar em aspectos que, embora pareçam óbvios, ainda não são respeitados em sua totalidade, como por exemplo: o adolescente que estiver em regime de internação ou cumprindo medida socioeducativa deve o fazer no local mais próximo de sua casa, como forma de garantir a convivência familiar. Porém ainda não é o que ocorre, pois, em alguns casos não há vagas próximo ao local de residência do adolescente.

O SINASE estabelece parâmetros para a efetiva aplicação do ECA e é caracterizado pelo:

[...] conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida sócioeducativa (SINASE, 2006, p. 22).

O SINASE foi criado para nortear o atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, estabelecendo os Princípios e marco legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo, a Organização do SINASE, a Gestão dos Programas, os Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo, os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo e a Gestão do Sistema Financeiro²⁰.

²⁰ Para ter acesso ao documento na íntegra ver Sistema Nacional de Atendimento

Como já dito anteriormente, o ECA estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e também quais as ações direcionadas ao adolescente em conflito com a lei. Sendo assim, se faz necessário detalhar os objetivos específicos das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como as atribuições do orientador educacional.

A medida de Liberdade Assistida (conforme artigos 118 e 119 do ECA, supracitados) existe para interpretar, esclarecer e orientar o adolescente e sua família sobre a decisão judicial aplicada e as condições de restrição a que está submetido.

A medida de Prestação de Serviço à Comunidade (artigo 117 do ECA) também existe para interpretar, esclarecer e orientar o adolescente e sua família sobre a decisão judicial aplicada, as condições de restrição a que está submetido, o período de cumprimento e as obrigações e direitos que a medida impõe. Suas ações são muito semelhantes às da medida supracitada a diferença de encaminhar e acompanhar o adolescente na entidade acolhedora para prestação de serviços à comunidade.

O presente texto teve o objetivo de contribuir para a ruptura com os paradigmas que permeiam a questão do jovem em conflito com a lei, pois acreditamos que qualquer estudo que pretenda ir ao cerne desta questão deve partir de um olhar sobre a questão social, para que sejam apontadas soluções consistentes que tragam benefícios a estes jovens. Certamente é preciso que seja construído um novo olhar direcionado ao jovem em conflito com a lei, porque embora existam instrumentos legais para lidar com esta realidade ainda existem muitos fatores negativos, como o preconceito, o desconhecimento por parte da sociedade, a falta de políticas públicas efetivas para lidar com as questões da juventude no Brasil, a crença arraigada na sociedade brasileira

de que o jovem em conflito com a lei não é punido por seus atos e a ânsia de puni-los sem levar em conta a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, entre outros. Fatores que dificultam mudanças e que embora não tenham sido abordados aqui de forma detalhada, merecem um aprofundamento para que avanços significativos sejam realizados.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília P. (orgs). **Juventude em debate**, 2. ed, São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo, IN: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma Pesquisa Nacional**. Instituto Cidadania, São Paulo: ed Perseu Abramo, 2005.

BOURDIEU, Pierre (org). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e políticas públicas no Brasil**, 26ª Reunião Anual do ANPed, Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 outubro de 2003.

CASTRO, Mirian Mesquita Pugliese de. Assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília P. (orgs). **Juventude em debate**, 2. ed, São Paulo: Cortez, 2002.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a

Juventude. **JÓVENes. Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, n. 22, México, jan.-jun/2005, p. 346- 363.

CMDCA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Campinas, 2003.

FEBEM. Fundação estadual do bem-estar do menor. **Termo n. 019/05 – CTMA – Convênios, Processo n. 2027/04**. São Paulo: Ed. FEBEM, 2004.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRIGOTO, Galdêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. IN: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs). **Juventude e sociedade, trabalho, educação, cultura e participação**. Instituto Cidadania, 2. ed, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

GROPPO, Luís Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do COGEIME, ano 13, n. 25, dez. 2004, p. 9-22.

GROPPO, Luís Antonio. **A condição juvenil e as “tradições ocultas” da juventude**. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. Seminário temático: Culturas jovens urbanas e novas configurações subjetivas. ANPOCS, 2006a.

GROPPO, Luís Antonio. **Política & sociedade**. Revista de sociologia política. UFSC. A condição juvenil e as revoltas dos subúrbios na França. V. 5, n. 8, Florianópolis, abril/2006b, p. 89-121.

JESUS, Tatiana Menuzzo de. **Juventude sem direitos:** olhares e escutas sobre jovens em um projeto de intervenção socioeducativa. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2008.

NORONHA, Olinda Maria. Pequeno ensaio sobre a práxis como categoria central para o entendimento da educação sociocomunitária. **Revista Ciências da Educação**, ano 8, n. 17, 1o sem./2006, Aparecida, p. 59-130.

NOVAES, Regina. **Riscos e perturbações nas trajetórias jovens. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**, In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. (orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEREGRINO, Monica. Os jovens pobres e a escola. A busca de ferramentas para a compreensão. **JÓVENes. Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, n. 22, México, jan.-jun. 2005, p. 364-376.

SARAIVA, João Batista Costa. **Direito penal juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas**, 2. ed., Porto Alegre: ed Livraria do Advogado, 2002.

SHEINVAR, Estela. Avanços e limites da legislação. O caso da infância e da adolescência no Brasil. **JÓVENes. Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, n. 22, México, jan.-jun. 2005, p. 289-313.

SINASE. **Sistema nacional de atendimento sócioeducativo**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília/ DF, CONANDA, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos de juventude brasileira: Análises de uma**

pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho e; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: Um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago., 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: Institucionalização tradicional e novos significados. **JÓVENES. Revista de Estudos sobre Juventud**, ano 9, n. 22, México, jan.-jun./2005, p. 220-245.

VOLPI, Mário (org.). **O adolescente e o ato infracional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**, Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Sites

AGÊNCIA BRASIL. **ONGs denunciam execução de adolescentes em Fortaleza.** Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/08/11/materia.2006-08-1.0790758174/view>. Acesso em: 10 dez. 2006.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES – Indicadores Sociais 1997. Site IBGE disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/criancas_adolescentes/default.shtm>. Acesso em: 28 jun. 2007.

Governo investe em políticas para a juventude. Disponível em: <www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/eq526/> Acesso em: 28 jun. 2007.

PORTAL TRIBUTÁRIO. Disponível em: <www.portaltributario.com.br/tributos/iss.html>. Acesso em 29 jan. 2008.

Programa Bolsa Família o que é. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e>. Acesso em: 4 jan. 2008.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/pesquisa/Pesquisa%20Viol%C3%A4ncia%20no%20Brasil%20-%20comunicado%20%C3%A0%20imprensa.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2008.

PESQUISA JUVENTUDE. Disponível em: <www.projetojuventude.org.br/novo/assets/perfil_juventude_brasileira.ppt#1>. Acesso em 29 jan. 2008.

6

VIDAS ARRISCADAS

Os jovens, o tráfico e o Primeiro Comando da Capital

*Marisa Feffermann**

Uma das questões mais polêmicas da sociedade atual, o tráfico de drogas, não é um fenômeno recente. O consumo de drogas sempre existiu, desde os primeiros tempos da humanidade, para fins religiosos, terapêuticos ou mesmo alimentícios. O problema é a dimensão que o comércio de drogas atingiu nas últimas décadas e sua importância política e estratégica.

Hoje, no entanto, “metáfora da destruição”, “um dos ícones do mal”, é a condição que o tráfico de drogas ocupa na cultura contemporânea. Agrega-se, dessa forma, a percepção da droga como elemento de “destruição” e de “desagregação”; desta maneira, há a necessidade geopolítica de se combatê-la militarmente e manter sob controle os países da América Latina e da África. A intolerância para com outras culturas é um acento desse processo.

* Doutora em Psicologia, pesquisadora do Instituto de Saúde/SES/SP. Autora de *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico de drogas* (Vozes, 2006). E-mail: mfeffermann@gmail.com.

O controle de drogas é uma forma do Estado exercer e expandir o seu domínio sobre a conduta dos homens e das populações no sentido mais amplo. Isso se soma ao projeto de saneamento da sociedade, que propõe disciplinar o uso dos espaços públicos e particulares. O campo da lei passa a conter os dissonantes, os perigosos, os anormais, os subversivos. Com essa realidade, uma economia produtora e reprodutora do controle do crime surge, gerando empregos úteis e dando potência a inúmeros setores da economia legal.

Os circuitos de ilegalidade, estimulados e criados por leis que impuseram proibições, geram dinâmicas e violências próprias, efeitos de poder da imposição primeira que foi a da criminalidade, e que justifica a segurança desenvolvida para enfrentá-las.

Resultante da promiscuidade existente entre o legal e o ilegal, a hegemonia do cinismo prevalece. A violência, tornada banal, permite a transgressão de qualquer conceito de cidadania. A fronteira entre o legal e o ilegal se torna então tenuidade.

A “globalização” tende a responder a uma necessidade de legitimidade e dissimulação do poder econômico e político, poder assimétrico de domínio/dependência, que facultou a difusão e o auge das políticas neoliberais.

A “globalização” faculta um fluxo relativamente livre de capitais por meio de sistemas informatizados que induz à expansão desta indústria ilegal. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica.

Com a expansão do mercado clandestino e da criminalidade, a questão das drogas fugiu a qualquer tipo de controle, ocorrendo o desenvolvimento de organizações criminosas complexas, que têm ligação direta com o mundo oficial, legal.

As relações entre traficantes de drogas e entre estes e o Estado (aparatos repressivos e outras instâncias políticas) são estabe-

lecidas pela cooperação e pela confrontação. Pode-se caracterizar esses traficantes como empresários de um setor econômico ilegal que buscam acumular capital, reinvestir parte dos lucros, conquistar mercados e diversificar investimentos, mesmo considerando todas as particularidades impostas por tal situação jurídica. Frise-se que o surgimento do capitalismo industrial e da economia em conformidade com a ordem legal teve sua origem no mercantilismo, sustentado no tráfico de sedas, drogas e pessoas.

Interessa notar que algumas características básicas do tráfico de drogas, como a manutenção de redes internacionais para o escoamento de produto ilegal; a conquista de territórios (áreas de influência); a confecção de códigos de conduta intragrupo em organizações hierárquicas; a solução frequentemente violenta de disputas; a influência no aparato repressivo estatal, e em outras instâncias de governo, serão imprescindíveis para o crescimento da indústria do tráfico.

Esta desvinculação do sistema financeiro da base material da produção, torna propício o crescimento de grandes proporções do tráfico de drogas, que se insere na economia mundial global. E de tão integrada, confunde-se com esta economia. A procura e o consumo de drogas geram e asseguram enorme rendimento e altíssimo acúmulo de capitais, convertendo o tráfico de drogas no segundo grande negócio mundial – depois do de armas – capaz de destruir a imagem de países e redefinir mapas políticos.

Neste contexto em que o capital se faz ubíquo, o índice de desemprego se eleva, as relações de trabalho se tornam precárias, a tecnologia se afirma cada vez mais avançada (especialmente nos meios de comunicação), formando redes e circuitos, contexto no qual o Estado-Nação está sendo enfraquecido e a desregulação perpassa todos os espaços da sociedade, o crime global tem campo propício para sua permanência e proliferação.

A globalidade do crime está intimamente associada à forma

como hoje o capital se estrutura e um dos seus característicos é a conexão flexível das atividades comerciais por meio das redes internacionais. Valendo-se da globalidade econômica e das novas tecnologias de comunicações e de transportes, as organizações criminosas operam cada vez mais de forma transnacional. As estratégias assemelham-se às utilizadas na economia global vigente: instalam a produção e a gerência em áreas nas quais os traficantes detêm um relativo controle do meio institucional, isto é, territórios de baixo risco, e priorizam as áreas com procura mais afluyente, nas quais podem cobrar preços mais elevados. A globalidade do crime permite que a organização nos diversos países institua alianças estratégicas no intuito de cooperar com as transações de cada organização, por meio de acordos de subcontratação, prática esta que “acompanha de perto a lógica organizacional” como “a empresa em rede” (CASTELLS, 2000, p. 205). Afora isso, grande parte da receita dessas atividades é “lavada”, através dos mercados financeiros internacionais. Esse processo precisa ocorrer com grande mobilidade e flexão, considerando que é justamente este movimento constante que impede o rastreamento pelos órgãos de regulação e repressão competentes.

O crime organizado ligado às drogas procura manter o controle estrito sobre o seu território, não só impedindo que outros traficantes lá se estabeleçam, mas também controlando parte da vida comunitária. É construída a “cultura da droga” num espaço social abandonado pelo Estado, no qual as políticas públicas visam atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às exigências da sociedade civil ganha destaque.

Oliveira (2003, p. 51) aponta esta relação intrínseca entre o capitalismo legal e o dinheiro oriundo de atividades ilegais: “a história está a nos mostrar cotidianamente que o capitalismo ‘honrado’ e ‘civilizado’ e o mafioso nunca andaram muito longe, e um aprendeu com o outro, e frequentemente se retroalimentam”.

Se esta relação já era próxima, com o advento da globalidade esse processo acirrou-se. Paralela ou conjuntamente à reestruturação do capital, nota-se o crescimento do crime global, e “a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral” (CASTELLS, 2000, p. 203).

Embora o tráfico de drogas seja um fenômeno mundial, é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral.

O país é marcado pela desigualdade socioeconômica e pelo esgarçamento do tecido social, que se mostra na afronta às leis e à autoridade por meio das transgressões e violências. Se, de um lado, esta afronta pode parecer resistência à ideologia dominante, de outro, aparece como reforço dessa ideologia, por exemplo, no tráfico de drogas. Nesse quadro, pode-se considerar o consumo abusivo de drogas como um dos elementos que contribuem para a desintegração da sociedade. Problema muito complexo e contraditório é a questão da legalidade do uso de drogas: o preconceito, o moralismo e o jogo de interesses econômicos impedem que um debate seja realizado em bases esclarecedoras.

Nesta realidade, vive-se uma tensão em que a violência está disseminada por toda parte. Assim, se mantém a lei do silêncio e o medo permeia quase todas as relações, cumprindo sua função como um dos mecanismos mais eficazes de dominação.

Esse cenário contemporâneo admite a expansão de regiões de comércio e de consumo de drogas “cujas regras, princípios, hierarquias e ética colocam-se à margem dos próprios princípios

que norteiam a institucionalização dos direitos e respeito à vida” (ADORNO, 1996, p. 14).

O conceito de crime¹ depende dos modelos hegemônicos vigentes em determinada época. São os processos normativos e disciplinadores que permitem a elaboração do conceito. Há ausência de consenso sobre o conceito de crime organizado e problemas para sua tipificação legal. Todavia, existe acordo quanto ao fato do crime organizado apresentar características próprias, diferenciando-o da criminalidade comum e eventual. O crime organizado é considerado, por alguns autores, como qualquer associação destinada à prática de crimes, que, muitas vezes, surge sob a proteção do poder econômico e/ou político, tendo a certeza desta maneira, da impunidade, principalmente, dos seus líderes.

No Brasil, além da inexistência de um conceito uniforme de crime organizado, existem falhas aberrantes na condução das investigações. Contudo, é importante ressaltar que no país “o crime organizado não é uma ficção. Ele existe e atua em pelo menos quatro campos: roubo de cargas, roubo e furto de veículos, tráfico de drogas e jogo do bicho” (MINGARDI, 1998, p. 227).

Nas suas atuais dimensões econômicas e financeiras, o crime mundial deve ser analisado levando-se em consideração as grandes tendências do mercado global e a infraestrutura tecnológica, tornando possível sua consolidação dessas tendências, como o crescimento do capital especulativo. Na realidade, um dos

¹ Segundo o dicionário *Aurélio*, o termo crime designa: violação culpável da lei penal, delito (Direito Penal conceito formal); ofensa de um bem jurídico tutelado pela lei penal (Dir. Pen. conceito substancial); fato típico, antijurídico e culpável (Direito Penal conceito analítico); qualquer ato que suscita a reação organizada da sociedade; ato digno de repressão ou castigo; e ato condenável, de consequências funestas ou desagradáveis. Encontra-se ainda neste dicionário as seguintes significações para os termos: a) criminoso – como adjetivo, “em que há, ou que constitui ou importa crime”, e, como substantivo, “aquele que praticou crime, réu”; e b) criminalidade (S. f.) – “qualidade ou estado de criminoso; o grau de crime; o conjunto dos crimes; a história dos crimes” (FERREIRA, 1986).

pontos nodais do sucesso e expansão do crime realizado em redes transnacionais é a flexão e versatilidade de sua organização. A constituição de redes é seu característico principal. Formam-se redes locais, respeitando a especificação de cada lugar, com poder de alcance global, permitindo alianças estratégicas.

As fronteiras entre os procedimentos “legítimos” e os adotados pelas máfias tornam-se muito tênues: “É um ambiente financeiro que favorece a proliferação de criminosos de colarinho branco, de gente sem escrúpulos mas com muita agilidade e inteligência” (ARBEX Jr.; TOGNOLLI, 1996, p. 212).

Um dos principais característicos do crime organizado é o controle do território. É interessante notar que, geralmente, estas áreas controladas não são protegidas pelo aparelho estatal, que atua de maneira repressiva e não faz diferença entre o homem comum, que desafortunadamente reside naquela região, e a organização criminosa que domina o lugar, gerando a desconfiança da população em relação ao Estado. Estrategicamente, algumas quadrilhas tentam suprir as necessidades locais, carências materiais em relação às quais o Estado nada faz, bem como no tocante à resolução de conflitos entre os moradores. Com isso, controlam de certa forma os interesses da comunidade (MINGARDI, 1998, p. 61-3).

Pode-se verificar que, mesmo indiretamente, o Estado é um grande fomentador do desenvolvimento do crime organizado. Num Estado em que os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida.

O crime organizado caracteriza-se pelo uso de violência para garantir o cumprimento de acordos, manter rotina dos negócios, e formar uma resistência armada à repressão policial. Assim, há “o ‘aparato de segurança’ mantido pelo crime orga-

nizado, a rede de agentes responsáveis pela garantia do cumprimento das leis, juízes e políticos, todos devidamente incluídos na folha de pagamento da organização” (CASTELLS, 2000, p. 216-217). Esse mecanismo de defesa ocorre internamente ao país, mas especialmente no crime global entre redes criminosas do mundo todo.

O ponto decisivo, porém, consiste no fato de as organizações criminosas estarem arraigadas nas próprias entranhas do Estado, privilégio obtido à custa do suborno generalizado dos seus agentes. Um dos característicos da organização criminosa é a relação com o aparelho estatal. A corrupção e, muitas vezes, a intimidação de servidores do Estado são caminhos que os agentes do crime organizado encontram para sua sobrevivência. O crime global busca consolidar-se e se proteger com base nas contradições existentes na legislação de cada país. Cada país possui uma legislação em relação ao crime, e isto faculta que as leis possam ser burladas.

O Estado brasileiro sempre atuou de forma repressiva no combate às drogas. A polícia quando age de forma arbitrária passa a exercer o papel de legislador, no intuito de mostrar eficiência no trabalho.

A infraestrutura do tráfico de drogas, no país, foi instituída sobre a preexistente organização do bicho, do contrabando, do roubo e do desmanche de carros. E a lavagem de dinheiro, a partir da imensa evasão fiscal e emissões clandestinas de capitais ao exterior.

A caracterização do tráfico de drogas como crime organizado é polêmica, uma vez que as regiões têm meios distintos de atuação. Apesar de todo o processo global, os característicos locais imprimem um funcionamento próprio. Neste trabalho, o foco específico é a capital de São Paulo, considerando a sua conexão com a dinâmica global.

Raul Cervini Sándrez (1995, p. 136) afirma que o maior custo social proveniente do tráfico de drogas organizado refere-se ao impressionante aparato de corrupção que ele promove nas esferas oficiais e particulares, corrupção essa facultada pela volumosa quantidade de dinheiro posta à sua disposição.

Segundo Quaglia², o crime organizado no Brasil vem se estruturando a cada ano. Os traficantes estão mais armados, às vezes mais do que os policiais. Impõem o seu controle, assassinando quem entra no seu território sem permissão e generalizam o medo.

Nesta perspectiva, a busca pela integração total resulta em um processo de dissociação. As leis são uma das formas de garantir esta integração; na realidade, aqui apresentada, as leis de proibição do tráfico de drogas são responsáveis pela formação de circuitos de ilegalidade que, pela sua própria dinâmica, geram violência. Pode-se pensar que a criminalização das drogas justifica o aparato de segurança para a manutenção do *status quo*.

Este aparato repressivo é uma das “vantagens” da ilegalidade do tráfico de drogas, pois, movimenta a indústria bélica e os mecanismos necessários para a manutenção do controle do crime. Os lucros não tributados, interligados ao mercado financeiro internacional, e ainda os programas de tratamento de dependentes de drogas ilícitas, com os quais as indústrias farmacêuticas lucram, são outros fatores que devem ser refletidos ao se referir a este fenômeno tão complexo e perverso. Neste processo, é necessário frisar que a ilegalidade do tráfico de drogas institui um circuito de violência que se retroalimenta constantemente.

Para Adorno (1995, p. 44), como apresentado, a violência se expressa com base no conceito de barbárie. A razão objetiva da barbárie se encontra no fracasso da cultura: “o perigo é objetivo; e não se localiza em primeira instância nas pessoas”. Uma sociedade, cujas bases legais respondem quase exclusivamente às exigências

² *O Estado de S. Paulo*, 4/6/2004, p. C1.

do capital, só pode existir de maneira artificialmente homogênea. A violência se mantém como resposta ao medo de ameaças sociais e/ou individuais, que tendam a confrontar as condições existentes.

O que prima, de um lado, é a intolerância ao lidar com o diferente, a necessidade de homogeneidade e controle, implicando no exercício da disciplina e no controle de corpos e mentes, na regulação de condutas individuais. De outro lado, o emaranhado de relações de poder: a falta de limites entre o que é legal e ilegal, a impotência perante as redes do tráfico existentes internacionalmente, e a falta de definição do papel do Estado e das relações entre os Estados.

Sugere-se que o limiar entre a lei e o que está fora da lei apresenta-se cada vez mais tênue e se torna difícil perceber as regras que modelam as condutas individuais e sociais. Numa sociedade na qual as relações de forças sociais são desiguais, como o caso específico do Brasil, a forma de se constituir padrões de comportamentos torna-se, de um lado, cada vez mais inflexiva, e de outro, totalmente ambivalente e contraditória, caracterizando uma situação em que o processo civilizatório desvincula-se das necessidades do ser humano, reiterando a lógica do capital. Nestas condições, a sociedade deixa de servir para a proteção do sujeito, sendo difícil delimitar se a irracionalidade atual está relacionada ao indivíduo ou à sociedade.

O tráfico de drogas está inserido na sociedade em um modo de produção estabelecido, sob a égide de leis objetivas do capital, que coloca o homem como mais uma das mercadorias do jogo econômico. O tráfico, como uma indústria de drogas ilícitas, é uma forma de inserção ilegal de uma parcela da juventude no mundo do “trabalho”. Ainda mais, o desemprego estruturado acirrado pelo processo de “globalização”, dificulta o ingresso de jovens no mundo do trabalho legal. O tráfico de drogas, como qualquer indústria, funciona sob a mesma lógica; desta forma,

os “trabalhadores”, em todas as etapas de produção, são *sacrificados*, e passam por idêntica dominação e pelos sofrimentos advindos das condições sociais injustas reproduzidas na sociedade. Este ‘trabalho’ é também alienado e mediatizado pela economia burguesa. A diferença é que o valor da *força de trabalho* pode de forma explícita significar a própria vida. Nesta pesquisa, considerou-se o tráfico como forma de organização denominada de ‘trabalho’, informal e ilegal, que emprega grande número de jovens na sua estrutura.

Os jovens envolvidos no tráfico de drogas constituem-se por influência desta realidade objetiva. Uma malha que os enreda a cada movimento. Neste emaranhado de fios, que se entrelaçam e se desfazem, vão construindo a sua forma de estar no mundo. Em condições que podem ser consideradas quase irracionais. Beirando à barbárie, em que a palavra e/ou a reflexão é substituída pela força. Adorno (1995, p. 159) suspeita “que a barbárie esteja presente quando há regressão à violência física primitiva, sem que haja vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista portanto a identificação com a erupção da violência física”. Mas, aponta que não pode ser considerada como barbárie quando a violência “conduz inclusive a situações bem constrangedoras em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas” (ADORNO, 1995, p. 159-160). Em verdade, no tráfico de drogas e no combate a ele, se está diante da primeira situação apontada pelo autor. No entanto, a todo momento existe a tentativa de se justificar ideologicamente a atuação dos mecanismos repressores como garantia de uma vida mais digna para todos os cidadãos. Desta forma, o Estado se utiliza do seu poder legítimo de força para imprimir o seu princípio, e das artimanhas dos meios de comunicação para corroborar com este propósito.

É uma quimera pensar que num contexto em que vigora uma imensa desigualdade social, em grupos sociais muito po-

bres, com elevado índice de desemprego e de subemprego, os jovens, atraídos pela possibilidade de um ganho econômico, rápido, impossível de ser obtido no contexto socioeconômico vigente, serão intimidados com a mera perspectiva de punição penal, o que revela novamente a insuficiência do modelo repressor.

Assim, uma inquietação perpassa todo este estudo, que é: “descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 11).

A realidade de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo tem aproximadamente 17 milhões de habitantes.³ A cidade de São Paulo, uma megacidade⁴, que reúne inúmeras culturas e credos, conectada à economia mundial e nacional, “no entanto, é uma cidade partida, cravada por muros visíveis e invisíveis, que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerra” (ROLNIK, 2001, p. 10).

A urbanização do município de São Paulo ocorreu segundo a lógica do mercado, com base na organização espacial da classe dominante e de seus negócios, que assim orientou o crescimento urbano. A especulação e o mercado tornaram-se o eixo de expansão da cidade. Os interesses do Estado e do capital imobiliário confundiam-se, permitindo que empreendimentos ilegais pudessem se realizar sob marco legal.

³ Para Rolnik (2001, p. 9) São Paulo é uma das cidades-mundo do planeta. Isso significa que ultrapassa seus próprios limites físicos – 900 quilômetros quadrados de área urbanizada, em 39 municípios, a aglomeração urbana ocupa hoje uma área muito além disso, atingindo pontos distantes do país, do continente, do mundo.

⁴ “Critério utilizado pela ONU, a marca de 10 milhões de habitantes, serve para definir as megacidades do planeta” (ROLNIK, 2001, p. 75).

A indústria deixou de ser um meio para absorção de mão de obra, e o setor de serviços não tem a capacidade de substituí-la, e se está diante de uma realidade quase insolúvel em relação a alguns tipos de emprego. Transforma-se o perfil dos trabalhadores: aumenta o número de trabalhadores sem carteira assinada e de autônomos.

A estrutura urbana segregadora concretiza-se cada vez mais, as repercussões desta realidade de confinamento são visíveis particularmente nas populações de menor renda e grau de escolaridade. As barreiras estão à mostra, por meio de muros e grades, fragmentando a cidade, impedindo o contato com o outro que não pertença à mesma classe social. O sentido de cidadania se esvai, o discurso do medo e da insegurança invade todos os espaços, impedindo que se enxergue esta realidade.

Esta pesquisa parte de uma perspectiva sócio-histórica do tráfico de drogas no mundo e na periferia de São Paulo, entendendo que estas práticas são indissociáveis do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Considera-se que o indivíduo tem significação e se ressignifica na relação com o meio que o cerca. Processo este que é construído historicamente.

Com base nestes aspectos apresentados à CPI do Narcotráfico, é possível pensar que ocorreu a construção de uma organização do crime em São Paulo? Algumas manifestações contra o Estado, em 2003, foram relacionadas ao crime organizado no Estado de São Paulo, primordialmente com a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção de maior influência no Estado. Está-se diante de um grupo que contesta os poderes instituídos.

Alguns juristas e jornalistas acham possível a existência de crime organizado, ao considerar as manifestações sob a organização do PCC – Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. Apresentar-se-á algumas opiniões de jovens entrevistados nesta pesquisa, as quais revelam que o PCC é uma realidade. Alguns

jovens que foram presos afirmam que já foram convidados a entrar no Partido⁵. O ingressante desta organização é denominado irmão, e deve cumprir todos os pontos do Estatuto; outros estão na posição de “primo”, o que significa que não necessitam seguir todos os itens do Estatuto, mas devem estar sempre dispostos a ajudar um “primo em situação de necessidade”.

Maierovitch⁶ diz que a violência e a criminalidade avançaram em São Paulo, realidade comum nos grandes centros urbanos latino-americanos, produzindo sensação de medo e de descrença nas autoridades. Conclui que nos anos 1990 aparecem as organizações criminosas com controles de território e social, além de forte poder corruptor. A mais conhecida delas é o Primeiro Comando da Capital (PCC), que submeteu parte da população à lei do silêncio.

O autor conclui que, diante desta realidade, não surpreende o PCC ter declarado guerra ao governo do Estado de São Paulo. Em síntese, por causa da inépcia do aparelho repressivo e da parcial conviência do governo do Estado de São Paulo, o crime organizado prosperou com facilidades e distorções inerentes ao vigente sistema penitenciário.

Existe um consenso nas contribuições destes autores, de que esta organização é fruto de deficiência do próprio Estado, ou seja, políticas de Segurança Pública e do sistema penitenciário. Como afirma Blat, (2003, p. 33): “colocar cento e tantas pessoas dentro de um cubículo acaba gerando uma justa reivindicação, então existiu uma mobilização entre os presos comuns nesse sentido de querer melhores condições de habitabilidade, comida, etc”.

Segundo Porto (2003, p. 33), a falha do Estado foi a principal responsável pela constituição desta organização; os líderes do PCC

⁵ Primeiro Comando da Capital

⁶ Linha de Frente. Violência em São Paulo. *Carta Capital*, 14/1/2004, ano X, n. 273. Disponível em: <cartacapital.terra.com.br/siteindex_frame.php>. Acesso em: mar. 2004.

eram presos comuns, “praticaram crimes dentro do sistema porque sofreram uma série de abusos e até como forma de sobreviver”. Esta organização está crescendo e consegue apoio de todos que estão dentro da unidade prisional, e “assim vão se multiplicando.

Ao falar da realidade de São Paulo, Amorim (2003, p. 34) afirma que o PCC é a força hegemônica que “cresce numa velocidade alucinante. Aparentemente, controla 30 mil detentos em todo o estado [...] Ser do ‘partido’ é uma espécie de credencial que atesta a qualidade do criminoso”. Segundo o autor, as autoridades subestimaram esta organização que criou raízes em quase todo o sistema carcerário paulista.

O Primeiro Comando da Capital ficou conhecido em 1993, quando pessoas ligadas ao sistema penal paulista escreveram relatórios informando sobre a existência e o crescimento do grupo [...]. Em 1996, o “estatuto” do Primeiro Comando da Capital começa a circular no interior das penitenciárias. O documento, tornado público durante a rebelião de 2001, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 1997, por meio de um requerimento encaminhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, que discutia a situação dos presídios (AMORIM, 2003, p. 388).

Está-se diante de vários indícios, particularmente no sistema penitenciário, que apontam para a constituição de uma organização do crime na cidade de São Paulo. Outro ponto importante que se percebe nas opiniões de estudiosos e no Estatuto é a luta dos detentos contra injustiças e opressão no sistema penitenciário. O sistema é a base, contudo, aparece a importância do apoio externo para a manutenção do poder interno, o poder emana de dentro, todavia, é garantido fora da prisão, especialmente com relação à questão econômica. O poder centralizador do PCC surge em cada linha do Estatuto.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização surgida nos presídios paulistas. Se, de início, era pautada pelo seu estatuto, que apontava para uma crítica ao sistema penitenciário, hoje em dia, segundo os depoimentos recolhidos nesta pesquisa, passa a se expandir por outros campos fora do presídio, tentando assegurar a sua sobrevivência econômica, com roubo de carga e de banco. O comprometimento dessas infrações com o tráfico de drogas sugere um processo crescente, o que implica transformações no perfil do tráfico de São Paulo. A peculiaridade do PCC é de sua sede estar constituída no presídio, e o contato com outros infratores que estão fora das cadeias. Isto permite a construção de uma rede que busca controlar, em várias regiões, o mundo do crime. O ponto decisivo, porém, consiste no fato de as organizações criminosas estarem arraigadas nas próprias entranhas do Estado, privilégio obtido às custas do suborno de grande parte de seus agentes. Um dos característicos da organização criminosa é a sua relação com o aparelho estatal. A corrupção e, muitas vezes, a intimidação de servidores do Estado, são caminhos que os agentes do crime organizado encontram para sua efetivação. Nas últimas rebeliões, e com o auxílio persistente dos meios de comunicação, o Primeiro Comando da Capital, construiu-se e ganhou legitimidade perante a mídia como o grupo hegemônico

A relação do PCC com o tráfico de drogas, pela pesquisa aqui exposta é grande, todos os pontos de drogas são registrados. Contudo continua atuando em assalto a banco e cargas e cada vez mais imbricado com agentes da segurança pública. Verifica-se um círculo vicioso, em que as perspectivas são apavorantes, o que faz lembrar Adorno (1993, p. 95): “Na troca da verdade e da mentira, que torna quase impossível manter sua diferença e se transforma num trabalho de Sísifo”.

No presente trabalho, estes indícios aparecem no discurso dos jovens inseridos no tráfico de drogas como um misto de

medo, insegurança e exaltação. Nas esquinas e nos bares dos bairros pesquisados, da constância do medo e do silêncio, surge por vezes um ruído, apontando para os possíveis inimigos ou aliados. A ausência e a ineficácia do Estado em cumprir o seu dever criam um vácuo em que tanto o lado corruptível do Estado quanto a organização do crime se entrelaçam, o que pode produzir uma ambiência de terror. O substrato dessa relação é econômico, é a garantia do poder. O Estado, desta maneira, utiliza-se da prerrogativa do uso legítimo da violência para reforçar organizações que facultam a manutenção ou a expansão deste poder. Esta lógica incrustada em cada ação permite a utilização de todos os meios, particularmente dos ideológicos.

Um mundo incapaz de prover os indivíduos quanto às suas necessidades básicas propicia a manifestação da dominação e da irracionalidade. Tanto que o homem, na luta pela sobrevivência, inicia por dominar a natureza, e a seguir alastra-se o domínio de uns sobre os outros. Um mundo em que se entrelaçam poderes, em que se vive num emaranhado de relações sociais, um mundo administrado por redes espessas. Nesta realidade, pode-se conceber que exista algo que possa ser considerado excluído?

Alguns indicadores mostram a complexidade da questão.

Os jovens trabalhadores do tráfico de drogas são considerados, com o empenho da indústria cultural, os responsáveis pela violência, e a um só tempo, as principais vítimas das mortes violentas nas estatísticas policiais. Os jovens desta pesquisa são um apêndice, ora indispensáveis, ora descartáveis, nas conexões internacionais da “indústria” do tráfico de drogas e ocultam os reais beneficiados com esse que é um dos setores mais lucrativos da economia mundial.

Jovens constantemente são seduzidos pelo apelo do consumo e não conseguem opor resistência. Consumo que permite uma ligação com a sociedade integrada. Jovens que buscam um

emprego formal, mas que são números da estatística de desempregados. São parte da periferia da sociedade e estão postos em condições marginais. A sua identidade de “ser humano” adquire legitimidade ao passar pelo mesmo processo de massificação de toda a sociedade. No entanto, se estão fora do mercado de trabalho formal, não conseguem satisfazer as necessidades criadas pelos meios de comunicação, de forma “legal”. Se condicionam aos apelos da indústria cultural e consomem, não importando os meios para conseguir o que “desejam”.

Martins (1997) contribui para esta discussão, afirmando que não existe exclusão, pois quando ela ocorre no mundo, não acontece fora da sociedade integrada, é parte que colabora para a perpetuação da estrutura socioeconômica vigente.

Desta forma, não se deve considerá-los excluídos do sistema, e sim refletir como estão incluídos nele. São jovens oprimidos, marcados por uma desigualdade social que os subjuga. Muitos já não fazem parte do mercado formal. Na maioria são desempregados e buscam sobreviver por meio da economia informal. Na realidade são o “resto”. Despojos ou fragmentos de uma sociedade. São parte constitutiva de um exército de reserva de mão de obra, e a possibilidade de se tornarem ativos é muito remota. Muitos deles “optaram”, ou foram “empurrados” para um outro exército, para um caminho de aceno lucrativo – o tráfico de drogas.

Os jovens, nessa estrutura, se não participam da produção, segundo as regras formais do mercado, o fazem de forma legal ao consumirem objetos. Ao utilizarem o dinheiro recebido como pagamento de trabalho realizado no tráfico de drogas, para comprar objetos no mercado legal, “lavam” parte do dinheiro do tráfico e o incorporam à economia formal, “assegurando lucros para os empresários, a manutenção de pontos de trabalho e a arrecadação pública de impostos” (CRUZ NETO, 2001, p. 142).

A realidade descrita transforma-se, no momento em que

estes jovens se tornam consumidores. Quando passam a consumir são valorizados. A sociedade passa a percebê-los como consumidores, não mais de drogas, mas de outras mercadorias “fetichizadas”, oficiais e legais. “O ar refrigerado do *Shopping Center* dissipa, por instantes, as barreiras: agora não importa investigar a origem do dinheiro, não interessa se eles moram em favelas” (CRUZ NETO, 2001, p. 143).

É importante ressaltar que estes jovens são parte constitutiva da economia do tráfico que, do modo apresentado, funciona à semelhança da economia formal, visto que as relações são caracterizadas pela organização do capital. Os trabalhadores, com estes característicos, são peças da engrenagem que movimenta a sociedade capitalista.

Sugere-se que os jovens ‘vendedores’ – ‘trabalhadores’ da indústria do tráfico, têm obrigações e seguem regras de trabalho. O contrato existente nas relações de trabalho é verbal. A punição para o desrespeito de uma regra pode ser a morte. Estes jovens são o elo entre o dono dos pontos de venda e os consumidores, os fregueses da droga, garantindo sua circulação. No contrato, uma das condições implícitas é a ‘lealdade’ ao patrão, o silêncio em relação à identidade do dono do ponto de venda. Os jovens vendem a sua força de trabalho que envolve o risco, no enfrentamento com a polícia e com os ‘concorrentes’. Vivem a ilegalidade, o sigilo e a necessidade de estar em constante estado de alerta. O uso da arma faz parte deste processo. Nestas condições, passam a pertencer a um grupo, a adquirir objetos de consumo, o que seria quase impossível por outros meios. E também, por causa disto, são reconhecidos e respeitados. Estas atitudes são reforçadas pela sua faixa etária, que em conjunto com o risco e a transgressão tornam estes jovens a parte mais vulnerável desta engrenagem.

As regras no tráfico são estabelecidas para que o comércio ilegal de drogas possa ocorrer de modo satisfatório e lucrativo.

Há regras comuns no tráfico, mas as formas de aplicá-las são diferentes. As relações são assimétricas, o poder do dinheiro e do lugar ocupado determinam a situação, mas os elementos que garantem esta relação são, de um lado, o medo de ser morto, ou excluído da comunidade, e de outro, a necessidade de ser aceito no grupo. A manutenção do poder reside na condição de ser respeitado, seja por medo, ou dívida de gratidão. Este poder é mantido não somente à custa de armas, mas por lealdade, confiança, que estes jovens têm para com os donos de pontos de venda.

As relações existentes no tráfico de drogas também visam o lucro e a manutenção do poder vigente. Estrutura-se paralelamente uma sociedade que estabelece as mesmas condições de dominação.

Os traficantes se apoiam em sistemas de troca e produção e constroem formas de ação e de contrato para a manutenção de poder legitimado pelas normas vigentes no grupo. Este grupo transgressor das leis – normas de direito tornadas obrigatórias pela força coercitiva do Estado⁷ – encontra formas para, dentro da criminalidade, regular as suas relações. As relações de poder são estabelecidas e legitimadas, tendo como referência os mesmos ícones da sociedade burguesa, o poder do capital.

Estes grupos reúnem condições para construir relações sociais subjacentes à marginalidade, especificamente em relação ao crime. Os valores do processo de sociabilidade possuem traços idênticos aos de uma sociedade na qual as relações de trabalho ocorrem como forma de exploração. Assim, por atitudes despóticas apresentadas por traficantes-chefe se impõe o respeito pelo medo, ou pelo paternalismo que dissimula o excesso de autoridade sobre a forma de proteção que um grupo mantém-se estruturado. Para os jovens que ‘trabalham’ no tráfico é a pos-

⁷ Definição do *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro: JEM, 1988.

sibilidade de um lugar de continência. Constituem-se formas de lidar com os conflitos que ocorrem em um grupo que, sob condição marginal, busca sobrevivência e garantia de poder.

Nestas relações são identificadas regras que não disfarçam a dominação. E nisto difere da hipocrisia das regras do contrato social burguês, em que a dominação está dissimulada e esta máscara torna-se um mecanismo elaborado de manipulação.

Têm-se a partir destes depoimentos alguns indícios de como é o sistema coercitivo do tráfico. Os conflitos da comunidade envolvida no tráfico e no crime em geral são resolvidos por meio de um mecanismo – o debate – em que os interessados se reúnem para discutir. O *Debate* é dirigido por um membro do Primeiro Comando da Capital, que a partir da escuta das partes envolvidas e das testemunhas avalia com o auxílio da “Torre” (grupo hierarquicamente superior, que dentro dos presídios, auxilia no veredicto do caso julgado). As informações sobre o caso e sobre o passado da pessoa envolvida são averiguadas, e todos os pontos de vistas levados em conta. Assim a partir dessas regras toma-se a decisão do que deve ser realizado.

O Primeiro Comando da Capital torna-se a forma de se instituir as regras de convivência. Um terceiro aspecto a ser considerado é a violência com que estes jovens vivem no seu cotidiano. O medo, o suborno, a corrupção são discursos que permeiam esta realidade. Na verdade, são os mecanismos discursivos do crime e do poder.

Esta violência está associada a múltiplos fatores: ao *crack* que impulsiona os usuários a todo o tipo de atitude a fim de obterem a droga; à polícia, que como agente representante do Estado, em muitos casos age de forma corrupta e cruel e desta forma o lugar que deveria garantir as leis se imiscui com o lugar do crime. Nesta relação, o tráfico de drogas se perpetua. A violência é exercida também pelo traficante nas disputas entre pontos de

venda, ou nas punições espetaculares, quando se infringem as regras. O roubo é outro fator de violência, que ocorre em conjunto com este processo. Alguns dos jovens entrevistados ‘trabalham’ no tráfico e roubam/assaltam muitas vezes, para sustentar o próprio vício. A violência se mantém porque é internalizada pelos sujeitos que a sustentam.

Os comportamentos marginais, apesar de neles haver discriminação e de serem sujeitos de punição social e/ou legal, acabam se afirmando e se ampliando, criando estratégias de sobrevivência que instauram novos códigos simbólicos que permitem outra ordem. Estes jovens ‘trabalhadores’ do tráfico ao romperem algumas estruturas, colaboram com a manutenção de outras. Ao pertencer a este universo de relações existentes no tráfico, rompem com os valores da sociedade e passam a fazer parte regras e valores constituintes desta relação.

Estes jovens se constituem na mesma lógica da sociedade capitalista. São atraídos pelos mesmos ícones: competição, poder, astúcia, mulher, dinheiro, arma, carro, entre outros e que lhes dão legitimidade. Forma-se, assim, uma sociabilidade na qual a busca do poder ocorre por meio de elementos de legitimidade semelhantes aos dos jovens que não atuam no tráfico e que ressignificam os modelos do discurso dominante.

O jovem no tráfico, ao não encontrar reconhecimento nas instituições legítimas da sociedade, procura outra forma de ser reconhecido. A falta de perspectiva quanto ao futuro desta sociedade que o tornou marginal é uma das razões que o motiva a ter um lugar, no qual pode ser respeitado, e obter dinheiro; nas relações do tráfico, o jovem busca a aquisição de bens reconhecidos e socialmente valorizados.

A possibilidade da construção de uma identidade destes jovens, perante a irracionalidade da sociedade capitalista, ocorre também a partir do ato de consumir. A irracionalidade desta ocor-

re pela exploração do homem e pelas relações transformadas em coisas, marcadas pela troca como lei universal do mercado. As leis do mercado determinam os vínculos entre os incluídos de qualquer origem. Este jovem é valorizado se absorve as regras e valores da sociedade, de outra forma, e este mesmo jovem é transformado em um exemplo negativo, que supostamente explica todas as desgraças sociais. “A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (MARTINS, 1997, p. 32).

No discurso dos jovens entrevistados, pode-se perceber a ausência de perspectivas e uma luta pela preservação da vida, movida pela presença da perspectiva de morte.

A complexidade do discurso dos jovens entrevistados permitiu que se contemplassem vários focos que se entrelaçam nas encruzilhadas que a vida lhes apresenta, e que marcam a sua subjetividade. Essa subjetividade é constituída por comportamentos compulsivos, talvez por conta do risco, quando a astúcia é a forma empregada o tempo inteiro na tentativa de contornar as situações opressivas do cotidiano, o que lhes permite tomar decisões até nas piores condições, e a crueldade como resposta a numerosas humilhações sofridas. Há que se considerar que estar em estado de alerta produz nesses jovens a necessidade de criarem mecanismos de enfrentamento que se ajustam o tempo todo. É necessário astúcia para lidar com as artimanhas do seu ‘trabalho’ e do seu cotidiano.

O percurso que essa pesquisa permitiu observar que o trabalho no tráfico é uma atividade muito arriscada, por inscrever-se na ilegalidade, o que coloca o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade às regras do sistema representado quer pela polícia ou pelo traficante. Esse risco é constante e muitas vezes determina comportamentos e escolhas, ressignificando alguns

valores, desejos e aspirações. Para os sujeitos desta pesquisa, a morte é uma presença constante, não a morte natural como consequência da velhice – degeneração natural – mas, sim, uma morte trágica. Observa-se que a perspectiva de morte faz desses jovens reféns de uma sobrevivência sofrida e angustiada, e cada dia de suas vidas lhes é apresentado como uma prorrogação da existência, são os sobreviventes. Aos 18 anos já se consideram velhos. É viver sob a persistência da morte, o que pode justificar suas atitudes compulsivas, como as de viver tudo intensamente e de modo exacerbado. Ganham muito dinheiro e gastam de imediato. A vida para os jovens desta pesquisa tem um custo, contudo, arriscar-se vale pelo que se ganha. Os jovens transgridem e pagam um preço por essa possibilidade de liberdade.

A atitude dos jovens analisados nesta pesquisa é de alerta constante. A experiência do risco iminente e a presença agressiva da ordem pública contribuem para a aquisição de certos mecanismos para evitar e/ou reduzir os mesmos. É necessária astúcia para lidar com as artimanhas do seu ‘trabalho’ e do seu cotidiano. As atitudes desses jovens procuram arrostar o medo e com elas buscam manter a vida. Entende-se que esse processo os coloca no limite inimaginável do estresse que constitui o espaço vida e morte.

No entanto, é contraditório que o tráfico, por seus característicos, possa tirar a vida daqueles que nele se inscrevem e, ao mesmo tempo, lhes facultar viver a vida.

A crueldade dos jovens surge também como resposta à humilhação. Desrespeitados, agredidos, vão constituindo formas tão agressivas quanto às quais estão submetidos para enfrentar qualquer um que designem como inimigos. Isso pode significar a revolta associada à desigualdade social e também à necessidade de reconhecimento. São histórias que mostram como os jovens se submetem e subjugam a outros sujeitos.

Esses jovens, ao buscar uma forma de identificar-se para

sair do anonimato numa sociedade que os marginaliza, são lançados em uma situação que mantém e reproduz, na ilegalidade, alguns mecanismos de opressão e dominação do mundo regido pela economia legal. Incluídos dessa forma e, postos à margem por outra, procuram meios de ressignificação. Se trabalhar no tráfico lhes faculta a obtenção de alguns ícones de progresso, essa possibilidade lhes imputa como preço a própria vida.

Esses jovens potencializam a expressão das subjetividades atuais. Subjetividades construídas sob condições objetivas irracionais. Os ‘trabalhadores’ do tráfico sacrificam-se em um trabalho. Consomem por indução da indústria cultural, e o fazem de forma compulsiva. Sobrevivem por meio da astúcia, elemento valorizado na sociedade do nosso tempo. Por vezes, apresentam, sem disfarçar, a violência e a frieza da nossa sociedade.

Revelam, por meio de sua breve expectativa de vida, quanto nos dias de hoje o homem é vulnerável e reificado.

Procurou-se produzir uma crítica sobre essa realidade e seus atores. Considerados culpados de todos os males da atualidade, estes jovens denunciam subjetividade da sociedade atual. Talvez representem da forma mais veemente as contradições latentes de uma sociedade que, ao negar esta realidade, aproxima-se cada vez mais da barbárie.

Referências

ADORNO, R. C. F. Relatório de pesquisa. Projeto: “Crianças e jovens em trânsito para a rua”. Faculdade de Saúde Pública, 1996.

ADORNO, S. A Experiência precoce da punição. In: MARTINS, J. S. (org.). **O massacre dos inocentes**. São Paulo: Hucitec, 1993.

ADORNO, Theodor. Acerca de la relación entre sociología y psicología. In: JENSEN, H. (org.) **Teoría crítica del sujeto**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986.

_____. **Palavras e sinais**. Modelos críticos 2. Tradução Maria Helena Ruschel. Supervisão Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995a.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 4. reimpressão Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

AMORIM, C. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____. **CV-PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARBEX JR., J.; TOGNOLLI, C. J. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo, 1996.

ARBEX, Jr. J. **A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLAT, J. C; CHRISTINO, M; PORTO, R. Levantando o véu do crime organizado. Entrevista. *Caros Amigos*, ano VI, n. 70, jan. 2003, p. 32-37.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 2. ed. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Mayer. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção A Era da Informação: economia, sociedade e cultura).

CERVINI E BURGER. O menino trabalhador no Brasil urbano

dos anos 80. In: **O trabalho e a rua** – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. Tradução Wanda Caldeira Brant. *Praga – Estudos Marxistas*, n. 3, p. 19-46, set. 1997.

CHRISTINO, Márcio. **Por dentro do crime:** corrupção, tráfico, PCC. São Paulo: Escrituras, 2003.

CRUZ NETO, O; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. **Nem soldados, nem inocentes.** Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FEFFERMANN, M. **Na fronteira da lei e do fora-da-lei.** Um estudo sobre o discurso de crianças e adolescentes da periferia do município de São Paulo. (Dissertação). Instituto de Psicologia. São Paulo, 1997.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. (1930). In: **Obras completas**, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos.** O breve século XX. 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos de sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1978.

MAIEROVITCH, W. F. As associações criminosas transnacionais. In: PENTEADO, J. de C. (Coord.) **Justiça penal, 3; Críticas e Sugestões. O crime organizado (Itália e Brasil) A modernização da lei penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p. 57-76.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas da Atualidade).

MARX, K. **Para a crítica da economia política do capital e O rudimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

MINGARDI, G. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: IBCCrim, 1998.

OLIVEIRA, F. M. C. Dinâmica global e dinâmica local: tensões e contribuições. In.: GOLDEMBERG P.; MARSIGLIA R. M. G.; GOMES, M. H. A (org.) **O clássico e o novo**. Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 47-55.

PORTO, R. Levantando o véu do crime organizado. In: **Caros Amigos**, São Paulo, jan. 2003.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense.

ROCHA, L. C. **A prisão dos pobres**. Tese – Instituto de Psicologia da USP. São Paulo: 1994.

ROLNIK, R. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In. ZALUAR, A. (org.) **Drogas e cidadania: repressão ou redução de risco**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 23-30.

ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO EM ANGOLA

*Simão João Samba**

No actual contexto contemporâneo, o risco passou a ser a referência e a categoria central na perspectiva de análise, elaboração e implementação de políticas públicas nos mais variados segmentos que envolvem a conjuntura nacional das nossas sociedades, particularmente das políticas sociais ligadas às famílias e ao segmento infanto-juvenil.

Nesta abordagem, buscamos compreender as bases que fundamentam a noção de risco para compreender e analisarmos o actual contexto moderno da sociedade angolana, bem como as abordagens existentes sobre risco desde a sua origem até aos nossos dias, sem nos descuidar das diferentes etapas de sua evolução conceitual nas mais diversas áreas da ciência.

Não pretende-se, com este artigo, esgotar a discussão do tema, pois não constitui-se como objectivo principal, apenas ser-

* Educador social pelo Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), assistente social pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal/Americana), mestre e doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: ntondele_obrigado@yahoo.com.br.

vir de um ponto introdutório e de ensaio para futuras discussões dentro do contexto angolano. Para tal, urge trazer ao cenário alguns elementos que nos sirvam de base para abrir o debate, daí a nossa limitação e a necessidade de estudos e investigações posteriores, que tragam dados e reflexões com maior profundidade, dada a importância do assunto na conjuntura actual do país, e a própria relevância que a temática representa na conjuntura mundial, principalmente dos países em desenvolvimento, como é o caso particular de Angola, neste período pós-guerra em que o país se encontra.

Enquanto categoria de análise, o risco tem sido campo de estudo de várias disciplinas que compõem as mais diversas áreas do saber, e objecto de preocupação de pesquisadores e planejadores de programas governamentais, durante a década passada. Nas Ciências Sociais, o conceito de risco é visto como uma problemática humana e construção colectiva social, de seres humanos portadores de valores subjectivos, simbólicos, de percepções e representações que proporcionam o acesso à concepção dos sujeitos em relação ao risco.

Ao abordar o tema que me foi proposto, é importante, primeiramente, situar o contexto e o cenário em que tal análise se enquadra, uma análise que parte das reflexões e vivências que venho fazendo desde o meu curso médio de educadores sociais, no período de 1996-2000, que tiveram influências significativas na definição da minha trajectória académica, para graduação e pós-graduação em Serviço Social.

De modo geral, o texto hora apresentado aborda primeiramente o contexto histórico de Angola, seguido por uma breve discussão sobre o conceito de risco do termo situação de risco. No terceiro item, abordamos a questão dos adolescentes e jovens em situação de risco, precedida da apresentação dos resultados da pesquisa realizada pelo autor, em 2004, enquadrado no seu

Trabalho de Conclusão de Curso, defendida em 2005, no Centro universitário Salesiano de São Paulo, Unidade de Americana. Por fim, tecemos algumas considerações finais e apresentação das referências bibliográficas usadas na elaboração do presente texto.

Nossa história... nossas raízes

Angola encontra-se localizada na zona Austral do continente africano, com uma extensão territorial de 1.246.700 quilómetros quadrados. A Palavra Angola é originária de Ngola, referência ao nome de uma dinastia de povos que se designou, posteriormente, de Ambundos, vindos da parte sul de África Central até ao Kwanza, onde fundaram um dos mais poderosos reinos do país.

O país faz fronteira com países como a República Democrática do Congo, ex. Zaire, Namíbia e Zâmbia. Possui um clima tropical húmido e seco, que modifica-se pela latitude, suas características contribuem para que o mesmo coloque-se entre os países mais ricos do Sul do Sahara, porém esta situação cria um certo paradoxo entre a riqueza e pobreza, na medida em que a riqueza do país não se reflecte em melhorias de qualidade de vida e dos serviços à disposição da população, principalmente nos sectores da saúde e educação, tidos como sendo chaves para o desenvolvimento de qualquer país ou sociedade.

Em termos administrativos, o país conta com 18 províncias (Estados) tendo a cidade de Luanda como a capital do país, uma das primeiras surgidas, em 1575, com uma população estimada entre quatro a seis milhões de habitantes, enquanto a estimativa da população do país ronda entre os 15 e 18 milhões de habitantes, com perspectivas de dobrar os números até 2020. Desto universo, o país possui uma população urbana estimada em 34,2% e a rural em 65%. Desta 70% é composta por crianças, adolescentes e jovens e quase a metade não estuda. A taxa de

analfabetismo de adultos ronda em torno de 41,7% e a esperança de vida é de 45,2 anos.

Falamos em estimativa porque o último censo oficial populacional, realizado em Angola, foi no ano de 1970.. Existe uma previsão de realizar-se o próximo censo em 2010, sob a égide do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A população angolana é maioritariamente oriunda do grupo bantu, do vale Benue, localizada entre os Camarões e a Nigéria, por volta do século XIII. Compreende cerca de 100 grupos etno-linguísticos, agrupados em nove principais subgrupos chamados de: Bakongo, Ambundu, Lunda – Tchokwé, Ovimbundu, Nganguela, Nhaneka – Humbi, Ambó, Herero e Xindonga. Porém o país é, também, composto de outros povos denominados de não-bantu ou pré-bantu, que são os Khoisan e Vátuas, respectivamente. Dos grupos bantu, citados anteriormente, os Bakongos e os Ambundu foram os que mantiveram os primeiros contactos com os europeus.

Além do Português, que é a língua oficial, o país conta com um grande número de línguas nacionais, sendo as mais faladas: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokué e Nganguela, o que faz com que o país seja caracterizado como sendo “Plurilingue”. Dizer que a inserção do português como língua oficial no país é resultado do processo de colonização portuguesa, que o país viveu no período de 1842 a 1961, ano em que começa a luta pela independência com a participação dos três principais movimentos populares de libertação da época, designadamente o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, UNITA – União Total para Independência Total de Angola e a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, cada um deles expressando diferentes ideologias.

Com a queda do regime Salazar em Portugal, em 1974, que suscitou nos nativos de Angola o desejo de tornar o país inde-

pendente, agravou-se também a rivalidade entre os três principais Movimentos políticos da época colonial que citamos anteriormente. Porém o desejo de independência, pelo menos, levou assinatura dos Acordos de Alvor, em Janeiro de 1975, entre os Movimentos angolanos e Portugal, que previa um governo de transição, mas que, infelizmente, não surtiu efeito.

O Fracasso dos acordos fizeram ressurgir a guerra civil, mas o MPLA, através do seu presidente da época, Agostinho Neto, proclamou unilateralmente a independência da República Popular de Angola de regime socialista, hoje designada simplesmente República de Angola, aos 11 de Novembro de 1975. A guerra pós-independência, se assim podemos designar, vai até 31 de maio de 1991, altura em que se assina outros acordos de Paz em Portugal, conhecidos por “Acordos de Bicesse”, entre José Eduardo dos Santos, presidente da República, e Jonas Savimbi, líder da UNITA. Frutos destes acordos, realizaram-se no país, as primeiras eleições legislativas e presidenciais com a implantação do multipartidarismo, que proporcionou o surgimento de outros partidos ou formações políticas na cena política do país.

Infelizmente, pela segunda vez, os acordos de paz fracassaram e o país voltou outra vez a mergulhar-se numa guerra civil sem precedentes, que muitos chamaram de guerra pós-eleitoral de 1992, resultado da rejeição, por parte da UNITA, dos resultados do pleito eleitoral, com argumentos de ter havido uma fraude nos números publicados pela CNE (Conselho Nacional Eleitoral) apesar do conjunto de observadores, internacionais, terem considerado as eleições livres e justas.

Esta guerra, no meu entender, foi um autêntico genocídio, na medida em que matou mais que os anteriores anos de guerra. Com este cenário, a guerra, que anteriormente já caracterizava-se como desastrosa e com consequências nefastas para a maioria da população, principalmente para as mulheres e crianças,

intensifica-se em todo o território do país, e torna-se assustadora pelo número de mortos, mutilados e desabrigados.

Em 2002, o país consegue realmente estabelecer a paz definitiva, clima que contribuiu para a realização das segundas eleições legislativas no país, no passado dia 5 de Setembro de 2008, ganho pelo MPLA, que elegeu 191 deputados e depois os partidos da oposição, como são designados nomeadamente a UNITA com 16 deputados, o PRS com 8 deputados, a FNLA com 3 deputados e a Nova Democracia com 2 deputados.

Como podemos perceber, a independência alcançada em 1975 em nada contribuiu, nem muito menos se traduziu, na melhoria das condições de vida das populações, que ainda hoje é marcada pelas altas taxas de extrema pobreza, miséria, vulnerabilidade, exclusão social, altos índices de mortalidade materno infantil, elevado número de crianças, adolescentes e jovens fora do sistema de ensino, altos índices de desemprego e analfabetismo, principalmente da camada juvenil. Notamos, ainda, pouco investimento nos sectores da saúde, educação e outros, apesar de todo o esforço que o governo tem feito nos últimos anos, dentro do programa de reconstrução nacional do país.

Nossa maior preocupação é que a reconstrução não se resume apenas na recuperação e construção de infraestruturas, mas centraliza-se fundamentalmente na formação do homem angolano, na juventude, para que esta garanta com eficácia e eficiência o funcionamento de tais empreendimentos e participe, com o seu saber, no processo de desenvolvimento do país, que entendemos não ser apenas económico, mas também social, político e cultural, ou seja, abrange todos os sectores e níveis da vida, para o bem estar do povo, de modo particular das nossas crianças, adolescentes, jovens e suas respectivas famílias, recuperando, assim, o tecido social fragilizado pelas décadas de guerra que assolou o país.

Breve discussão do conceito de risco e da terminologia situação de risco

Historicamente, o primeiro registo do termo risco aconteceu no século XIV, vindo do baixo risu, e do espanhol risco. Nesta época não havia clareza, para as pessoas de modo geral, sobre a conotação de perigo, até porque, a palavra estava mais relacionada a apostas e possibilidades de ganhos e perdas em determinadas modalidades de jogos de azar, uma síntese entre fortuna, sorte e possibilidade, ou seja, o sentido de risco estava incorporado na incerteza que envolvia tais jogos.

Somente no século XVI, a palavra risco adquire o significado moderno e passa a representar eventos negativos ou indesejados, mas é em meados do século XVII que passa a ser relacionada ou associada ao comércio marítimo, enquanto possibilidade e não uma evidência imediata, época em que a actividade comercial desempenhava um papel fundamental no processo de desenvolvimento da maioria dos países europeus.

Na década de 90, o risco passou a ser utilizado como categoria de análise associada a uma maneira de ver a realidade social, que, na sua perspectiva instrumental, desempenha duplos objectivos. A primeira consiste em caracterizar grupos populacionais específicos, para o posterior enquadramento em políticas de inserção social focalizadas. Enquanto a segunda centra-se em identificar alguns comportamentos qualitativos de risco nesses grupos populacionais, que subsidiem a intervenção dos profissionais e educadores em diferentes partes do mundo, numa proposta de mudança de tais comportamentos.

No nosso entender, actuar sobre avaliação de risco apoiada no segundo objectivo, significa naturalizar a história individual e consequentemente a história social, pois se trata de uma perspectiva que desconsidera as influências socioculturais e econó-

micas, que estariam fora do controle dos sujeitos e privilegiaria as soluções individuais.

Diante do exposto, Melo & Dias (2006, p. 40) afirmam que, quando há necessidade de se efectuar uma análise crítica do instrumental proposto, para avaliação do risco e da sua utilização na intervenção profissional, é sempre bom partir do contexto sociopolítico e das transformações da intervenção do Estado ocorridas no social, para que o conjunto de direitos não seja desregulado e se tornem tecnocratas.

É fundamental sublinharmos que, no contexto moderno, o risco não está restrito apenas ao âmbito pessoal, mas também ao social, na medida em que as consequências produzidas no processo moderno de industrialização sofisticado trazem inseguranças. Essa perspectiva proporciona a politização do risco como perigo, tornando-lhe um campo de investigação de várias áreas do saber como Psicologia, Sociologia, Antropologia, Epidemiologia e mais recentemente, em pequenos números, o Serviço Social, cada um apresentando diferentes visões nas suas análises.

Por outro lado, é mister afirmar que o termo risco apresenta uma diversidade de significados e é aberto a uma infinidade de possibilidades, que nos leva a concluir que não existe uma concepção universal, que expresse o sentido único do que possa significar na sua plenitude, a categoria de risco. Normalmente o termo está ligado a factores globais como pobreza, stresse, disputas diárias, escritos da vida, entre outros.

Segundo Melo & Dias (2006, p. 24), os méritos das ciências sociais residem, fundamentalmente, na desmistificação de que o risco é algo neutro, distante dos interesses sociais, políticos, económicos e culturais. A verdade é que existem distintas percepções de risco, que perpassam por aspectos socioculturais na vertente de grupo social, idade, género, ocupação, renda, interesses e valores, que não podem ser negligenciados ao abordarmos o tema em discussão.

Nesta contenda, ressaltamos que o factor político é importante tanto no processo educativo dirigido aos adolescentes e jovens, enquanto elemento primordial na formação de indivíduos criativos, participantes do processo de transformação da realidade social da qual estão inseridos, bem como na elaboração e execução de políticas sociais públicas, que visam, sobretudo, enfrentar as situações de risco em que a população está exposta.

Para que isso se efective é necessário que, os responsáveis pela elaboração de tais políticas e processos educativos direccionados aos adolescentes e jovens em situação de risco, levem em consideração o contexto político enquanto espaço de decisão, e o contexto social, em que são identificados os factores de riscos e desenvolvidas as acções para se ultrapassar tais riscos, que, ao nosso entender, devem ser fundamentadas nas especificidades de cada grupo e vista numa perspectiva de totalidade.

Melo e Dias (2006) afirmam que a análise do risco sempre deve levar em consideração os valores da sociedade, suas instituições, sua cultura, bem como a percepção dos riscos pelos próprios indivíduos que, muitas vezes, pode remetê-los à condição de incertezas e ansiedade que, posteriormente, poderão se traduzir em fragilidade e ruptura de laços familiares e sociais construídos, bem como em limitações a determinados grupos, principalmente os que se encontram já marginalizados pela sociedade.

Castiel (2002) entende que os riscos devem ser estudados partindo dos comportamentos sociais existentes, numa correlação aos sistemas de crenças e valores que influenciam suas concepções de risco. O autor entende o risco como constructo histórico e culturalmente concebido, passível de mudanças e redefinições ao longo do tempo, uma construção que envolve um imaginário social complexo de difícil delimitação.

A maioria dos estudos sobre risco aconteceu nos Estados Unidos e Europa, em áreas como Ciências Sociais, Epidemolo-

gia, Psicologia, Engenharia, Geografia e outras áreas do saber como as ciências físicas, onde é mais facilmente identificado. Em quase todas as partes do mundo, principalmente nos últimos 30 anos, o risco tem sido amplamente utilizado como justificativa de propostas e programas governamentais e não governamentais de forma abrangente, sem que seja feita uma correta análise de seu sentido na formulação de políticas sociais e públicas, observando apenas seu aspecto quantitativo.

Para alguns autores, como Ferreira (2003), Sposati (2004) e Nunes (2004), a maioria dos indicativos de risco estão intimamente ligados a precárias situações socioeconómicas das famílias, que não conseguem proporcionar melhores condições de desenvolvimento aos seus membros, bem como a problemas de saúde psíquica e emocional de seus membros, gravidez ou maternidade na adolescência, famílias abusivas, famílias alcoólatras, ausência de lar, doenças crónicas, etc.

Segundo Ferreira (1998, p. 43), a palavra risco é localizada pela primeira vez na língua inglesa, no século XVII, e articulava-se com situações de “perigos” intrínsecos à actividade marítima. Assim, a primeira concepção de risco aparece ligada à identificação de obstáculo, tropeço, dificuldade, eventualidade de um perigo objectivo, um acaso fortuito, passando a ideia de que qualquer empreendimento ou situação pode apresentar resultados inesperados.

Beck (apud NUNES, 2004 p. 34) define o risco como uma via sistemática de tratar os perigos e inseguranças, induzidas e introduzidas pela própria modernização, ou seja, o conceito de risco provém da própria reflexividade da modernidade.

Para Ferreira (2003, p. 13), o risco é determinado pela própria actividade humana, ou seja, “[...] o risco significa assim, a margem de insegurança e de incerteza, a constatação de que há perigos que rondam a nossa vida, individual e colectiva,

como uma ameaça latente e silenciosa”. Trata-se de riscos que não são, na sua totalidade, imediatamente apreendidos e compreendidos nas suas manifestações, assim como, nos fatores que lhes estão associados. Podem afectar mais umas pessoas que outras, atendendo à posição social, mas ultrapassam esta dimensão, porque acabam por atingir toda a sociedade indistintamente das classes.

Na visão de Filho (2002), a palavra risco é embutida de ambiguidades na medida em que significa, simultaneamente, duas dimensões, que podemos focalizar possibilidade /probabilidade, perigo/dano/ameaça à vida, numa associação em que se articula o possível e o provável, o positivo e o negativo nas relações complexas das pessoas com seus destinos, ou seja, impossibilidade do futuro e do desconhecido. Na actualidade, a palavra risco tornou-se corrente em nossas sociedades, com a utilização do termo tanto por parte dos governos, quanto das academias, como das organizações sociais.

Quanto ao termo “situação de risco”, o mesmo tem sido usado para designar ou referenciar o perigo que as várias realidades trazem na vivência de inúmeras famílias, crianças, adolescentes e jovens. O dicionário da Língua Portuguesa traz a concepção de perigo como: “[...] uma situação ou conjuntura que ameaça a existência ou os interesses duma pessoa ou coisa”.

Autores como Lescher, Grajcer, Bedoian et al (2004, p. 11) definem a situação de risco como a condição de crianças, adolescentes e jovens que, por suas circunstâncias de vida, estão expostas à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afectiva, cultural e socioeconómica que desfavorecem o seu pleno desenvolvimento bio-psico-social.

Para Melo & Dias (2006, p. 67), essas situações trazem, no seu bojo, inúmeras consequências e dificuldades relacionados à

frequência e aproveitamento escolar¹, às suas condições de saúde, às relações afectivas consigo mesmo, com o mundo e outros segmentos como a família, bem como a exposição a um círculo de sociabilidade marcada pela violência, pelo uso de drogas e pela infracção, além de interferirem nas relações familiares e sociais gravadas pelo contexto de violência, fragilidade e ruptura dos vínculos familiares que no futuro podem desencadear situações de rua.

Por outro lado, ao intitularmos os adolescentes e jovens como indivíduos em situação de risco, entendemos que foram submetidos a uma realidade que lhes nega os direitos fundamentais de existência, como vida, saúde, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, entre outros, assegurados pelo ordenamento jurídico tanto internacional como nacional. Referimo-nos mais concretamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Constituição do País. De facto, a redução de meios para o desenvolvimento digno de muitas dos nossos adolescentes e jovens, promove graves danos pessoais e sociais.

É importante ressaltar que essa configuração de adolescentes e jovens como segmento de risco, se deve ao fato de ser uma população bastante vulnerável às circunstâncias da violência e da droga, e também por ser segmentos que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos em suas comunidades, que ajudariam atenuar suas necessidades e carências de existência.

A ineficiência ou mesmo, em alguns casos, a inexistência de políticas sociais como programas, serviços e projectos de atendimento a este segmento da população, tornam a situação mais grave, bem como a falta de articulação entre as poucas ins-

¹ Shuller (1991) desenvolve o conceito de “estudantes em risco” para se referir a crianças e adolescentes que têm vínculo com a escola, mas que estão prestes a perdê-lo, não porque a escola não lhes dê informações suficientes, mas pelo fato de que essas informações, na maioria das vezes, estão desvinculadas da realidade cultural na qual essas crianças e adolescentes foram socializadas.

tituições e políticas existentes, que exigem da sociedade, e dos profissionais em particular, novos olhares e saberes.

Normalmente, a situação de risco dos adolescentes e jovens está relacionada às privações de ordens diversas ou necessidades básicas não atendidas, como as baixas condições socioeconómicas, a pobreza, a falta de saneamento básico, desemprego dos pais e dos próprios jovens, exclusão social, precariedade das moradias e, na maioria das vezes, a falta de acesso às mesmas; são ambientes insalubres que configuram os seus respectivos quotidianos, que indicam não apenas uma situação de perigo, mas também de vulnerabilidade. Dito de outra forma, a situação de risco se configura como a exposição do adolescente e do jovem a factores que ameaçam ou transgridem a sua integridade física, psicológica ou moral por acção ou omissão da família, da sociedade, da comunidade, de outros agentes sociais e do próprio Estado (COSTA, 1993, p. 32).

Molaib (2006) afirma que as situações de risco no segmento infanto-juvenil são caracterizadas pelos seguintes elementos: abandono e negligência; abuso e maus-tratos na família e nas instituições públicas; exploração e abuso sexual; trabalho abusivo e explorador (trabalho infantil); tráfico de crianças e adolescentes; uso e tráfico de drogas e conflito com a lei, em razão de cometimento de infracção. O risco pessoal e social é explicado através de categorias como pobreza, vulnerabilidade e exclusão social.

Como podemos observar, são situações que podem não apenas prejudicar o processo de crescimento, desenvolvimento dos adolescentes e jovens, sua qualidade de vida, mas também influenciar na dinâmica familiar, pois “[...] atrás de adolescentes e jovens em abandono existem famílias abandonadas, esquecidas, negligenciadas pelos programas das diferentes políticas sociais (CARVALHO & GUARÁ, 1994, p. 46).

Nunes (2004, p. 35) afirma que no conceito de risco social estão englobados todos aqueles que põem em causa a integridade física das pessoas e do ambiente, os que decorrem de formas de organização social e cultural, que ameaçam individualmente e colectivamente as pessoas, por operarem desafios às formas de vida relacional, afectiva, ética e moral, desprotegendo as pessoas e compelindo-as para a individualização.

Por outro lado, os riscos sociais contemporâneos comportam uma dimensão de responsabilidade social, colectiva e individual, que nos deve impelir para uma consciência que não pode confinar-se ao individualismo e ao presente. Esta situação coloca os indivíduos no confronto de culturas e modos de vida, que, em muitos casos, produzem riscos pessoais e colectivos de (re) estruturação das identidades e do eu (NUNES, 2004, p. 35).

Por outro lado, a falta de cumprimento das premissas fundamentais por parte da sociedade, que dizem respeito aos aspectos humanos, económicos e sociais, tem permitido o surgimento de conflitos e problemas que, por sua vez, fazem com que adolescentes e jovens cresçam e se desenvolvam num meio desprovido de protecção material, afectiva e educacional (CARO & GUZZO, 2004, p. 12).

Mas as situações de risco também são resultados das grandes desigualdades sociais, consequência das péssimas distribuições de renda que ampliam ainda mais o foco das injustiças sociais, de falta de políticas eficazes (nos referimos às políticas básicas de saúde, educação e outros não oferecidos para todos e os que alcançam muitos, mas de forma insatisfatória) e do fracasso da sociedade, que favoreçam o desenvolvimento dos adolescentes e jovens, realidades essas que explicam o quadro de risco enfrentado pelos nossos adolescentes e jovens angolanos.

É importante ressaltar que os factores ou situações de risco estão associados a certas circunstâncias, que podem ocasionar

efeitos adversos como morte, lesões, doenças ou danos à saúde, à propriedade e ao meio ambiente, podendo ser classificado, segundo sua natureza, em físicos, químicos, biológicos e situacionais (MELO & DIAS, 2006, p. 33).

Talvez seja por isso que Filho (2002) propõe a substituição da expressão factores de risco, abordado pela epidemiologia, por “modelos de fragilidade”, pois o autor entende que seriam mais sensíveis às especificidades simbólicas e ao carácter interativo da relação entre os sujeitos humanos e o seu meio, seja ele ambiental, cultural e sócio-histórico. Para Filho, o risco é um processo social, pois não se encontra desconectado da estrutura dos coletivos humanos e do sentido da totalidade do tecido social.

Podemos considerar o risco como “[...] toda e qualquer condição ou contexto de vida que coloque em jogo a satisfação das necessidades básicas da população infanto-juvenil e do desenvolvimento de suas potencialidades” (SUDBRACK, 1998, p. 219). O risco está sempre relacionado à ocorrência de algum evento indesejável, prejudicial, à perspectiva de perigo ou dano e inter-relacionado a uma complexa rede de factores e interesses culturais, históricos, políticos, socioeconómicos e ambientais que, por sua vez, bloqueiam o fortalecimento dos aspectos de protecção aos adolescentes e jovens, aos mecanismos de prevenção que contribuiriam para que eles fossem percebidos como cidadãos e seres em desenvolvimento.

Ressaltamos que o risco sempre esteve presente na história da humanidade, da infância, adolescência e juventude, o que muda é a construção social que se faz dele. Porém, no atual contexto social, se faz necessário desconstruir a noção de risco no ambiente escolar, familiar e, principalmente, governamental, espaço em que são elaboradas as políticas sociais e públicas de resolução da problemática e de atenção à população, centradas, na sua maioria, mais na perspectiva de focalização

do que de transformação, na medida em que visam apenas solucionar uma situação de momento, de que intervir significativamente na raiz do problema, transformando essa intervenção numa acção eficaz e eficiente.

Os factores de risco estão, também, configurados nas vulnerabilidades sociais à medida que a vulnerabilidade pressupõe a individualidade dos sujeitos, as situações concretas que agravam ou desencadeiam o perigo, levando à situação de crise. Para Ferreira (2003, p. 6), a vulnerabilidade deve ser uma dimensão a ter em conta no conceito de risco, mesmo não sendo o risco. Diante dessa perspectiva, afirmamos que o risco configura-se como um fenómeno social, como um fato que ocorre porque os homens habitam e partilham a terra.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito ao fim de direitos sociais conquistados, não apenas trouxeram a tona riscos considerados clássicos, como acidentes, doenças, desemprego, incapacidade de trabalhar, devido à idade ou a presença de uma deficiência, como foram agravados no actual contexto social, que gera vulnerabilidade e fragilidade social.

Essas transformações, principalmente as ocorridas no mundo com a Revolução Industrial e da chamada modernidade, configuraram o que podemos denominar de “sociedade de risco”, como afirma Nunes:

O conceito de sociedade de risco designa a fase de desenvolvimento da sociedade na qual o crescimento dos riscos sociais, políticos, económicos e individuais tendem a escapar às instituições que os geriam e protegiam na sociedade industrial [...] A modernidade, em muitos aspectos, tornou-se anti-humana, exploradora e repressiva porque falhou no reconhecimento da diferença (2004, p. 41)

A autora ainda afirma que “A produção social da riqueza é sistematicamente acompanhada da produção de riscos sociais que afectam a vida humana na sua qualidade e sobrevivência” (NUNES, 2004, p. 35). Por outro lado, a sociedade de risco traz consigo o sinal da importância do eu, da sua libertação dos laços comunais e da sua capacidade para construir a sua própria narrativa biográfica porque:

As instituições modernas penetram no tecido da vida quotidiana, não só nas comunidades, como nas formas da vida íntima pessoal e do eu, que acabam produzindo riscos pessoais e colectivos de (re) estruturação do eu e das identidades. Os indivíduos estão perante a incerteza produzida em todos os planos da vida social, relacional e afectiva, que eles não controlam, mas cujo confronto os induz para uma reflexividade, para poderem compreender e ser criticamente esclarecidos (NUNES, 2004, p. 37)

A sociedade de risco resulta, também, no processo de despolitização da realidade dos indivíduos, de modo particular, dos adolescentes e jovens, uma concepção de política que não envolvia todos os aspectos da vida social. Porém, algumas decisões tomadas pelos órgãos governamentais podem se converter em novos riscos para as pessoas, porque não são criados ao mesmo tempo mecanismos que as protegem.

O conceito de sociedade de risco, em Giddens (apud NUNES, 2004, p. 37), aproxima-se do conceito de Beck, que designa uma fase de modernidade, na qual as ameaças produzidas no processo da sociedade industrial começam a dominar e têm que ser equacionadas, em termos de relação da sociedade industrial, com os recursos da natureza e da cultura. Os dois autores apresentam o risco como consequência dos processos de modernização em curso, na modernidade, e resultado directo dos

efeitos perversos dos seus objectos de estudo que são: o modo de produção capitalista e a acção social.

Nunes (2004), baseando-se na perspectiva Durkheimiana, afirma que o risco resulta dos processos económicos e sociais em curso, que transformam as sociedades tradicionais com uma forte consciência colectiva, constitutiva duma solidariedade mecânica, numa sociedade onde impera o individualismo e a solidariedade orgânica. Por isso consideramos o risco como inerente ao processo de desenvolvimento, fruto da industrialização, feita segundo o modelo capitalista que, além de apresentar interesses antagónicos entre as classes na divisão do capital e do trabalho, determina uma situação de exploração que cria na sociedade uma permanente tensão geradora de conflitos.

No contexto de modernidade se junta também a globalização ou, como no dizer de Nunes (2004, p. 32), a “nova economia”, que ao se tornar global trás consigo o aumento do desemprego, o crescimento das desigualdades e uma nova extensão de pobreza e de excluído. É nesta perspectiva que o risco pode efectivamente funcionar como aceleração do ritmo e da dinâmica processual da exclusão social, potenciando as oportunidades de ruptura social. Ainda, segundo autora:

[...] o social aparece cada vez mais como um campo em que se acentuam as fragilidades, emergem novos problemas sociais, crescem as tensões e conflitos. É manifesto pelo crescimento dos problemas de segurança nas cidades, de distúrbios provocados por grupos sem ocupação, nova pobreza, rupturas familiares, pessoas sem-abrigo, imigrações das regiões mais pobres do mundo para mais ricas, etc. (NUNES, 2004, p. 33).

O facto é que, na modernidade as situações de riscos não estão apenas configuradas nos propósitos ocultos da natureza ou intenções inefáveis da divindade, mas determinadas pela pró-

pria actividade humana. É partindo deste princípio que Ferreira (2003, p. 11) afirma que “[...] o risco apresenta-se, na modernidade, como resultante da acção do homem em busca de novos horizontes, acção que se desenvolve segundo um modelo que desenhou o seu processo de socialização”.

O risco é uma construção social, pois, apesar de incidir nos sujeitos em particular, reflecte-se na sociedade como um todo. O risco é expressão das relações sociais, logo é social. Mesmo que vivido individualmente o risco não se explica nem se resolve em nível da pessoa, pois é um problema colectivo, além de representar fragilidade e vulnerabilidade oriundas das condições da desigualdade social, que é produzida socialmente (MELO & DIAS, 2006, p. 35). Os autores nos passam a ideia de que viver nessa sociedade é viver em risco que corresponde ao risco do desemprego, da procura de emprego e nunca encontrar, dificultando a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas.

Para Melo & Dias (2006, p. 30), as consequências dos riscos são meados por interacções sociais que são produzidas cultural e historicamente, o que faz com que o risco não seja uma categoria definível por si só. Por outro lado, França, Dimenstein & Zamora (2002, p. 40), afirmam que o risco é uma categoria dialecticamente importante para se compreender o homem e as transformações sociais vivenciadas na actualidade, pois esta afecta simultaneamente sujeitos e sociedade. É nesta perspectiva que Yunes & Szymaski (2004) concluem que o risco deve sempre ser pensado como processo e não como variável em si.

Caliman (1998) identifica três perspectivas sociológicas que interpretam de forma distinta o risco: a perspectiva empírica, a sistémica e a relacional. Na primeira perspectiva, o risco é visto como a exploração das possibilidades existentes para a busca voluntária do indivíduo de si mesmo, que cria o carácter individual em seus vínculos e valores. Na perspectiva sistémi-

ca, o risco pressupõe a busca por segurança enquanto resultado da racionalidade e reflexão frente a decisões pertinentes a uma sociedade que apresente muitos riscos. A perspectiva relacional faz relação entre objectivo, relacionado ao atendimento das necessidades, e o subjectivo, enquanto capacidade de resposta de cada sujeito frente a essas necessidades, muitas vezes, gravadas por um quadro societário incapaz de oferecer recursos suficientes que permitam sua satisfação.

Observamos que a exclusão social ou as más condições de vida estão intimamente ligadas ou associadas a mecanismos de privação de direitos básicos e de um apoio familiar e social frágil, como a falta de escola, falta de alimentação adequada (fome, desnutrição), bem como a falta de lazer e cultura, vestuário, assistência médica ou medicamentos e segurança. A falta de estrutura familiar ou a existência de famílias desestruturadas ou desorganizadas faz com que muitos adolescentes estejam em situação de risco.

Segundo Ferreira (2003, p. 11), a vulnerabilidade e a precariedade sempre marcaram a condição humana. Para justificar esta afirmação o autor busca bases na visão de Elias, quando aponta que

[...] na total dependência de fenómenos cujas conexões e cuja ordem imanente estavam vedadas e cujo desenrolar, portanto, só poderiam influenciar objectivamente de modo muito limitado, os seres humanos viviam num estado de insegurança extrema.

Entretanto, o nosso desafio, na sociedade moderna, é compreendermos que o perigo que emerge na actual conjuntura está intimamente relacionado à actividade desenvolvida pelo homem, diferentemente das sociedades pré-modernas, em que o perigo era considerado proveniente, essencialmente, das forças da natureza. Diante disso, Ferreira (2003) afirma que, em termos

de condições da modernidade, o perigo assume um carácter de regularidade de intensidade e extensibilidade nunca antes vista e, com isso, o risco passa a ser considerado como produto da acção do próprio homem, e que as ameaças e perigos emanam da flexibilidade da modernidade.

Todos estes factores contribuem para que os adolescentes tenham um histórico de rua e, conseqüentemente, estejam em situação de risco, uma vez que seu comportamento está sendo estruturado sem a orientação familiar e transmissão de valores pessoais e sociais. Para Souza (2004, p. 2), a situação de rua é uma situação de risco que pode ser físico, social e psicológico. A verdade é que, adolescentes em situação de risco, representam o resultado de um processo de exclusão social a que foi e ainda está sendo submetida a grande maioria da população angolana, desprovida de meios mínimos e necessários para garantir o que o ser humano tem de mais valioso que é a vida.

Diante deste contexto, aspectos como a defesa e protecção do ambiente, da biotecnologia, da violência doméstica, da protecção do adolescente, etc. devem tornar-se crescentemente alvo da atenção pública e exigir adequadas medidas de protecção jurídica por parte do Estado (NUNES, 2004, p. 36). Porém, o primeiro passo para enfrentar o risco é saber da sua existência, considerá-lo uma possibilidade real. O segundo passo deverá ser a preparação para enfrentá-lo, com atenção, equilíbrio, persistência e conhecimento das causas.

A solução do adolescente em situação de risco passa pela colocação da família no centro das políticas sociais do país, como forma de introduzir um olhar mais integrado na garantia dos direitos sociais, para além do atendimento individual e não em substituição a ele (SILVA, MELLO & AQUINO, 2004, 216). Valorizar e fortalecer os vínculos familiares, enquanto facilitador natural, constitui um factor importante para o pleno desenvolvimento do adolescente.

A redução dos riscos passa, necessariamente, pela melhoria das condições socioeconômicas vivenciadas por milhares de pessoas e contribuem, substancialmente, na condição de vulnerabilidade social de determinados segmentos da população. Na visão de Melo & Dias (2006), a vulnerabilidade se refere ao estado de fragilidade vivenciada rotineiramente por determinados grupos sociais em suas realidades de vida em aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, que não são extrínsecos aos contextos societários mais amplos que os circundam.

Diante dessa perspectiva, os autores dizem que não se pode identificar e definir as situações de risco e entendê-las somente do ponto de vista dos profissionais e pesquisadores, mas é importante que o ponto de vista dos indivíduos, enquanto beneficiários dos programas, projectos e serviços sociais, neste caso, os adolescentes, sejam levados em consideração, pois eles possuem uma visão própria de risco, que não está dissociada de suas estratégias de sobrevivência.

O fortalecimento de vínculos familiares não se reduz exclusivamente à família de origem destes adolescentes em situação de risco, embora reconheçamos como sendo o ambiente ideal para eles, pois [...] permite a manutenção na própria família, a redução dos traumas de separação e da colocação com pessoas desconhecidas, a preservação da identidade cultural e a redução dos transtornos de adaptação (SILVA, MELLO & AQUINO, 2004, p. 220).

Esse fortalecimento de vínculos familiares pode ser, também, desenvolvido em famílias chamadas substitutas, desde que ofereçam condições que proporcionem o pleno desenvolvimento dos mesmos, até porque nem sempre a família de origem se configura como ambiente propício de garantia da protecção do adolescente. Mesmo o adolescente sendo reintegrado em família substituta, os vínculos com os familiares de origem devem ser salvaguardados.

Tanto a família de origem como a família substituta se con-

figuram como elementos básicos da sociedade e meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros. Por outro lado, é importante que o trabalho, que as diversas instituições sociais realizam junto aos adolescentes, possibilite-lhes a garantia da convivência familiar e comunitária. Para que isso se efective, é importante que essas instituições realizem acções de valorização da família, bem como buscar estabelecer a conexão e a inserção dos familiares na rede de protecção social disponível e nas demais políticas públicas existentes.

As instituições também podem possibilitar o fortalecimento dos vínculos familiares, apesar de ser um processo que envolve factores complexos relacionados à superação do desemprego e outras situações, que demandam muito mais de outras políticas públicas do que do esforço isolado das instituições. Aqui se evidencia a relevância da temática, pois ao analisarmos criticamente alternativas de actuação institucional, através do seu processo de educação social, poderemos apontar alguns caminhos para um melhor direccionamento de práticas e acções educativas que formem sujeitos políticos e colectivos, bem como possíveis caminhos para a diminuição das desigualdades socioeducativas, contribuindo assim, para uma possível melhoria de qualidade de atendimento e vida desses adolescentes.

É amplamente reconhecida a importância da família no cuidado e no bem estar de seus membros, âmbito privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como crianças, idosos e doentes, o aporte fundamental para o desenvolvimento infanto-juvenil e para a saúde mental dos indivíduos; a absorção de valores éticos e de conduta, bem como a introdução das crianças na cultura da sociedade em que estão inserida (SILVA, MELLO & AQUINO, 2004, p. 211).

Sobre este aspecto Silva, Mello & Aquino (2004, p. 211), afirmam que

[...] no que diz respeito ao adolescente em situação de risco, a discussão sobre o direito à convivência familiar e comunitária deve se dar, ainda, à luz de dois aspectos: a definição da família a que se está referindo e a relevância singular que adquire a garantia desse direito a essa parcela da população frente à histórica prática de institucionalização dos filhos de famílias em situação de vulnerabilidade.

O autor se refere à realidade brasileira, onde a situação de institucionalização é mais evidente, mas se, em Angola, não forem tomadas medidas urgentes, também corremos o risco de efectivarmos a institucionalização dos nossos adolescentes.

É importante que, dentro das nossas intervenções, enquanto educadores, tenhamos sempre compreensão da necessidade de emprendermos a avaliação do risco, que podem interferir na actuação profissional frente aos programas, projectos, serviços, bem como nas práticas e acções educativas que desenvolveremos para formação de sujeitos autónomos, cientes de suas responsabilidades de cidadãos, capazes de desenvolverem sua emancipação e da colectividade e, sobretudo, se constituam como sujeitos políticos e colectivos.

Ressaltar que, mesmo o risco tendo um carácter ou uma tendência de universalidade, não deixa de afectar os grupos mais pobres e as regiões mais periféricas, que não têm esferas de segurança e protecção que minimize os seus efeitos. Por isso é necessário as pessoas se unirem, juntarem esforços para enfrentarem a problemática por elas vivida.

Paralelamente às situações de risco, também está a situação de rua que absorve um contingente considerável de crianças e adolescentes em Angola, buscando sobrevivência, dignidade,

respeito e, sobretudo, denunciando o descaso daqueles que têm o dever de cuidar, proteger e garantir seus direitos.

Adolescentes e jovens em situação de risco em Angola

Ao nos retermos no estudo de jovens em situação de risco no contexto angolano, é importante afirmarmos que os factores que estão na base de tal realidade são diversos, muitos destes, fruto da situação de guerra que o país viveu durante os últimos 33 anos, na medida em que desestruturou ou separou famílias e aldeias, fragilizou os laços familiares, estagnou a economia, destruiu infraestruturas, entre outros aspectos que não nos cabe enumerar nesta abordagem.

Somos conscientes de que a separação precoce destes jovens das suas famílias, a perda dos seus direitos básicos, principalmente de desfrutar a infância e adolescência, de um ambiente social e cultural adequado trouxe consequências significativas e nefastas sobre o seu desenvolvimento e reintegração na sociedade, assim como a construção do seu repertório de referências, tão importante na formação da personalidade e no dimensionamento de seus comportamentos. Exemplo concreto desta realidade está nas pesquisas efectuadas ao indicarem que os adolescentes, hoje jovens, que estiveram expostos à guerra e continuaram os estudos, apresentam dificuldades de concentração e baixo nível de rendimento escolar e profissional.

É uma realidade que criou ambientes propícios para que muitos adolescentes e jovens, hoje, encontrem-se nesta situação, pois não somente nasceram neste, como viveram as realidades mais cruéis deste contexto, que com certeza não esquecerão tão cedo, uma vez que faz parte do seu repertório de trajetória de vida. Claro que a guerra não é o único factor que está na base da situação de risco vivido pela camada juvenil, pois, se assim o

considerarmos, seria uma ingenuidade da nossa parte e falta de visão sócio histórica da realidade angolana.

Assim sendo, consideramos, também, o enquadramento do país na chamada rede global do sistema perverso do capitalismo um factor chave, ao trazer consigo a lógica do consumismo, principalmente no segmento jovem, uma população por si só já mergulhada na pobreza, miséria e inserida nas simetrias da vulnerabilidade, “Cartão Postal” da exclusão social, ou inclusão perversa como é denominado por alguns autores, vigente no país, fruto de uma gritante distribuição desigual da renda e riqueza.

Por outro lado, não podemos nos descurar do descaso do próprio Estado, principalmente frente às condições de miséria vivida pelas populações, numa sociedade em que tem importância e vale quem consome, entra na moda ditada pelos meios de comunicação social, numa autêntica odisséia em que o ter sobrepõe-se ao ser, ou seja, a pessoa vale pelo que tem e não pelo que realmente é.

Assim como acontece com as crianças e adolescentes, a juventude angolana é também renegada em seus direitos básicos de educação, saúde (basta notarmos o alto índice de jovens mulheres que morrem no momento do parto), habitação que se notabiliza pelo número de jovens que casam e continuam a morar com os pais, falta de oferta de emprego, um índice que cresce cada ano, e de tantas outras condições que permitiriam aos jovens viverem com dignidade.

No que diz respeito ao emprego, frisar que os jovens representam algumas das taxas mais altas de desemprego no país, e enfrentam estes problemas relacionadas à inserção ao mercado de trabalho devido às exigências das instituições, que pedem determinados anos de experiência e cursos como informática e língua estrangeira, que não estão ao alcance dos jovens, ou melhor, que não estão acessíveis aos jovens de famílias pobres.

A experiência já nos mostrou que as mudanças no mundo do trabalho contribuem no aumento de jovens envolvidos no trabalho informal, que desenvolvem actividades de vendedores ambulantes de produtos e artigos nas diversas artérias das cidade, alternativa encontrada pelos jovens como fonte de renda para sua sobrevivência e de suas famílias, que dependem, em muitos casos, do seu trabalho. A realização destas actividades, pelos jovens, é motivada, também, pela busca da independência financeira, para se sentirem pessoas e construïrem a própria autoestima, como meio de inspirarem respeito no bairro, possibilita-lhes, também, uma certa independência, no plano das relações sociais, “relativa”, pois sabemos que, em muitos casos, essa independência nunca é total.

Por outro lado, é importante sublinharmos que o trabalho serve como forno de ocupações do tempo e da mente dos jovens, na medida em que lhes impende de pensarem em cometer qualquer infracção, isto porque, muitas vezes, a falta de alternativas de trabalho dificulta afastá-los de situações de violência, influenciar comportamentos e valores, e incentivar posturas éticas de compromisso social, já tão ausentes na sociedade actual, onde a corrupção e o individualismo corroem a classe política e a elite deste país.

Neste grupo de jovens em situação de risco, enquadrámos os adolescentes e jovens com vivências e trajectórias de rua, denominado, por muitos, como “filhos do Estado”, com todas as implicações que um ambiente como esse pode trazer e proporcionar, muito bem conhecido por todos nós. Entre as várias implicações citamos o uso frequente de drogas, o envolvimento em actividades ilícitas, mais concretamente roubo, para citar apenas algumas exemplos.

Na senda estão os vendedores ambulantes, que buscam, nas várias artérias da cidade, o seu sustento e de suas famílias, motivada pelo desemprego e tantos outros adolescentes e jovens que,

pela fragilidade dos laços familiares, associada às condições de pobreza, miséria e falta de perspectivas para suas vidas futuras, buscam soluções no mundo da droga e da criminalidade. Além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, uma marca singular dos jovens, nos últimos anos, é a sua vulnerabilidade à violência, situação que se justifica pelos dados recentes, que indicam o universo de 60% dos reclusos (presos) no país constituído por jovens.

Falamos, também aqui, das jovens mulheres, que devido às situações já apontadas anteriormente, principalmente quanto à falta de condições financeiras, por causa do desemprego, entram para o mundo da prostituição como alternativa de sobrevivência, tornando seu corpo uma autêntica mercadoria, colocado a disposição de quem quer satisfazer seus prazeres em troca de dinheiro. Nos referimos, ainda, às jovens zungueiras, que tornam-se mães (e pais) muito cedo, tão visíveis aos nossos olhos, nas várias ruas, das grandes cidades do país, que percorrem a cidade, de uma ponta para outra, com bacias na cabeça, contendo diversidade de produtos, para garantir o pão nosso de cada dia aos filhos, quando esses não estão nas costas acompanhando os percursos ou trajectos da mãe.

É importante sublinharmos aqui que as raparigas foram, e continuam a ser, as mais vulneráveis a abusos, às diferentes formas e tipos de violência, realidade ainda patente na sociedade angolana, nos diferentes ambientes e espaços de convivência onde elas encontram-se inseridas, com o aumento de casos de prostituição e exploração social, que muitas atribuem às condições financeiras, ou socioeconómicas, em que elas e suas respectivas famílias se encontram. Sem esquecermos os inúmeros problemas sociais que, aos poucos, vão contribuindo para a crescente perda de valores no seio das famílias angolanas.

Um inquérito, realizado pela Organização Não Governamental Acção Humana, apresentou números preocupantes da

prostituição, em que os dados revelam haver 57% de adolescentes com 17 anos envolvidos, destes 75% provenientes de outras províncias, 95% são influenciadas por amigas a entrarem no negócio do sexo e 46% pelos próprios pais e encarregados de educação.

Um estudo realizado, no ano de 2008, para avaliar o impacto da violência contra raparigas dos 13 aos 18 anos, no contexto escolar, em cinco províncias do país (Estados), concluiu que 64% das raparigas entrevistadas já sofreram algum tipo de violência, sendo a física 43%, a sexual 11% e a Psicológica 41%.

Outro risco vivido pelos jovens é o HIV/Sida, chamado flagelo do século, que tende a aumentar na camada juvenil devido a falta de educação sexual consentânea, e a inexistência da diferença entre sexualidade e acto sexual, o que traz implicações para criar-se programas e estratégias, cuja solução, pelo que tudo indica, passa pela clarificação de tais conceitos.

Todas as situações aqui apontadas propiciam e colocam os nossos jovens vulneráveis a várias situações, como o envolvimento e entrada no mundo da violência, criminalidade, do roubo, da droga como refúgio e alternativa de superação da sua realidade, conforme afirma Teixeira (1999, p. 6). Segundo esta autora, “[...] na rua as crianças e jovens estão expostos a todo tipo de violência e ainda correm o risco de caírem em mãos erradas e entrarem para o mundo das drogas”. Importante ressaltar que são várias as situações que condicionam comportamentos violentos e que vitimam os jovens, em particular os que vivem na pobreza e em situações de risco.

No meio de todo este cenário, entendemos que urge a necessidade de aumentar e apostarmos em actividades de educação para a cidadania, profissionalização, actividades artísticas e culturais voltadas para o direito de acesso a bens culturais, como para a formação de valores contrários a violência, contribuindo, deste modo, para diminuir e superar as situações de risco a que

estão expostos, um desafio, cujo repertório, a nosso ver, passa, sobretudo, pelo reconhecimento do direito a ter direito.

Por outro lado, é importante a elaboração e execução de políticas sociais para os jovens que se encontram especificamente nas situações de risco, como a concessão de créditos acompanhados de acções de formação e capacitação de gestão de negócios, em todas as etapas inerentes ao processo. Outro desafio passa pelo aumento de equipamentos sociais de lazer, como bibliotecas comunitárias, cinema, teatro, ginásios poliesportivos, propiciando, assim, as condições para que os jovens usufruam dos bens culturais, ou melhor, o acesso ao capital cultural e artístico cultivado pela humanidade, assim como a parte do património nacional.

Enfim, afirmar que a maioria dos jovens que se encontram em situação de risco, em Angola, são fruto de vários factores, entre eles, de famílias desestruturadas propiciadas pelo contexto de conflito armado, que marcou a história do país e que contribuiu na perda de perspectivas desta camada da população em relação ao seu futuro, das experiências negativas de várias crueldades, que hoje se reflecte de modo significativo nas suas formas de relacionamentos, comportamentos, personalidades e construção de suas vidas.

Resultados da pesquisa

Neste item, concentrar-me-ei, mais concretamente, sobre os dados obtidos na pesquisa, realizada em 2004, com adolescentes e jovens em situação de rua, em Luanda, mais concretamente no município do Sambizanga, que constituiu parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Trajectórias de Vida de Crianças e Adolescentes de Rua: um estudo sobre o município de Sambizanga”, defendido em 2005, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade de Americana.

A pesquisa ilustrou que, a maior parte dos adolescentes e

jovens, em situação de rua, encontra-se na faixa etária dos 14 aos 18 anos e são oriundas de várias cidades do País, com maior destaque para Bié e Malange, em que a guerra foi mais intensa, embora metade tenha sido oriunda de Luanda, capital do país.

Por outro lado, a pesquisa ilustrou que a maioria dos entrevistados é proveniente de famílias com os laços familiares desfeitos e fragilizadas ou ainda desestruturadas, porém mantém vínculos e contactos permanentes com suas famílias. Em muitos casos, a separação foi provocada pelo conflito armado, que assolou o país e contribuiu para que esses jovens saíssem de suas casas e optassem por viver na rua, colocando-os em contacto permanente com comportamentos antissociais. Os dados apontaram ainda que a febre e a dor de cabeça são as doenças mais frequentes nos adolescentes e jovens de rua, fruto das longas caminhadas percorridas pela cidade em busca de sustento e, muitas vezes, da falta de alimentação.

Essa realidade mostra que adolescentes e jovens são responsáveis pelas próprias estratégias de sobrevivência, garantidas através dos trabalhos que desenvolvem na rua ou em casa de terceiros. Entre esse universo de actividades destacamos: deitar ou carregar lixo doméstico das residências de terceiros, lavar carros, engraxar sapatos, vender diversos produtos, com intuito, sobretudo, de atender os padrões de consumo imposto pela lógica capitalista que se restringe a bens materiais como roupas, sapatos e, em alguns casos, até mesmo drogas.

Ressaltar que o mundo do consumo imposto pelo sistema capitalista cria um forte sentimento de impotência, de perda de valores e de referências que faz do adolescente e do jovem uma vítima fácil, por isso Gohn (2001, p. 8) afirma que o capitalismo é um novo sistema de poder, que exclui e inclui, segundo as conveniências do lucro, que destrói a cultura e cria continuamente novas formas de desejo no sector do consumo.

No que diz respeito à droga, a maioria dos entrevistados afirmou já terem usado, não apenas para vivência de novas emoções e desafios, mas também para encontrar “respostas” e buscar sentido diante das frustrações advindas de suas condições de vida. Entre as drogas mais usadas está a liamba e a gasolina, por serem produtos de fácil acesso e de baixo preço, o que torna a rua mais atraente para os que já têm tal vício, colocando-os em situações permanentes de risco.

Apesar desta dura realidade, os adolescentes mostraram grandes capacidades de organização no trabalho e na criação de estratégias de sobrevivência, como observamos no volume de actividades que desenvolvem. Sabem se defender nas discussões e brigas e possuem facilidades de manipulação do dinheiro. Essas estratégias e actividades são marcadas por longas e duras jornadas de trabalho que, muitas vezes, vão das 8 h da manhã até as 18 horas. O pouco tempo de lazer que sobra, aproveitam-no para escutar música e jogar futebol. Como podemos perceber, trata-se de uma vida de sofrimento e stress, sem acesso a bens que é, para muitos de nós, tão simples como educação, cuidados de saúde, habitação condigna e lazer. São, na verdade, como no dizer de Oliveira (2004, p. 31), uma metáfora do colapso de nossas sociedades, pois muitos perderam a infância que tentam reavivar nas experiências da juventude.

Apresentaram baixos índices de aprendizagens, pois, na sua maioria, estudaram apenas até a 2ª e 3ª classe de ensino de base, situação que tem trazido problemas no processo de inserção no mercado de trabalho, tendo em conta as exigências na actual conjuntura do país. Esta realidade exige que haja mudanças, em alguns aspectos, nas escolas no que concerne à rigidez de suas regras, o autoritarismo dos seus agentes educativos, a qualificação dos educadores e funcionários, abertura para comunidade e maior envolvimento da família no processo de ensino e apren-

dizagem, melhoria dos salários e condições de trabalho, bem como adaptação dos conteúdos à realidade concreta dos alunos.

Percebemos que uma aposta séria do Estado na educação, em conjugação de esforços com outras instituições, pode se constituir em uma das chaves para se inverter as gritantes situações de desigualdades e exclusão social, bem como o analfabetismo que grossa a realidade angolana, como bem afirma Matsurrac, a exclusão do acesso à educação também priva do acesso aos seus direitos humanos e os impede de buscar desenvolver seus talentos, capacidades e interesses de forma mais humana.

Nesta senda de ideias é que Caro (1998, p. 37) afirma que a ausência da educação é determinante na situação de risco vivenciada pelos adolescentes e jovens, na medida em que se constitui como factor influenciador chave no desenvolvimento da pessoa, no sucesso e êxito do adulto na sociedade, e oferece boas perspectivas de mudanças para as populações de risco.

Ressaltar que não nos referimos a uma educação de obediência, de legitimação de status, como se observa na actualidade, mas sim, de uma educação que liberta, no dizer de Paulo Freire, que promova a participação de todos os agentes e, de modo particular, do próprio educando no seu processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de uma educação centrada na formação de indivíduos críticos, conscientes e com conhecimento profundo da sua realidade social, política, económica e cultural. Penso que só assim haverá enriquecimento do debate crítico, a busca de estratégias e alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável e favoreça o bem-estar de todos, uma vez “[...] que o desenvolvimento de um país é directamente proporcional aos índices de escolaridade da sua população” (JUSTO, 2003, p. 126).

Quanto aos factores que estão na base da ida dos adolescentes e jovens para a rua, a pesquisa mostrou que muitos são moti-

vados pela busca da liberdade e da satisfação de suas necessidades, que muitas vezes os pais não têm condições e possibilidades de oferecer. Porém, a pesquisa também ilustrou que os factores da inserção dos adolescentes e jovens na rua, muito mais que a guerra contituir-se como pano de fundo, isso não podemos negar, são os maus tratos que muitos destes sujeitos sofriam no ambiente familiar. Para muitos adolescentes e jovens, a experiência permitiu-lhes perceber a importância da família em suas vidas, na medida em que constitui, ainda, o ponto de referência e lugar privilegiado de acolhimento.

De modo geral, a pesquisa ilustrou que os factores são basicamente de relacionamentos familiares, relativas discussões e maus tratos, os novos relacionamentos e novas configurações familiares em virtude das separações dos pais, que muitas vezes contribuiriam para que as crianças e adolescentes perdessem a protecção que tinham anteriormente, já que as situações de violência, apontadas na pesquisa, foram perpetuadas por padrastos ou madrastas, o que não quer dizer, que a família padrão seja melhor que aquela em que os pais são separados, pois um arranjo familiar pode funcionar melhor que uma família em que os pais vivem juntos, apesar de não ser essa a realidade concreta dos nossos sujeitos de pesquisa.

Configuram-se, ainda, como factores, as situações de pobreza que continuam enfermando a realidade de muitas famílias angolanas, o furto doméstico perpetuado pelos próprios adolescentes e jovens, em alguns casos, a perda do contacto com os pais e a família, de modo geral, devido à separação, como já nos referimos anteriormente, e, actualmente, associa-se a estes factores a questão de acusação de feitiçaria às crianças e adolescentes, por parte dos pais e familiares.

Porém, somos conscientes que não podemos atribuir a culpa somente às famílias pela vivência da experiência ou histórico de

rua dos adolescentes e jovens em Angola, o que de certo modo, demonstraria uma visão reducionista da questão, quando observamos a pouca predisposição, por parte do governo, de efectuar mudanças estruturais necessárias para resolver os problemas que atingem a maioria da população, principalmente em questões complexas como a pobreza, o déficite de habitação, bem como políticas sociais públicas concretas e eficazes de educação, actividades de lazer, programas escolares atraentes e de assistência às famílias para solução de tensões intrafamiliares.

De facto, a pesquisa trouxe ao debate o duplo papel desempenhado pela família que, em alguns momentos, assume o papel de protecção e, num outro extremo, de risco. Protecção por configurar como grupo social básico da sociedade e do indivíduo em particular, e assim, elemento determinante no processo de desenvolvimento dos adolescentes e jovens. Risco pela incapacidade do núcleo familiar prover condições necessárias para o bem-estar de seus membros, devido às precárias condições e ainda pelas situações de violência intrafamiliar, em seus aspectos físicos e sexuais, o tamanho da família (composta de muitos filhos, muitas gestações), uso de drogas e a falta de apoio social por parte do Estado e da sociedade num todo.

Um número reduzido de sujeitos da pesquisa afirmou já ter vivido numa instituição social de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens com história ou vivência de rua, mas, apesar de todo acolhimento e atenção aí prestado, preferiram voltar à rua. Pois, segundo eles, lá tinham a liberdade de terem o próprio dinheiro ou autonomia financeira, não havia regras para cumprir, diferentemente da instituição, onde teriam que cumprir uma jornada de estudo na escola formal e outra na instituição. Questionados sobre o tratamento das pessoas na rua, quase todos foram unânimes em afirmar que são bem tratados, um ou outro é que mostra “cara feia”, preconceito, um tratamento que muda com-

pletamente em relação à polícia, no dizer do Avozinho, um dos sujeitos da pesquisa.

Os policiais não nos respeitam, eles nos maltratam, nos tratam que nem cachorro. Quando encontram uma criança de rua, eles levam na unidade e mandam fazer “bué²” de trabalho que é capinar, varrer e te mandam ir embora, isso não se faz, é mau, mas eles dão comida (AVOZINHO, 13 anos).

No dizer dos sujeitos, a polícia assume o papel de pessoas que devem ser temidas, isso foi possível perceber pelo medo que os mesmos tinham quando encontrávamos com os policiais nas saídas que fazíamos, das paradas³, ao encontro dos demais adolescentes e jovens que estão nas mesmas circunstâncias, mas afirmam que a polícia só lhes trata mal quando cometem alguma infração. Por outro lado, são adolescentes e jovens conscientes de que só serão bem tratados se fizerem o mesmo com os colegas, que na rua um precisa do outro.

É uma questão de protecção e segurança, como muitos afirmaram, e isso se percebe pelo forte sentimento de solidariedade que nutria-se entre eles, um sentimento tão nobre e puro, mas tão difícil, também, de se encontrar nas nossas sociedades actuais, marcadas pelo individualismo, contrariamente dos adolescentes e jovens em situação de rua, em que cada um serve de apoio ao outro, o que significa que não haja discussões ou brigas, elas existem, mas são passageiras, momentâneas, isso eu pude vivenciar de perto.

Na visão destes adolescentes e jovens, não existe nada bom na rua, só fumar, drogar-se, dormir ao relento, ou ao ar livre por falta de lugar seguro, discussões e brigas, roubo do dinheiro e coisas dos outros, vícios, bandidos e polícia. Têm consciência de que a rua gera vícios, principalmente por dinheiro e por drogas.

² Significa muito, em grande quantidade.

³ Nome dado ao lugar onde se concentram as crianças e os adolescentes de rua.

No entender dos sujeitos, esses aspectos constituem-se, também, como um dos perigos que os mesmos encontram, e apontam como maior medo na rua, o medo de morrer, daí a importância dos amigos e companheiros como agentes de segurança e protecção. Valorizam a amizade, a coragem, a destreza e, especialmente, à liberdade de tomar conta de si próprio.

Muitos dos adolescentes e jovens entrevistados, quase todos, mostraram interesse de voltarem para as suas famílias, conscientes de que, mesmo com os problemas de violência e maus tratos lá vividos, e as demais situações encontradas neste ambiente, a família continua sendo o melhor lugar para se viver, e crescer com dignidade e harmonia. Isso nos desafia, enquanto profissionais, a promovermos políticas sociais, programas, serviços e acções que coloquem a família no centro das atenções do Estado, uma vez que se constitui a pedra angular da estrutura social e cultural, lugar onde se constrói a cultura e se afirmam as crenças e os valores, dando-lhe, assim, o estatuto de maior agência de socialização. É importante o desenvolvimento de actividades que, a nosso ver, não deve possibilitar, apenas, a reintegração sócio familiar dos adolescentes e jovens com vivência de rua, mas permita, por outro lado, a reconstrução de suas trajectórias e histórias de vida, e de suas famílias.

Assim como qualquer adolescente e jovem deste país, os que se encontram em situação de rua também possuem uma vida carregada de sonhos e perspectivas para o futuro e apontam a educação como um dos maiores sonhos de suas vidas, que desejariam realizar, mas a realidade de Angola, no meu entender, partilhado com a visão de Carlinda, provavelmente, não vai permitir que a maioria destes adolescentes e jovens estude e tenham o futuro que sonham. Isso pode ser observado na actual conjuntura, pois apesar de todo o esforço que o governo tem empreendido nos últimos anos, propiciado pelo clima de paz que o país vive durante

seis anos, ainda temos, em algumas localidades do país, crianças e adolescentes fora do sistema de ensino e os que estão inseridos apresentam debilidades em termos da escrita e leitura.

Há consciência, por parte dos sujeitos da pesquisa, de que aprender a ler e escrever é o mínimo que, uma pessoa que almeja um futuro promissor, precisa ter, uma condição primordial para conseguir-se um bom emprego, ter uma vida digna e de qualidade. Entre as profissões futuras, os adolescentes apontaram mecânica, medicina, enfermagem, engenharia, pedreiro, professores, entre outros, numa mistura entre a valorização do dinheiro, da vocação da família, através de um determinado trabalho ou atividade de percepção do pai e da família, vista como modelo a ser seguido, assim como de solidariedade, principalmente em escolhas como curar e salvar vidas, isso pode explicar-se pelo facto de muitos deles terem visto pessoas morrerem por falta de assistência durante o conflito armado, que assolou o país e ceifou milhares de vidas humanas.

Enfim, ressaltar que a pesquisa despertou-nos, quanto à realidade vivida pelos adolescentes e jovens no contexto da rua em Angola, as marcas das suas trajectórias de vida, que precisam ser reconstruídas para que não afectem seu futuro e principalmente suas capacidades de resistência e persistência, bem como seu gosto pela vida frente às adiversidades por eles vividas e enfrentadas no seu quotidiano.

Considerações finais

Ao tecer as considerações finais, surge dizer que, em muitas situações, esses jovens e adolescentes se parecem com os jovens que se encontram nas mesmas condições em outros países, principalmente nos países ditos de terceiro mundo, onde as simetrias são as mesmas encontradas em nossa conjuntura social, políti-

ca, económica e cultural. São realidades que exigem, em muitos casos, políticas sociais públicas específicas e serviços de atendimentos que vão ao encontro das reais necessidades e perspectivas dos adolescentes e jovens com estas vivências, e de suas respectivas famílias, que devem estar no centro das atenções de todo o aparato interventivo.

Apesar das inúmeras dificuldades e problemas que estes jovens e adolescentes encontram e debatem-se no quotidiano de suas vidas, mostram certa maturidade, capacidades enormes de buscar estratégias e alternativas de superação, e enfrentam tais situações de risco com coragem, em busca da própria sobrevivência, o que mostra o grande potencial de resiliência.

Tanto a pesquisa como este texto procurou trazer ao nosso conhecimento a visibilidade de quem vive e sofre as consequências da pobreza, ocasionada pela guerra e pelo descaso do Estado, que tem a obrigação, que a constituição lhe confere, de proteger a todos. Seus depoimentos revelam o quotidiano duro e amargo de suas experiências e vivências, marcadas de sofrimentos e lutas pela sobrevivência. Possibilitou-nos, portanto, uma aproximação, se assim podemos afirmar, mais significativa com esses sujeitos visíveis, mas muitas vezes invisíveis aos nossos olhos e aos olhos do Estado, através de suas acções, Sendo estes meus sujeitos predilectos, nos últimos anos, quanto às minhas indagações, esta aproximação tem se traduzido numa relação de confiança.

Por outro lado, essa realidade nos mostra o quanto a riqueza produzida, que este país sustenta, assim como as altas taxas de crescimento, que o mesmo tem alcançado nos últimos anos, em nada tem contribuído, pelo menos por enquanto, na melhoria das condições de vida e de existência da população angolana, principalmente para aquelas já condenadas pela pobreza e situações de risco, como os nossos adolescentes e jovens de rua, assim como mulheres e famílias que aglomeram os nossos chamados musse-

ques (favelas) nas diferentes províncias do país, muito carentes de serviços básicos, como boas condições de saúde e saneamento básico, educação, água potável canalizada, entre outros.

Por fim, dizer que este cenário nos mostra que, se não existir responsabilidade ética e política hoje, as marcas da violência e sofrimento marcarão as acções futuras desses adolescentes e jovens e, conseqüentemente, não se consolidarão as perspectivas de um mundo de paz e justiça social.

Os desafios são muitos, e passam, principalmente, pelo fortalecimento dos vínculos e laços familiares, e comunitários dos adolescentes e jovens, na formação académica e profissional qualificada para uma boa inserção no mercado de trabalho, criação de alternativas de emprego para a camada juvenil, criação de equipamentos sociais nos municípios, que ocupe o tempo livre dos adolescentes e jovens, tirando-os do ócio em que se encontram.

Com toda esta abordagem, queremos frisar que, mais do que nunca, a juventude deve ocupar o centro das atenções do governo, através de implantação de políticas que garantam a habitação condigna aos jovens, emprego, saneamento básico, não de forma paliativa como temos verificado na actual conjuntura. Para tal, é necessário que se faça um estudo aprofundado sobre a realidade e condições concretas da juventude angolana na actualidade, dos riscos mais patentes nesta camada da população, que pode desviar o comportamento dos mesmos, ou crie descrença dos jovens em relação ao futuro.

Referências

- CALIMAN, Geraldo. **Desafios, riscos, desvios:** adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte. Brasília: Universa, 1998.
- CARO, Sueli M. P.; GUZZO, Raquel S. L. **Educação social e psicologia.** Campinas, SP: Alínea, 2004.
- CARO, Sueli Maria Pessagno. **Adolescentes desprotegidos e necessidades psicológicas.** São Paulo: Salesiana, 1998.
- CARVALHO, M. C. B.; GUARÁ, I. M. F. A Família: um sujeito pouco refletido no movimento de luta pelos direitos da criança e do adolescente. **Revista Brasileira do Crescimento Humano**, v. 4, n. 1, 1994.
- CASTIEL, Luiz David. **Vivendo entre exposições e agravos:** a teoria da relatividade do risco. 2002 Disponível em: <www.enp.fiocruz.br/projetos/esterisco/risc_epid.html>. Acesso em: 20 ago. 2006.
- COSTA, António Carlos Gomes da. **É possível mudar:** a criança, o adolescente e a família na política social do município. Série Direita da Criança 1. Belo Horizonte: Malheiros Editores, 1993.
- EISENSTEIN, Evelyn; SOUZA, Ronald Pagnoncelli. **Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes:** mensagens básicas e ações de prevenção para crianças e adolescentes de/na rua e comunidades. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/CENESPA, 1993, p. 14-21.
- FERREIRA, Maria Emília de Freitas. **Pensar o risco:** três paradigmas em confronto. 2003. 41 f. (Trabalho de Disciplina). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
- _____. **Sinistralidade laboral e exclusão social.** Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

FILHO, Noamar de Almeida. **Anotações sobre o conceito epidemiológico de risco**. 2002. Disponível em: <www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/risc_epid.html>. Acesso em: 15 abr. 2005.

_____. **O paradigma de risco**. Disponível em: <www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/risc_epid.html>. Acesso em: 15 abr. 2005.

FILHO, Ney Moraes; MORELLI, Margareth. Educação social e saúde mental. In. PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs). **Palavras-chave em educação não formal**. Holambra, SP: Setembro; Campinas, SP: Unicamp/CMN, 2007. p. 135-136.

FRANÇA, Maria Aparecida Gomes; DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena. Resignificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea. In. **Revista O Social em Questão**, ano VI, v. 7, n. 7, Rio de Janeiro: PUC-Rio, primeiro semestre 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Col. Questões da Nossa Época, v. 71).

JUSTO, Carmem Sílvia S. **Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto casa**. São Paulo: Unesp, 2003.

LESCHER, Auro Danny; GRAJGER, Bettina; BEDOIAN, Graziela, et al. **Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação profissional de saúde.** Resultado da Fase I do Projeto de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Programa de Políticas Públicas. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.projetoquixote.epm.br/publicação.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2006.

LESCHER, Auro Danny (Coord). **Cartografia de uma rede: reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo.** São Paulo: Unifesp, 1998.

MELO, Rutineia Jacob; DIAS, Graziela Coelho. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: contribuindo para a construção de uma categoria de análise para o Serviço Social.** 181 f. TCC – Faculdade Salesiana de Vitória. Espírito Santo: Vitória, 2006.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente.** São Paulo: Fapesp, 2000.

MOLAIB, Maria de Fátima Nunes. **Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar.** Disponível em: <jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=823>. Acesso em: 20 mar. 2006.

NUNES, Maria Helena. **Serviço social e regulação social: agência do assistente social.** Portugal: Estratégias Criativas, 2004.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAMBA, Simão João. **Trajectória de vida de crianças e adolescentes de rua: um estudo sobre o município do**

Sambizanga – Luanda/Angola. 2005. 234 f. TCC – Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2005.

_____. **O processo da educação social nas instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco em Luanda: a experiência dos “Candengues Unidos”**. 2007. 261 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. A educação no trabalho sócio-comunitário: uma estratégia de transformação social e cultivo da cidadania. In. **Revista de Ciências da Educação**, ano 6, n. 11. Lorena – SP: Santuário, 2º semestre de 2004, p. 151-171.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; MELLO, Simone Guerresi de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. Capítulo 8. In. SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Ipea/Conanda, 2004.

SOUZA, Rosamy Barrellos de; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano 25, n. 80, São Paulo: Cortez, 2004, p. 48-58.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e controle social. In. SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 167-187.

SHULLER, Scott. C. Music, at risk-students and the missing piece. **Music Educator Journal**, n. 3, v. 78, p. 21-29, nov. 1991.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersetorialidade da

política de assistência social. In. **Serviço Social & Sociedade**, ano 25, n. 77. São Paulo: Cortez, 2004, p. 30-50.

SUDBRACK, Maria Fátima Oliver. Situações de risco à drogadição entre adolescentes no contexto de baixa renda: os paradoxos e as possibilidades da família. In. **Ser Social**, n. 3. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Julho a dezembro de 1998, p. 219-243.

TEIXEIRA, Valéria Barreira. Crianças da divisa “invadem” Americana: menores vivem em situação de risco nas ruas da cidade. **Jornal o Liberal**, 15 maio 1999, p. 6.

YUNES, Maria Ângela Matlar; SZYMANSKI, Heloisa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In. TAVARES, José (org). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 13-42.

APERTANDO O PARAFUSO: A IDEOLOGIA DA ADAPTAÇÃO

*Giuliano Saneh**

A adaptação é uma das exigências mais frequentes do processo formativo das gerações mais novas. Ajustar-se aos mecanismos que regem o convívio social é, via de regra, sinal de equilíbrio, apontando para um comportamento saudável e desejável. Por outro lado, examinando a história humana como uma sucessão de atos de intolerância, violência, proliferação das condições que resultam em miséria, desigualdade e destruição – um cenário nada incomum – a adaptação significa também a rendição aos mecanismos que ontem produziram e hoje reproduzem tal cenário sombrio. Sob a roupagem de uma disputa justa ancorada na meritocracia – uma das principais propagandas da exigência à adaptação – sobrevivem às formas elitistas de proteção das classes altas e todo tipo de compadrio que permeiam as relações sociais. A adaptação assume assim duas formas distintas: entre os jovens das classes dominantes constitui um ritual de legitimação de superioridade de classe, enquanto entre os

* Doutor em Sociologia Política pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política da UFSC. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea (Nejuc) do PPGSP-UFSC. E-mail: gsaneh@uol.com.br.

mais pobres funciona como uma ferramenta de sobrevivência.

Das diversas mitologias ideologicamente cultivadas por esta e outras fases do liberalismo/capitalismo, uma destaca-se por particularmente danosa às gerações mais jovens: todos partem do mesmo lugar na corrida competitiva pelo sucesso (financeiro), todos têm as mesmas chances, basta lutar, se preparar, diz o mito, preparando desta forma o terreno para os mecanismos de adaptação das gerações mais jovens aos padrões de comportamento mais convenientes ao “mercado”. O objetivo deste artigo é apontar para o lugar comum destes mecanismos que, como é característico das artimanhas ideológicas, apoiam-se em exemplos edificantes de sucesso, os *self-made-man* típicos da cultura norte-americana, enquanto reforçam os instrumentos de controle “da fronteira” de classes, dificultando ao máximo as possibilidades de uma verdadeira mobilidade social, com a ascensão das camadas pobres.

Antes de tudo, um esclarecimento sobre a importância do uso do termo ideologia nesta argumentação. Na famosa introdução de *Ao vencedor as batatas*,¹ intitulada *As ideias fora de lugar*, Roberto Schwarz analisa criticamente a importação do liberalismo por parte da elite oitocentista brasileira que, ao mesmo tempo, mantinha uma postura abertamente escravocrata.² Eram

¹ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora de lugar*. In *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 11-31.

² Autores como Alfredo Bosi, Maria Sylvania Carvalho Franco (autora de *As ideias estão no lugar*) e Emilia Viotti da Costa (*Da Monarquia a República*) têm visão diferente de Schwarz. De forma resumida, para eles, em diferentes tons, o liberalismo não se desenvolveu aqui simultaneamente à escravidão como ideias “fora de lugar”, mas conscientemente adaptadas, no “lugar”, aos interesses da elite escravocrata nacional. O liberalismo não era ideologia dominante, diz Bosi, mas um “liberalismo moderado” (BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 196). Viotti da Costa diz: “formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, trabalhando para uso próprio uma ideologia conservadora e antidemocrática” (COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 10). Thomas E. Skidmore (SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 1989) lembra que as ideias

ideias de liberdade e igualdade interessadamente deslocadas em nossas terras, adaptadas convenientemente para captar parte do discurso progressista como roupagem moderna e legitimadora, enquanto mantinham, de fato, uma estrutura brutal de exploração e violência – na época, a escravidão, hoje, quase isso. A atualidade e importância da análise de Schwarz explicam-se pelo conceito a que remete o termo “ideias fora do lugar”, ou seja, a ideologia.

O termo/conceito ideologia é daqueles que adquirem com o tempo tal grau de complexidade que passa a significar uma coisa, depois seu oposto, para retornar ao ponto inicial e, novamente, o contrário. Em determinado momento parece que tudo é ideológico, onipresente, para depois, no rastro da última fase da Guerra Fria, a ideologia ser posta na sepultura junto com Karl Marx, a luta de classes e a própria História. Autores como Michael Löwy, Terry Eagleton, Marilena Chaui, Leandro Konder, Slavoj Žižek, István Mészáros, John B. Thompson, Louis Althusser, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Karl Mannheim, Daniel Bell, Raymond Aron, Claude Lefort, Pierre Bourdieu e muitos outros – além, é claro, de Marx e Engels, que de certa maneira inauguraram a “polêmica”³ – trataram do tema diretamente em obras importantes.

liberais chegaram aqui como debate intelectual bem antes de uma mudança efetiva na economia (sistema de trabalho escravo e grandes propriedades), dentro do espírito da avaliação de Schwarz. Seguimos com o conceito de Roberto Schwarz porque, de qualquer forma, a ação de uma fração das classes dominantes locais foi tentar adaptar-se à situação do trabalho assalariado já efetivo nas economias centrais, justificando aqui a permanência da escravidão pela necessidade, prioritária, da produção, do desempenho econômico. Uma fração da elite que se vê, na imagem do espelho, com as melhores qualidades do espírito moderno europeu e, contudo, não abandona em nossas terras o tronco e o chicote no trato “trabalhista”. Mesmo que esse liberalismo não tenha sido apenas um adorno das elites, mas uma “arma ideológica” concreta na luta política para manter privilégios, como preferem os críticos de *As ideias fora do lugar*, o conceito de Roberto Schwarz, na sua captura da ambiguidade ideológica, permanece relevante para esta tese.

³ Sem esquecer Napoleão Bonaparte, o primeiro a inverter o uso planejado do termo pelo seu criador, Destutt de Tracy. De Tracy, na linha iluminista, cunhou o termo para tratar de uma nova ciência das ideias purificada das mistificações. Apoiador no

A “falsa consciência”, “mascaramento do real”, “legitimação da ordem”, “cimento social”, “tenebrosa metafísica”, “doxa”, os conceitos ligados ao termo dão destaque à visão crítica da tradição marxista ou aos críticos do próprio marxismo que, em uma das inversões conceituais, apontaram a crítica ao idealismo para o próprio marxismo. No entanto, o vasto uso da expressão, pulverizada nos meios de comunicação, transmite a ideia de que ideologia é sinônimo de “visão de mundo”, um sentido “fraco” do termo, deslocado da função crítica derivada de Marx. Cada um pode ter a sua – “eu quero uma pra viver” dizia a letra da música. Como somente marxismo, fascismo e nazismo são, para a mídia e grande parte da academia, “cosmovisões” – já que o capitalismo não é “uma visão de mundo”, mas o mundo em si – o marxismo, cuja contribuição se deu, entre vários aspectos, justamente na crítica da ideologia burguesa, passa ao senso comum como mais um sinônimo de ideologia no seu sentido pejorativo.

Ideologia, grosso modo, na tradição marxista, expande as ideias das classes dominantes tornadas, forçosamente ou, de outra forma, por meios de negociações e aceitações que Gramsci caracteriza, em outra perspectiva, sob o termo hegemonia, ideias de “todos”, ocultando sua origem e interesse de classe. Dizem Marx e Engels (2007) em passagem famosa de *A ideologia alemã*:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela **estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual**. As ideias dominantes não são

início, Napoleão revoltou-se depois com os “ideólogos”, chamando sua ciência de “tenebrosa metafísica”. Ver Terry Eagleton (1997) e Leandro Konder (2002).

nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.⁴

Assim, a classe burguesa que está, segundo Lukács (*História e consciência de classe*, 2003), por sua posição impedida de ver o todo, trata seu ponto de vista – ou os pontos dominantes entre as diversas frações das classes altas – como verdades auto-explicativas. Contra isso, só irracionais problemáticos podem se insurgir. A rebeldia juvenil ainda hoje visível em grandes protestos pelo mundo é, nesta fórmula, facilmente identificada pelos apresentadores dos principais jornais televisivos na categoria de irracionais problemáticos.

Se “cimento social” não é um termo perfeitamente adequado ao referir-se a ideologia, uma das funções ideológicas, contudo, dentro de seu papel conservador, consiste exatamente na justificação do pensamento hierarquizado – sempre dispostos a estabelecer distinções entre homens e ideias, os melhores, os maiores, os mais bonitos sempre no topo. Feios, sujos e malvados distribuindo-se nas camadas inferiores. No livro *A elite do poder*, C. Wright Mills (1975) faz uma citação de Vilfredo Pareto:

⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47. [Grifos nossos].

Suponhamos que em todo ramo de atividade humana cada indivíduo recebe um índice que represente um sinal de sua capacidade, mais ou menos como se dão notas nas várias matérias, na escola. O tipo mais alto de advogado, por exemplo, receberá 10. O que não consegue um cliente, receberá 1 – reservando-se o zero para o que for um idiota consumado. **Ao homem que ganhou milhões – honesta ou desonestamente – daremos 10.** Ao homem que ganhou milhares daremos 6; ao que apenas conseguiu se livrar da pobreza, 1, atribuindo zero aos que nela continuaram... **Teremos assim uma classe de pessoas com maiores índices em seu ramo de atividade, e a essa classe damos o nome de elite.**⁵

O pragmatismo utilitário do índice de Pareto está, evidentemente, argumentando em favor do conservadorismo elitista, reivindicando o mérito para os muito ricos, convenientemente escondendo o fato de que a “os milhões” obtidos pelos homens nota 10 e o zero dado ao pobre não partem em condições de igualdade. Por mais que o liberalismo propague um mundo onde “todos têm a mesma chance”, como lembra Wright Mills, **estar** no topo é muito mais fácil para quem **nasce** no topo e ocultar isso é, para determinados fins, missão ideológica.

Um exemplo emblemático da ação ideológica travestida em “interesse geral” pôde ser percebido nas diferenças entre a cobertura midiática do chamado “caos aéreo” em agosto de 2007, quando os passageiros de avião enfrentaram uma série de dificuldades nos aeroportos brasileiros e a raquítica disposição de enfrentar o caos no transporte público (qualquer ano, qualquer dia, qualquer grande cidade brasileira). Além da evidente politização (no sentido aqui de partidarização) da cobertura, a onipresença de repórteres nos aeroportos ouvindo os transtor-

⁵ Vilfredo Pareto: A Mente e a Sociedade, apud MILLS, C. W. *A Elite do Poder*, 1975, p. 18 [grifos nossos].

nados passageiros expostos em todos os telejornais em qualquer canal evidenciava uma prioridade de classe que não se traduz em números. Mesmo com o crescimento da participação das classes média e classe média baixa na lista de passageiros das companhias aéreas, o universo dos aeroportos ainda é cenário rotineiro apenas para uma elite de passageiros. Contudo, a intensidade da cobertura passa a noção de que o usual, o comum, é o transtorno do passageiro na poltrona do aeroporto, enquanto o exótico é a vida do cidadão que pega dois ônibus para chegar ao trabalho/escola sempre em condições precárias (passagem cara, filas, poucos horários, ônibus superlotado...).

O processo de socialização das gerações mais novas, notadamente os ambientes da educação e trabalho também tem como regra, no sentido ideológico, universalizar – como obrigatório, produtivo, eficiente, correto, inteligente – justamente as exigências particulares do modelo gerencial capitalista. Ser “inteligente”, “produtivo”, significa, via de regra, aos jovens em formação, ter que provar que podem “rezar” com maior fervor conforme as chamadas leis do “mercado”. Os mecanismos de adaptação das novas gerações (não somente das novas, mas principalmente) ao mundo “pós-industrial”, à “sociedade de consumo”, à “sociedade do conhecimento”, da “informação”, das “revoluções tecnológicas”, das “inovações gerenciais” – e, conseqüentemente, da barbárie, da exploração, da opressão e da dominação de classe que estes rótulos interessadamente ocultam – evidenciam a permanência do mais vulgar funcionalismo. O terror da anomia tão temida pela sociologia clássica de Durkheim soma-se ao fantasma do niilismo tradicionalmente imputado aos jovens rebeldes, exacerbando, em contrapartida, os mecanismos de incentivo à adaptação das novas gerações ao universo seguro e cada vez mais acomodado das relações de trabalho capitalista – sempre norteadas pelo “bom-senso” das exigências e necessidades em-

presariais, coladas ideologicamente à ideia de civilização em oposição à barbárie representada pelos “desajustados”. A mensagem é clara: ao longo do processo formativo é preciso mostrar constantemente – vestir a camisa, no jargão empresarial – qual é seu papel nas reconhecidas funções produtivas.

A forma mais comum de sinalizar publicamente este comprometimento pode ser percebida em um texto de Leandro Konder, *Curriculum Mortis*, publicado no livro de ensaios *O marxismo na batalha de ideias*⁶, que retrata com rara percepção o fenômeno da adaptação pela lógica do mantra acrítico da preparação para o mercado competitivo. O texto é da década de 1980. A corrida neoliberal pelo profissional hipercompetitivo ainda se desenhava, mas a análise de Konder antecipa a transformação de uma forma de expor o histórico da vida profissional e educativa em um exercício de autolouvação.

A sociedade, modernizada, precisa de organização e eficiência. Para obter um emprego, para conseguir uma promoção, fazer carreira, o sujeito precisa exibir suas qualidades, ostentar seus êxitos. Já existem até manuais que ensinam o cidadão a preparar seu *curriculum vitae*. A trajetória ascensional de cada um depende dessa peça de literatura, que lembra as antigas epopeias, porque nelas o protagonista – o herói – só enfrenta dificuldades para acumular vitórias. Os obstáculos servem apenas para realçar seu valor. O passado é reconstituído a partir de uma ótica descaradamente “triumfalista”.⁷

Na página principal do UOL, maior portal da internet brasileira, existe um espaço cativo para “carreiras”, onde consultores ensinam os macetes da preparação e apresentação de um bom currículo para o candidato aos melhores empregos. Aprende-se,

⁶ KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha de ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁷ *Ibidem*, p. 53.

por exemplo, quais comunidades (grupos escolhidos por afinidades, como grupos de música ou programas de televisão, que aparecem na página pessoal) “pega bem” ter no seu perfil do site de relacionamentos como Orkut (do grupo Google) ou *Facebook*. Mesmo que o aspirante nunca tenha ouvido falar de tal comunidade, os empregadores, obviamente “espertos” e “ousados”, examinarão minuciosamente além do currículo entregue os sites de relacionamento frequentados pelos candidatos para decidir entre informações pessoais ali colocadas qual o candidato mais apto. Por isso é bom mostrar interesse em comunidades que revelam um personagem inteligente, *cool*, antenado (sempre segundo os critérios dos consultores e das corporações⁸). Enfim, não importa exatamente quem é o indivíduo em questão, mas qual o nível de sofisticação entre o ser real (com defeitos) e o carismático virtuoso personagem que ele pode construir para tal fim específico – arrumar um emprego.

Evidentemente, trata-se de uma imagem que não corresponde à realidade. Em sua imensa maioria, os seres humanos não são campeões invictos, não são heróis ou semideuses. Se nos examinarmos com suficiente rigor e bastante franqueza, não poderemos deixar de constatar que somos todos marcados por graves derrotas e amargas frustrações. Vivemos uma vida precária e finita, nossas forças são limitadas, o medo e a insegurança nos frequentam; e nada disso aparece no *curriculum vitae* de cada um de nós.⁹

⁸ O/a candidato/a deve ter de 20 a 30 anos e ter facilidade de transporte para o bairro Itaim Bibi. Esta função requer ensino médio completo e conhecimento do pacote Office. O/a interessado/a deverá enviar currículo com foto – e se possível com o link do Orkut. Disponível em: <www.gife.org.br/>. Acesso em: 1 fev. 2009. Ou buscamos profissionais com superior completo, 4 anos assessorando altos executivos em rotinas secretariais. Inglês Alemão Fluente. Características Pessoais: Inteligente, **proativa**, **hands on**, discreta, comprometida, madura, flexível, dinâmica e orientada. Disponível em: <www.zap.com.br/empregos/vagas/detalhes.aspx?id=269461&t=busca>. Acesso em: 18 ago. 2009.

⁹ KONDER, 1984, p. 54.

O resultado, ao final da elaboração de um currículo, seguindo as normas de manuais e consultores modernos de carreira, é um ser parcialmente (no mínimo) alheio ao portador das feições da foto anexada ao documento. Mais grave é a massificação deste autoengano no processo de formação das novas gerações, orientadas, desde o começo de sua vida educacional, a alimentar o personagem que supostamente vai conduzir o cidadão ao esperado sucesso profissional.

O curriculum vitae é a ponta do iceberg: ele é o elemento mais ostensivo de uma ideologia que nos envolve, nos educada nos princípios do mercado capitalista; é a expressão de uma ideologia que inculca nas nossas cabeças aquela “mentalidade de cavalo de corrida” a que se refere a escritora Doris Lessing. **Não devemos confessar o elevado coeficiente de fracasso de nossas existências porque devemos ser “competitivos”**.¹⁰

Como super-heróis, infalíveis e invioláveis, personagem e realidade aos poucos se confundem, ao menos na autoimagem do ser curricular, impossibilitando toda forma de autocrítica.

A ideologia que se manifesta no *curriculum vitae*, afinal, aumenta a nossas tensões internas, porque nos dificulta a lucidez e a coragem de assumir o que efetivamente somos; nos obriga a vestir o uniforme do “super-homem”, a afetar superioridades artificiais. Além disso, ela incita à mentira, gera hipocrisia. Por sua monstruosa unilateralidade, a imagem do “vitorioso”, que ela nos obriga a exibir, empobrece o nosso conhecimento de nós mesmos, prejudica gravemente a sinceridade de nossa autoanálise.¹¹

Nas famílias de classe média e alta as primeiras escolhas já

¹⁰ Ibidem. [grifo nosso].

¹¹ Idem.

condicionam para o resultado final esperado. Ou tentam, pois o resultado pode inverter as pretensões, mas a força do procedimento parece se impor e, para grande parte dos jovens, montar um bom currículo é uma preocupação que influencia diretamente nas escolhas, a escola, o clube, os amigos. Os erros são apagados, os passos certos supervalorizados – e, quando não é possível, critérios são modificados para permitir a inclusão de um ou outro ato de heroísmo. Nesse processo, o que seria a suposta virtude da competitividade – a ousadia – desaparece na repetição de fórmulas consagradas e “vencedoras”. O ser audaz estampado na página do currículo não existe no mundo real. Fenômeno amplo que se mescla com o que se entende por indústria cultural, que vai, aos poucos, moldando todas as formas de expressão artística ao mesmo padrão mercadológico das celebridades e famosos que, de concreto, nada fazem.¹²

Além da criatividade, outra grave perda é a crítica. Ou, no caso, a autocrítica. O personagem semifictício que resulta da produção inflada do *curriculum* é, forçosamente, imbatível. Sem defeitos, fracassos e derrotas. Habitados a falar publicamente pela boca do personagem retratado no currículo, percebe-se nas novas gerações uma certa esquizofrenia, onde a parte fictícia – a imbatível – instrumentalizada pelos consultores de marketing, junta-se num coletivo de mônadas a outros currículos/perso-

¹² Basta observar os problemas que celebridades obrigadas (pela necessidade permanente de evidência) a aderir aos modismos da internet como o *Twitter* (blog com descrição da rotina diária ou qualquer coisa em poucas palavras que são avidamente recebidas pelos seguidores – o que torna o local virtual um campo de disputa de celebridades pelo “maior número de seguidores”) enfrentam ao ter que postar frases diárias. Acostumados com a bajulação devida ao personagem curricular, expostas na internet, as frases das celebridades mostram um pouco do ser humano real, erros de português, ideias tolas que são imediatamente apontadas e satirizadas por outros blogs no ambiente de relativa anarquia que ainda caracteriza certos espaços da rede. As celebridades reagem com arrogância e indignação. É o curriculum construído chocando-se com o ser real e o mundo fora do círculo fechado de proteção. Percebe-se a surpresa do “semideus” ao se ver no ridículo.

nagens para completar o desfecho ideológico da competição: apologia ao mundo administrado e, na mesma medida, desprezo pelos seres reais – as classes e frações de classes ausentes deste universo de currículos supervitaminados.

A verdadeira autocrítica exige uma espécie de “complementação negativa” para o *curriculum vitae*: depois de apregoar seus êxitos e seus méritos, a pessoa enfrenta o desafio de reconhecer suas frustrações, suas deficiências, seus fracassos, suas fraquezas. Talvez possamos chamar essa reconstituição dolorosa e necessária de *curriculum mortis*. Os indivíduos mais gravemente contaminados pela ideologia “triumfalista” que se manifesta no *curriculum vitae* carecem de sensibilidade, de madura lucidez e de coragem intelectual para a elaboração desse *curriculum mortis*. Eles agem como aquele político conservador que, numa entrevista, respondendo a uma pergunta sobre o maior erro que admitia ter cometido, explicou à estarelecida jornalista: “Meu maior erro tem sido o de dizer as coisas antes de todo mundo, cedo demais, quando os espíritos ainda não estão preparados para compreendê-las; isso desencadeia uma reação muito forte contra meu pioneirismo”. Num passe de mágica, a autocrítica se transforma em autoelogio¹³.

É justamente esse personagem forjado mecanicamente que parece falar publicamente nas manifestações de indignação contra a criminalidade ou o valor pago em impostos e demais “indignações” que movimentam as elites quando se sentem desprestigiadas. Quando um popular apresentador de TV foi assaltado, seu relógio fetiche Rolex retirado sob ameaça de uma arma, reagiu indignado em artigo num dos principais jornais do país: “sou apresentador”, “pai de família”, “presido uma ONG”,

¹³ KONDER, 1984, p. 59, [grifo nosso].

ênfatisou. A “coisa”, o ser reificado impresso no currículo já tomou lugar da consciência e é o personagem que fala publicamente. As fantasias curriculares, como “presido uma ONG”, são tratadas como fato definidor da moral pública elevada e, portanto, devem ser aceitos incondicionalmente. Como alguém pode assaltar uma pessoa com um currículo assim? No artigo o apresentador pedia a presença do Capitão Nascimento, personagem do filme *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha, que penetrou no imaginário eugenista das elites com seu esquadrão do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) limpando morros e favelas dos “vagabundos”.

*A volta do parafuso*¹⁴ é a tradução usual para o português do título do conto de terror de Henry James. O sentido da expressão é acentuar a crescente sensação de aperto, pressão e tensão vivida pela protagonista do conto, uma jovem governanta recém contratada como tutora que vê fantasmas influenciando (perigosamente) a vida de duas crianças sob sua responsabilidade na Inglaterra rural e aristocrática do século XIX. O parafuso imaginário parece apertar-se, na narração de James, pouco a pouco sobre a jovem, até o colapso final. O uso indiscriminado do termo competição e sua real função opressora na “gerência” capitalista exercem um efeito comparável ao parafuso de James nas classes pobres – e particularmente nos jovens que chegam ao mercado de trabalho. Uma análise apressada, mesmo crítica, poderia afirmar que a lógica da competição estimulada pelo capital oprime os jovens pobres ou ricos, cada um com as respectivas cobranças com as quais têm que lidar. O sentido da expressão do título original, *turn of the screw*, é justamente mostrar a pressão sobre quem já está na situação de aperto. A volta do parafuso, o aperto, é diferente para quem ainda não está “apertado”, pa-

¹⁴ No original *The turn of the screw*. In *Contos de horror do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 131-236.

ra quem tem espaço para “respirar”. O “mundo competitivo e globalizado” como prega a retórica supostamente igualitária (no sentido de ser assim para todos) liberal, atua na verdade apertando ao máximo os jovens das classes pobres, pressionados desde cedo a enquadrar-se nas regras do jogo mercadológico, escritas e controladas por outra classe para favorecê-la.

São jovens cada vez mais apertados pelas novas exigências curriculares que parecem acompanhar sempre o ritmo de aprendizado das classes média e alta, aumentando, progressivamente, a pressão nos que não têm condições de cursar aquela universidade valorizada¹⁵, frequentar os tais cursos de idiomas “obrigatórios”, contar com a ajuda de amigos influentes para dar “boas referências”. Estimula-se a rivalidade, enfraquecendo ou aniquilando a reivindicação conjunta, como a atividade sindical. As facilidades de que dispõem os jovens das classes altas para entrar no mundo do trabalho – ou mesmo para permanecer distante dele – como cursar as boas universidades, viajar ao exterior e aprender idiomas, contar com amigos em posições importantes para recomendar uma indicação ao cargo desejado mostra que a adaptação tem níveis bem distintos, diferente do que costuma afirmar a propaganda capitalista do mérito democratizador.

Nas classes poderosas a solidariedade entre os “iguais”

¹⁵ A política indiscriminada de privatização do ensino superior no Brasil a partir da década de 1990 que pretendeu, no discurso, possibilitar o acesso ao diploma universitário aos jovens das classes baixas, acabou, na prática, implementando um gigantesco sistema de concessão de diplomas sem a contra-partida do ensino universitário. Ao invés da antiga divisão entre a elite diplomada e a massa sem acesso, agora sentenciou-se a divisão entre a elite das universidade públicas gratuitas (ainda valorizados) e a multidão (75% do total de estudantes universitários) de jovens, boa parte trabalhadores das classes baixas, frequentando universidade privadas com pouco ou nenhum reconhecimento, discriminados pelo “mercado” da mesma forma que os *sem diploma* eram poucos anos atrás. Sob a aparência da solução, o problema agrava-se na mesma proporção em que gera um montante formidável de dinheiro para “empreendedores da educação”. Não por acaso estes empreendedores são, via de regra, abertamente ligados a partidos políticos.

nunca perdeu seu apelo. O ensino fundamental e médio nas tradicionais escolas particulares formam laços permanentes entre os jovens das classes altas. Laços reforçados no cursinho e no ensino superior nas valorizadas universidades públicas. Os locais de encontro de “gente bonita”, como costumam se referir os colunistas sociais aos espaços “badalados” de reunião da juventude endinheirada exercem – como deixa claro C. Wright Mills (1975) e sua descrição do ambiente público das grandes fortunas e celebridades, o “café society”¹⁶ – considerável influência na formação da camaradagem da elite. As organizações de classe, proscritas na parte de baixo como profascistas, assumem aqui, no topo, formas de poderosas e reverenciadas instituições patronais ou disputadas festas e eventos sociais, que influenciam decisivamente (com muito orgulho) nas considerações econômicas e políticas do país. É o acúmulo de bens simbólicos e relacionais que Bourdieu (2002) chama “capital cultural”. Um capital de que as classes pobres não dispõem na mesma medida. O espaço entre o parafuso e a porca para os jovens pobres é consideravelmente menor. A velocidade da volta do parafuso é maior. O aperto chega mais rápido e com mais força.

Os sociólogos Mario Margullis e Marcelo Urresti (*La juventud es más que una palabra*, 2000) chamam de “moratória social” o fator de classe que pressiona com muito mais intensidade os jovens das classes pobres a se submeter às regras do mercado para pagar as contas, muitas vezes sustentando uma família precocemente constituída ou os próprios pais deslocados do trabalho formal. Já os jovens das classes altas e médias cada vez mais têm na casa dos pais um período longo de proteção. Mesmo sendo um fator sociológico reconhecido – essa nova geração de jovens que não sai de casa mesmo trabalhando – talvez não se avalie corretamente as dimensões das diferenças de per-

¹⁶ MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

cepções que a posição de classe aqui provoque.

A geração de jovens que têm o apoio dos pais para entrar no mundo do trabalho – e antes disso, na escolha de um curso universitário, e, nos casos de arrependimento, uma nova escolha de outro curso universitário – tem uma situação diferenciada de orçamento. Enquanto o salário dos jovens trabalhadores das classes pobres é usado quase integralmente no pagamento das despesas essenciais, na manutenção da vida doméstica, com pouco ou nenhum espaço para pequenos luxos, como cultura, os jovens das classes média e alta muitas vezes não precisam contribuir com as despesas da casa. O salário recebido é um complemento destinado ao consumo de produtos típicos do desejo juvenil de qualquer classe.

Criam-se aqui duas situações distintas, mas complementares. No campo do trabalho surge uma geração que chega sem tantas preocupações com direitos e benefícios trabalhistas, pois tem em casa um plano de saúde e comida na mesa. Consequentemente, as lutas históricas dos sindicatos dos trabalhadores não exercem nenhum apelo, ao contrário, ocupariam o tempo realmente importante dedicado ao aperfeiçoamento individual, meio único para o sucesso financeiro pessoal. Os jovens que chegam aos postos de trabalho “subsidiados”, são os que ocupam cargos superiores nas organizações, afinal têm escolaridade maior, todo tipo de cursos curriculares exigidos, como idiomas, além de outros facilitadores, como a indicação dos amigos da família a determinado posto. Estão, portanto, estes jovens profissionais, em condições de determinar ideologicamente o padrão de exigência e comportamento do mundo do trabalho, pressionando ainda mais os jovens pobres. São, estes jovens privilegiados, via de regra entusiastas adeptos do discurso neoliberal e suas práticas empresariais de perseguição ao sindicalismo e precarização do trabalho. A disputa entre capital e trabalho perde seus locais históricos de referência, como as greves e as assembleias sindi-

cais, passa a se dar inteiramente na esfera privada e individual do *curriculum vitae*.

Essa adaptação através dos mecanismos curriculares não é, evidentemente, exclusividade brasileira, mas aqui ela é feita com a necessária virulência, pois o abismo social (as diferenças entre quem parte para o jogo com a nota dez e com a nota zero) a ser ocultado é enorme e exige que a cada truque se “esconda” melhor a verdade dos olhos do espectador/jovem. Soma-se a isso uma tradição de mando elitista que transparece nos portavoices da elite em cada fato apresentado como verdade absoluta e incontestável: é “absolutamente necessária a preparação para o mercado”. No Brasil, diz Roberto Schwarz (2000):

Com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que pensamento perdesse o pé.¹⁷

As ideias são conscientemente colocadas de ponta-cabeça, pois desta forma o topo parece refletir a base e a dominação que solidifica as estruturas desta hierarquia parece assim perfeitamente razoável. Falsas ou verdadeiras, as ideias das classes dominantes ganham status de “leis naturais” contra as quais apenas utopias improdutivas se levantam para esconder o fracasso pessoal dos seus formuladores. Tais ideias penetram nas gerações que chegam que, como lembra apropriadamente Mannheim (1961), não são rebeldes nem conservadores em essência, mas potências. Como potências, podem acentuar sua rebeldia, contrapor o dado. Ou podem justamente acelerar a adaptação ao discurso hegemônico, caçando e podando qualquer possibilidade de pluralidade crítica.

¹⁷ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 19.

Contudo, a particularidade da condição juvenil em sua consciência de dispor do tempo de vida com mais generosidade do que os adultos parece incidir numa forma de despreocupação histórica. Uma vida sem conhecimento do passado e preocupações com o futuro. O que o historiador Eric J. Hobsbawm (2001) chama de “presente contínuo”. A ignorância do passado tem como consequência inevitável, justamente, a preservação dos fatores históricos de opressão. A atração das novas gerações pelas novidades, pelo mais moderno possível sem, contudo, estabelecer uma comparação histórica entre o novíssimo e o arcaico no que de fato eles se relacionam – a permanência das estruturas de dominação que constituíam o passado capitalista e compõem a atualidade capitalista no que realmente conta: a detenção da propriedade dos meios de produção nas mãos de pouquíssimos – possibilita a construção ideológica do velho sempre repaginado no novíssimo.

Paradoxalmente, a busca pelo novo, concomitante ao desprezo pelo conhecimento da história, tem feito do jovem uma potência conservadora. Adeptos de primeira hora dos modismos descolados, do *cool* e da aparência transgressora ou, na outra ponta, os assumidamente defensores da família, da religião, da ordem e dos “bons costumes” permanecem muito mais conectados do que gostaria a rebelde retórica vanguardista. Alocados aos papéis já consagrados aos jovens no desenvolvimento histórico da produção capitalista, adeptos passivos e pseudo-rebeldes, por opção, jamais machucam a estrutura. Mesmo os contestadores já parecem conformados ao papel temporário já absorvido (comercialmente explorado como grife) e neutralizado de “rebelde sem causa”, no rótulo comum da indústria cultural para desmontar as críticas mais ácidas dos movimentos juvenis ao capitalismo.

A distinção de velocidade e força no aperto do parafuso entre os jovens das diferentes classes e frações de classes é, contudo, solenemente ignorado nas análises dos problemas da juven-

tude pela grande imprensa e em muitos textos acadêmicos. Os jovens das classes altas, amparados pela mistificação do mérito e da competição reproduzem a retórica da propaganda capitalista de que só não se “dá bem” quem não se prepara. Reivindicam para si (a julgar sua própria autoimagem fotografada nos espaços opinativos da internet) as qualidades ou virtudes próprias do espírito capitalista e resumidas na definição em moda de empreendedor: ousadia e inteligência acima da média. Um ser treinado para antever os movimentos complexos do mercado e, corajosamente, por mérito, ocupar o lugar certo na hora certa. Coleção de virtudes – como fica bastante óbvio ao observar o perfil dos grandes empreendedores – diretamente relacionadas ao poder de apoio econômico das famílias e das relações estabelecidas na própria classe.¹⁸

Contudo, confortavelmente instalados no papel superior da hierarquia social – supostamente pelos méritos próprios, conforme atestam as principais revistas dedicadas ao mundo do trabalho executivo –, os jovens das classes altas e seus seguidores das classes médias parecem enxergar os seus equivalentes das classes pobres, das favelas, bairros pobres e periferias distantes com o mesmo olhar do antigo médico eugenista ao deparar-se com a irrecuperável degeneração das “raças inferiores”. Pobreza é fracasso, sujeira e violência. Contamina, portanto precisa ser contida nos limites da necessidade da força de trabalho barata e abundante. A isso a adaptação capitalista não se opõe, incentiva.

¹⁸ Na nota *A aprendiz*, a colunista da *Folha de S.Paulo* Mônica Bergamo conta que “Fabiana Justus, 23, filha do apresentador Roberto Justus [espécie de ícone do executivo de sucesso, apresentador de *reality show* em que demite jovens “aprendizes” de executivo], inaugura hoje uma loja de roupas e acessórios na rua Oscar Freire. ‘Ela é uma mini-Roberto, trabalha uma barbaridade’, diz o pai. Justus conta que fez um empréstimo a ela. **‘Coloquei um juro bonzinho e ela vai poder pagar em três anos’**. (FSP, 17/11/09 [grifo nosso]).

Referências

- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- _____. **Ideologia e contra ideologia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1972.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- JAMES, Henry. A volta do parafuso. In **Contos de horror do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 131-236.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2007.
- KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha de ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967

MARGULIS, Mario & Urresti, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Edit. Biblos, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Nota sobre vanguarda e conformismo. In **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. Um seminário de Marx. **Novos Estudos Cebrap**, n. 50, mar. 1998.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. **Cadernos de Pesquisa**, PPGSP-UFSC. Disponível em: <www.sociologia.ufsc.br>. 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Unesp, 2005.

_____. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, 1977.

CUANDO LA RABIA PRENDE

*Mario Domínguez**

*Miguel Ezquiaga***

“No existe eso que se llama sociedad”, dijo una vez la ex-líder del Partido Conservador Margaret Thatcher; lo único existente serían entonces individuos que, buscando de forma egoísta su beneficio, contribuirían al bienestar del Imperio. Treinta años después, las revueltas de este verano en Reino Unido insisten precisamente en lo contrario. La afirmación de la ex-líder conservadora se desvela además como una afirmación cínica; los actuales estallidos de violencia se hacen eco de las premisas ocultas de la misma ideología conservadora, esto es, de

* Professor de Teoria Sociológica na Universidade Complutense de Madri, doutor em Sociologia e licenciado em Sociologia, Ciência Política e História Contemporânea pela mesma universidade. Tem realizado investigações sobre diversos temas relacionados com a sociologia política e os movimentos sociais, assim como a sociologia do conhecimento, metodologia e epistemologia. Dentre suas últimas publicações destacam-se as relacionadas com menores infratores em centros de reforma ou a uma conceituação da violência política. E-mail: mario2963@gmail.com.

** Graduando em Sociologia na Universidade Complutense de Madri. Tem desenvolvido com outros militantes diversos projetos editoriais que abrem perspectivas para o trabalho coletivo na forma de seminários, dos quais também participa. Atualmente desenvolve uma investigação sobre a incidência (política, urbana) das Câmaras de Seguridad no bairro madrileno de Lavapiés.

la “vuelta a lo básico” que alentaba la campaña de dicho partido en la década de los ochenta y que suponía la consabida exaltación de la familia, el trabajo duro y la individualidad, así como su corolario de satisfacción de los instintos tribales y territoriales. Podría añadirse un efecto ideológico que habla de lo social y económico como del estado del tiempo, lográndose invitar a la gente a abdicar de su responsabilidad política al sostener que no hay nada que hacer, tan sólo adaptarse.

La barbarie a combatir, reverso del neoconservadurismo

Dado que no había sociedad ni por tanto era preciso seguir solidaridad alguna con los desposeídos, durante la Era Thatcher la represión en los barrios subalternos de Londres aumentó. Planteada como un dispositivo de coerción para la salarización (nada de tolerancia y ayuda social, más bien disciplina, responsabilidad y trabajo duro), se desplegó con obscenidad para tratar de paliar la economía sumergida, los trapicheos y los favores, que al parecer habían aumentado con el azote del paro de los primeros ochenta, desempleo que ya en 1982 afectará a tres millones de personas. Hubo dos elementos que contribuyeron a esa búsqueda obsesiva de salario: por una parte el aumento desmesurado de la inflación para “romper el espinazo de los sindicatos” tal y como expresó años después uno de sus ministros, y por otra, la duplicación de la tasa de pobreza que pasó del 9 al 19% tras los sucesivos gobiernos liberales. De manera nada paradójica el conservadurismo neoliberal conseguía, nada nuevo sólo que de forma más brutal aún, que la relación constitutiva del sistema capitalista, la relación capital/trabajo, convirtiera al segundo par de esta ecuación en una mera composición técnica, ni social ni política, en un esquema sin resistencias al servicio del capital.

El mismo plano laboral que otorgaba una identidad en el repunte del movimiento obrero inglés de los ochenta, ahora genera los porcentajes de temporalidad más altos de la historia del país. La implosión de la fábrica como centro neurálgico de la producción, pero también del enfrentamiento, y espacio físico de referencia de clase como resultado del aplastamiento del invierno del descontento durante el gobierno de James Callaghan y de las políticas de desindustrialización y terciarización violenta de la era Thatcher terminará definitivamente con el movimiento obrero inglés, dando lugar a un espacio vacío de luchas continuadas en el tiempo.

Sin embargo, como comenta Zizek¹ esta ideología de la vuelta a lo básico llevaba aparejada la liberación de la barbarie que siempre acecha bajo esta forma aparentemente civilizada y burguesa. La necesidad entonces de gestionar los presumibles estallidos sociales de una masa social empobrecida y sin ayudas estatales, de semejante chusma barbarizada (identificable en los protagonistas de *Riff-raff* de Ken Loach) conllevó una lenta pero progresiva transformación de los dispositivos de terrorismo estatal. La tensión que imponía el urbanismo racial se disparará con la aprobación de la Ley del Sospechoso que permitía a la Policía Metropolitana parar y detener a cualquier viandante equívoco de delito; la denominada *Operation Swamp 81* que inicia dicha ley por la disminución del crimen común y del crimen organizado hostigará especialmente al barrio de Brixton, distrito del sur.

Guns in Brixton, de The Clash, da buena cuenta de la tensión palpable en aquel barrio antes de los disturbios que allí tuvieron lugar tanto en 1981 como en 1982 y 1995. En octubre de 1985 la revuelta también alcanzó el barrio de Tottenham cuando una multitud expresó su rabia por la muerte de Cynthia Jarrett a consecuencia de un infarto provocado por el maltrato de la

¹ “Ladrones del mundo, uníos” publicado en *London Review of Books*.

policía durante el registro de su casa, expropiando comercios, incinerando automóviles, y confrontando a la policía con escopetas de caza y cócteles molotov. El resultado de los cruentos enfrentamientos dejaba el balance de un policía ejecutado con un machete así como doscientos uniformados heridos.

El pasado, la repetición y el presente

Si los acontecimientos de 1995, junto a los producidos en Tottenham en 1985, gozan de prestigio entre los jóvenes movilizadas en agosto, y todavía permanecen en la ciudad murales en honor a Wayne Douglas, joven asesinado bajo custodia policial en aquel año, el hilo conductor con los anteriores se ha roto.

London Calling, banda sonora para las generaciones participantes en los primeros disturbios en Brixton se escoge ahora como el tema de los Juegos Olímpicos de 2012; el Archivo Cultural Negro, en el que se conservan documentos de la historia del movimiento político negro en Gran Bretaña, y en el que se organizan coloquios sobre el papel en la construcción del actual escenario social de la ciudad de los disturbios producidos en 1981 y 1982, recibe un millón de libras de la Alcaldía, y es que “algunos de los que bailaban esas canciones y legitimaron aquellos levantamientos ahora nos desprecian, para ellos sobramos”, dice Lulu, de veintidós años y en paro, en Hackney; “porque para la sociedad de este país nosotros somos los que no supieron incorporarse a todos los cambios positivos que vinieron después y si pudieran nos barrerían”, prosigue. Son la contradicción en la ciudad de los mercados financieros, el arte conceptual y la moda *vintage*.

Haciéndose eco de esa extrañeza, las declaraciones de la ministra May se afanan en deslegitimar el proceso de protestas, evitando comparaciones con anteriores luchas. Así pone de manifiesto lo que todo el mundo ya creía saber: que los jóvenes de

los barrios han redescubierto la fórmula del fuego, y cualquier intento de que el pasado los apadrine, es en vano.

Bien es cierto que la imposibilidad de encontrar referentes en el pasado fragmentado dificulta ubicar el presente. La vieja generación no tiene descendientes y los jóvenes no tienen antepasados; el poder se legitima a través del ejercicio de desmemoria. Los nuevos rebeldes no tienen detrás una tradición de luchas sociales, tampoco pueden atenerse a una ideología concreta, y no obstante, aparecen en cierto imaginario de la impotencia como herederos de tareas históricas imposibles. Existe pues un cierto estancamiento del medio político en el que ha campado a sus anchas la ausencia de crítica, en el que las nuevas tecnologías proporcionan la estructura para garantizar la apariencia de movimiento. Los disturbios son una manifestación de la fuerza material de la ideología, explica Zizek, lo que desdeciría la llamada “sociedad posideológica”. Importancia pues de la ideología, mas el problema de Zizek es que sin lo que considera como ideología encarnada (un cuadro, un partido, una elite), tan sólo nos encontramos con fantasmas: desde un punto de vista revolucionario, el problema de los disturbios no es la violencia como tal, sino el hecho de que la violencia no sea realmente autoasertiva; “es rabia impotente y desesperación enmascaradas como exhibición de fuerza, es la envidia disfrazada de carnaval triunfante”. Cuánto hay aquí de exceso de proyección conceptual, de arrogancia de pensador supremo que evalúa los vientos de la historia —máxime cuando la historia misma no parece estar a la altura de su febril argumentación— y que considera que ante la carencia de una disciplina revolucionaria, o del imprescindible aparato de un partido político, el resultado necesario es anarquía banal e impotente.²

² Véase la crítica de Hamid Dabashi “Zizek and Gaddafi: Living in the old world” cuestionando su sesgada y desinformada concepción de las recientes transformaciones revolucionarias en el mundo árabe [agradecemos a Mario Espinoza que nos haya hecho caer en esta apreciación].

Desde el ataque a los almacenes Sony el 9 de agosto, Scotland Yard recibe la orden de salvaguardar específicamente las infraestructuras más significativas de los barrios conflictivos y del centro. Los jóvenes, entonces, recurren a pequeños comercios para continuar la contienda. Se ignora la distancia que separa el ataque e incendio de los 20.000 metros cuadrados de almacenes de Sony en Enfield y el sabotaje a un comercio de dulces bangladesíes en Commercial Street, y lo importante es que el fuego se propague. Asaltar y quemar. Para Zizek (íbidem) hay no obstante una lógica oculta que reinstala la lucha de clases aunque en otra ubicación. Planteando un paralelismo con los disturbios en las *banlieues* francesas, el conflicto se dio entre dos polos de los más desfavorecidos: los que han conseguido funcionar en el marco del sistema frente a aquellos que están demasiado frustrados para seguir intentándolo. Así, la violencia de los manifestantes estuvo dirigida casi exclusivamente contra su propio grupo. Los coches quemados y las tiendas saqueadas no lo fueron en los barrios ricos, sino en los propios barrios de los manifestantes. El conflicto no es entre diferentes segmentos de la sociedad; es, en su manifestación más radical, el conflicto entre una sociedad y otra, entre los que tienen todo y los que no tienen nada que perder; entre los que no tienen ningún interés en su comunidad y aquéllos cuya apuesta es la más alta posible.

¿Asaltar y quemar, son una repetición de lo mismo y en la acepción hegeliana de Zizek no llegan más que a meros accidentes evitables en la historia? Quizá no del todo, más bien repetición con mutaciones y por ello la sospecha que anticipa la señal de que un proceso histórico más profundo se está desarrollando. Los acontecimientos de agosto son una ruptura con las anteriores movilizaciones de los guetos londinenses porque el aglutinante principal no es la raza, pero sobre todo porque estos jóvenes desprecian el pasado. Como la mayor parte de la pobla-

ción europea de su edad, sufren de una amnesia política que les impide entender el pasado de lucha más reciente de una manera integrada, en su complejidad. Conocen escuetamente tan solo episodios aislados narrados por sus padres, conocidos por las pintadas en sus barrios, por la policía que se lo recuerda con su perpetua presencia, y sin embargo “el pasado nos ha traído hasta aquí”, decía Yasín, de 26 años, cocinero.

Desde hace quince años, los barrios del norte poseen también otro aglutinante, ni el pasado, ni el color: las bandas. Amistades que en corros afilan sus versos y comparten miserias las noches de alcohol barato y cocaína. Ni el aumento de casi un 50% de la tuberculosis en 2010 en los barrios periféricos londinenses, ni el paro, ni las redadas, consiguieron hermanar a esas bandas. La muerte de Mark Duggan, de 29 años, que había pasado por diferentes bandas y grupos el 4 de agosto de 2011, sí lo hizo. En Tottenham era conocido como “el general cinco estrellas”, y su muerte a manos de la policía durante una persecución generó una concentración de unas doscientas personas frente a la comisaría de su barrio natal dos días después. Los allí congregados no recibirán ningún tipo de explicación sobre su muerte, y pronto la concentración tratará de ser disuelta por varios agentes que, porra en mano, golpearon a familiares y amigos del joven fallecido.

Tras una media hora de tensión, se lanzaron varios cócteles molotov y botellas contra los agentes de Scotland Yard para, acto seguido, cortar la calle quemando un vehículo policial. Nuevos jóvenes llegarían al lugar para incendiar contenedores de basura que se arrojaron contra la comisaría. El fuego duró toda la noche, devorando un autobús de dos pisos, dos coches policiales además de numerosos comercios. A mediodía del día 7, los bomberos aún luchaban para apagar las brasas de un bloque que ardió entero durante la noche.

La criminalización de las bandas, el racismo policial y

la respuesta airada de aquellas contribuyen a una masa crítica siempre a punto de estallar. Bastaba el detonante y esta explicación apareció como una de las primeras aproximaciones a las revueltas. En las páginas de *The Independent* Christina Patterson recordó que “muchos hombres negros han muerto a manos de la Policía. Muchos hombres y mujeres negras han sido tratados como criminales sin serlo. No es el motivo principal de la revuelta, pero sí se trata de una de las causas”. La noche siguiente los disturbios se extendieron a Brixton, en el sur, pero también a Enfield, Walthamstow e Islington, en el norte. Grupos de jóvenes atacaron allí locales comerciales y coches, lanzando proyectiles contra la policía. Scotland Yard, desbordado, emitió un comunicado por radio y televisión en el que se pedía a las familias que se pusieran en contacto con sus hijos para asegurarse de que no se sumaran a las manifestaciones. La policía metropolitana difundió de forma masiva imágenes de las cámaras de seguridad para que los londinenses ayudasen a identificar y detener a los autores de actos violentos. Además, para prevenir nuevos focos de conflicto, se cerraron estaciones clave de Londres y alrededores como Barking, al este; Harrow-on-the-Hill, al oeste; y Peckham Rye, West Croydon y South Bermondsey, al sur.

Durante la tarde del lunes se registraron atracos y enfrentamientos entre manifestantes y policías antidisturbios en Hackney, donde se atacaba tanto a policías como a reporteros y donde en medio de la confusión ardieron tanto comercios como viviendas particulares, quizá también como expresión de rechazo a una *gentrificación*³ que en algunas áreas del barrio ha doblado el precio de los apartamentos. *The Horrors fuck off*, apareció pintado con rodillo tras los disturbios en la zona de Shacklewell; un mensaje claro para los integrantes de ese grupo musical que

³ Desposesión y expulsión de las clases dominadas del centro urbano a través de una política de especulación a la que le sigue un urbanismo de simulacro. Véase por ejemplo Manuel Delgado *El espacio público como ideología* (2011).

al residir en la zona provocaron que diversas revistas de moda calificaran Hackney de zona *underground & cool* para vivir.

La protesta se extendió luego a la zona comercial del Bullring, en el centro de Birmingham y se produjeron incidentes en la ciudad de Leeds. Esa misma noche la confrontación abierta continuó en numerosos barrios, desde Hackney y East Ham en el este a Peckham y Lewisham en el sudeste, Clapham en el sur y Croydon, más allá de las fronteras del sur de Londres, una ciudad dormitorio a medio camino entre la capital y el aeropuerto de Gatwick en la que ardió una gigantesca tienda de muebles del siglo XVIII. La columna de humo podía apreciarse desde varios kilómetros de distancia. También se iniciaron asaltos a comercios y ataques con cócteles molotov a la policía en grandes ciudades como Birmingham, Liverpool, Manchester, Nottingham y Bristol. Durante las horas siguientes Manchester será uno de los escenarios más conflictivos de las revueltas.

Ese martes 9 de agosto dieciséis mil policías patrullaban las calles de Londres y las tiendas cerraban a las cuatro de la tarde en previsión de lo que pudiera ocurrir horas después. Durante la noche ardió una comisaría en el barrio de Hackney, escena que se repetiría al día siguiente cuando unos cincuenta jóvenes arrojaron sesenta cócteles molotov contra la comisaría de Canning Circus, en Tottenham. El viernes 12 ya había mil setecientas personas detenidas, que el domingo 21, según informó *Sky News*, serían 1.875. La policía británica presentaría cargos contra 1.073.

Gastaremos dinero donde sea necesario castigar

Aquel mismo fin de semana del 13 y 14 de agosto, la policía exhibió en las calles de Manchester grandes paneles con fotografías ampliadas de los jóvenes más buscados tras los dis-

turbios en la ciudad. Horas después de que se colocaran, el Ejecutivo Británico contrataba al estadounidense Bill Bratton como consejero. A Bratton, exjefe de Policía en Nueva York y Los Ángeles, se le adjudica una reducción dramática del crimen tras disturbios de 1992, provocados por la decisión de un jurado de raza blanca de absolver a cuatro policías responsables de una paliza a un miembro de la comunidad afroamericana, Rodney King. Aquella “reducción del delito” expresada a través de la “tolerancia cero ante el crimen” y una auténtica política de criminalización de la pobreza,⁴ tuvo como consecuencia directa un aumento del 62,7% de los reclusos en la ciudad.

Desde Nueva York, la doctrina de la tolerancia cero, instrumento de legitimación política de la gestión policial y judicial de la pobreza que molesta —la que se ve, la que provoca incidentes y malestar— se propagó a través de todo el planeta en un alarde de universalización del sentido común estadounidense; y con ella la retórica militar de la “guerra” al crimen y de la “reconquista” en el espacio público que asimila a los delincuentes, los sin techo, los mendigos y otros marginales con invasores extranjeros, lo cual facilita la amalgama con la inmigración. Por otra parte también permite a los políticos reafirmar la decisión del Estado de actuar con severidad frente a los desórdenes y liberar a ese mismo Estado de sus responsabilidades en la génesis social y económica de la inseguridad para apelar a la responsabilidad individual de los ciudadanos de las zonas “inciviles” a quienes correspondería en lo sucesivo ejercer por sí mismos un control social estrecho. Cuando Cameron afirmaba que “responderemos con contundencia, será un contraataque firme”, precisamente daba cuenta de la expansión de esas mismas lógicas.

⁴ Véase al respecto las obras de Loïc Wacquant *Las cárceles de la miseria* (2000) y *Castigar a los pobres* (2003), en las que establece una correlación pertinente entre las políticas económicas y sociales de matriz neoliberal que generan excluidos, precarios y desesperanzados y las tensiones que se manifiestan en el espacio público.

Bratton era la pieza que faltaba para que esa política, auspiciada por algunos evangelistas del mercado como el *Adam Smith Institute* o el *Centre for Policy Studies*, pudiera difundir de forma concertada las concepciones neoliberales en materia económica y social, y acabe imponiéndose para refrenar el surgimiento de una amalgamada *underclass* de pobres alienados y peligrosos inmigrantes. El poder de tal discurso lleva a que muchos de los intelectuales que se piensan a sí mismos como progresistas adopten este nuevo vocabulario, esta nueva vulgata. Ello se debe a una suerte de profecía autocumplida y dado que el mundo está siendo transformado por el mercado autorregulado y esas nuevas políticas estatales de brutales recortes de prestaciones, cuando los Estados adoptan el dogma neoliberal están transformando la sociedad a imagen de dicha teoría. Asistimos entonces a un curioso consenso entre la derecha más reaccionaria de ambos lados del Atlántico y la autoproclamada vanguardia de la nueva izquierda europea alrededor de la idea de que el Estado debe volver a asumir en sus manos de hierro a los “malos pobres” y corregir sus comportamientos mediante la reprobación pública y el agravamiento de las coacciones administrativas y las sanciones penales.

La noción de *underclass*, una visión que trata a los marginados principalmente desde el punto de vista determinista cuando no punitivo y debilita sus posibilidades simbólicas de integración política, ya ha entrado tanto en el lenguaje político como en las ciencias sociales pero en Inglaterra tiene un añadido moral; si el Estado debe prohibirse ayudar materialmente a los pobres, le corresponde de todos modos sostenerlos moralmente con la imposición de trabajar; la misión del Estado paternalista no es otra que la de imponer el trabajo asalariado de miseria, base del nuevo orden de clases polarizado.

Lawrence Mead, profesor de Ciencia Política en Nueva

York, para quien “el trabajo no es un acto político” que demuestra “la necesidad de recurrir a la autoridad”, tiene el mérito de ver y hacer ver que la generalización del trabajo precario, que algunos presentan como una necesidad económica lamentable pero ideológicamente neutral, se apoya en realidad en el uso directo de la coacción y participa de un proyecto de clase. Mead alaba por lo tanto más Estado en el doble plano penal y social, con la condición de que ese aspecto social funcione como elemento penal disfrazado, instrumento de vigilancia y disciplina de los beneficiarios que los remite directamente a su homólogo criminal. De tal modo, trabajo social y trabajo policial obedecerían a una misma lógica de control y enderezamiento de las conductas de los miembros ineptos de la clase obrera.

La mejor respuesta a la pobreza es pues dirigir la vida de los pobres. El Estado no responderá a la terrible miseria de los barrios desheredados mediante un fortalecimiento de su compromiso social, sino con un endurecimiento de su intervención penal. Son políticas que, usando un discurso autoritario y de civismo ordenancista y bienpensante, simplifican la complejidad de los problemas que pretenden atajar, atacando sólo las expresiones externas del profundo malestar social. Los problemas de fondo persisten, pero se amortiguan sus efectos, se atenúa el ruido, y se logra seguir un tiempo más hasta el próximo estallido. A la violencia de la exclusión económica opondrá la violencia de la exclusión carcelaria. En otras palabras, tal Estado paternalista debe ser además un Estado punitivo, proclamando que “la prisión funciona” —en tanto que aspirador de la escoria social— y que los gastos penitenciarios, lejos de constituir una carga financiera intolerable, son una inversión rentable. “Vamos a aumentar la presencia policial en las calles y los detenidos por disturbios serán enviados a prisión. Gastaremos dinero donde sea necesario” declaró para la BBC el Ministro de Economía George Osborne;

nada más lógico, la *tolerancia cero* al estilo estadounidense es el complemento policial indispensable del encarcelamiento en masa al que conduce la penalización de la miseria.

En cualquier caso la violencia ya estaba servida antes de los disturbios; *The Guardian* publicaba el año pasado una encuesta cuyo resultado es la nueva ecuación social: el 10% más rico de la población lo es cien veces más que el 10% más pobre. La tolerancia a esos datos, se traduce en indiferencia. La violencia previa de la economía se convierte en la base del odio, un odio que solo puede contenerse encerrando a 96.000 personas en prisión⁵ y atestando de policía los barrios empobrecidos.

A la busca de las nuevas identidades o el esfuerzo de los especialistas

El propio devenir de los acontecimientos desarrolló una nueva identidad que se autoconstruye; la de “los encapuchados”, “los cabreados”, “los violentos”, “los locos”, “los anarquistas ingleses”... La reacción conservadora ha sido predecible: no hay justificación para este tipo de vandalismo, es preciso usar todos los medios necesarios para restaurar el orden. Kit Malthouse, vice-Alcalde de Londres y Presidente de la Autoridad de la Policía Metropolitana, destacó el impacto en la imagen de Londres en la víspera de los Juegos Olímpicos, describiendo el escenario de las dos últimas noches como “desagradable y chocante”. En un alarde de sincretismo, agregó: “Obviamente hay gente en esta

⁵ Datos de abril del 2011 de la población reclusa en Reino Unido (Inglaterra, Gales, Escocia e Irlanda del Norte) extraídos de justice.gov.uk. No obstante, la tasa de encarcelamiento, siendo de las más altas de Europa junto con el Reino de España, sigue estando muy por debajo de la estadounidense. Quizá, como antes indicábamos, el empeño del primer ministro David Cameron en importar el modelo de criminalización de la pobreza y la disidencia logrará hacer converger estas cifras.

ciudad, por desgracia, que tiene la intención de la violencia, que están buscando la oportunidad de robar y prender fuego edificios y crear una sensación de caos, ya sean anarquistas o parte de bandas organizadas o sólo jóvenes salvajes, francamente, que se imaginan un nuevo par de zapatillas”.⁶

Anthony Daniels, médico y psiquiatra de prisiones retirado y reconvertido en escritor y articulista con el seudónimo de Theodore Dalrymple afirmó en *The Australian* que “los jóvenes británicos lideran el mundo occidental en casi todos los aspectos de patología social, desde las tasas de adolescentes embarazadas a las de drogadicción, desde alcoholismo a violencia”. Por lo visto, nada nuevo en este autor que ya se había anticipado a cualquier crítica progresista basada a su juicio en la ingenuidad, pues “Quienes rechazan la responsabilidad de sus propias acciones usan un lenguaje que los presenta como víctimas pasivas de las circunstancias”.

Como cabía esperar, Daniels no ha sido el único. Los días posteriores a los disturbios de agosto en Londres numerosos psicólogos columnistas trataron de aportar explicaciones para esa otra violencia surgida como respuesta. Sus argumentos esencialistas procuraban una naturalización de esa respuesta violenta, abordando la agresividad colectiva como una cuestión de oportunidades; “cuando los jóvenes tienen la oportunidad de ser violentos, entonces, lo son” rezaba una columna en el periódico gratuito *METRO* el 12 de agosto. Nunca antes el *Homo homini lupus* (el hombre es un lobo para el hombre) de Tito Macio, dicho popularizado por Hobbes, fue tan citado de manera implícita en los artículos de opinión de la prensa británica. Este tipo de explicaciones psicologistas de los sucesos violentos tienden a confundir la violencia vertical, con la violencia horizontal; si

⁶ Nótese el cinismo del verbo elegido para conjugar a los “jóvenes salvajes” y las zapatillas: imaginar. El alcalde da por sentado que no pueden aspirar a comprarlas.

ambas utilizan la fuerza física para modificar, desarrollar, sostener y reproducir algo del ordenamiento social y constituyen una manera de articular la relación entre gobernantes y gobernados, la primera es la fuerza que mantiene el estado de cosas, mientras que la segunda sería una intervención por el cambio. En definitiva, esta confusión nada ingenua de las explicaciones esencialistas se une al coro del gobierno Cameron en su afán por despolitizar la rabia incontentida.

Por su parte el periodismo sociológico abordó las revueltas transformándolas en comportamientos irracionales de masas que llegan a absorber y se imponen sobre la gente, que acaba perdiendo su identidad por inhibición. A ese determinismo se añaden aspectos nunca del todo bien cuantificados, que tratan de explicar lo sucedido en agosto, pero que indican más de los prejuicios de los analistas que de los analizados, tales como: el consumismo exacerbado de *gadgets* tecnológicos o ropa de marca (frente al consumo de aquello que establece el canon cultural), monoparentalidad y su consecuente incapacidad educativa (frente al imaginario educativo de la familia nuclear y la castradora función del padre), el aburrimiento apenas satisfecho por los videojuegos violentos (un componente generacional rancio según el cual cualquier pasado fue siempre mejor).

Un buen ejemplo de esta literatura lanzada a la batalla, mitad académica mitad periodística, lo ofrece John Brewer, presidente de la Asociación Sociológica británica, para quien todo el espíritu de la revuelta se debe a un exceso de Estado del Bienestar y la dependencia que ello conlleva, no ya de la generación actual, sino de varias generaciones previas acostumbradas todas ellas a evitar el fortalecimiento del carácter que procura el trabajo y la ortopedia social que todo esfuerzo disciplinado conlleva (en la educación, en las aspiraciones...). Las fórmulas represivas que se han barajado desde el Gobierno utilizaban una argumen-

tación paralela: de los sesenta millones de habitantes de Reino Unido, unos diez millones residen en viviendas subvencionadas. Bastaría entonces con amenazar a los participantes en los disturbios con la imposibilidad de acceso a este tipo de viviendas para obtener no sólo un castigo ejemplarizante, sino además el principio más querido de las sociedades clasistas respecto a cualquier amenaza al orden establecido, esto es, que los delincuentes y demás indeseables vivan por debajo de las condiciones de vida de la clase pobre pero honrada.

No obstante, quienes logran acaparar la atención mediática no son aquellos discursos, técnicos pero repetitivos, que se esfuerzan en contextualizar las revueltas mencionando situaciones de pobreza y exclusión social, problemas de integración de las minorías étnicas o los drásticos recortes del Gobierno británico. Por el contrario, utilizando los ejemplos aislados como explicación de la totalidad del fenómeno, la casuística del perfil de los detenidos no parece encajar en el retrato del sospechoso habitual. La explicación ya no es social ni económica (nunca lo fue política) sino que debe encontrarse en el orden moral.

Ocurriría, tal como se editorializa en *El País* (20.08.2011), que “A la turba se sirve cualquier excusa”. “Las revueltas juveniles en la Europa de hoy, y eso vale para la de los suburbios franceses de 2005, la de los airados griegos de 2008 y la de los indignados ibéricos y los suburbios ingleses de 2011, no son revueltas de la miseria sino del bienestar”, razona Carles Feixa, catedrático de Antropología Social de la Universidad de Lleida. “No surgen por problemas de subsistencia material, sino por problemas de cohesión moral; por crisis de valores o más bien por nuevos valores que se visibilizan con la crisis. Los valores con los que las nuevas generaciones han sido educadas, que ya no son los de la ética puritana del ahorro sino los de la ética hedonista del consumo, se ponen en duda en momentos de crisis,

pues la promesa del ascensor social desaparece de golpe. Eso vale tanto para los jóvenes pobres como para la clase media”, añade. En momentos como este la antropología académico-mediática se liberaliza y alcanza un matrimonio de conveniencia con la política práctica conservadora del primer ministro británico. David Cameron avisó que la oleada de altercados era “una llamada de alerta” para todo el país y exhortó a atajar el “hundimiento moral a cámara lenta” de la sociedad británica. No obstante, negó rotundamente que las revueltas tuvieran que ver con el racismo, la pobreza o los drásticos recortes que ha llevado a cabo su Gobierno. “Estos disturbios no tienen que ver con la pobreza: eso insulta a los millones de personas que, cualesquiera que sean las dificultades, nunca soñarían siquiera con hacer sufrir a los demás de esta forma”.

La filosofía moral, excelencia de las ciencias humanas, se apunta al mismo dispositivo de la ausencia moral por boca del ensayista católico José Antonio Marina quien considera muy significativa la cuestión de los valores que la sociedad transmite a los jóvenes. “La educación ética está desprestigiada [...] Hemos sustituido la oposición importante —bueno o malo—, por una de emergencia —delictivo o no delictivo—, y hemos sustituido la ética por el Código Penal. Y eso no funciona”. En realidad sí lo hace. La cultura dominante funciona por complicidad, esto es, por el reconocimiento de los dominados hacia la dominación que sufren, y es que las disposiciones, esto es, los instrumentos o esquemas mentales que les permiten a los dominados conocer la dominación han sido generados en la propia relación de dominación. Lo que reclama Marina es pues esa eficaz armonía entre las estructuras sociales objetivas (donde están los agentes) y las disposiciones subjetivas (lo que se espera, lo que se cree) porque las segundas han sido producidas por la incorporación de las primeras.

Un autor como Michael Weiss, a la sazón director de comunicación de la *Henry Jackson Society* —un *think-tank* con sede en Londres que promueve la geopolítica democrática— explica el otro gran argumento que el periodismo sociológico ha blandido para explicar la revuelta: la etiología de las bandas, y el aprendizaje y reforzamiento del comportamiento desviado que dichas organizaciones insuflan no sólo en sus miembros sino, por mimesis, en todo su entorno. El autor expresa esa nefasta incidencia mezclando con cierto casticismo la presunta sustancia de los países con las malas compañías: “la esencia de lo inglés consiste en no tener que rendir nunca cuentas de conductas desquiciadas y totalmente carentes de sentido. Desde este punto de vista la sensibilidad cómica de Monty Python, P.G. Wodehouse y Mr. Bean no tienen nada de absurdo; es resultado de un aprendizaje empírico”. Aprendizaje de la irresponsabilidad que, abarcando a “todo lo inglés”, se extrema de manera mágica (a fin de cuentas estamos en el país de Harry Potter) en los jóvenes pandilleros. ¿Serán los frenos morales lo que impida la experimentación de dicho aprendizaje en los demás?

Hay además, en esta feria de la despolitización, una corriente explicativa que de nuevo corrige los motivos estructurales históricos (pobreza, desigualdad, lucha de clases, etnicidad) por vectores estructurales innatos e inconscientes, y por tanto inevitables aunque corregibles. Subrayando que en lo presenciado estos días no cabe establecer distinción de clases en las causas de la participación, se afirma en cambio que las revueltas tendrían mucho que ver con el comportamiento de masas, similar al que surge en algunas celebraciones de victorias deportivas, según indica Jason Nier, profesor asociado de psicología del *Connecticut College* (EE.UU.) y experto en la psicología social de los actos colectivos. No es tanto el hedonismo moral que aducen algunos antropólogos, filósofos o políticos conservadores, sino

la asunción cabal de la ética mercantil capitalista: la gente se sumó a los destrozos por puro oportunismo. “Muchos —quizá la mayoría— de los saqueadores participaron por puro egoísmo y avaricia. Como necesitan o quieren cosas, sencillamente se las llevan, sin importar si lo consideran correcto o incorrecto”, argumenta Nier. Se trata, como antes indicábamos, del reverso de la ideología conservadora retratado por Zizek: “En las calles británicas, durante los disturbios, lo que vimos no eran personas reducidas a bestias, sino la forma esquemática de la ‘bestia’ producto de la ideología capitalista”. “Y luego parece que hay otros que justifican los saqueos argumentando que —sigue Nier— a su modo de ver, todo el sistema político o económico es ilegítimo, así que sencillamente se aprovechan de un sistema que creen que ha estado explotándoles (o al menos ignorándoles)”. Finalmente, están los que en otras circunstancias nunca habrían hecho lo que hicieron. “Son algunos, probablemente una minoría, que quizá se acercan a los disturbios o saqueos sin malas intenciones. Puede ser gente normal que pierde temporalmente su brújula moral en el frenesí de la multitud”, apunta.

La psicología describe esta actitud como comportamiento de masas. Cuando el individuo se encuentra en medio de una multitud, su capacidad para sentir empatía y culpa se diluye, según indica esta psicología con un cierto aroma conductista. Entonces puede llegar a asumir los valores del grupo y los propios se atenúan, señala el profesor Nier. Si uno nunca ha vivido unos disturbios, no sabe cómo desenvolverse, así que observa lo que hacen los demás y lo asume como normal. Incluso hay quien puede elaborarse una moral propia para justificar sus actos. El problema es que, negando toda dimensión social pero también política a este fenómeno, confunde vandalismo con rebelión, hooligans con activistas, y acaba siendo un insulto a cualquier inteligencia.

Es la política, estúpidos

Apuntando maneras más progresistas, pero no por ello menos deterministas, Jorge Fonseca, un catedrático de Economía Internacional y Desarrollo de la Universidad Complutense de Madrid, tras lamentar el desmantelamiento de “todo lo público” por los gobiernos conservadores desde los tiempos de Margaret Thatcher, viene a concluir: “nadie puede justificar lo sucedido, pero cuando la gente no tiene nada que perder se comporta de una manera irracional”. En su argumento se inscribe una ley no escrita: la desigualdad genera más violencia que la pobreza. Como si la desigualdad, en sí misma, no fuera violenta.

Un análisis reciente de la inestabilidad social en Europa entre 1919 y 2009 realizado por Jacopo Ponticelli y Hans-Joachim Voth de la Universidad Pompeu Fabra en Barcelona, integra una ingente cantidad de datos de 26 países europeos y concluye algo que no resulta una sorpresa: los recortes en el gasto público aumentaron significativamente la frecuencia de disturbios, marchas antigubernamentales, huelgas generales, asesinatos políticos e intentos de derrocar el orden establecido. Hay pocas decisiones que saquen a la gente a protestar a la calle más rápidamente que los recortes del gasto público. Es el único momento en que sienten que el espectáculo parlamentario les afecta.

No obstante aquí los progresistas de izquierda se muestran igualmente predecibles y pegados a los *mantras* de los programas sociales, las iniciativas de integración, el abandono que ha privado a los inmigrantes de sus perspectivas económicas y sociales, y en definitiva de la doble desposesión que siempre plantea Bourdieu (tanto económica como simbólica, esto es, no sólo la miseria sino la incapacidad para comprenderla y expresarla): los brotes de violencia serían el único modo que tienen que articular su descontento. La implicación es que las condiciones en

que se encuentran estas personas hacen inevitable que salgan a la calle. El problema de este relato, sin embargo, es que sólo cuenta las condiciones objetivas de los disturbios: la revuelta consiste en hacer una declaración subjetiva, declarar de manera implícita pero a la vez castrada cómo uno se relaciona con sus propias condiciones objetivas. Encontramos que hay en todo ello algo intolerable: la idea de que las capacidades de los individuos puedan estar determinadas por su posición social y que sus enunciados están inhabilitados para desarrollar un discurso político propio, puesto que su palabra es inaudible y sólo se puede escuchar como eco deformado de los discursos sociologizantes o simplemente como ruido. Pero sobre todo lo que encontramos en este diagnóstico de la desposesión es la invitación a quedarse paralizado por ella. Por el contrario, creemos que esta violencia “sin sentido” y ruidosa produce siempre un desfase, con la brusquedad propia de semejante desplazamiento, e incluso podemos rastrear en ello la manera en que toda acción social puede comprometer a los individuos en los procesos de emancipación y de cuestionamiento de la dominación. Y este “fuera de lugar” no es otra cosa que la política, dimensión que a no ser en su versión peyorativa (anarquistas violentos, ingobernabilidad) apenas si había aparecido hasta ahora ni en las descripciones ni en los análisis.

En efecto, la violencia que los psicólogos patologizan, o la que los políticos criminalizan es política. Y es que lo netamente político solo puede entenderse en términos antagonistas. La raíz *agon* indica una parte de la pieza de teatro en la Grecia antigua que se distinguía de las demás por la ausencia de limitación estructural del drama. La revelación de las diferentes características de los personajes y la interpretación que el espectador hace de la obra, está condicionada únicamente por los acontecimientos transcurridos previamente en la misma. Esta libertad de acción y discurso que tan solo puede posibilitar un escenario

no condicionado transcurre veloz a sabiendas de que el resurgimiento del coro en la obra frenará a través de estructuras formales la acción y el discurso.

Los disturbios de agosto son políticos porque la acción se despliega como en un *Agon* imprimiendo una ruptura subjetiva, una ruptura con las subjetividades y conciencias que una ciudad como Londres genera. Como salida de espacios oníricos se desprende del pasado y de cualquier constricción o corsé moral y de la corrección política. Carecer de agenda política no es necesariamente un síntoma apolítico. De nuevo Zizek nos indica que el hecho de que los alborotadores no tengan programa constituye en sí mismo un dato que exige interpretación y que nos dice mucho acerca de nuestra situación política-ideológica y del tipo de sociedad en que vivimos, “una sociedad que celebra la posibilidad de elección, pero cuya única alternativa posible al vigente consenso es un ciego *acting out*”. Ya no es posible oposición al sistema dentro de la legalidad, y ni siquiera puede articularse en forma de una alternativa realista ni como un proyecto utópico, sino que sólo puede tomar la forma de un arrebató (auto) destructivo. En ello coincide Alain Badiou para quien vivimos en un espacio social que se experimenta cada vez más como un “sin mundo”: en este espacio donde se encuentran personas privadas de su modo de localizar significados, la única forma que puede adoptar la protesta es la violencia.

Frente al determinismo al que es leal tanto la sociología periodística como la psicología columnista se debe construir una explicación necesariamente política, que insista en el carácter no determinista, sino en el de elección —que no mera reacción— de los repertorios de la acción social; entender la violencia política como una elección voluntaria de utilización de la fuerza física a la vez que un reconocimiento implícito de impotencia.

De entre el amplio repertorio de acción social se elige de

manera voluntaria la violencia política como método de auto-defensa, pero también como acción política directa entendiendo que el resto de medios de la política tradicional están agotados. Frente al principio de representatividad y delegación política, los jóvenes actúan sin mediaciones; frente a la lógica jurásica e inmóvil de los partidos políticos, eligen la violencia colectiva como forma de acción directa que jamás podrá ser recuperada. De ahí surge la necesidad de masificar la resistencia y crear nuevas formas de protesta que superen a sus métodos. Cabría preguntarse hasta qué punto esta rebeldía ha reaccionado con un salto adelante hacia el activismo, es decir, hacia el enfrentamiento inmediato con el sistema y su lógica del valor (de las mercancías, de las personas) sin preocuparse de las contradicciones que oscurecen e impiden la reformulación de la cuestión social. O dicho de otra forma, en qué medida encarna un espíritu de revuelta sin revolución. En efecto, hay una primacía de la acción práctica sobre la reflexión, un cierto nihilismo y fetichismo de la acción, y en ocasiones una mistificación de la violencia y la contraviolencia que lleva a confundir con frecuencia dominación con represión, así como a mostrar los límites de la auto-organización que nunca van más allá de la lógica de la acción puntual. Pero no por ello esta elección carece de un perfil político. Los rebeldes constituyen además una minoría, con su intervención tampoco pretenden dejar de serlo; aspiran a generar una contradicción que permita la superación de lo que les ha tocado vivir. Por eso la acción se torna en reto, en desafío: «Queremos demostrar a la policía de lo que somos capaces» explicaban a la BBC dos adolescentes encapuchados el 9 de agosto.

Algunos analistas bien intencionados de la izquierda argumentan que la acción directa violenta puede provocar un aumento de la represión generalizada a los movimientos sociales, cuando lo que realmente desata la represión es la agudización

del conflicto, resultado de la lucha organizada que cuestiona las bases de lo existente, es decir, que cuestiona la capacidad de los gobiernos y las clases dominantes de decidir cómo organizar la existencia. Cuestionar la violencia política subversiva por los efectos represivos que genera supone aceptar que la represión es una medida legítima del Estado y que se produce en contestación a determinadas acciones criminales. En realidad el incremento de la represión se aplica en los momentos de debilidad manifiesta en que el Estado se ve desbordado por la utilización de un determinado tipo de acción o acciones, y el techo de cristal del sistema económico y político es identificado e incluso superado.

Ocurre no obstante que el tema de la violencia como acción política sigue siendo una cuestión tabú para cualquier mente bienpensante en casi todo el espectro político. Frente a una violencia estructural y estructurante de lo real, legítimamente monopolizada y por ello invisibilizada de modo que tan sólo reaparece en momentos espectaculares asociada al aparato represor policial, militar y jurídico; la actuación política de las revueltas se nos hace ver como una violencia heterogénea, artesanal, dispersa, caótica, errática y premoderna, asociada a todas las formas concebibles y hasta inconcebibles de *alteridad*. De hecho, como indica Manuel Delgado (*El monopolio de la violencia*), esa última es la violencia por antonomasia, la que parece interesar de manera exclusiva a los sistemas mediáticos, ávidos por proveer al gran público de imágenes estremecedoras de las consecuencias de la desviación, la anormalidad y la locura, el gregarismo patológico de las bandas y la ingobernabilidad del gueto. Los violentos son siempre los otros, quizá porque uno de los rasgos que permiten identificar a los “otros” es la manera como éstos cuestionan el principio político irrenunciable del monopolio en la generación y distribución del dolor y la destrucción.

Y es que analizando a las bandas y la criminalidad, la mayo-

que se constata en el Reino Unido, en cuanto a su extensión y capacidad de daño, es la policía. En este sentido algunos datos pueden ser reveladores: desde 1998 han muerto 333 personas bajo custodia policial; de todas las investigaciones internas incoadas por las autoridades policiales, ni un sólo agente fue castigado pese a que en al menos trece casos se recomendó el procesamiento basándose en pruebas determinantes sobre su negligencia. Además, en una sentencia judicial de tres años atrás se reconocía que Scotland Yard sufría de “racismo institucional”—lo curioso es que nunca se le ha calificado de otro adjetivo obvio: de clasismo.

En efecto, la impasibilidad social ante estos hechos solo puede entenderse en el marco de una sociedad tan clasista como la británica. La superioridad interiorizada por las clases dirigentes británicas no es exhibicionista y declamatoria, como quizá la de las clases dirigentes francesas, sino innata y naturalizada; frente a la glotonería legal francesa, su necesidad de regular hasta el último detalle *le grandeur* de la nación y su apelación a las turbas como no integradas y por tanto incapaces de contribuir a ese proyecto nacional, el modelo clasista británico se caracteriza por la falta de fe en el poder de la ley para reformar la realidad a la vez que por el convencimiento de que son los usos y costumbres —la práctica social— quienes van a reproducir y legitimar el *statu quo*.

Capitalismo salvaje y ciudadanía

Y más allá de Reino Unido, como indica David Harvey,⁷ la cuestión central del problema es que vivimos en una sociedad en la que el capitalismo se ha vuelto desenfrenadamente salvaje: corrupción de los políticos, saqueo financiero del erario público; guerras regionales por la posesión de materias primas; ruleta ru-

⁷ *Inglaterra: el capitalismo salvaje asola las calles*, artículo publicado en Counter Pouch.

sa de las hipotecas *subprime* y los bonos basura en las más altas esferas del mundo empresarial y político... Una economía política de desposesión de las masas y de prácticas predatorias que llegan al robo a la luz del día, sobre todo de los pobres y los vulnerables, los menos refinados y los que no gozan de protección legal, se ha convertido en el orden del día. Un capitalismo que es cada vez menos capaz de distribuir la riqueza generada porque ya no le es preciso el bienestar de gran parte de la población para su reproducción. Un sistema económico que en su versión más financiarizada⁸ no puede subsistir ni tiene capacidad de reproducirse a sí mismo más que fagocitando las fuentes reales de la producción de riqueza y utilizando cada vez recursos del futuro. En suma, que la violencia forma parte natural del proceso de perpetuación del sistema capitalista, escribe Harvey, ya que “no sólo es permanente al ser ejecutada fuera de razón y justicia contra la población a través de la explotación e inseguridad laboral, la falta de vivienda o la privatización de los servicios sociales”.

En el caso de Reino Unido, quizá la sociedad más clasista de Europa y la que en gran medida inaugura en su plena madurez el sistema capitalista, la defensa de los usos y costumbres británicas como pegamento social es en realidad una apuesta por la superioridad cultural que en los disturbios de agosto cristalizó en los denominados *Vigilantes*; “Hacemos el trabajo que la policía no puede hacer”, decía un portavoz de estos grupos al diario *The Guardian*. El rotativo los presentaba como un ejemplo de ciudadanía, esto es de participación política voluntariamente sumisa y por ello sin forma cristalizada ni ideología identificable debido a su permanente adaptación a las variables directrices del poder gubernamental; se activa o desactiva según criterios

⁸ La de Reino Unido es la segunda economía más financiarizada de Europa tras Suiza, esto es, con mayor peso de las finanzas respecto a la economía real y sus consecuencias como la búsqueda de interés a corto plazo. Hace poco el primer puesto del dudoso *ranking* lo ocupaba Islandia, hasta la crisis de 2008.

heterónomos. En este caso, el efecto logrado incide en la generación de una inmensa ansiedad pública satisfecha en parte a través de la participación delatora de la ciudadanía “responsable” y a fomentar una demanda popular de más protección policial y jurídica. Al día siguiente de la publicación de la entrevista unos doscientos Vigilantes patrullaban las calles de Enfield, mientras que un grupo más reducido lo hacía en Hackney y también en Tottenham. En los tres barrios, al coro de *England, England, our pride*,⁹ se registraron cientos de agresiones a paquistaníes, asiáticos, negros y latinoamericanos. La prensa británica no publicó ninguno de estos acontecimientos, que fueron narrados por un corresponsal en Londres de la prensa neozelandesa. Aquellas agresiones coincidían además con el llamamiento de la organización ultraderechista *English Defence League* a la “defensa de nuestras ciudades”. Mientras tanto la prensa escrita del Reino Unido se afanaba en atribuir la muerte de tres miembros de la comunidad islámica a un conflicto interétnico que enfrentaría a afrocaribeños y asiáticos. Solo tras el enfrentamiento en Elthan el 11 de agosto entre Vigilantes y Policía Metropolitana algunos medios comenzaron a barajar la posibilidad de que en esas tres muertes tuvieran algo que ver los grupos ultraderechistas.

El 16 de agosto moría un joven en Cumbria, al noroeste de Inglaterra, uno más que añadir a la lista de fallecidos por la acción policial, horas después de que durante su detención la policía le aplicara tres descargas eléctricas con un *táser* no reglamentario. El silencio inundó la ciudad mientras el canibalismo urbano (el cuerpo social devorándose a sí mismo) tejía su tela de araña. Los jóvenes salvajes, a su vez, activaban el caos porque “simplemente, se imaginaban un nuevo par de zapatillas”.

Londres/Madrid, septiembre de 2011

⁹ *Inglaterra, Inglaterra, nuestro orgullo.*

Bárbaro, para los griegos, no significa sólo extranjero, sino también balbuceante, tal como se definía con desprecio a aquel que no hablaba correctamente la lengua de la polis. Lenguaje y territorio son dos realidades inseparables. La ley fija los límites que el orden de los Nombres hace respetar. Todo poder tiene sus bárbaros, todo discurso democrático tiene sus propios balbuceantes tartamudos. La sociedad de la mercancía, con la expulsión y el silencio, hace de su obstinada presencia una nada. Y sobre esa nada la revuelta ha fundado su causa.

– Ai ferri Corti (1998)

POR ONDE PASSA A POLÍTICA PARA JOVENS CONTESTADORES ESPAANHÓIS – PISTAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

*Janice Tirelli Ponte de Sousa**

Este artigo apresenta uma parte das reflexões¹ resultantes de minha investigação sobre a participação política dos jovens espanhóis, tendo como foco as formas de manifestações de caráter libertário. A sociologia da prática política desta juventude foi problematizada a partir do sentido independente de suas ações e movimentos, tomando como base

* Professora associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea do PPGSP da mesma universidade (www.nejuc.ufsc.br). E-mail: esquilo28@yahoo.com.br.

¹ *Pesquisa: Juventude e participação política na Espanha*. Estágio Pós-doutoral realizado em 2010 na Universidade Complutense de Madri. A investigação pretendeu aprofundar o significado contemporâneo da participação política juvenil através da experiência espanhola sobre o tema, focada na investigação bibliográfica, documental e observação em campo como auxiliares da compreensão dos vínculos, organicidades, temporalidades às ações coletivas contemporâneas, como estas significam as lutas sociais e quais os (novos) referentes históricos em que se apoiam. Neste período, participamos de atividades acadêmicas, manifestações políticas, seminários relacionados aos estudos temáticos, com visitas periódicas aos centros de estudos sobre o tema na capital.

a memória histórica sob a qual se processa a socialização das velhas e novas gerações. Consideramos a ambivalência do termo autonomia no quadro das lutas sociais na Espanha e nos voltamos para a origem das ideias e práticas das lutas autônomas para entender as relações intergeracionais, quer como recuperação de um passado ainda influente, quer como superação deste, para qualificar a projeção do ideário das novas gerações.

O pensamento e o agir político de jovens da esquerda libertária no território espanhol são parte de um movimento complexo com uma história incorporada que não pode ser enquadrado numa frase que o resume somente à crítica da “atualidade globalizada” em que uma parte da juventude de muitos países está fatalmente imersa. O que resulta dessa observação metodológica da realidade é a identificação do revigoramento, às vezes simplificado, às vezes elaborado, da crítica social e da capacidade transformadora do jovem, apontada no processo de produção da sua vida, como sujeito político independente em termos geracionais.

A referência às formas autônomas da tradição e organização da luta política aparece como dados tendenciais nas pesquisas e informes oficiais sobre participação política do jovem na Espanha e tem, geralmente, uma explicação classificatória e tratamento estatístico². Sofrem da falta de aprofundamento de seu sentido e influência, talvez pela relevância dada aos dados quantitativos como suporte de políticas sociais.

A busca do significado da política para o jovem espanhol parece partir da análise da participação em que a forma é parte essencial para que a causa motive o engajamento. Os binômios autonomia e horizontalidade, independência e a crítica ao poder estão presentes em diversos coletivos de jovens na Espanha, cujo aporte teórico, entre muitos, encontra no pensamento

² Extensos Informes do INJUVE – Instituto da Juventude, e principalmente, aqueles realizados nas primeiras décadas posteriores à sua criação na década de 1950/60.

autonomista um pressuposto de via alternativa de luta social e do próprio modo de vida. Podem ser considerados, numa identificação de um quadro empírico, as organizações de esquerda nacionalistas; as apertadistas declaradamente anticapitalistas; movimentos antimilitaristas, antifascistas e antirrepressão; *okupas* que moram coletivamente em diferentes cidades; coletivos autônomos de bairro; grupos de afinidade que formam coalizões entre si; libertários organizados em federações ou coletivos libertários; aqueles cuja inspiração reside no passado das práticas de autonomia obreira nos anos 1970.

Os espaços acadêmicos e de produção cultural têm capitalizado estas “demandas”, que não são registradas pelas estatísticas, nos limites da descrição empírica de quem são os jovens (em geral), onde estão (em geral), o que fazem (em geral). É analisado o segmento de forma homogênea, geralmente, por exigências de orientação das políticas públicas. Estes jovens aos quais nos referimos seriam como “os outros”, que fazem uma política que não se consagra como interlocutora, porque não tem sintonia com o saber institucional e porque não se reconhece a si própria como agente no contexto de um processo de interlocução. Sua lógica corre, intencionalmente, por outros caminhos. Organizativamente aproximam-se da tradição libertária e do ativismo independente atual, essencialmente caracterizado pela preservação da distinção interna, que é parte dos movimentos antissistêmicos contemporâneos, dos quais alguns incorporam a violência política como método e outros se colocam no lado extremo da sua negação radical.

Todavia, o que está pontuado nos números, como tendência de participação política dos jovens espanhóis, não encontra explicações senão no processo histórico fomentado na luta pela democracia na Espanha. As evidências empíricas deste agir político estão presentes na crítica desde o cotidiano que contém os valores/práticas significantes das mudanças das relações sociais, o futuro

como utopia e como parte de um presente, o que leva suas manifestações e intervenções a questionarem o centro provocador da crise econômica e política que tem ocorrido no território espanhol e em outros países da Europa. Esta tendência teve, certamente, influência na adesão de milhares de jovens ao M15³ que não ocorreu por um passe mágico da oportunidade. Ela demonstrou, todavia, que a consciência crítica dos jovens espanhóis, com uma parcela significativa da população, estava dando uma resposta à tecnocracia instalada na monarquia parlamentar que apostou nas medidas compensatórias do Estado de Bem-Estar, amenizador da situação de baixos salários, falta de acesso à moradia, aposentadorias com pensões muito baixas, imigrantes explorados sem emprego ou muito mal pagos, moradores das periferias dos grandes centros em situação deprimente de vida. Basta acompanhar os fatos pela imprensa, para se perceber um “salve-se quem puder”, tendo de um lado a maioria precarizada, e do outro um apoio à ordem institucional (dos partidos de direita, do PSOE e dos sindicatos). Os jovens estavam presentes no movimento da própria sociedade, aquela que está fora do poder. Ao assumirem a bandeira da *Democracia Ya!* não estavam na dimensão da política como cálculo, mas como condição da vida real que tem, como medida da ação, a condição dos precarizados, categoria a que pertencem.

Autonomia obreira e movimento autônomo

O termo autônomo vem do grego *autos* (si mesmo) e *nomoi* (lei): *autosnomos*, que se dá a si mesmo a lei, se governa a si mesmo. Ele designa para o indivíduo, um grupo ou um povo, a capacidade, a liberdade, de estabelecer suas próprias regras

³ 15 de Maio é a data que marca os protestos de rua que reuniram 25 mil pessoas na Puerta de Sol, em Madrid, e, em 60 cidades da Espanha, 130 mil pessoas para protestar contra o tratamento que estavam tendo na crise econômica instalada no país.

(AMORÓS, 2008). A palavra “autonomia”, hoje, para o autor, serve para definir realidades diferentes e responde a conceitos distintos. Conforme seu uso, pode estar na boca de um nacionalista radical, nas discussões universitárias, nas argumentações de um *okupa*. Além disso, acrescentaríamos que é possível identificar uma transmutação negativa do termo, no que diz respeito a sua aplicação no culto e agregação de valor ao individualismo entre os jovens contemporâneos. Enfim, está presente em vários espaços sociais e compõe os argumentos de cidadãos, autoridades, acadêmicos, organizações. Deriva de uma afirmação do indivíduo burguês, responsável e dotado de capacidades que são preservadas nas leis sociais.

Entretanto, a palavra autonomia também tem estado, para o mesmo autor, relacionada com a causa da emancipação do proletariado há tempos, tendo como requisito para sua realização a especificidade: a consciência de si mesma, o que como consequência afirma sua própria ideia “a lei do seu ser”, que saiba expressá-la nas palavras e na razão e que essas ideias levem a conclusões práticas. A autonomia obreira fica definitivamente expressa na fórmula da 1ª Internacional: a emancipação dos trabalhadores será obra dos trabalhadores (AMORÓS, 2008).

Os antecedentes do movimento autônomo se situam na década de 1960, nas primeiras lutas fabris que representam os momentos iniciais de uma resistência articulada contra a ditadura. Este germe espontaneísta, no fim daquela década, aparece na primeira comissão obreira, cujos membros eram vinculados ao Partido Comunista Espanhol⁴. Tal movimento obreiro, que tem

⁴ Após a Comuna de Paris (1789-1795), instaura-se a polêmica entre legalistas e clandestinos, coletivistas e comunistas sobre a questão da autonomia na organização de classe. A independência das federações, a auto-organização dos trabalhadores, a liberdade individual, a independência dos grupos, a independência das organizações federais locais e suas organizações secretas são convicções que conduzem ao surgimento do sindicalismo revolucionário, teoria que propugna a auto-organização

centralidade partidista, porém, não deve ser confundido com a ideia de Autonomia Obreira, que é a parte organizada na tradição europeia que vai de 1969 ao fim dos anos 1970, que nasce para defender o unitarismo, a independência dos partidos, e quer aplicar ao movimento obreiro o seu programa.

A mudança que vai se processando no movimento obreiro acirra um conflito interno quando as organizações de base mais combativas – primeiro dentro, depois fora – passam a exigir táticas mais congruentes, autonomia e democracia direta dos trabalhadores e contraposição à organização vanguardista da direção de classe.

Nos anos 1970 já há vários movimentos espontâneos dos trabalhadores em defesa da democracia direta, internamente, tendo a assembleia como elemento de representação básico. Esta última era o lugar principal: ali se debatiam e decidiam as ações; para desenvolver um trabalho continuado, os trabalhadores elegiam suas Comissões e formavam Comitês ou Conselhos de fábrica, mantendo a assembleia como o órgão máximo de decisão. Muitos dos seus protagonistas vêm da sua primeira experiência organizativa adquirida no chão de fábrica, suas primeiras lutas,

[...] muchos son *euskaltmenzales* (del movimiento pro-euskara), y realmente eso es una constante entre los

dos trabalhadores através dos sindicatos livres da tutela ideológica e política, aspirando serem órgãos insurrecionais e de emancipação social. Neste elemento germinal, portanto, é que a autonomia para os trabalhadores adquire um caráter inequívoco, num período histórico concreto na Península Ibérica, para a busca da sua independência frente a representações exteriores, fora da burocracia vertical do Estado, dos partidos de oposição ou dos sindicatos clandestinos que consideravam “estreitos e sem saída” para a classe. Tratava-se mais da sua substituição em defesa dos trabalhadores agindo de forma conjunta pelos seus interesses e tomada de suas próprias decisões, definições de estratégia de luta. Assiste-se a um período de fortalecimento do movimento obreiro moderno nessa concepção dos fundamentos da política do trabalho contra o capital, pós guerra civil, nos anos 1960, e sob o esgotamento das representações centralizadas da CNT e UGT formam-se (em Madrid, Vizcaya, Astúrias, Barcelona, etc.) as Comissões Obreiras que nascem das pequenas assembleias que elegem diretamente representantes. (AMORÓS, 2008).

autónomos. Otros, por su parte, empiezan en ETA o en movimientos cercanos. Unos pocos provienen del anarquismo clasico (Editorial Klinamen, 2008, p. 412).

Alguns temas fazem parte do ideário dos ativistas autônomos e devem ser assinalados para a compreensão do seu resgate ideológico e político nas décadas que se seguem: admitia-se a violência, para responder tanto à polícia como às provocações, assim como era permitido realizar a sabotagem específica de fábrica; na cidade e nas ruas também estavam presentes, através das Associações de Vizinhos/Comitês de Bairros⁵. No âmbito concreto destas lutas os temas passavam pela questão urbanística, por ações pró-anistia ou contra a repressão, a revolução social, a independência, as manifestações antinucleares⁶, a festa, toda a liberdade possível, a liberdade individual, a felicidade, o feminismo, o militarismo, a anistia e a crítica ao sistema carcerário, o antiautoritarismo, o posicionamento contra o Estado, contra a Igreja, contra o exército, antileninista e todos os seus desdobramentos como os que ocorreram nos regimes socialistas do Leste que consideravam somente como burocracias opressoras e que não serviam como modelos. Eram contra vanguardas

⁵ “Ya en 1967 en Rekaldeberri comienzan a funcionar las Asociaciones de Vecinos en el área del Gran Bilbao. Luego se extienden a toda Euska Herria: en 1969 Donostia y Renteria, en 1970 Iruñea y en 1974 Gasteiz. Junto a ellas, ya imagen de estructuras que se iban generando en las fábricas, existían los Comités de Barrio, propiciados por los militantes más politizados. Estos comités son muy activos en Nanfarroa y Gipuzkoa primordialmente hasta el año 1975. Más tarde, con la legalidad democrática, se integraron en las AVV”. (Editorial Klinamen, 2008, p. 414).

⁶ “El tema no solo era parar Lemóniz: antes bien, se hicieran profundas reflexiones sobre el consumo y la forma de vida, para condenar la lógica del productivos y para imaginar y praticar modos alternativos. Mucha gente movilizó alrededor de fiestas, reuniones, acciones y manifestaciones: el 14 de julio de 1977, 200.000 personas se reunieran en Bilbao. La lucha armada de ETA tuvo gran importancia para parar Lemóniz; cierto es que muchos vieron mal ese protagonismo armado, pues resultó dañino para una forma de entender las cosas que iba mas allá de las nucleares. Pero lo que aquí se quiere resaltar es la presencia del movimiento y su aceptación social [...] (Editorial Klinamen, 2008, p. 415-16).

dirigistas e, especialmente, contra os partidos e sindicatos que se sobrepunham à classe trabalhadora. O anticapitalismo foi outro componente ideológico forte, entendido como modo geral de governar e oprimir toda a sociedade, pela sua exploração do trabalho, pela participação via democracia representativa, pelas eleições, pela educação, impondo uma moral dominante. Propugnavam pela auto-organização fixada sobre a liberdade individual e deste modo pensavam que podiam estender os sentimentos positivos da vida pessoal, como o amor, a amizade ou a solidariedade, mantendo, assim, um ponto de vista otimista e claro sobre o cotidiano:

los protagonistas participaban de un ambiente muy vivo y en forma muy natural a la hora de unir prácticas militantes y cuestiones más populares [...]. La militancia no era algo pasado de modo, hecho en la oscura clandestinidad, aparte del pueblo y las personas [...] (op. cit. p. 417).

As raízes dessa ideologia estão no anarquismo ou no marxismo conselhistas, basicamente, o que para Adán (2008) não é muito, pois os grupos lá encontraram raízes tomando tudo à conveniência de um ponto de vista da esquerda radical; outros trouxeram a larga tradição do anarquismo, da “apologia” dos Conselhos Obreiros. Para este autor, é difícil encontrar um rastro para etiquetar a origem ideológica do pensamento autônomo, uma vez que o ambiente concreto da luta gera as bases, e os moldes ideológicos vêm como elemento explicativo, complementar ou enriquecedor do que se está fazendo, mas nunca como guia (ADÁN, 2008, p. 420).

No debate sobre os movimentos e lutas autônomos, os documentos consultados se referem a um auge da autonomia entre 1975 e 1977 e sua presença até o fim dos anos 1970, como uma tendência, não como movimento, porque não articula uma coordenação entre processos assembleários mais além dos momentos

conflitivos conjunturais (com diferenças no País Basco). Embora não fosse sindicalista, a luta foi eminentemente de reivindicação salarial. Na metade desta mesma década, tem-se um clima de ingovernabilidade e de radicalização das lutas (EKINTZA ZUZEN, 2004): “*Es decir la represión hace que las luchas se continúen más allá de las previsiones de los gestores políticos de la oposición*” e que teve, inclusive, seus limites, como relata Amorós:

La estructura informal de las Comisiones Obreras, su autolimitación reivindicativa y su cobertura católico-vertical, en una época intensamente represiva, fueron eficaces en los primeros momentos; a la sombra de la ley de convenios, las Comisiones llevaron a cabo importantes huelgas, creadoras de una nueva conciencia de clase. Pero en la medida en que dicha conciencia ganaba en solidez, se contemplaba la lucha obrera no simplemente contra el patrón, sino contra el capital y el Estado encarnado en la dictadura de Franco. El objetivo final de la lucha no era más que el “socialismo”, o sea, la apropiación de los medios de producción por parte de los mismos trabajadores. Después de Mayo de 68 ya se habló de “autogestión”. Las Comisiones Obreras habían de asumir ese objetivo y radicalizar sus métodos abriéndose a todos los trabajadores. Pronto se dio cuenta el régimen franquista del peligro y las reprimió, pronto se dieron cuenta los partidos con militantes obreros – el PCE y el FLP – de su utilidad como instrumento político y la recuperación [...] (2008, p. 245).

Se for certo considerar que o movimento autonomista teve visibilidade histórica e corroborou com a organização de classe obreira, também o será considerar que, após suas experiências históricas⁷, o êxito maior foi o das forças econômicas e políticas

⁷ Que chegaram à prática da luta armada com a organização MIL (Movimento Ibérico de Libertação) em 1972. Este, segundo Amorós (2008), foi um grupo que

conservadoras que investiram fortemente contra esta insurgência que se distinguia das demais forças de esquerda.

Apesar de sua existência pouco duradoura, é possível indicar esta memória dos movimentos autônomos na Espanha com um passado influente na juventude contestadora, a partir dos anos 1990.

Originado no movimento operário espanhol desde a luta contra a ditadura franquista, a visão autônoma que aparece em vários coletivos, coalizões, organizações juvenis, tem uma trajetória densa de contestação, insurreições e experiências de classe quando toma para si o papel revolucionário, no quadro de lutas históricas. Funda-se na crítica ao cotidiano, num debate aberto a respeito da sua organização, e aqueles que convergem para a visão anarquista têm uma consciência histórica no passado do movimento autonomista e de inspiração nas lutas autônomicas da classe obreira.

As questões colocadas no interior desses coletivos independentes se distinguem como proposta e o projeto, quando pensadas e assumidas no seu caráter geracional. O projeto tem elementos característicos de uma experiência nova, ainda que sob os princípios do movimento autonomista, que não formou uma tradição vinculada a princípios rígidos, o que permite ações voluntaristas, espontâneas, engajamento “individualizado”. Os seus fundamentos correspondem às expectativas da autonomia para os mais jovens, o que não pode ser confundido com um movimento por identidade, mas um movimento que permite que se desenvolva o processo identitário em curso das novas gerações, conjugado com as questões objetivas da vida social.

levou às últimas consequências a prática da autonomia, teve seus limites pela forma, como poder separado da classe trabalhadora; sua “identificação” entre luta armada e radicalização era abusiva, uma vez que era voluntarista e se afastava de uma ajuda ao proletariado para passar à ofensiva de classe, à insubordinação contra a hierarquia, à sabotagem na produção e ao consumo, à autodefesa, no exercício da crítica ao nacionalismo e ao sindicalismo, e tomando decisões táticas e estratégicas.

Autonomia e neoliberalismo – os anos 1990⁸

O conceito teórico de autonomia, ainda que não seja considerado rigorosamente como o foi na sua origem, traduziu-se, a partir dos anos 1990, na prática política de jovens significando experiências concretas em circunstâncias históricas vividas por uma geração que tem outros motivos para subversão e contestação da ordem social. Associado, desde os anos 1990, à estética, à música e à idade, se disseminou entre os jovens em práticas sociais, políticas e culturais pontuais que hoje podem servir para a reflexão sobre a criação de novos espaços de militância e ativismo.

Trata-se, porém, neste artigo, de indicar apenas alguns aspectos do movimento autônomo para identificar nos seus processos e ideários práticas que inspiram politicamente as gerações posteriores. Estas, a seu modo e em condições e limites históricos diferentes, redefiniram sua presença no espaço público nos marcos de um quadro político das lutas antissistêmicas, quando a autonomia foi um denominador do movimento para assinalar uma aposta política, numa concepção revolucionária fundada na ação direta da classe obreira. Por outro lado, na matriz de pensamento traduziam, nos significados de independência, crítica às formas políticas esquerdistas ineficazes.

Na década de 1990, as consequências do processo de reestruturação econômica iniciado na Espanha em 1982 se manifestam em toda a sua crueza com o governo do Partido Socialista Operário Espanhol – PSOE. Concentração da riqueza, retraimento do Estado de Bem-Estar Social, maior peso fiscal sobre os setores de renda baixa e média (impostos indiretos, consumo e serviços,

⁸ Reflexão construída a partir de revisão bibliográfica sobre estudos de juventude, conversas com ativistas, leitura de *fanzines* de grupos autônomos disponíveis, apostilado do *Seminário Antagonismo Social e lutas autônomas*, realizado entre os meses de março a maio de 2010, promovido pelo Departamento de Teoria Sociológica da UCM, sob a coordenação do Prof. Dr. Mario Dominguez.

tarifas), enfim, erosão do poder aquisitivo da população em geral. Como em outras partes do mundo ocidental, tem-se um quadro de aumento das desigualdades, a diminuição da resistência social e, paradoxalmente, certo crescimento do movimento autônomo madrilenho. Aos coletivos que trabalham em um tema específico (antimilitarismo, antifascismo, etc.) se unem coletivos jovens de bairros, de distintas procedências ideológicas.

O movimento autônomo, apesar de não contar com uma estratégia a médio e longo prazo, baseou suas atividades nos problemas imediatos dos jovens: diante da impossibilidade de acesso à moradia – ocupação dos prédios ociosos; diante da surra dos *nazis* – autodefesa. Tudo muito simples e sem grandes elaborações teóricas, mas muito palpável, com lutas que dão um resultado imediato, que são soluções imediatas aos problemas. Este movimento ainda conta com uma iniciativa cultural importante: grupos, locais de ensaio, concertos, teatro, atividades culturais através dos Centros Sociais que agregam milhares de pessoas, neste período (*Traficantes de sonhos, Dossiê II, Armar-se sob las ruínas, 2010*).

Sua organização pode ser entendida como alternativa ao pouco atrativo que as estruturas verticais e hierarquizadas dos partidos políticos parecem aos jovens, o que as próprias pesquisas sobre a participação juvenil em outras partes do mundo, como no Brasil, já apontaram (SOUSA, 1999). O movimento dessa juventude, na linha do pensamento libertário, opta por um funcionamento assembleário e horizontal, na perspectiva, segundo seus protagonistas, de formar uma militância mais participativa, que rechaça a separação entre tempo dedicado ao ativismo e o resto do tempo de vida, entre “assuntos políticos” e “assuntos pessoais”. Apos-tam numa militância que não supõe somente um sacrifício para o futuro, mas transformações “aqui e agora”, na vida cotidiana: desfrutar de uma moradia, acabar com o constrangimento dos grupos *nazis*, expressar-se através da música, do teatro, da comédia.

A convergência de pessoas de diferentes tradições e lutas políticas (a diferença é um princípio), que compreendem diversamente as atividades, faz com que o movimento contenha tensões e contradições (Luchas Autónomas, 1985-1999)⁹.

Os debates e a autorreflexão fizeram parte da prática das lutas autônomas, que no início da década de 1990 estavam reunidas numa confluência de coletivos denominada Lutas Autônomas, as quais, apesar de sua curta existência, organizavam atividades de análise sobre sua visão e atuação política.¹⁰ Tiveram, como pontos de convergência, a auto-organização e a assembleia como o órgão decisório; o antiautoritarismo; o rechaço de toda hierarquia ou vanguarda; a criação de alternativas de organização dentro de uma visão anticapitalista e antipatriarcal. Para

⁹ Nessas circunstâncias há setores que elevam a satisfação do desejo individual acima de todo o compromisso social, o que conduz a uma militância subjetivista, orientada pela política dos desejos. Esta concepção é tensionada constantemente pelo setor que tenta combinar a maior efetividade da atividade contínua à do sacrifício com o desfrute de melhores condições de vida. (In:Lucha Autônoma_ La pluralidad dela autonomia, Cap. 2 e 3 do livro: Armar-se sobre La ruína. Historia del movimiento autónomo em Madrid (1985-1999).

¹⁰ Num dos documentos de orientação desses encontros parte-se da “morte do vanguardismo” e da crítica às grandes organizações em função dos seus pressupostos e compromissos com a institucionalidade estabelecida, que tem levado ao declínio da militância tradicional. Valoriza os pequenos grupos e coletivos, embora admitindo neles o triunfo ideológico do individualismo capitalista; ao mesmo tempo, vê neles uma tendência organizativa que responde à composição dos novos tempos, que exigem novos valores e novas respostas sociais. Nesse sentido, os bairros são o *locus* para o novo ativismo, lugar onde convivem diferentes setores sociais, incluindo os grupos de jovens que compõem a maioria daqueles que vivem seu tempo livre no bairro, com poucos recursos e diretamente afetados pelo sistema, como as mulheres, os desempregados, trabalhadores precários, etc. (*Jornadas Estaduais sobre Autonomia, Coordenadoria das Lutas Autônomas, verão de 1994*). Noutro documento reforçam a estruturação democrática do grupo autônomo, da delegação de autoridade para as tarefas; do poder do indivíduo e ao mesmo tempo da prevalência do grupo sobre este; da rotatividade dos postos entre os membros do grupo; da difusão da informação a todos como meio de disseminação de um poder que advém do conhecimento das coisas, etc.

os ativistas, a luta política não deveria ser somente um modo para conseguir melhorar o futuro, mas contemplar as necessidades imediatas dos indivíduos e ser um meio de transformação interna dos mesmos e de suas relações. Rompem com a tradição da esquerda na plena tensão da posse de alguma verdade, porque querem fomentar a discrepância.

Em poucos anos, um pequeno grupo de *okupas* criou um reduzido movimento autônomo composto por coletivos que trabalhavam temas específicos, coletivos de bairro, distribuidoras de material alternativo (música anticomercial, *fanzines*, revistas, livros, camisetas, etc), Centros Sociais *Okupados*, moradias *okupadas*. Ainda hoje, estes grupos existem e funcionam de maneira independente, coincidindo em princípios (como já assinalado). A dissolução da Assembleia dos Okupas de Madrid – AOM supõe o fim do espaço onde eram coordenadas as atividades e a confluência dos diversos grupos do movimento. Mas seguem, ainda hoje: eles se perfilam em duas formas de organização distintas e que servem, também, para caracterizar o movimento autônomo madrileno no fim dos anos 1990: a primeira é a militância com muita formação e experiência, que se junta em momentos concretos trabalhando em estruturas informais ou difusas. Quando surge uma mobilização ou uma campanha, as pessoas interessadas formam uma assembleia e discutem o tema. Uma vez acabada a campanha, interrompe-se a militância até a próxima ocasião. A outra forma de organização é a dos coletivos autônomos, coordenados ou não pelas Lutas Autônomas, em estruturas estáveis, formais, com assembleias regulares. Em vez de fazer um trabalho apenas no ritmo do que vai aparecendo, os coletivos autônomos realizam um trabalho contínuo em seus bairros e frentes de luta.

Entre estes dois modelos de organização e entendimento de militância que teve uma atuação datada, pode-se dizer que exis-

te uma série de coletivos que se aproximam, diferenciadamente, dessa compreensão de ativismo e que se reúnem de vez em quando, apresentando características de ambos.

Considerações finais: As práticas autônomas ontem e hoje

Seguem, à guisa de conclusão, algumas considerações sobre as práticas autônomas e a sua relação com os jovens que desempenham um papel político emancipatório pelo seu modo e forma próprios de ser e agir na sociedade sob o domínio da competição.

O conceito de autonomia adquire novo sentido quando debatido na relação de instrumentalidade da vida social hoje. Passa, portanto, pela reflexão crítica sobre o caráter de uma vida autônoma que seja a negação efetiva, a partir do cotidiano, das relações capitalistas. Ou seja: realiza-se o sentido etimológico da palavra.

A tradição das lutas sociais construídas sob os princípios da autonomia hoje se processa como lembrança entre os jovens espanhóis contestadores do presente, prevalecendo uma ideia generalizada entre eles de que o mundo está pronto e sua transformação é vista com ceticismo. Com um pensamento distópico, vivem numa época que pouco tem a ver com aquela dos anos 1970, quando a emancipação humana se tornava visível no projeto socialista da transformação social, do qual resta uma verdadeira liquidação da consciência de classe. É uma geração de espanhóis que sabem dos limites e das possibilidades revolucionárias de um sistema comprometido com necessidades falsas sob o domínio da lógica industrial instrumental, com sua competência cirúrgica de submeter e objetificar a natureza e seus recursos, interferindo sobremaneira na definição da cultura.

Esta mesma “sabedoria” é responsável por sintomas de depressão social que têm afetado, especialmente, a juventude

que se vê vulnerabilizada pelo incentivo da autonomia como forma de liberdade através do consumo, de bens e de valores. Seu slogan aposta nas faculdades individuais, como último bastião de liberdade para prolongar a fantasia intrínseca da mercadoria, materialidade sustentada pelo domínio de uma visão econômica que naturaliza a utilização das benesses do Estado, para regular o mercado.

No entanto, numa observação mais apurada, os exemplos de resistência política estão evidenciados nas práticas juvenis. São exemplos culturais e políticos. E nos indicam que, diante dos planos distintos da autonomia como forma de conduta individual e como forma de intervenção coletiva, é mais realista falar-se, conforme a análise de alguns grupos de ativistas, em “processos de autonomização”. Principalmente se vincularmos a expressão aos conflitos históricos que foram enfrentados nos movimentos autônomos da classe obreira espanhola, tanto nos anos 70 e 80 como pelas novas gerações dos anos 90.

Uma vida autônoma sob o capitalismo pressupõe uma realização no plano do indivíduo e não no plano coletivo. Nesta direção, processou-se uma mudança relevante em relação aos anos anteriores, principalmente na década de 1970, a qual diz respeito ao consumo que se ampliou em todos os âmbitos e transformou os desejos na posse de coisas. Antes, era possível viver com mais austeridade, hoje não se escapa de ser usuário do capital. Isto não pode ser esquecido.

O representante do grupo espanhol *Traficantes de Suenos*, em um seminário de extensão acadêmica (2010), faz as perguntas no lugar certo: o que é “ser autônomo” hoje? Que autonomia? Que prática autônoma é possível? E acrescentaríamos: estaria o passado das lutas autônomas presente como simulacro através dos jovens de hoje?

As respostas sintéticas que estão indicadas na sociabilida-

de juvenil seriam: é ser outra coisa dentro da velha ideia de se construir relações de lutas coletivas que se antagonizam a todas as formas de manipulação; é ter como proposta outra forma de organização de sociedade; é pretender com os mesmos limites participar, ou fazer parte de um processo de emancipação e de busca transformadora da sociedade. Sem um sujeito político centrado, como no passado.

Um movimento autônomo, mais ou menos presente em alguns países (assim como na Espanha), não foi uma organização de contorno bem definido. Tratou-se mais de uma corrente de ideias que de uma linha política ou ideológica. Compunha-se de indivíduos libertários, anarquistas, comunistas, comunistas libertários, ainda que alguns rejeitem qualquer etiqueta. Seus protagonistas se criaram no viveiro das lutas anticapitalistas, rechaçando o Estado e o poder imposto, com a ideia de uma sociedade gerada e conduzida por assembleias de base (CRAS DE TOULOUSE, 2009, p. 443).

As experiências autônomas hoje, como processos, se referem mais à busca da vida individual dentro de princípios emancipatórios, e não têm efeito desestruturador que assuma uma força política significativa. As experiências de autonomia estão plantadas como experiências de sabotagens, fuga da repressão policial, criação de estratégias para burlar a ordem vigente, etc. Se antes as formas foram criadas conforme a situação enfrentada pelos sujeitos políticos, o mesmo ocorre hoje, quando as formas estão sendo reinventadas, inclusive com novos sujeitos nesse processo – e, de forma visível, os jovens.

Nos materiais em que pesquisei, esta conduta juvenil geralmente é justificada como vivência de um momento em que as formas tradicionais de resistência estão em declínio, como os sindicatos, partidos etc., ainda que se mantenha um paralelismo entre os espaços institucionais e não institucionais de participação.

O fato é que a experiência do passado, para a nova geração de jovens, serve de referência, ainda que derrotada, permitindo entender o presente, no sentido de uma repolitização, numa perspectiva de busca radical em relação às estruturas sociais. Mas ainda carece de maior consistência no campo do conflito social, um maior fortalecimento como luta anticapitalista, tendo em vista que são outras as condições e os sujeitos históricos que nelas estão envolvidos. Assim, o caminho da pesquisa sobre o caráter da ação política do novos grupos e movimentos parece consistir no reconhecimento da precariedade das respostas para a solução das questões sociais considerando a democracia política e a emancipação do individual para pensar-se as novas relações que estão sob a afirmação da comunidade. Aqui não se descarta a recomendação metodológica de Negt & Kluge (1999) quando falam da importância da observação dos sujeitos da ação e a durabilidade das suas experiências no tempo, o que depende do grau de intensidade de politização de cada grupo – a identificação das ações coletivas que tomam como base o bem-estar da comunidade e, ainda, a observação do elemento político contido nas linguagens presentes, nem sempre nítidas –, por não estarem articulados normativamente na ordem institucional. No caso da observação das experiências coletivas juvenis, significa a busca da transferência da política para outros espaços – outras linguagens de expressão (SOUSA, 2008, p. 126).

Os jovens ativistas do fim dos anos 1980 para os 1990, sujeitos que influenciaram e também fazem parte da geração sobre a qual estamos refletindo, viveram um momento da história que, segundo Wallerstein et al. (1999), pode ser interpretado como o reverso de 1968, no que se refere às representações ideológicas opostas: a anticapitalista em 68 e a pró-capitalista em 89 – uma oposição real, mas objetivamente 68 foi o precursor de 89 e este foi a continuação de 68 em aspectos essenciais.

Nos anos 1990, o problema chave para os supostos movimentos antissistêmicos foi a busca de uma nova ideologia, de uma ideologia renovada; isto é, um conjunto de estratégias que oferecem alguma perspectiva razoável de transformação social fundamental. Em 1989, não somente o leninismo, mas também os movimentos de liberação nacional, a socialdemocracia e todos os herdeiros do 'liberalismo' revolucionário pós-1789 colapsaram ideologicamente, quer dizer, como estratégias para uma ação eficaz na transformação do mundo (WALLERNSTEIN et al., 1999, p. 117).

Assim é que, hoje, os estados nacionais são cada vez mais incapazes de moderar, separada e individualmente, o funcionamento da economia-mundo capitalista dentro de sua própria jurisdição política. Perderam a capacidade de assegurar a promessa de maior prosperidade e de limitar os estragos da economia-mundo capitalista (como a corrosão da autoridade do Estado). Muito embora os movimentos antissistêmicos mostrem êxito em séculos de luta, ao tentar incrementar de modo considerável o nível das demandas populares impostas aos estados e a todas as instituições sociais, eles têm gerado expectativas altas em termos de democracia, direitos humanos, igualdade e qualidade de vida, o que se torna cada vez mais difícil para o Estado satisfazer. Ponto decisivo enfrentado pelo sistema mundial no século (op. cit., p. 110).

Os mesmos autores citados consideram que a história, do ponto de vista dos movimentos antissistêmicos, ensina que os movimentos da velha esquerda pensavam o Estado como substituto, de modo fundamental, do modelo sistêmico mundial de desenvolvimento capitalista, ou seja, sua integração por meio da divisão social do trabalho é determinante entre centro e periferia, e que este seria substituído por um desenvolvimento nacional autônomo regulado pelo Estado. Utilizando o poder estatal, consideravam que poderiam polarizar. Hoje, porém, o cenário

de ação que se está conformando pelos novos movimentos antissistêmicos é mais polifórmico, mais amplo, mais desafiante de conceber teoricamente e de transformar praticamente que o cenário no qual apareceram os velhos movimentos, por se tratar de um desordenado terreno-em-formação (para os participantes e os observadores) e, em grande medida, em curso.

Ingenuidade ou não, muitos coletivos juvenis hoje estão apostando na ideia da valorização do *processo* de suas experiências, o que pode refletir numa conduta que se transfere para o agir político. É preciso considerar, na análise do comportamento político juvenil contemporâneo, que as situações “residuais” estão para eles contextualizadas como parte importante de praticar mudanças desde o presente. Isto não ocorre somente entre os espanhóis, mas também entre os latino-americanos. Em outras palavras, para muitos jovens, produzir mudanças começa por fazer uma horta comunitária para se alimentar e boicotar o produto industrializado, montar a própria bicicleta e estimular a mobilidade urbana através da luta coletiva contra a cultura do automóvel. Estas são algumas das práticas que demonstram sua sensibilidade para lidar com situações que afetam a vida coletiva e estão ao seu alcance. Para eles, são também revolucionárias, porque resistem na contramão de um contexto que lhes pede o contrário.

Porém, para entender a sociabilidade política dos jovens e seu papel nos movimentos contestatórios de hoje, um dado macroestrutural dos processos essenciais do capitalismo é importante considerar: a centralização de capital e a polarização econômica, que continuam funcionando muito bem; a escala mundial tem alcançado coisas novas e não existe razão alguma para crer que a próxima expansão da economia no mundo não exacerbará todavia mais estas tendências (WALLERNSTEIN et al., 1999). Estes são elementos que a pesquisa social deve levar em conta, para entender o significado e o sentido da política para

a juventude ativista (e não somente a espanhola), na sua relação com um movimento social de carácter civilizatório. Uma política do ativismo referida numa concepção ampla, numa estratégia de não subordinação às instituições sociais estabelecidas e que, mesmo relacionando-se necessariamente com seu contexto, resiste à reprodução de seus valores e objetivos.

Neste cenário, em minha avaliação, aparecem, necessariamente, os jovens como sujeitos potenciais de uma sociabilidade política que está se definindo como consequência dos próprios dilemas da história presente, quando a autonomia aparece novamente em cena, e nas suas organizações está colocada a dúvida de como enfrentar toda a ambiguidade sobre questões políticas reais, que exigem uma nova estratégia de transformação até um mundo democrático.

Vale lembrar, ainda, que “em qualquer caso, sem estratégia não há razão alguma para crer que haverá uma mão invisível que garantirá que a transformação tenha lugar na direção desejada [...]” (WALLERNSTEIN et al. 1999, p.113).

Poderíamos arriscar que os múltiplos movimentos de contestação entre os jovens, quer no campo intelectual, quer no campo cultural ou dos costumes como novos modos de vida que contestam o modo da tradição (propriedade privada), não têm suporte para protagonizar mudanças sistêmicas, mas se classificam como parte de um conjunto de ações e resistências políticas que apresenta como horizonte uma mudança civilizatória.

Referências

AMORÓS, Miguel. De la materia de la crisis sociales. In: **Por la memoria anticapitalista**. Prologo de la segunda edición. Ed. Klinamen, junio de 2009, p. 13-23.

_____. **Génesis y auge de la autonomía obrera en España**

(1970-1976). 2. ed. Ed. Klinamen, junio de 2009, p. 23-55.

_____. **¿Qué fue la Autonomía obrera?** 2. ed. Ed. Klinamen, junio de 2009, p. 241-259.

BERGANTIÑOS, Noemí y GUELL, Pedro Ibarra. Eco-Pacifismo y Antimilitarismo. Nuevos Movimientos Sociales y Jóvenes en el Movimiento Alterglobalizador. In: LACACI, Rafael. Jóvenes, globalización y movimientos altermundialistas. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, marzo de 2007, p. 113-128.

CALVO, Enrique Gil. La deslocalización de la protesta juvenil. In: LACACI, Rafael. Jóvenes, globalización y movimientos altermundialistas. In: **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, marzo de 2007, p. 147-162.

CENTRO DE ESTUDIOS SOBRE LA IDENTIDAD. 1. ed. Servicio Central de Publicaciones del gobierno Vasco (Vitoria-Gastiz): Eusko Nagusia. Hacia una nueva cultura de la identidad y la política – tendencias en la juventud vasca. s/d.

COLETIVO Etcétera. Transición a la modernidad y transición democrática (la dictadura franquista a la democracia). Copyleft, 1995, reimpresso em 2006.

CRAS DE TOULOUSE. Reflexiones sobre los años calientes. Los grupos autónomos y La organización Action Directe. In: **Por la memoria anticapitalista, reflexiones sobre autonomía**. Madrid: Klinamen, 2009.

CONSEJO DE JUVENTUD DE ESPAÑA. Bases para una política de juventud. 2005.

CRIADO, Enrique Marti. **Producir la Juventud** – crítica de la Sociología de la Juventud Madrid: Istmo, 1998.

ESPAI EN BLANC (org.). **Luchas autónomas en los años**

setenta. Del antagonismo obrero a mal estar social. Madrid: Traficantes de sueños, Colección Historia 8, 2008.

FEIXA, Carlos; REGUILLO, Rossana; VALDEZ, Monica; ISLAS, J. Antonio; GRANELL, Carmen. **Tiempo de Híbridos.** México/Cataluña. Instituto Mexicano de la Juventud, Colección Jóvenes, n. 14, 2004.

FERNÁNDEZ, Paloma Aguillar. **Políticas de La Memória y Memoria de La Política. El caso español en perspectiva comparada.** Madrid: Alianza Editorias, 2008.

GARRIDO, Luis y REQUENA, Miguel. **La emancipación de los jóvenes en España.** INJUVE/Ministerio del Trabajo y Assuntos Sociales, 1996.

INFORME VI sobre exclusión y desarrollo social en España, 2008. Conclusiones. Fundación Foessa, Fomento de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada, Madrid, 2008.

LÓPEZ, Miguel Martínez. **Para entender el poder transversal del movimiento okupa:** autogestión, contracultura y coletivización urbana. VII CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA. Grupo de Trabajo: 27. Movimientos Sociales y Acción Colectiva, Salamanca, 2001.

_____. El Movimiento de Okupaciones: Contracultura Urbana y Dinámicas Alter-Globalización. In: LACACI, Rafael. Jóvenes, globalización y movimientos altermundialistas. In: **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, mar. 2007, p. 225-244.

MONTESINOS, David R. **La Juventud domesticada** – como la cultura juvenil se convirtió en simulacro. Ed. Popular: Madrid, s/año.

NAVARRETE, Lorenzo. **Jóvenes, derechos y ciudadanía.**

Fundamentación teórica y análisis cualitativo de una nueva frontera de derechos para los jóvenes. *Estudios Injuve*. 2008.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. *O que há de político na política*. São Paulo: Unesp, 1999.

REVISTA EKINTZA ZUZEN, 2004, s/n., mimeo.

SEMINARIO AUTONOMIA OBRERA Y ANTAGONISMO SOCIAL. Dossiês I e II. Departamento de Teoria Sociológica. Universidade Complutense de Madrid, março a abril de 2010.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. A política contra o instituído dos jovens contemporâneos. In: GROPPPO, L. A. et alii.

Movimentos Juvenis na Contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2008.

_____. **Reinvenções da utopia**. A militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

_____. Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas. **Revista de Estudos sobre Juventud**. Mexico: Instituto Mexicano de la Juventud, ano 9, n. 22, jan-jun 2005.

VALENZUELA, Eusébio Megias (coord.). **Jóvenes y Política** – el compromiso con lo colectivo. INJUVE/Fundación de ayuda contra la drogadicción, 2005.

VERDÚ, Jaime Pastor. El Movimiento “Antiglobalización” y sus particularidades en el caso español. In: LACACI, Rafael. Jóvenes, globalización y movimientos altermundialistas. In: **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, mar. 2007, p. 29-54.

WALLERSTEIN, I. et alii. **Movimientos antisistemicos**. Madrid: Akal Ediciones S.A., 1999.

Consultas nas web

Publicações internas do Coletivo Etcetera

nodo50.org/cartelera_libertaria

www.editorial@traficantes.net

www.punksunidos.com.br

juventudrebeld.org

www.sindominio/ahtez

www.luchasautonomas.net

www.gure-liburuak.com

www.txalap

www.klinamen.org

ARTICULAÇÕES JUVENIS CATÓLICAS DA AMÉRICA LATINA

*Hilário Dick**

Falar da religiosidade juvenil articulada e institucionalizada na América Latina apresenta limites, especialmente pela extensão e pela variedade. Há realidades, contudo, que merecem e precisam sair para fora dos muros das igrejas. O objetivo é socializar “articulações juvenis”, católicas, no continente latino-americano. Embora as pesquisas mostrem que a participação dos jovens, nestas “articulações”, de diferentes igrejas, é a mais representativa em nível de “participação”, são poucos os estudos que aprofundam o assunto. Usamos a palavra “articulação” para expressar diversas formas sistemáticas de relacionamento das instituições na geografia da “organização”.

Uma das características destas “articulações juvenis religiosas” é a que trata de uma vivência que sai da pertença “formal”, para se tornar algo do cotidiano da vida do jovem, resultando em

* Professor e pesquisador da Unisinos. Autor de *O caminho se faz. História da Pastoral da Juventude do Brasil* (Porto Alegre, Evangraf, 1999), *Juventude faz História – Pastoral da Juventude no Rio Grande do Sul 1983-1993* (Porto Alegre, Evangraf, 1995), entre outros. E-mail: hiladick@gmail.com.

alguma “organização”. Não se quer falar, somente, da presença ou realização de “assembleias”, ou de eventos que decidem, ou preparam outros eventos maiores: trata-se de falar de um “modo de ser”, que marca o fazer diário de milhares de jovens com reuniões semanais e participação de atividades, que atingem milhares de grupos de jovens dispostos a intervirem na sociedade, através de momentos específicos de “formação” e formas de “organização”, amadurecendo um “estilo de vida” abraçado espontaneamente e de consequências concretas no todo da vida do jovem participante.

São muitas estas “articulações de jovens” na perspectiva religiosa, dentro das igrejas. Restringir-nos-emos a algumas destas, consideradas mais significativas, dentro da Igreja Católica. Um dos critérios de escolha das articulações é sua “extensão”, isto é, o espaço geográfico que elas abarcam. Não vamos ater-nos em “articulações” que se limitam a um município, a uma “paróquia”, a uma “diocese” ou, até, a um espaço maior, como pode ser um Estado, embora sejam muitas. Além disso, com vontade de ser um olhar latino-americano, vai ficar evidente que não deixa de ser um olhar nascido em realidade brasileira.

Outro critério relaciona-se ao caráter da organização, isto é, sua “pedagogia” ou sua “filosofia” de conceber a intervenção no campo juvenil. Priorizamos as “articulações” onde o jovem (e não o adulto, nem o carisma, nem agentes “adultos”) é o protagonista, cabendo-lhe “direção” ou “coordenação”. Trata-se de articulações que são “*de*” e não “*para*” jovens. A opção é por experiências em que o jovem seja o protagonista ou auxiliado para assumir este protagonismo. É a razão que nos leva, em nossa visão, a considerarmos “estruturas” que apoiem, respeitem e promovam o protagonismo juvenil.

Um outro critério é a “significação” destas articulações. O fato de uma “Pastoral da Juventude” poder contar com cerca de 120 mil grupos que se reúnem, semanalmente, em diferentes países é

considerado “significativo”¹. Outro “fato significativo” é podermos encontrar esta “articulação” em nível continental e intercontinental, espalhada pela maioria dos países da América Latina com seus grupos, seus estudos, sua formação, sua produção “científica” e suas “estruturas” espalhadas em locais estratégicos².

Dentro destas delimitações, visualizamos, primeiramente, as “articulações” que se denominam “Movimentos” ou “Pastorais”. Pelo termo “Movimento” entende-se o que o “*Código de Direito Canônico*” da Igreja Católica define como “Associações de Fiéis”³ nos cânones 298 a 329. Quando se fala em “Pastorais” tomamos como objeto as “Pastorais de Juventude” ou “Pastorais Juvenis”. Falamos no plural porque pode haver “Pastorais de Juventude” em níveis geográficos e hierárquicos diferentes, articulando-se como tais. O termo “Pastoral” significa a ação organizada da Igreja em geral e das Igrejas Particulares (dioceses), de forma participada, em espírito de “comunhão e participação”, tendo como ponto de referência o pastor (bispo da diocese) ou um conjunto de bispos agindo em “colegialidade”, definida na Constituição Apostólica “*Lumen Gentium*”, do Concílio Vaticano II, n. 51 a 56. A “Pastoral da Juventude” ou, as “Pastorais da Juventude” são a ação organizada dos jovens (vivência comunitária da fé inserida na realidade social, e não só vivência dos sacramentos) sendo igreja, tanto em caráter particular (diocese), como em caráter mais amplo, envolvendo diversas dioceses da mesma jurisdição (Estado, país e diferentes países), ativando uma articulação com objetivos, propostas, planejamentos e estruturas de apoio comuns.

Vislumbramos, com isso, experiências que congregam uma caminhada conjunta, seja como “Movimento Juvenil”, seja como “Pastoral de Juventude”. Como “Movimentos Juvenis”, na

¹ Cálculo aproximado.

² Temos consciência que deixaremos de lado muitas experiências “menores” que certamente têm seu valor, mas pulverizariam a perspectiva mais ampla.

³ “Código de Direito Canônico”, promulgado por João Paulo II. São Paulo, Loyola: 1983.

América Latina, entendem-se, aqui, as articulações que têm seu nascedouro na *Ação Católica Especializada*, a partir da década de 1950. São movimentos de jovens, coordenados por jovens – o que os diferencia de outros que não serão objeto desta apresentação. Destaca-se o Secretariado Latino-Americano do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC) e da Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI), com sede em Quito, no Equador⁴. Por outro lado, por seguirem o carisma de Congregações, sem terem os jovens como “protagonistas” em suas articulações, não se considerarão experiências de diversas Congregações (Maristas, Lassalistas, Salesianos e Salesianas e muitas outras denominações). Não é um juízo de valor; é delimitação do campo a pesquisar. Pode-se dizer até, que o “Secretariado” a ser apresentado toma a dimensão de “sacramento” de experiências semelhantes.

Assumimos como “Pastorais de Juventude” as articulações das ações evangelizadoras destas “Pastorais” em nível latino-americano, destacando experiências consideradas significativas, em nível de organização, de modelos, de história ou de caminhada em suas estruturas de acompanhamento, de organização, de formação e espiritualidade. Estaremos, novamente, frente à necessidade de outra limitação porque, embora procuremos acentuar a caminhada do conjunto, há países que se destacam, por diferentes razões: maturidade da caminhada, significação numérica, gravação da memória, serviços de apoio, produção teórica. É uma caminhada semelhante em diferentes estágios, variada e igual.

Entre as experiências a serem apresentadas, selecionamos três: 1) o Secretariado Latino-Americano do Movimento Internacional de Estudantes Católicos e da Juventude Estudantil Católica Internacional (MIEC-JECI) com sua história, seus ob-

⁴ Existem, também, correlatas a este Secretariado, com suas articulações, organizações dos Jovens Trabalhadores Católicos (JOC) e Jovens Agricultores (JAC) que não vão entrar em nossa análise.

jetivos, publicações, momentos de formação; 2) a articulação das “Pastorais de Juventude” encabeçadas pela Seção Juventude da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), especialmente através dos Encontros de Responsáveis das Pastorais de Juventude das diferentes Conferências Episcopais Nacionais (latino-americanas) com suas publicações, encontros, diretrizes, espaços de formação e articulação, e Congressos; 3) a Rede Latino-Americana de Centros e Institutos de Juventude que acompanha essas “Pastorais” como “rede”, considerando seus objetivos, atividades, publicações, espaços de formação, ajuda mútua e aprofundamento, encontrando-se num marco teórico comum.

1. O Secretariado Latino-Americano do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC) e da Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI)

É um “movimento” provindo de movimentos distintos que consagram tradições, também distintas, embora com momentos, especialmente na América Latina, de incorporação mútua de elementos de identidade, que ajudam sua consolidação e crescimento. Merece ser conhecido por sua extensão e por suas atividades através da articulação sistemática de grupos, na maioria dos países da América Latina, por sua estrutura de acompanhamento e pela formação que suscitou e suscita através de publicações, banco de dados da realidade juvenil e eclesial, encontros e cursos.

O *Movimento Internacional de Estudantes Católicos* (MIEC) era conhecido com o nome de “Pax Romana”, fundado em 1921, antes de mobilizações, como a juventude hitlerista (Alemanha), a juventude fascista (Itália) e a Juventude falangista (Espanha). Ao longo de sua história foi adotando diversas denominações. No início constituiu-se como “Oficina de Coordenação”; logo depois como “Confederação Católica de Estudantes

de todo mundo”. Pretende agrupar e representar as formas de organizações católicas no mundo universitário, servindo como instrumento de coordenação e animação. Reúne uma grande diversidade de experiências: Centros de Reflexão Cristã, Paróquias Universitárias, Federações Nacionais, Grupos de Ação Católica etc. Seu principal objetivo é “agrupar os estudantes católicos para permitir-lhes participar, como estudantes, nos debates sociais e culturais da sociedade em que vivem”. Somente após 25 anos assumiram-se como “movimento”, segundo as normas do “Direito Canônico”, da Igreja Católica, com sede em Friburgo, em 1946. O Secretariado Latino-Americano (SLA) é, neste momento, um dos secretariados continentais do movimento.

A *Juventude Estudantil Católica Internacional* (JECI) tem sua origem na Ação Católica Especializada, impulsionada por influência de Joseph Cardijn (Bélgica), incentivando o cultivo da presença juvenil da Igreja, no mundo, em diversos espaços (o mundo operário, universitário, camponês e estudantil). Buenaventura Pellegrini, ex-assessor latino-americano e internacional, diz que a JECI nascia como uma experiência pastoral no meio estudantil, secundário e/ou universitário, com objetivos claros, assumindo uma visão teológica, pedagógica e eclesial definida, o uso sistemático do método *Ver-Julgar-Agir*, com um slogan que resumia suas perspectivas: “todo o cristianismo em toda a vida”. Na América Latina, a JECI teve desenvolvimento decidido nos anos posteriores à II Guerra Mundial, destacando-se o Peru, a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Haiti, o Brasil e o México.

O primeiro encontro internacional da JECI se realizou em 1946, oficializando sua identidade com o meio estudantil. A JEC, embora internacional, encarnava-se em cada país, com formas específicas de organizar-se, produção de subsídios pedagógicos, semanas de estudo e assembleias em comunhão com o todo. No Brasil, em 1960, havia 6 mil grupos da JEC localizados, espalha-

dos e articulados pelas diferentes regiões do país através de uma equipe escolhida de estudantes, com sede no Rio de Janeiro.

Se o MIEC era uma experiência que articulava vários tipos de experiências de “Pastoral Universitária”, encontrando-se com experiências de Juventude Universitária Católica e outras, de forma semelhante, a JEC articulava grupos de estudantes do “ensino secundário”, com suas diversas terminologias continentais. A JEC é um “movimento” com uma pedagogia que se traduz num instrumento pedagógico conhecido como “Revisão de Vida”. É conhecida a afirmação de Mons. Proaño, bispo de Riobamba (Equador), dizendo que “nunca deixei de usá-la (a Revisão de Vida) em todos os campos da vida. É uma das coisas mais importantes que aprendi na minha vida. Tenho-a diante de mim. Penetrou em mim como a medula de meus ossos”⁵. É uma maneira de “construir Igreja” a partir do protagonismo dos estudantes, encarnando o compromisso de fé no mundo, através da transformação da educação, vinculando fé e vida. Mesmo que o episcopado brasileiro, em 1968, declarasse extinta a JEC, ela prosseguia ativa através do Secretariado Latino-Americano. No Brasil, ela havia se desenvolvido, principalmente, a partir de 1954, inserindo-se, progressivamente, no movimento estudantil e na problemática “social”, o que a levou a ser questionada por uma parte da hierarquia eclesiástica⁶. Ao mesmo tempo em que era expressão de temor, manifestava um cenário de Igreja para o qual não era pacífica a relação íntima entre fé e realidade social, fé e política, entre outros. É um movimento que educa como um todo, educa como organização, educa pelo método e por uma

⁵ “*Quem revê vê melhor – iniciação à Revisão de Vida*”. Porto Alegre: Evangraf, 1995. Mons. Leonidas Eduardo Proaño nasceu em 1910 em San Antonio de Ibarra (Ecuador), filho de indígenas e, por isso, é conhecido como “o bispo dos índios”. Morreu em Quito no dia 31 de agosto de 1988.

⁶ Pormenores desta história podem encontrar-se em “*JEC no Brasil – uma proposta que não morreu*”, de Hilário Dick. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 1992.

mística adaptada à vida estudantil, no qual a palavra-chave é “engajamento”.

No continente latino-americano os dois movimentos funcionavam “articulados”, mas independentes um do outro. No início do século XXI a JEC prossegue atuante no Chile, na Bolívia, na República Dominicana, no Peru (traduzida pela JEC, como tal, e pela UNEC – União Nacional de Estudantes Católicos) e no Haiti (sem considerar os países de outros continentes). Por muitos anos o SLA, do MIEC-JECI, podia contar com seis a sete estudantes (em geral universitários) representando diferentes experiências nacionais, formando a equipe do Secretariado.⁷

Embora houvesse uma caminhada em conjunto, as relações do MIEC e da JECI não foram e não são “pacíficas” em todos os aspectos. No princípio, era uma simples “aproximação”, havendo momentos em que as tensões relacionadas com o espaço a partir do qual realizavam seu compromisso específico, eram fortes. Tanto o MIEC como a JECI tiveram, até o final da década de 1960, um secretariado latino-americano próprio, funcionando independentemente, em diferentes lugares: o MIEC tinha sua sede em Medellín (Colômbia) e a JECI no Rio de Janeiro (Brasil).

O fato de existirem dois movimentos com interesses comuns, procurando evangelizar o mundo estudantil na América Latina, era visto pela Igreja do continente como um fator que poderia ser enriquecido como espaço de colaboração. Foi por isso que o CELAM promoveu uma aproximação, numa perspectiva de comunhão entre o MIEC e a JECI – o que foi aceito pelas duas experiências.

Numa primeira instância partilharam uma sede comum dos dois secretariados, em Montevidéu (Uruguai), a partir de 1967. Em julho desse mesmo ano, realizou-se, no México, o III Seminário Latino-americano de Pastoral Universitária, organizado

⁷ Muitos desses dados foram extraídos da revista do SLA MIEC-JECI, intitulada SPES, n. 90 (julho a setembro de 1995), número dedicado à memória e projeção do movimento.

conjuntamente pelos dois movimentos, resultando em um avanço no processo de unificação dos movimentos. Logo depois, o trabalho no Centro de Documentação, as publicações e as reflexões comuns suscitaram uma aproximação maior entre eles, até chegar à conformação de um só Secretariado Latino-Americano, no Comitê de Cali (Colômbia), em 1970.

A expressão institucional máxima das duas experiências são os “comitês”. Os Comitês Latino-Americanos provinham da estrutura da JEC, e foram tendo importância como reunião dos dirigentes nacionais dos distintos movimentos de “PAX ROMANA MIEC-JECI”. Dada a transparência do evento, a reunião de Cali (1970) pode ser considerada a primeira reunião conjunta com caráter de Comitê Latino-Americano, do MIEC e da JECI, decidindo que o Secretariado comum funcionaria em Montevideú.

Em 1972, no entanto, vítima da repressão da ditadura militar, que governava o país, o Secretariado teve que sair de Montevideú, transferindo-se para Lima (Peru), onde ficou durante 20 anos. A difícil realidade peruana, no final da década de 1980 e inícios de 90, marcada pela violência política (especialmente pela atuação do grupo guerrilheiro “Sendero Luminoso” e pela situação crítica da economia), fez com que o compromisso peregrino e missionário do SLA buscasse novo lugar de acolhida. Por isso, desde janeiro de 1993, Quito (Equador) é a nova sede do SLA. São dados que comprovam que o movimento ia além de seus muros, mesclando-se na realidade social e política.

A vida, tanto da JEC como do MIEC, manifesta-se nos grupos com sua vida particular, e de movimento como tal. O lugar por excelência de atuação são os colégios e as Universidades, defendendo a necessidade da inserção dos grupos e seus participantes nos organismos intermediários da sociedade civil. O que caracteriza o movimento, de modo especial, é sua pedagogia de inserção, incentivando uma fé comprometida com a realidade

social, especialmente estudantil, com todas as conseqüências que daí poderiam provir. Para tal, foram importantes alguns “instrumentos” pedagógicos, a saber os assessores e assessoras teológica e sociologicamente preparados.

2. As Pastorais de Juventude na América Latina

Fazer um diagnóstico de uma Pastoral Juvenil articulada em todos os países da América Latina é uma tarefa difícil. Cada país carrega e abraça a sua realidade, que exige respeito e consideração. Por isso, é necessário falar de “Pastorais de Juventude”. É um “todo” que caminha “unido” por diferentes trilhas. Suas diretrizes e sua proposta encontram-se expressas em “*Civilização do Amor – Tarefa e Esperança*”⁸ retomada, de alguma forma, pelo episcopado brasileiro em “*Evangelização da Juventude: Desafios e Perspectivas Pastorais*” (2007)⁹.

2.1 Uma visão histórica na perspectiva “estudantil”

É difícil imaginar, contudo, esta articulação das Pastorais se não olharmos para alguns dados históricos. Queremos referir-nos, de modo especial, à JEC dos anos 1960, dentro do conjunto da Ação Católica Especializada. O final da década de 1960 e a década de 70 foram anos de muita efervescência em toda a América Latina, especialmente no campo da evangelização juvenil católica. Países que merecem destaque são Uruguai, Argentina, Paraguai, Brasil,

⁸ Santafe de Bogotá: CELAM, 1995, traduzida para o português e publicada pelas Paulinas (São Paulo, 1997). Uma primeira redação destas “orientações” era de 1987 com o título “Pastoral Juvenil – Si a la civilización del amor”.

⁹ Brasília, publicações da CNBB (n. 3), 2007. Citando esse documento, além de ser um acento brasileiro, afirma-se a repercussão que terá – pela força da articulação existente – em nível latino-americano.

Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, El Salvador, Haiti e México. A revolução socialista parecia estar em todas as esquinas e em muitos corações de jovens. Além dos fatos tipicamente juvenis, é hora de rememorar, por exemplo, o significado que teria também, para os estudantes, o movimento dos Cristãos para o Socialismo e o movimento dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo. Olhando para três grandes “Regiões” da América Latina, podemos apontar fatos e pessoas, expressões de uma realidade mais ampla.

Cone Sul

Na ARGENTINA a JEC e a JUC deslancharam, especialmente, depois de 1954. Um evento efervescente, envolvendo tanto a JEC como a JUC, se deu em 1968, através do “Cordobazo”. Não deixava de recordar o “Bogotazo”, de Bogotá, em 1948¹⁰. Em 1974, era assassinado, no dia 11 de maio, em frente à sua paróquia, o P. Carlos Mujica, assessor da Juventude Estudantil Católica (JEC), de Buenos Aires. Ele conhecera Gustavo Ramus, Fernando Abal Medina e Mario E. Firmenich, fundadores da organização “Montoneros”, com participação significativa de militantes da JEC. Em 4 de julho de 1976, eram massacrados, também em Buenos Aires, cinco sacerdotes palotinos. Uma das acusações que aparecia nos muros é que estragavam as mentes dos jovens.

Do BRASIL, em meio a expressivas manifestações culturais e políticas, extraímos o que significaram as mobilizações por ocasião do assassinato de Edson Luis Nascimento (1968), uma morte que a JEC do Brasil assumiu como uma espécie

¹⁰ O Cordobazo ocorreu em Córdoba no dia 29 de maio de 1969. Governava a Argentina um regime militar ditatorial presidido pelo general Juan Carlos Onganía. Os manifestantes tomaram conta da cidade, levantando barreiras contra a polícia. Com a intervenção do exército houve mortos e muitos estudantes e operários presos. Incentivou o crescimento dos grupos de esquerda, entre eles a organização “Montoneros”.

de “exemplo”, e de Alexandre Vanucchi. O mais dramático foi que, no meio desta efervescência de muitos rostos, quando muitos estudantes tiveram que recorrer ao exílio, para não serem presos, a Ação Católica Especializada era desautorizada (morta) pela hierarquia, apesar da resistência de D. Helder Câmara, de D. Cândido Padim e outros bispos próximos à Ação Católica Especializada. O encaminhamento de outra proposta pedagógica de ação evangelizadora junto à juventude veio ligeira porque, ainda em 1969, em São Paulo, começaria a experiência dos encontros de EMAÚS, através de Mons. Calazans, batendo de frente contra a pedagogia assumida pela JEC. Outra experiência bem sucedida – também sob o influxo da pedagogia do impacto dos Cursilhos de Cristandade – foram os encontros de jovens através do TLC (Treinamento de Liderança Cristã). O método que começou a vigorar era o da pedagogia do impacto, na qual o central era o mundo dos afetos e o incentivo a uma prática eclesial voltada, prioritariamente, para a prática sacramental. Os mais visados, por estes tipos de encontros, eram os universitários e os grupos paroquiais (não mais da Ação Católica Especializada)¹¹. A memória da Ação Católica Especializada seria retomada através da articulação da Pastoral Juvenil, em 1984.

No CHILE, a JEC estava viva e a presença de D. Manuel Larrain (1900-1966) e do Padre Alberto Hurtado – sacerdotes católicos expressivos em nível nacional – servia de incentivo a esta mobilização juvenil. D. Larrain foi um dos fundadores do Conselho Episcopal Latino-Americano, encarnando nítida visão libertadora. Entre os muitos desaparecidos do golpe militar de Pinochet fala-se, de modo especial, de Patrício Leon, pertencente à equipe do Secretariado Latino-Americano da JEC interna-

¹¹ Estão em jogo, no espaço da “catolicidade”, pedagogias diferenciadas, expressões de riqueza e de conflitos dentro da mesma instituição.

cional. Assim como os estudantes tomavam a catedral de Santiago, reclamando contra os gastos da viagem do Papa para um Congresso Eucarístico em Bogotá, em sinal de protesto também invadiam a Universidade Católica. Foi em 1971 que surgiu, em Santiago, o Instituto Superior de Pastoral Juvenil.

No PARAGUAI, os anos mais violentos foram 1969 e 1970. Era escancarado o conflito entre Igreja e Estado. Comprometido com a JEC, o P. Uberfil Monzón (uruguaio), em visita aos grupos da JEC, foi sequestrado e torturado. Destacou-se, como fonte de resistência, a paróquia Cristo Rei, dos jesuítas, em Asunción, localizada ao lado de um colégio importante da cidade, apoiando a mobilização dos estudantes. Além de estudantes, vários religiosos (jesuítas) foram expulsos do país ou aprisionados.

O URUGUAI não ficou fora destas “agitações” da JEC, de 1960. Não ficaria sem consequência o fato de o SLA, da JECI, estar em Montevideu. Além disso, os anos de 1968 a 1972 foram de intensa politização dentro do movimento da JEC, não ficando longe da articulação do Movimento Nacional de Libertação conhecido como “Tupamaros”. Acompanhavam os grupos da JEC assessores preparados e comprometidos com a Teologia da Libertação. O Secretariado Latino-Americano do MIEC-JECI foi, por isso, um dos espaços onde a repressão encontrou motivos de intervenção. É suficiente recordar que 30 a 40% dos militantes da JEC tiveram que deixar o país. Anos depois, por uma estratégia frente à conjuntura política do país, foi através da JEC que se articulou a Pastoral Juvenil uruguaia. Uma das razões referia-se ao fato de as paróquias serem, ainda, os lugares menos visados pela repressão.

Região Bolivariana

Na BOLÍVIA, o fato de Che Guevara ter sido assassinado aí, em 1967, não passava ignorado pelos estudantes católicos.

Mesmo que não fosse uma realidade única, por um tempo a JEC foi identificada com o Movimento de Esquerda Revolucionário. Entre os vários assistentes, destacou-se, a partir de 1962, o P. Francisco Dubert. Na guerrilha de Teoponte (1970) era morto o estudante da JEC, Nestor Paz Zamora. Os centros de manifestações estudantis, que mais se destacaram nas expressões de descontentamento, localizaram-se em Sucre, Cochabamba, Oruro e Potosi. É em Potosi que encontramos, ainda hoje, um dos centros mais significativos da JEC da Bolívia. Na COLOMBIA, exerceu, nos anos 1960, um papel importante a Central Católica de Juventudes¹². O que mexeu mais com os estudantes da JEC e da JUC, iniciando a viver um contexto de guerrilha e de socialismo, foi o exemplo do Padre Camilo Torres, abandonando o ministério sacerdotal e a cadeira de Sociologia na Universidade para inscrever-se na guerrilha. Ele era capelão da Universidade Nacional e, juntamente com outros participantes, fundou a Faculdade de Sociologia. Deixando o ministério sacerdotal, Camilo intensificou a sua participação política, criando a “Frente Unida do Povo”, espalhando suas reivindicações através de mensagens aos cristãos, aos militares e aos camponeses. Em 15 de fevereiro de 1966, morria em combate. Até hoje não se sabe onde o exército colombiano enterrou seu corpo. É em Bogotá que surge, nesta época, o Instituto de Pastoral Latinoamericano de Juventud (IPLAJ), substituído, anos depois, em seus objetivos, pela “Casa da Juventude”¹³ que formou agentes junto aos jovens de toda a América Latina.

No EQUADOR, como fruto de uma politização dos grupos

¹² Esta “Central” foi fundada em 1953 pelo Padre Luis M. Fernandez com o objetivo de promover obras para a infância e a juventude, em Cachipay, perto de Bogotá. Tornou-se conhecida pelo “Manifesto da Juventude

Colombiana” (1961), iniciando com as “Escuelas de Formación Integral”, o Centro de Animação Juvenil de El Salitre, e Casas da Juventude.

¹³ Dessa iniciativa falar-se-á mais adiante., e não tem nada a ver com a “Central de Juventudes”

de estudantes católicos, se dá – como sinal de descontentamento pela postura política assumida pelo núncio do Vaticano – o apedrejamento da nunciatura apostólica. A politização excessiva – segundo a versão dos que acompanham este movimento no Equador – foi uma das causas do enfraquecimento dos grupos da JEC. A militância se dava especialmente nos bairros e nos sindicatos, deixando de lado o movimento estudantil. Apesar disso, Quito tornar-se-ia, a partir de 1978, sede do SLA da JECI.

PERU, pela presença do P. Gustavo Gutierrez – o primeiro sistematizador da Teologia da Libertação e assessor da UNEC – e outros assessores, como Luis Fernando Crespo, foi um país onde a UNEC (o que correspondia à JUC) e a JEC sempre foram significativos celeiros de políticos e intelectuais destacados, em medidas tidas como revolucionárias. Foi para lá que se transferiu (de Montevidéu, 1967), o SLA da JECI. No tempo do movimento político “Sendero Luminoso” (1972), por motivos de segurança, a JECI julgou melhor transferir seu Secretariado para Quito. É um dos países onde, na atualidade, os grupos da JEC têm mais vitalidade.

América Central

Na COSTA RICA, em proporções menores que em outros países, não faltaram os conflitos na década de 1960. Participantes da JEC e da JUC colaboraram no sequestro de um rico da cidade de San José e não muito mais. Vale destacar que, com bastante apoio da hierarquia, o P. José Maria Pujadas começaria aí, assim como em outros lugares, especialmente da América Central, os “Encuentros de Promoción Juvenil”, com influência dos padres salesianos adotando, também, a metodologia do Cur-silho de Cristandade.

EL SALVADOR foi, nos anos de 1970, o pulmão dos grupos da JEC de toda a América Central, através de lideranças fortes apoiadas pelo Secretariado Latino-Americano do MIEC-JE-CI. Em 1975, houve matanças de estudantes em várias cidades. Uma das lideranças mais reconhecidas era Juan Deplanke que, em 1977, foi expulso do país. Entre as muitas mortes, fala-se da estudante Ana Maria Castillo, mas havia muitas outras. A guerrilha de vários anos impossibilitou uma articulação mais significativa de grupos da JEC, porque a situação política não permitia.

Na GUATEMALA é impossível saber o número de mortos por causa das lutas políticas. Basta dizer que, em dois anos (1979 a 1981), foram mortos 12 sacerdotes e milhares de outros cidadãos, homens, mulheres e jovens. Davam-se verdadeiros massacres, especialmente na região de El Quiche, onde as “comunidades eclesiais de base” eram incentivadas por evangelizadores assumindo a mística da opção pelos pobres. Isso mexia com os jovens desejosos de viver a fé cristã e assumiram esta bandeira. Entre os jovens assassinados recordam-se os nomes de Dora Azmitia, Ligia Martinez, Rosário Godoy de Cuevas, mas eles/as eram muito mais. Vivia-se um cristianismo de catacumba.

Em HONDURAS, a repressão era tanta que se sabe pouco do que sucedia por causa do controle norte-americano. O maior aeroporto do país foi, por muitos anos, dos militares dos Estados Unidos. Em 1972, a Frente Estudantil Social Cristiana, que procurava solidificar-se, morria assustada vendo o massacre de Olancho (grande extensão no centro do país), matando religiosos e religiosas comprometidas/os com a realidade do povo camponês do país. Uma cidade que se destacava, na mobilização estudantil, era Choluteca, graças à assistência de vários sacerdotes, especialmente do Padre Ivan Bouffard. Indo para o MÉXICO, um destaque especial merece o que sucedeu com a juventude na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco. Os estudantes mexica-

nos pretendiam explorar a atenção do mundo, focada na Cidade do México, por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1968. Para reprimir esta mobilização não bastou a ocupação do *campus* da Universidade Nacional Autónoma do México. As manifestações aumentaram até que, no dia 2 de Outubro de 1968, 15 mil estudantes de várias universidades e de vários colégios invadiram as ruas da Cidade, ostentando cravos vermelhos como sinal de protesto contra a ocupação militar da UNAM. Ao cair da noite, cerca de 5 mil estudantes e trabalhadores, muitos deles acompanhados das mulheres e filhos, haviam se reunido na Plaza de las Tres Culturas, em Tlatelolco, para uma manifestação pacífica. O massacre teve início ao pôr do sol, quando forças do exército e da polícia cercaram a praça e começaram a abrir fogo contra a multidão. Em outubro de 2003, vieram à luz informações sobre o papel do governo dos Estados Unidos neste massacre. Em junho de 2006, o presidente de então, Echeverría, foi acusado de genocídio, colocado sob prisão domiciliar, mas em julho do mesmo ano, foi inocentado porque o juiz decidiu que ele não poderia ser julgado, devido ao estatuto mexicano de limitações. No México, a Pastoral da Juventude sempre se destacou por suas lideranças e trabalhos junto à juventude mais pobre, através de um trabalho específico que denominaram de “Pastoral de Situações Críticas”. Foi a partir do México, também, que apareceram grandes articuladores/as da evangelização juvenil na América Latina. Entre outros, cita-se Tere Lanzagorta, Paco Merino e Teresa Sanchez Calderón.

Na NICARÁGUA, a articulação existente dos estudantes era dificultada, nos anos 1960 e 70, pela repressão política e eclesial e, na década de 1980, pelo serviço militar obrigatório. Em 1972, após muitas discussões, a JEC se unira à Frente da Juventude Sandinista. Os anos de guerrilha (antes de 1979) contaram com a morte de muitos jovens, também da Igreja. A luta

dos cenários de Igreja, depois da vitória, impediu ou dificultou a formação de grupos. Sintoma desse conflito de cenários foi a maneira como Roma tratou cristãos e sacerdotes comprometidos com o governo revolucionário e a dificuldade em se articular com a Pastoral da Juventude latino-americana.

2.2 Acentos gerais da Pastoral Juvenil Latino-Americana

Considerando o conjunto das Pastorais de Juventude na América Latina, lendo e ouvindo o que se diz nos encontros anuais, há realidades que se tornam evidentes. Destacamos seis aspectos.

1. A Pastoral Juvenil Latino-Americana começou a articular-se, a partir de 1983, em todos os países da América Latina. Em todos eles começaram a existir e a organizar-se grupos, coordenações, assembleias, instâncias de formação, não importando o tamanho do país. Nos Encontros Latino-Americanos de Responsáveis Nacionais dessa Pastoral, é raro algum país que não saiba falar de sua experiência¹⁴. Estes “Encontros” começaram em 1983, e se realizam tendo, sempre, algum tema específico considerado importante para a Pastoral no momento, escolhido pelas lideranças: “processo de educação na fé”, “militância”, “espiritualidade”, “cultura”, “assessoria” etc. Além destes encontros “gerais”, a Pastoral Juvenil encontrou uma *forma de articular-se, conforme espaços menores*, dividindo o “continente” em quatro grandes “regiões”: a região do cone sul, a região bolivariana, a região caribenha e a região Centro-Americana, incluindo o México. Cada região tem seu coordenador e seus delegados.

2. É uma Pastoral que realiza inúmeros *cursos em diferentes níveis e extensões*. Há um Curso em nível latino-americano, de três meses, para assessores, animado pela Sessão Juventude do

¹⁴ Um apanhado histórico desta caminhada encontra-se em “Civilización del Amor – Tarea y esperanza”, o. cit. p. 65-88.

CELAM, em Bogotá; Cursos oferecidos por instituições, como o Instituto Superior de Pastoral Juvenil (Chile)¹⁵; Cursos para Assessores oferecidos pelo Instituto de Pastoral de Juventude (Porto Alegre), em três etapas, de 8 semanas, e outros. A grande novidade, suscitada pela Rede de Centros e Institutos de Juventude do Brasil, é o Curso de Pós-Graduação em Juventude, começado em 1999 e, atualmente, funcionando em Goiânia¹⁶. Além disso, em Florianópolis, no Instituto Teológico de Santa Catarina, iniciou, em 2007, um Curso de Pós-Graduação para agentes que trabalham com jovens, dirigido mais especificamente para o cultivo de um trabalho na dimensão da fé. Pode-se dizer que a formação é o campo onde mais se investe, e o campo que sempre pede mais.

3. É uma Pastoral que tem como base *milhares de grupos de jovens* espalhados por todos os cantos. No Brasil, estes grupos eram (2007) mais de 54 mil, articulados de diferentes formas, inseridos numa organização que se enraíza nas pequenas comunidades, até a articulação das dioceses e espaços regionais mais amplos. Sem grupos que se reúnem sistematicamente, a Pastoral Juvenil não existe. Mesmo que o investimento “oficial” na articulação não seja significativo, e mesmo que faltem apoios em várias partes, ou apareçam atitudes eclesiais que procuram desarticular essa “movimentação”, essa Pastoral prossegue caminhando na perspectiva de uma legítima “autonomia pastoral”. No Brasil, a partir de 1986, celebra-se anualmente, no final de outubro, o “Dia Nacional da Juventude”, onde os grupos convidam a juventude, em geral, para encontros massivos preparados com larga antecedência, tendo um tema e um lema relacionados com a realidade social¹⁷. São encontros de um dia, chegando a reunir, em muitos

¹⁵ O Instituto foi extinto em 2008, pela Conferência dos Bispos do Chile, alegando também motivos financeiros.

¹⁶ As três primeiras edições do Curso se deram na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo/RS.

¹⁷ Alguns temas que podem servir de exemplificação são Ecologia (1992), Aids (1993),

lugares, em clima festivo e de celebração, milhares de jovens.

4. É uma Pastoral que tem um *referencial teórico comum*, servindo de orientação, inspiração e animação. “*Civilização do Amor – Tarefa e Esperança*” é uma das mais completas descrições de como deve ser uma evangelização juvenil, com seus diversos “marcos”, com dois deles dificilmente encontrados em outras instituições: referimo-nos ao marco histórico e ao marco celebrativo¹⁸. Um, retomando a memória histórica dessa Pastoral, e o outro, descrevendo a “espiritualidade” na qual se acredita e que se deseja implementar. É uma Pastoral que tem como *princípio pedagógico a “formação na ação”*. Procura-se partir da prática ou da experiência, ajudando a juventude a crescer numa prática refletida. Os escritos dessa Pastoral nascem do chão da experiência. É uma Pastoral que tem *lideranças juvenis* escolhidas, sacerdotes e bispos responsáveis em nível de regiões e países que, com suas características, se encontram, planejam e animam a caminhada dos grupos.

5. É uma Pastoral que, pelo fato de assumir o *protagonismo juvenil* como princípio orientador, experimenta dificuldades de relacionamento, tanto com hierarquias como com tipos de movimentos juvenis, onde este “protagonismo” não é nem assumido nem respeitado, e onde a vivência equilibrada de fé e vida, de fé e política não é compreendida. As mobilizações se dão em cenários diferentes de Igreja, com leituras diferentes da realidade, com pedagogias diferentes e com espiritualidades diferentes, mas – apesar disso – realizando uma caminhada em comum.

6. Além disso, é uma Pastoral que, nos últimos anos, se enriqueceu com significativas “*estruturas de apoio*”¹⁹. Referimo-

Cultura (1994), Juventude e Cidadania (1995), Juventude e Direitos Humanos (1997), Juventude e Dívidas Sociais (1999), Políticas Públicas para a Juventude (2002, 2003 e 2004, 2005), Juventude na construção de um Projeto Popular para o Brasil (2006).

¹⁸ “*Civilização do Amor: Tarefa e Esperança*”, op. cit. p. 65-88 e p. 313 – 357

¹⁹ Como resultado da importância que tem o protagonismo juvenil, todos estes Centros

-nos aos Centros e Institutos de Pastoral de Juventude espalhados por mais de 10 países – todos a serviço da Pastoral Juvenil – e que, de dois em dois anos, se encontram para atualizarem a missão que lhes cabe na evangelização dos jovens e nos estudos do fenômeno juvenil.

2.3 Apanhado histórico

a) Não tendo havido movimentação juvenil significativa na Igreja Católica antes de 1950, na década de 1960 chamam a atenção dois fatos importantes: a fase da ascensão católica, dentro e fora do Movimento Estudantil, e os Golpes Militares (especialmente no Cone Sul da América Latina). A fase da “ascensão católica” deveu-se ao surgimento, na Igreja, principalmente da Ação Católica Especializada, fruto da reflexão e da prática do Cardeal Cardijn, bem como de movimentos como “cristãos para o socialismo” e “sacerdotes para o Terceiro Mundo”. Por influência de Cardijn, surgiram, em muitos países, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Isso se deu a partir de 1947, a começar com os jovens operários e, depois, com os estudantes universitários e secundaristas. Um dos filósofos que mais influenciou a juventude, dessas diferentes articulações, foi Jacques Maritain. A experiência mais estudada e pesquisada é a JUC²⁰. Foi com os universitários da JUC que se deu, na UNE do Brasil, a colaboração dos católicos no Movimento Estudantil, através da aliança de Aldo Arantes com os “comunistas”. A JUC (assim como as

e Institutos se negam a serem estruturas de comando.

²⁰ Veja-se “A JUC no Brasil – evolução e impasse de uma ideologia, de José Luiz Sigrist. São Paulo: Cortez Editora, 1982; “Cristãos na Universidade e na Política – História da JUC e da AP”, de José Oscar Beozzo. Petrópolis: Vozes, 1984; e Luiz Alberto Gomez de Souza. “A JUC: os estudantes católicos e a política”. Petrópolis: Vozes, 1984.

outras “especificidades”) tinha uma organização nacional, marcando presença no campo, na fábrica, nos colégios e em muitas Universidades, principalmente não confessionais. Todas estas “especificidades” têm sua história particular.

b) Algumas heranças que ficaram da experiência da Ação Católica Especializada, declarada extinta (no Brasil) em 1967, e reprimida por Golpes Militares, são a utilização sistemática do método *Ver-Julgar-Agir*; a busca de uma prática a partir da realidade concreta (considerando questões sociais e políticas), a formação na ação, a convicção da necessidade de se lutar pela transformação das estruturas sociais, o uso – pelos grupos – de espaços de revisão de vida e de prática, a compreensão da vivência da fé engajada no social, a utilização e a opção pedagógica pelos pequenos grupos e o despertar para o protagonismo juvenil. Foi essa carga pedagógica e filosófica que fez os universitários serem presença atuante não só junto à UNE (Brasil), mas junto à Igreja e à sociedade, inclusive na sistematização da Teologia da Libertação. Foi a partir desses estudantes que surgiu o movimento “Ação Popular”, que tomaria como partido uma perspectiva marxista-leninista. Entre as muitas personalidades que trabalharam e/ou se formaram nesta organização ressalta-se o papel que exerceu – com seu carisma e sua coragem – D. Helder Câmara, futuro arcebispo de Olinda e Recife²¹.

c) Essas “especializações” estavam organizadas em nível nacional, com equipes articuladoras e “assistentes”. Ao mesmo tempo em que existiam estas articulações, explodiam diversas tentativas de “guerrilha” no Brasil e o “Maio de 1968”; os *hippies* protestavam contra a guerra do Vietnam; era morto (na Bolívia) o guerrilheiro Che Guevara, dava-se o assassinato de Luther King e

²¹ É enorme a lista de assistentes como presença pedagógica junto a estes “movimentos”. Uma relação parcial pode ser encontrada em “*JEC no Brasil*” – *uma experiência que não morreu*, o. cit. p. 58-59. Um que não pode deixar de ser citado é o filósofo Henrique de Lima Vaz S.J., com sua reflexão sobre a consciência histórica.

se realizava, em Medellín, a Conferência Episcopal Latino-Americana procurando traduzir, para a América Latina, os resultados do Concílio Vaticano II, chamando a juventude como “força de pressão social”. No nordeste brasileiro, o educador Paulo Freire valia-se da contribuição de jovens provindos da JUC e da JEC.

d) Os jovens católicos, movidos por uma pedagogia que incentivava o compromisso social, acompanhavam as realidades e os debates políticos do momento. Os universitários católicos chegaram a sistematizar uma “forma de governo”, chamado por eles de “solidarismo”.

e) Na dimensão religiosa é importante acentuar que foi nesse contexto dramático e politicamente opressor (não só no Brasil) que surgiram, em substituição à Ação Católica, diferentes “movimentos” ou “encontros” de jovens católicos, a maioria ligada a algumas Congregações Religiosas ou, então, a algumas lideranças eclesiais. O primeiro deles foi o EMAÚS, seguindo a metodologia do Cursilho de Cristandade, sistematizado pelo Padre Calzans, em São Paulo. Outro tipo de encontro, de fim-de-semana, foi o TLC (Treinamento de Liderança Cristã), criação de Haroldo Rahm e que se difundiu por muitos cantos do Brasil²². Além deles, surgiram, em muitos lugares, experiências semelhantes, analisados teológica e pastoralmente por João Batista Libânio²³. Na sua quase totalidade distinguiram-se, estes “movimentos”, por fazerem encontros de impacto de final de semana.

Surgiram nesta época, igualmente, figuras como a do Padre José Fernandes de Oliveira, falando e cantando para os jovens como antes não se cantava²⁴. Muitos jovens redescobriram a

²² O fato de citarmos dois casos brasileiros quer acentuar, simplesmente, que realidades muito semelhantes aconteceram em praticamente todos os países da América Latina.

²³ “*O mundo dos jovens – reflexões teológico-pastorais sobre os movimentos de juventude na Igreja*”. São Paulo: Loyola, 1983.

²⁴ José Fernandes de Oliveira começou a compor em 1964 (ano do golpe militar, no Brasil). Suas canções romperam as fronteiras, influenciando a juventude católica de

Igreja e o cristianismo através dele e dos “movimentos de encontro” coordenados por adultos, visando problemas pessoais e respostas às aspirações de libertação interior do jovem, acentuando a dimensão sacramental, trabalhando com grupos grandes, apresentando uma Igreja atraente e acolhedora, trabalhando o sentido de pertença à Igreja e evitando falar de política ou de problemas sociais. Um dos resultados destas e de outras iniciativas semelhantes foi o surgimento, em muitas paróquias, de milhares de “grupos de jovens”. Apesar de, na Conferência Episcopal Latino-Americana e na Conferência dos Bispos do Brasil, ter surgido o “Setor Juventude”, procurando acompanhar essa realidade e ajudar estes grupos a viverem um processo de formação na fé, com uma pedagogia reconhecida, não se conseguia, até 1983, articular essas experiências.

Ao mesmo tempo, principalmente a partir de 1970, se espalharam pela América Latina movimentos internacionais como o Movimento dos Focolares, o Movimento Carismático, o movimento Comunhão e Libertação, e outros que trabalhavam e trabalham com jovens. Pela proibição que vigorava de os jovens se encontrarem e se organizarem nos Grêmios e nos Diretórios, um local de encontro deles eram as paróquias. Impulsionada pela urgência de um trabalho mais coordenado junto aos jovens, 1979 foi o ano, em que se deu, na Conferência Episcopal de Puebla (México), por parte da Igreja Católica, num contexto onde era muito forte a pressão por um trabalho com os oprimidos, a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens.

f) Quem foi à luta, por um trabalho mais articulado dos jovens católicos, foram diversas Conferências Nacionais de Bispos Católicos²⁵. Sentindo a falta de alguém que os assessoras-

muitos países da América Latina. Suas canções de teor intimista tiveram uma grande acolhida na juventude. Fenômeno semelhante aconteceu em outros países como Argentina, Chile, México e Colômbia.

²⁵ Antes disso, a Conferência Episcopal Latino-Americana já havia criado, na instituição,

se neste campo de evangelização, a Conferência dos Bispos do Brasil foi pedir, por exemplo, a ajuda do Instituto de Pastoral de Juventude de Porto Alegre, há pouco fundado (1980) e que tinha como finalidade a formação, a assessoria e a pesquisa no campo desta evangelização, trabalhando com jovens e adultos empenhados no acompanhamento a grupos de jovens.

Esta Pastoral passou por diversas fases: a fase da busca de uma articulação e de uma identidade comum, tendo em vista os milhares de grupos que foram aparecendo (1974-1983); a fase da sistematização e implementação de uma proposta de ação evangelizadora junto à juventude (1984-1989), a fase do amadurecimento e, ao mesmo tempo, da crise interna da proposta (1990-1993), a fase da missão conjunta (1994-1998); e a fase tanto da retomada da proposta inicial como caminho de resistência, como de uma sistemática tentativa de desarticulação da experiência por parte da estrutura (1999 aos nossos dias).

g) Contribuíram no surgimento da fase da *“sistematização e implementação da proposta de uma ação evangelizadora junto à juventude”* cinco fatores importantes: a) a opção preferencial pelos jovens e pelos pobres, assumida pelos bispos da América Latina em Puebla, em 1979; b) a escolha (por parte das Conferências Episcopais) de um assessor nacional; c) a escolha dos jovens como “destaque” nas atividades das Conferências Episcopais; d) a visitação à realidade dos países visando à evangelização da juventude; e) além do nascimento dos milhares de grupos paroquiais, o surgimento de várias articulações específicas de jovens, sejam elas universitárias, do ensino médio, do meio popular ou dos jovens da roça. No Brasil, por exemplo, começa, em 1978, a articulação da Pastoral da Juventude do Meio Popular (principalmente no Nordeste) e, em 1979, a articulação da Pastoral Universitária, acompanhada de perto pelo MIEC-JECI.

a Seção Juventude. O primeiro encarregado disso foi o P. Jesús Andrés Vela S.J.

Em 1982 seguiam o mesmo passo os estudantes “secundaristas”, também alimentados pela memória da JEC. Os jovens da roça começariam sua articulação expressando seu vigor num Encontro de Jovens realizado em Passo Fundo (RS), em 1985. Juntos o México, o Chile, o Uruguai e o Brasil iam amadurecendo uma articulação mais ampla movida por uma proposta comum, segundo o processo que a Igreja Latino-Americana estava vivenciando. É uma fase essencialmente pedagógica, acentuando uma formação integral, e metodológica, pautada no Ver-Julgar-Agir, enriquecido aos poucos com o Revisar e o Celebrar.

Após visitas a diferentes países, o ambiente se tornava propício para a realização de um primeiro encontro de responsáveis nacionais da Pastoral da Juventude (1984). Havia grupos e articulações nacionais, mas não se sabia o que os uniam, nem para onde desejavam caminhar como um todo. O grande tema dos primeiros encontros foi, por isso, a pedagogia a ser usada pelos grupos e a forma de organização. Um dos temas preferidos foi o esclarecimento e o aprofundamento da inserção da Pastoral da Juventude nos organismos intermediários da sociedade civil, típica herança dos tempos da Ação Católica Especializada.

Ao lado de muitas atividades, em diferentes níveis, aconteciam, principalmente no Brasil e no México, Seminários Nacionais de Assessores²⁶ e Militantes, girando em torno de algum tema atual para a Igreja, a juventude e a sociedade. Destacam-se as análises de conjuntura, a vivência eclesial adaptada à realidade juvenil, as dimensões da formação (principalmente afetiva e litúrgica), bem como o estudo mais específico dos marxismos e do planejamento. Referenciais para esta iniciativa foram o P. Jorge Boran (Brasil), o P. Horácio Penengo (Uruguai), Tere Lanzagorta (México) e César González (Chile), animados por uma proposta comum de articulação e evangelização.

²⁶ No México surgia a instituição “SERAJ” – Serviço de Animação Juvenil.

h) A Pastoral da Juventude, com sua *elaboração teórica bastante avançada*²⁷, iniciaria, em 1989, outro conjunto de temáticas. Começou a manifestar-se uma crise interna revestida de luta pelo poder hegemônico, ocasionada pela compreensão discordante do que seria, de fato, uma articulação e uma organização de jovens no plano da fé. 1989 tornou-se um ano emblemático quando a queda do socialismo real, visualizado pela queda do muro de Berlim, teria repercussões profundas, também no campo da evangelização juvenil, principalmente pelas consequências que teria a mudança de uma visão de mundo “apolínea” para um modo de ser “dionisíaco”, aflorando pujante a questão da sexualidade e o cultivo do corpo e do prazer²⁸.

Fala-se, por isso, de uma outra fase desta Pastoral: *a fase do amadurecimento e da crise interna*. Isso se evidenciou na realização do 1º Congresso Latino-Americano da Pastoral da Juventude em Cochabamba (1991/1992), com 800 delegados jovens. Nem todos, na organização desta Pastoral, pensavam a mesma coisa, e ficavam claras duas propostas que não encontravam um jeito de caminhar em harmonia²⁹. O equilíbrio da vivência entre fé e política era criticado, dizendo-se que lhe faltava a dimensão da “mística”, quando, de fato, o que estava em jogo era a vivência de um cenário de igreja. De uma leitura sócio-econômica, fundada nas estruturas da realidade, passava-se para uma leitura em que os aspectos conjunturais eram apresentados numa dimensão mais “cultural”, insistindo – como aconteceu na Conferência Episcopal de Santo Domingo (1992) – na questão da

²⁷ Em 1987 publicara-se, com a aprovação do CELAM, “*Pastoral da Juventude – Sim à Civilização do Amor*”: São Paulo, Paulinas.

²⁸ Falando dessas duas formas dialéticas de vivenciar a realidade referimo-nos a uma leitura do mundo, por um lado, valorizando mais o “racional” (Apolo = deus da razão), mas “planejado”, mais “articulado” opondo-se a uma leitura mais “sensitiva” (Dionísio = deus do vinho e do prazer), em que vale mais o corpóreo, o festivo, a festa, o ritmo etc.

²⁹ Esta discussão foi mais conflitiva no Brasil. Os outros países caminhavam com outros desafios.

inculturação. Uma “inculturação” servindo, de alguma forma, de desculpa para deixar de lado, na vivência da fé, a força do econômico. Isso se verificava – na prática – nos mais variados níveis, mas não era absorvido pelas lideranças. No campo da evangelização da juventude pressionava-se para que houvesse mudanças pedagógicas. Recorde-se que o tema do Encontro Latino-Americano de Responsáveis, de 1990, foi “Pastoral da Juventude e Cultura”. Não estava em jogo somente a questão da “cultura”; queria-se questionar, especialmente, a questão do método que partia da realidade. A Igreja Latino-Americana, no seu todo, era pressionada, por Roma, em abandonar o método do Ver-Julgar-Agir para dar mais importância à questão da cultura e à centralidade a Jesus, retirando aspectos como do “Reino de Deus” e a tradição de partir da realidade do povo. Tornava-se, processualmente, mais importante a aparência, inclusive o corpo, e não o compromisso com a realidade sócio-econômica e, em nossa perspectiva, o contexto do jovem.

Continuavam, no entanto, embora com menos vibração, a realização de Seminários Nacionais, especialmente de assessores/as e “militantes”. Os tempos prosseguiram sendo de crise (interna e externa), em vários lugares e de diversas formas. Uma realidade comum eram as discussões teóricas distanciadas das necessidades dos grupos de jovens, clamando por apoio. Repercutiu, por isso, entre a juventude católica latino-americana, o fato de a Igreja Católica do Brasil, na realização da Campanha da Fraternidade de 1992, ter escolhido a juventude como tema a ser rezado e discutido pelas comunidades. Foi uma época (1991 e 1992) em que apareceram muitos escritos expressando a sua avaliação com relação à caminhada da Pastoral, principalmente com relação a sua melhor organicidade, sabendo-se que era uma questão séria, mas não a mais radical. No Brasil, por exemplo, esse espírito desembocou na Assembleia desta Pastoral, em Vi-

tória (ES) festejando 10 anos de luta e esperança. Assim como significou a expressão da beleza da proposta, reclamava a necessidade de uma “renovação”. Ao mesmo tempo em que era “interna”, a crise era provocada por forças “externas”, insatisfeitas pela caminhada autônoma dessa Pastoral.

i) É muito estranho perceber, por isso que, em 1994, o ambiente, na Pastoral da Juventude era *de “missão”*, isto é, de ir ao encontro da realidade juvenil. O tema do encontro latino-americano de responsáveis, em São Paulo, foi espiritualidade e missão da Pastoral da Juventude. O que seria, contudo, este “ir ao encontro da realidade”, quando tantas forças convidavam a fazer o movimento oposto, insistindo numa caminhada mais “espiritual”? Pela primeira vez lançou-se, no Brasil, um “Projeto de Missão” da Pastoral da Juventude, destacando-se a preocupação com a cidadania. No campo da espiritualidade, a proposta era a realização de Escolas de Liturgia e de Bíblia para jovens. Os jovens da Pastoral da Juventude do Cone Sul amadureceram, inclusive, um “gesto comum” com a mesma temática. 1995 foi o ano em que se discutiu, através da Rede dos Centros e Institutos de Pastoral da Juventude, a realização de um Curso de Pós-Graduação sobre Juventude, voltado para um amadurecimento de agentes que trabalham com jovens.

j) Muitas realizações aconteceram nessa época. Destacá-riamos quatro: 1) em nível latino-americano, uma nova sistematização da proposta da Pastoral da Juventude com *“Civilização do Amor: Tarefa e Esperança”*; 2) em nível de Brasil, os jovens da roça assumindo, com convicção, seu envolvimento com a terra; 3) os estudantes secundaristas, organizados na Pastoral da Juventude Estudantil, lançando a descrição de sua utopia através do seu Marco Referencial intitulado *“Quem somos? A que viemos?”*; 4) a articulação latino-americana dos militantes da Pastoral da Juventude através da “Rede Minka”, reunindo, de modo especial, pessoas que

passaram nessa Pastoral, envolvidas em atividades políticas.

Verificou-se, no geral, uma retomada em todas as frentes. Além do Dia Nacional, outra data que se instituiu oficialmente foi a “Semana da Cidadania”. Além da amplitude do tema, cabe recordar, a escolha e a nomeação, por indicação das bases, no México, na Venezuela e no Brasil de mulheres leigas, para assumirem o ministério da assessoria nacional, reconhecidas pelas respectivas Conferências Nacionais dos Bispos. Estes fatos não deixavam de ser um sintoma do tipo de caminhada que a Pastoral da Juventude fazia, assumindo atitudes novas na estrutura eclesial. Foi em 1998 que se realizou, igualmente, o 2º Congresso Latino-Americano da Pastoral da Juventude, em Punta de Tralca (Chile), com delegações das Pastorais de Juventude de todos os países da América Latina. É importante recordar, contudo, que nos mesmos dias acontecia, em Santiago do Chile, organizado com o apoio de Roma, o Encontro Continental de Jovens reunindo mais de 1 milhão de jovens³⁰. Ao mesmo tempo em que poderia significar um “reforço” do que sucedia no Congresso, significava, igualmente, a oposição perceptível de duas visões na pedagogia da evangelização da juventude: uma, que acredita numa “pastoral de eventos massivos” (Encontro Continental de Jovens de Santiago) e a outra, que aposta numa “pastoral de processo”, investindo sistematicamente na formação de pequenos grupos (Congresso de Punta de Tralca), assumindo a bandeira do protagonismo juvenil.

A caminhada, depois disso, prossegue dentro de uma con-

³⁰ Para se ter uma visão do que é (e foi) a Pastoral da Juventude Latino-Americana aconselha-se a leitura de “Pastoral Juvenil – Una propuesta desde América Latina”, de Horácio Penengo. In: *Revista Medellín*, Bogotá: vol. XXIV, n. 94, Junho de 1998, p. 365-385. É uma pastoral que parte da realidade, apresenta Jesus Cristo como caminho, verdade e vida de forma atraente, é uma pastoral com pedagogia pastoral e opções pedagógicas (o grupo, os processos de educação na fé, a especificidade, a organização e o acompanhamento) e uma pastoral com metodologia própria traduzida pelo ver, julgar, agir, revisar e celebrar e que propõe a espiritualidade do seguimento de Jesus.

juntura eclesial hegemônica, que não prioriza a necessidade de partir da realidade, mas aposta na força evangelizadora dos eventos massivos, tomando como ponto central a figura de Jesus encarada como o Cristo da fé, deixando de lado o Cristo da história. Uma manifestação significativa e que, de alguma forma, contrastava com o vento eclesial que se vivia, foram os Encontros Latino-Americanos de Buenos Aires e Quito, onde a juventude insistia na retomada dos Processos de Educação na Fé, na importância das opções pedagógicas e na importância pedagógica da elaboração do Projeto de Vida. O resultado foi a publicação de *“Projeto de Vida: Caminho Vocacional da Pastoral da Juventude”* (2003).

3. Rede de Centros e Institutos de Juventude

Para se ter uma visão conjunta das articulações religiosas juvenis da América Latina é indispensável ter ciência, igualmente, das “estruturas de apoio”, com as quais estas Pastorais da Juventude contam, principalmente, no campo da assessoria e da produção de subsídios para os milhares de grupos. Embora se assegure, como princípio orientador, o protagonismo juvenil, a Pastoral da Juventude sempre foi uma caminhada conjunta de adultos e jovens. Assim como os jovens fazem e decidem sua caminhada, eles desejam a companhia de estruturas que caminhem com eles. Por isso, para uma compreensão mais integral da caminhada destas Pastorais, é preciso falar dos Centros e Institutos de Juventude. Eles estão espalhados por diversos países e, a partir de 1991, começaram a encontrar-se, considerando que a “missão” de todos era a mesma: acompanhar as Pastorais de Juventude. Formaram-se, assim, duas “Redes”: a Rede Latino-Americana de Centros e Institutos de Juventude (à qual o Brasil também pertence), e a Rede Brasi-

leira de Centros e Institutos de Juventude com seus encontros específicos. Em 2007 estiveram presentes, no encontro desta Rede, 23 Centros, espalhados pelo Brasil (14), Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia (2), Venezuela, México, República Dominicana, Estados Unidos (participa um Instituto que trabalha com jovens hispanos), Paraguai e El Salvador.

3.1 Os “pioneiros”

Entre os diversos “Centros” – reunidos em “Rede” – destacamos os que podem ser chamados de “pioneiros”: o Instituto de Pastoral Juvenil da América Latina (Bogotá, Colômbia), o Instituto Superior de Pastoral Juvenil (Santiago, Chile) e o Instituto de Pastoral de Juventude (Porto Alegre, Brasil). Os Centros posteriores, cada qual com suas características, serão apresentados de forma mais sintética, considerando a caminhada conjunta.

a) O Instituto de Pastoral Juvenil Latino-Americano e a “Casa da Juventude” (Bogotá)

O Instituto de Pastoral Juvenil Latino-Americano (IPLAJ) é o Instituto mais antigo na América Latina dedicado à evangelização da juventude. Seu idealizador foi o P. Jesús Andrés Vela S.J., que o situava como resultado do impulso nascido da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968). Havia, na época, na Igreja Latino-Americana, instigados pelo espírito do Concílio Vaticano II, vários “Institutos” que aprofundavam temas específicos. O IPLAJ (dirigido para a Pastoral da Juventude) iniciou como uma organização autônoma, respondendo a três Congregações (salesianos, jesuítas e irmãs dominicanas da apresentação) e ao decano da Faculdade de Educação da Universidade Javeriana (Bogotá).

O objetivo era formar educadores para a educação da fé. Funcionou de 1970 a 1977, com três preocupações básicas: definir o que seria “Pastoral da Juventude”, definir o tipo de formação que se queria proporcionar e as características que deveria ter o IPLAJ. Optou-se por uma pedagogia personalizante, comunitária, de mudança e compromisso social e vocacional. Um campo onde se investiu foi na formação de assessores/as, orientadores em educação na fé, que pudessem assumir este trabalho em nível de estrutura eclesial. Propunha-se ter uma linha pastoral onde os participantes fossem sujeitos de sua própria personalização, tendo como pressupostos a opção pelos pobres e jovens, a linha libertadora, a educação para a transformação e a capacitação para trabalhar nos diferentes espaços da juventude.

Depois da Conferência de Puebla (1979), o IPLAJ partiu para a forma de “Seminários de Planejamento Pastoral”, tentando superar certo “cursismo”, como se expressa o P. Vela. O Seminário tinha, e tem, como base o aprofundamento da práxis pastoral dos participantes, a organização e a percepção da experiência pastoral, o aprofundamento das bases teóricas da ação e a elaboração de um Marco Teórico da Ação. Era e é um Seminário “experencial”. Quem assumiu esta nova proposta, a partir de 1979, foi a “*Casa de la Juventud*” que já funcionava desde 1973, e se especializara na linha da prática pastoral (Pastoral Juvenil, Semanas da Juventude, Páscoas Jovens, Encontros de Acampamento-Missão, Cursos para Animadores Juvenis, centrando-se no acompanhamento às Comunidades de Vida Cristã). As linhas de ação assumidas pela “Casa” eram o Planejamento, a Formação, o Acompanhamento, os Grupos de Jovens, a pesquisa e a publicação, a Espiritualidade e a Pastoral Vocacional. Em proporções mais modestas, mas influenciada por esta iniciativa, surgiram, na época, em diversos países, várias “Casas da Juventude”.

b) O Instituto Superior de Pastoral Juvenil (Chile)

O segundo centro mais antigo dos Centros e Institutos de Juventude, na América Latina, foi o Instituto Superior de Pastoral Juvenil (ISPAJ), do Chile – patrocinado, primeiramente, pela Conferência dos Religiosos do Chile. Ao longo de sua história, manteve-se fiel ao que o presidente da Conferência dos Religiosos do Chile, Padre Egidio Vigañó, dizia na inauguração do Instituto, no dia 21 de maio de 1971: *“Vivimos una hora exigente de la historia, de la patria y del continente. En ella la juventud está llamada a desempeñar un papel de especial importancia. A su servicio y para su orientación y formación ha dado el Señor una misión a la Iglesia y ha suscitado en ella carismas de especialización”*.

O objetivo do Instituto era um serviço técnico e formativo dos agentes que têm vocação para trabalhar com a juventude. Além de preparar agentes, estudava a realidade juvenil com outras instituições de pesquisa. A história do ISPAJ pode ser vista em quatro momentos:

1º – de 1970 a 1980: como um momento fundacional e de afirmação de seu caráter institucional. Entre as atividades deste “momento” destaca-se o Seminário Interamericano sobre a problemática juvenil e o curso de um ano, para assessores/as de jovens. Desde a criação, o Instituto colaborava com a Comissão Nacional da Pastoral da Juventude, passando a ser uma iniciativa da Conferência Episcopal Chilena.

2º – de 1981 a 1990: como um “momento” de aprofundamento da Pastoral Juvenil. Um esforço importante, desta década de ditadura militar de Pinochet, foi o estudo de como os jovens enfrentavam a questão afetiva e a participação social e política, ajudando o episcopado a elaborar as orientações para uma Pastoral Juvenil Orgânica.

3º – de 1991 a 2000: como um momento “novo” e de uma “nova evangelização”, como então se falava. Tratou-se de aprofundar cada etapa da vida juvenil e os diversos ambientes específicos. Destacou-se o surgimento do “Talita Kum”, um curso direcionado ao trabalho com adolescentes e ao amadurecimento de uma Pastoral Juvenil em chave vocacional.

4º – de 2001 a 2008: o ISPAJ investiu fortemente na preparação de agentes, com intercâmbio especial com a Universidade Salesiana de Roma e cultivando um relacionamento mais significativo com o Instituto Nacional da Juventude, tomando mais a peito estudos sobre os jovens em risco social.

Movidos por várias dificuldades e alguns questionamentos, o episcopado chileno decidiu encerrar os trabalhos deste Instituto em março de 2008, no dia do assassinato de Dom Romero, em El Salvador (1980). A medida não deixava de mostrar uma postura pautada por outro modelo de atuação junto aos jovens, não acreditando no valor de “partir da realidade”. Agradecimentos especiais, expressados pelos responsáveis no encerramento do Instituto, foram dirigidos ao Padre Derry, ao Padre Francisco O’Leary (ex-diretor do Instituto, falecido em 1992) e a Dom Fernando Ariztía, falecido em 2006. Foi, evidentemente, um acontecimento que ecoou, com estranheza, não somente no Chile.

c) O Instituto de Pastoral da Juventude (Porto Alegre)

Por iniciativa de cinco Congregações Religiosas (Maristas, Jesuítas, Salesianos, Irmãs da Divina Providência e Filhas do Coração de Jesus) fundava-se, em 18 de janeiro de 1980, outro Centro de Juventude: o Instituto de Pastoral de Juventude, em Porto Alegre. Os objetivos eram a Formação (de Assessores/as e Jovens), a Assessoria e a Pesquisa. Numa análise

desse Instituto com um espaço invejável, uma biblioteca especializada e um banco de dados sobre juventude, uma infinidade de iniciativas de formação e articulação, e outras características, apresentamos conclusões que uma monografia sobre esta obra apresenta³¹. Raquel Pulita, em sua análise, se refere aos avanços e desconstruções. Quanto aos trunfos da caminhada, Pulita desenvolve cinco itens³²:

- **A Intercongregacionalidade.** Considerando a importância do desafio, algumas Congregações (cinco, no início) uniram-se em torno da evangelização da juventude, expressa na Pastoral da Juventude. Discutiram o assunto, ofereceram seu projeto aos Bispos do Regional Sul 3 (Rio Grande do Sul), liberaram pessoas envolvidas nesse ministério, confiaram na criatividade dessas pessoas e iniciaram sua caminhada. Formou-se, até, uma comunidade de religiosos/as envolvidas nessa causa, e formaram o que se tornou conhecido como “*Equipe Executiva*” do IPJ.
- **A proposta.** O IPJ encarnou, desde o início, uma proposta pedagógica, teológica e pastoral de fronteira com relação ao trabalho de evangelização da juventude. Nem tudo era válido e não se aceitavam críticas sem fundamento. A proposta se expressava no “Marco Referencial” do Instituto e em muitas outras atividades. Dentre elas podem ser citadas: os Cursos de Assessores de Jovens, a efetivação anual do Plano de Atividades do Instituto, a montagem de um banco de dados sobre juventude e pastoral da juventude, a realização habitual da Revisão de Vida da “Equipe Executiva”, a coordenação

³¹ Referimo-nos à monografia de Raquel Pulita intitulada. “*As lições de uma fonte – análise da caminhada do Instituto de Pastoral de Juventude de Porto Alegre*”. São Leopoldo: Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação Especialização em Juventude, na Unisinos. 2004.

³² As “desconstruções” e outros aspectos podem ser encontradas na obra de Pulita.

democrática e rotativa da própria “Equipe”, a inserção na pastoral orgânica, o acompanhamento aos movimentos sociais, o espírito de acolhida da Casa etc. A proposta sofreu influências da Casa da Juventude (Bogotá); de teólogos como J. Batista Libânio e Leonardo Boff; sociólogos como Ricardo Antoncich, José Ivo Follmann, Alberto Atalíbio e José Odelso Schneider; pedagogos como Paulo Freire, Jorge Boran, Cláudio Rockenbach, Hugo Bersch, Enedina Pierdoná e Florisvaldo Saurim; psicólogos como José Hess, Antônio Baldan, e muitos outros³³. A própria sistematização da proposta pedagógica da Pastoral da Juventude brasileira e latino-americana era acompanhada de modo envolvente³⁴. O IPJ não era somente uma proposta que se hospedava na Casa Padre Jorge; a própria Casa era uma proposta.

- **A vida da Equipe**, isto é, a forma como a Equipe Executiva do IPJ conseguiu viver, existencial e pedagogicamente. A casa era procurada por jovens e assessores porque tinham certeza que encontrariam aí pessoas para conversar sobre o trabalho com a juventude e a vida. O que se viveu foi um intenso trabalho de equipe, com funções definidas, “trabalhos especializados” para todos, realizados em espírito de complementaridade.
- **Ser referência**. Impressionante como essa estrutura de apoio ao trabalho de evangelização da juventude foi adquirindo projeção. Uma realidade pensada a serviço de um “Regional”, teve que dobrar-se aos apelos de outros.

³³ Até os carismas das diferentes Congregações não podem ser esquecidos porque se vivia o encontro de muitas utopias dedicando-se ao trabalho com jovens e adolescentes.

³⁴ Recordamos a elaboração do “Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil”, de diversos subsídios para os jovens, da Campanha da Fraternidade, a parceria dos vídeos da mesma Campanha nos últimos anos, a participação nos debates teóricos da Pastoral da Juventude etc.

Era referente porque marcava presença. Muitas vezes não era ele (o Instituto) que fazia, mas estava presente. Entre alguns eventos podem ser citados os 45.000 jovens reunidos em Passo Fundo, em 1985; o encontro de 60.000 jovens em Santa Cruz do Sul, em 1998; o “encontrão” de mais de 40 mil jovens em Santa Maria, em 2001.

- **A pedagogia.** Outro trunfo que garantiu a caminhada do IPJ refere-se à pedagogia que o orientou. Tratava-se de uma pedagogia participativa, envolvendo a obra no seu todo, não somente nos Cursos que oferecia. A pedagogia estava na forma como se usava a casa, no jeito de tratar os funcionários, de receber as pessoas que procuravam a Casa, no modo de ser da Equipe, na maneira como se trabalhava com os “cursistas”, no envolvimento que o IPJ demonstrava na sua vivência social e eclesial. Não é por acaso que o IPJ se envolveu com os movimentos sociais, transformando-se em refúgio de perseguidos políticos e sendo apoio para as Comunidades Eclesiais de Base. Um cenário mais conservador da Igreja sempre tinha suas reservas ao IPJ, inclusive porque as organizações políticas de esquerda encontravam no IPJ um lugar para fazer seus planejamentos, entre outras questões. Estava em jogo uma postura teológica, pastoral e política. É o caso de recordar, também, as parcerias com o “Mundo Jovem” e a produção de subsídios.

Esta instituição sofreu, em 2006, uma intervenção relacionada ao uso do espaço, cedido em comodato pela Província Meridional dos Jesuítas do Brasil, desde o início da obra. Assim como teve que ir à busca de outro espaço, as condições de trabalho foram fragilizadas. Está numa fase de recomeço, num outro município, mantendo seus objetivos. Vive de uma memória bonita,

tendo que reiniciar sem poder contar com a força fundacional que a caracterizava. Não fica claro se a intervenção foi motivada por discordância com a orientação pedagógica reinante, ou pela retomada de um espaço privilegiado (no lugar funciona, agora, uma Escola de Design). De qualquer forma, não deixa de ser um sintoma das dificuldades que enfrentam as instituições eclesiais e sociais, quando realizam trabalhos de educação informal junto à juventude.

3.2 A realidade de uma “Rede”

Na caminhada das Pastorais de Juventude do continente latino-americano, vigorava e vigora a convicção que o jovem e o adulto precisam caminhar juntos, respeitando o papel protagonista da juventude. Na década de 1980, surgiram vários Centros e Institutos semelhantes aos que apelidamos de “pioneiros”: Pablo VI, em Montevideu; a Casa da Juventude, em Goiânia³⁵; o IPJ Leste II, em Belo Horizonte; o Aiaká, em Manaus e cerca de 15 outros, em diferentes lugares.

No primeiro encontro desta Rede Latina (1991) estavam presentes 11 Institutos: a Casa da Juventude, de Goiânia; a Casa de la Juventud, de Bogotá; o Centro de Capacitação da Juventude, de São Paulo; o Centro de Promoción Integral, do Méxi-

³⁵ A “Casa da Juventude” de Goiânia, com sua proposta, suas intervenções no campo juvenil celebrou, em 2008, seus 25 anos. Desenvolve vários projetos: Escola Bíblica para Jovens, Escola de Educadores/as de Adolescentes e Jovens, Curso de Psicologia e Afetividade, Oficinas de Contadores de História, Teatro, Dança e Canto, Cursos de Capacitação de Assessores/as, Tardes de Formação para Grupos de Jovens, Consultório de Psicologia, elaboração de subsídios. Em seus diversos cursos desenvolveu toda uma reflexão sobre o Processo de Educação na Fé para os grupos de jovens, a partir de um projeto elaborado pelo P. Florisvaldo Saurin, resultando numa edição de cinco volumes que foram, por longos anos, os materiais mais utilizados pelas Pastorais de Juventude do Brasil e da América Latina. Nos últimos anos, a “Casa da Juventude” coordena o Curso de Pós-Graduação “Juventude e Adolescência na Modernidade”.

co; o Anchieta, de São Paulo; o Instituto Arquidiocesano de Pastoral Juvenil, de Asunción; o Instituto Pablo VI, de Montevideu; o Instituto de Pastoral da Juventude, de Belo Horizonte; o Instituto de Pastoral da Juventude, de Porto Alegre; o Instituto Superior de Pastoral da Juventude, de Santiago e os Servicios de Capacitación, do México (SERAJ e CEJUV). O tema foi “*A Integração entre os Institutos, a realidade Latino Americana e questões de interesses comuns*”. Dois anos depois (1993), em Santiago/Chile, movido pela Conferência de Santo Domingo, dava-se o 2º encontro com o tema “*A cultura juvenil e a formação de Assessores/as*, com 12 Centros e Institutos.

Aos poucos foram sendo aceitos, na Rede Latina, outros Centros como o Servicio de Pastoral Juvenil, da Colômbia, em 1995 e o Instituto Fé y Vida, da Califórnia/ EUA que trabalham com jovens hispanos. Em 1997, começou a participar da Rede o “Instituto de Pastoral y Desarrollo Juvenil”, de Lima; em 1999 o “Instituto Pastoral Juvenil”, de Caracas; em 2001 o Centro Marista de Pastoral Juvenil, de Caracas, o Centro Pastoral Santa Fé de São Paulo, os Centros Maristas de Montes Claros (MG), Palmas (TO), Natal (RN) e Colatina (ES), o Instituto de Formação Juvenil, de São Luis/Maranhão, o Instituto Cardeal Eduardo Pironio, de Buenos Aires e o SEJUVE, de San Salvador/ El Salvador³⁶.

Toda a década de 1980 esteve banhada pelos esforços da Igreja Latino-Americana em concretizar os sonhos de Medellín e Puebla, optando pelos pobres, pelos jovens e confirmando a metodologia que parte da realidade. Em muitos países, os jovens estiveram em destaque, a organização e a articulação de uma Pastoral Juvenil, nos países e no continente, recebeu a atenção, o cuidado e o apoio por parte da hierarquia e de Congregações religiosas com opção pelos jovens e por uma vida mais inserida junto aos pobres.

Os termômetros indicavam, por isso, um tempo favorável

³⁶ Outra seria a história da “Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude”.

para uma articulação dos serviços prestados à juventude. As Pastorais da Juventude, em sua organização, tanto nos países como em nível de continente, começaram a viver um momento maduro de organização e fortalecimento. O clima gerado pelo Congresso Latino Americano, em Cochabamba/Bolívia (1991-1992), visualizava esse esforço de todas as Conferências. Crescia o empenho de organizar serviços de formação, assessoria e pesquisa para o acompanhamento da juventude e sua pastoral, resultando no surgimento de “Centros” com características distintas, mas prestando serviços comuns. Tudo isso aquecia o coração e fazia brotar desejos de encontros e de troca de experiências. Jorge Boran (Brasil) e Tere Lanzagorta (México) são os leitores destes desejos e, em 1990, *“dialogaron sobre la necesidad de realizar un encuentro con representantes de institutos de trabajan al servicio de la Pastoral Juvenil y/o de los jóvenes (directamente) y juntos convocaron a un primer encuentro instituciones que ellos conocían y otras que fueron propuestas por aquellas”*³⁷.

Haviam começado a realizar-se, também (1984), os Encontros dos Responsáveis Nacionais da Pastoral da Juventude (ELARNPJ), tratando de diferentes temas: “Elementos para la Propuesta e la Civilización del Amor” (1983), em Fusagasuga/Colombia e, em Zipaquirá/Colombia (1985); “Proyecto de Directorio de Pastoral Juvenil” (1986), “Redacción del Directorio de Pastoral Juvenil” (1987) e “Pastoral Juvenil, Sí a la Civilización del Amor” (1988) todos em Bogotá; “Opción Pedagógica y Etapas de Nucleación e Iniciación en los Procesos de Educación en la Fe de los Jóvenes”, em Caracas/Venezuela (1989); “Etapa de Militancia en los Procesos de Educación en la Fe de los Jóvenes”, em Quito/Ecuador (1990) e “Pastoral Juvenil y Cultura”, em San José/Costa Rica.

O 3º Encontro da Rede foi no México (1995), tendo como

³⁷ Relatório de Tere Lanzagorta (México), 1999.

tema o aprofundamento de duas experiências: o Seminário de Planificação, da Casa da Juventude de Bogotá, e Projetos dos Centros Juvenis de bairros, do México. Por outro lado, no 4º Encontro, em Lima/Peru (1997) o tema foi *Fundamentos da metodologia da Pastoral Juvenil*. Importante dar-nos conta que, um pouco antes, se lançava o livro *Civilização do Amor: Tarefa e esperança – orientações para a Pastoral da Juventude Latino-americana*, uma retomada do livro *Pastoral da Juventude – sim a Civilização do Amor*, de 1987. Embora em espaços diferentes, a caminhada se dava em conjunto.

O 5º Encontro (1999), em Cupertino (EUA), retomava o tema “*Fé e Culturas Juvenis*”. Haviam-se realizado (em 1998), no continente, dois eventos significativos: o Encontro Continental de Jovens, em Santiago/Chile, com mais de um milhão de participantes e o II Congresso da PJ Latino-americana. O Congresso teve como tema: “Protagonismo e compromisso dos jovens como profetas da vida e da esperança na América Latina, a partir das mudanças culturais, das realidades de pobreza, no início do terceiro milênio” e seu objetivo geral era “[...] *formular nuevas líneas de acción y compromiso de la Pastoral Juvenil, del Continente hacia el III Milenio, a partir de la valoración del camino recorrido, los cambios culturales y la situación de pobreza, en orden a contribuir en la construcción de una nueva América Latina, expresión de la Civilización del Amor*”. A situação juvenil se apresentava desafiante e exigia uma união de esforços, tanto nos aspectos internos da Igreja como da academia. O desafio dos Centros e Institutos se expressava na vontade de motivar e formar assessores adultos, dispostos a acompanhar os processos dos jovens e capacitá-los para responderem à problemática que se apresentava.

Talvez, por causa disso, o 6º encontro da Rede (2001), em São Paulo/Brasil, teve como tema “*O emotivo, o simbólico e o*

espiritual em uma Pastoral da Juventude libertadora". Assim como o "Jubileu dos Jovens", em Roma, reunia 2 milhões incentivando "encontros massivos" como os da Jornada Mundial, começava a se evidenciar a política de desarticulação de uma Pastoral da Juventude que priorizava o protagonismo juvenil. Na América Latina o ELARNPJ de 2001, em Buenos Aires/Argentina, retomava o Processo de Educação da Fé, direcionado para a elaboração do Projeto de Vida. Interessante verificar, por isso, que o 7º Encontro da Rede (2003) em Caracas/Venezuela teve como tema "*O projeto de vida no contexto da juventude empobrecida na América Latina*" e, dois anos depois, no encontro de 2005 (Buenos Aires) "*O Acompanhamento para a maturidade da fé do jovem em um contexto latino-americano*". No encontro de 2007, em Belo Horizonte/Brasil, o tema foi "*Processos de acompanhamento do Protagonismo Juvenil: discípulos no exercício da cidadania*".

Tendo em conta essa caminhada geral, tanto das Pastorais de Juventude como da Rede de Centros e Institutos, toma um sentido novo o fato de a V Conferência Episcopal Latino-Americana, em Aparecida, ter retomado a opção pela juventude, reconhecendo o processo vivido pelas Pastorais de Juventude, especialmente os processos de educação da fé por elas sistematizados.

Conclusão

As três experiências nos apontam para uma visão ampla sobre a presença juvenil, católica, na sociedade latino-americana. Recordam, primeiramente, que a Igreja Católica, como instituição milenar, só iniciou a ter, no seio dela, experiências juvenis, respeitadas do protagonismo juvenil, na primeira metade do século XX. Neste sentido a Ação Católica Especializada teve

um papel preponderante, com todos os conflitos que teve que enfrentar, dentro e fora da Igreja Católica. Tratava-se, no entanto, de uma realidade mais ampla, para além da Igreja Católica. A sociedade adulta, como um todo, sempre resistiu em crer na “novidade”, assim como ainda resiste em aceitar, por exemplo, o “feminismo” ou a questão de “gênero”. Neste sentido a experiência do Secretariado Latino-Americano, com todos os seus limites, carrega um significado enorme.

Assistimos, nas experiências visualizadas, “processos” que vão amadurecendo na forma de encarar a “boa notícia” para a juventude. Verifica-se, por exemplo, o caminho de um dinamismo que vai alternando o social e o pessoal. Mesmo de forma superficial, percebe-se, na caminhada dos Encontros Latino-Americanos de Responsáveis da Pastoral da Juventude, que há tempos em que o “social”, encarado com o auxílio de um método, que parte de uma visão científica da realidade, parece hegemônico. Surgem, contudo, outros momentos em que as questões internas e os problemas emocionais, do louvor e das multidões, com duração momentânea, vão tomando conta, novamente. Ficou visível que a caminhada das “Pastorais”, como expressão da instituição-igreja, é marcada por diversos conflitos. Assim como é uma luta conquistar seu espaço na sociedade e na própria Igreja, acrescenta-se outro capítulo essencialmente juvenil: a eterna busca da identidade.

O processo vivido pela Rede como Rede é, ainda, difícil de delinear com mais clareza. Fica evidente, contudo, a vivência conjunta com a realidade das Pastorais de Juventude e da juventude como tal, mantendo-se sólida, por exemplo, na opção por uma metodologia definida, tanto nas assessorias como na elaboração de materiais pedagógicos, bem como na permanência decidida em algumas opções como é a opção pelos empobrecidos. O mesmo se pode dizer do avanço e da compreensão de outros

campos de trabalho, como o atendimento direto aos jovens, o aprofundamento do estudo da realidade juvenil, a defesa da vida e dos direitos da juventude, a resistência a um modelo de Igreja que tem dificuldade em reconhecer o protagonismo dos/as leigos/as e jovens na construção do Reino de Deus, a valorização pedagógica e teológica de espaços para a atuação de cristãos/ãs, vivendo o ministério da assessoria e do acompanhamento aos jovens e seus grupos. Fica evidente, também, que dentro e fora das igrejas o trabalho com a juventude se caracteriza no cultivo da necessidade, para uma sociedade justa, das iniciativas que se situam na geografia do “desvio social”, porque a juventude não deixa de encarnar o “novo” e o imprevisível.

Na preparação do encontro da Rede, em 2007, um estudo afirmava que se assistia a uma alteração na metodologia e no modo de viver a Evangelização na América Latina. A proposta das Pastorais de Juventude, apesar do pronunciamento da Conferência Episcopal de Aparecida e apesar de um documento significativo como é “Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas Pastorais” (2007) o trabalho com a juventude, além de carregar só por si enormes desafios, continuará a ser alvo de críticas e rejeições. Ao mesmo tempo em que vemos instituições procurando fugir do marasmo, a juventude se vê vocacionada a dizer que a novidade deve ser sempre real, até no corpo em que vive. Socializando a caminhada das articulações juvenis, católicas, na América Latina não estamos frente a um processo simples de ser percebido. Além dos limites geográficos e das escolhas que fizemos para perceber uma realidade, muitas outras realidades foram aparecendo, provas da riqueza que estas articulações significam para dentro e para fora de uma caminhada eclesial.

Referências

CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa;
CANGAS, Yanko González (org.). **Jovens na América Latina**.
São Paulo: Escrituras e CEBRIJ, 2004.

CELAM. **Civilización del Amor – Tarea y Esperanza: orientaciones para una Pastoral Juvenil Latinoamericana**.
Santafe de Bogotá: editada em vários países da América Latina, inclusive no Brasil (“Civilização do Amor: Tarefa e Esperança”. São Paulo, Paulinas, 1997).

CNBB. **Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas Pastorais**. Brasília: CNBB, n. 3, 2007.

DICK, Hilário. O fenômeno da evangelização juvenil através da história. **Revista Medellín**, Bogotá, v. XXIX, n. 113, mar. 2003, p. 63-84.

_____. Pastoral da Juventude do Brasil – um diagnóstico em final de 2004. **Revista PJ A CAMINHO**, Porto Alegre, n. 96, mar./maio 2005, p. 17-36.

_____. **Juventude faz História – Pastoral da Juventude no Rio Grande do Sul 1983-1993**. Porto Alegre: Evangraf, 1995.

_____. Presença questionante e questionadora – A juventude na história brasileira. In: **Gritos silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude na história**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 257-298.

_____. **O caminho se faz. História da Pastoral da Juventude do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

_____. **JEC no Brasil. Uma proposta que não morreu**. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 1992.

_____. **Los estudiantes siendo Iglesia en América Latina. La historia de la JEC.** Quito: Secretariado Latinoamericano do MIEC-JECI, 1994.

ISPAJ. O Instituto Superior de Juventude de Santiago – Chile. **Revista PJ A CAMINHO**, Porto Alegre, n. 80, maio/jun. 2000, p. 62-67.

PENENGO, Horacio. Pastoral Juvenil – una propuesta desde América Latina. **Revista Medellín**, Bogotá, v. XXIV, n. 94, jun. 1998, p. 365-385.

PETRELLI, Evangelina. Instituto Cardeal Pirônio – Para la Fomación en Pastoral de Juventud. In: **Revista PJ A CAMINHO**, Porto Alegre: n. 92, jun./ago. 2003, p. 71-73.

PIERDONÁ, Enedina (org.). **História da PJ no Brasil.** Porto Alegre: Evangraf, 1990.

PIRES, Geraldo P. Caminhada de Formação e Articulação dos Assessores da Pastoral da Juventude no Brasil. In: **Revista PJ A CAMINHO**, Porto Alegre: n. 99, p. 48-61, nov./dez. 2005.

PULITA, Raquel. **As lições de uma fonte** – análise da caminhada do Instituto de Pastoral de Juventude de Porto Alegre. São Leopoldo: Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação Especialização em Juventude, Unisinos, 2004.

REDE BRASILEIRA. Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude. **Resgate Histórico.** Polígrafo de 2007.

RODRIGUES DA SILVA, Lourival. Casa da Juventude Padre Burnier – Goiânia. **Revista PJ A CAMINHO**, Porto Alegre, n. 74, p. 33-44, out./dez. 1998.

TEIXEIRA, Carmen Lúcia. **Contemplando o caminho andado.** Polígrafo do Encontro da Rede de 2007.

VELA, Jesús Andrés. Una experiencia múltiple de trabajo en Pastoral Juvenil a través de 25 años. **Revista Medellín**, Bogotá, v. XXIV, n. 94, jun. 1998, p. 207-246.

ATIVISMO, CULTURA DIGITAL E MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA*

*Carlos André dos Santos***

O debate sobre a participação juvenil, ao longo do século XX, apresentou o jovem ora como questão, ora como problema relacionado à sua condição de socialização, vigilância e disciplinarização quanto ao direito reconhecido (GROPPO, 2006), em reflexões científicas, filosóficas e literárias, que fazem parte do *jogo de olhares e silêncios sobre a juventude* (FEIXA, 2006).

Este debate demonstra, conforme Sousa (2002), o desafio do ideário juvenil contemporâneo, uma vez que o comportamento juvenil atual evidencia que as instituições contam com os jovens para seus projetos, integrando-os em grupos controlados por adultos, mas não anulam ou neutralizam capacidade juvenil de autonomia, de questionar o velho e de organizar-se politicamente.

Para essa autora, recentemente, os estudos da participação

* Este artigo é um fragmento da minha dissertação intitulada *A rebeldia por trás das lentes – Participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil*, em que analisei a participação política juvenil na mídia radical alternativa.

** Mestre em Sociologia Política e pesquisador do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea. E-mail: caze@riseup.net.

política das novas gerações “vêm se atualizando na compreensão das novas sociabilidades históricas inter-relacionadas com categorias sociais, culturais e políticas” (SOUSA, 2002, p. 1).

Nesse sentido, para ela, o debate proposto sugere, entre outras coisas, que é interessante distinguir o conceito de política, na dimensão da esfera institucional, daquelas concepções que frequentam os espaços de experiência social e que geram novas *sociabilidades*. Ainda que vago e impreciso, este outro conceito de política ajuda a compreender a ação juvenil contemporânea, em que existe a tendência de *insurgências indicadas em ações contrainstituintes*.

Analisando as práticas dos jovens que vão além da participação da esfera institucional, este artigo tem como objetivo resgatar as narrativas sobre a relação entre propriedade intelectual e bloqueios do livre acesso das pessoas a informação e conhecimento que muitos desenvolvem *na mídia radical alternativa* (DOWNING, 2002).

O conceito de mídia radical alternativa é definido por Downing (2002) como:

[...] a utilização dos recursos da comunicação midiática em pequena escala, que assume diversas formas – rádio, imprensa, televisão, vídeo, teatro, tapeçaria, muralismo, grafite, foto montagens, vestuário, gravuras satíricas, pornografia, cartazes, culture-jamming e Internet radical – para expressar uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas (DOWNING, 2002, p. 21).

O conceito é bastante amplo e reconhece meios que não são usualmente pesquisados como expressões de mídia radical. O termo *radical* serve para designar apropriação dos meios de comunicação pelos ativistas de mídia, sejam eles especialistas ou não, diante dos bloqueios de expressão pública gerados por diversos

fatores, de acordo com o autor: a dinâmica capitalista, o silêncio do Estado, o obscurantismo religioso, os códigos racistas e patriarcais institucionalizados e outros códigos hegemônicos¹.

Esse autor relata que em cenários tensos, principalmente em regimes autoritários, opressores e reacionários, predomina o modelo de mídia alternativa de contrainformação. Quando há certa liberdade de expressão e livre manifestação, a mídia alternativa tende a questionar a autocensura e a exploração comercial presentes na mídia convencional e que abastecem o sistema capitalista de legitimidade.

Downing (2002, p. 27-30) oferece uma série de características para descrever os fenômenos relativos à mídia, que nos ajudam a diferenciar preliminarmente a mídia radical alternativa da mídia convencional e estabelecida. Em certas circunstâncias, a designação Mídia Radical pode incluir as mídias de minorias étnicas, comunitárias e religiosas, dependendo do conteúdo e do contexto. Estas são incluídas no termo quando servem para quebrar com a ortodoxia de um contexto autoritário estabelecido.

A mídia radical se apresenta em multiplicidade de formatos: como impressos; xilogravuras; *sites* na Internet; teatro; *graffite*; *culture jamming*; pornografia; rádios e TVs livres; vídeos; CDs; vestuário; e festas de rua. Geralmente possuem poucos recursos, atingem uma pequena escala, não são amplamente conhecidas e são atacadas pelas autoridades por medo de serem expostas ao ridículo.

A mídia radical serve para dois propósitos: 1) expor verticalmente as demandas dos setores mais baixos em oposição direta à estrutura do poder e seu comportamento; 2) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade para construir redes contrárias às políticas governamentais ou mesmo para sobreviver diante da estrutura do poder.

¹ Esse autor recorre à obra de Gramsci entre 1920 a 1930.

Para Downing (2002), as mídias radicais possuem algo em comum: romper com regras estabelecidas, embora nem sempre consigam romper com todas elas. O autor cita como exemplo a imprensa pró-sufragista nos Estados Unidos, na qual as mulheres submissas eram retratadas como virtuosas brancas e raramente dotadas de autoridade, enquanto que as mulheres influentes eram retratadas como guerreiras amazônicas ou figuras da Antiguidade clássica. Mesmo que exigindo o direito do voto às mulheres, muitos Cartuns reiteravam ao mesmo tempo os estereótipos patriarcais.

Esse autor procura analisar as formas de organização da mídia radical por meio das contribuições da crítica anarquista e socialista. Para ele, a mídia radical possui a tendência horizontalizada ou flexível na sua organização interna se comparada à mídia estabelecida e pode ser relacionada a dois modelos. Conforme esse autor: o *modelo leninista*, conhecido como *Agitprop*, que combina táticas de informação de problemas imediatos e de abuso (agitação) e estratégias de comunicação política ao longo prazo (propaganda), com o intuito de moldar as pessoas na direção do marxismo-leninismo; e o *modelo socialista libertário*, baseado na tradição autogestionária, que apresenta um alto grau de horizontalidade, evitando que as funções de cada um dentro do coletivo e que os diferentes graus de educação e capital cultural criem uma estrutura hierárquica.

Sobre o modelo autogestionário, Downing (2002) destaca a relação entre a mídia radical e a política pré-figurativa. Esta relação é compreendida com o conceito de autogestão do anarquismo clássico e as suas expressões contemporâneas. A autogestão, no anarquismo, não está restrita ao domínio da produção econômica, ela se estende ao domínio social e nas microesferas de poder, onde frequentemente se estabelecem relações heterônimas entre os sujeitos (SOUZA. 2008).

A política pré-figurativa, sob a perspectiva libertária, é uma ação construída no cotidiano por meio de práticas e vivências coletivas, que tem como objetivo seguir os princípios libertários no presente e não apenas após uma revolução social. A construção dessas vivências e práticas coletivas procura enfatizar a necessidade de se estabelecer laços de solidariedade e cooperação nos espaços de decisão e organização, evitando também a hierarquização de funções, a concentração de poder e a separação entre os espaços de execução, decisão e planejamento.

A autogestão é reconstruída a partir da valorização dos processos, sobretudo, com a abertura a outros critérios éticos e à experimentação, e não pela lógica da eficácia, comum aos veículos de mídia convencional.

No entanto, a autogestão também não deve se resumir a essa esfera da experimentação comportamental, como sugere Boockhin (1982), quando visualiza nas expressões do anarquismo presentes na contracultura uma tendência ao isolamento em relação às lutas de movimentos sociais mais amplos, quando aderem a estilos de vida aceitáveis pelo sistema, ainda que moralmente recriminados pelos setores mais conservadores da sociedade.

Downing (2002) também destaca que o modelo autogestionário possui certa autonomia em relação aos movimentos sociais e à cultura de oposição. Mas os atores autogestionários podem se afastar de aspectos autoritários de determinado grupo, movimento social e contracultura e cultura de oposição, a ponto dos objetivos, métodos e princípios que norteiam a prática dos demais grupos não serem respeitados ou até mesmo serem ignorados. Essa autonomia em determinados momentos pode se converter em um isolamento, quando se transforma em um tipo de aristocracia militante distanciada da realidade objetiva.

Onde Fica o Digital na Mídia Radical Alternativa?

O desenvolvimento das tecnologias midiáticas, a popularização do uso do computador pessoal, dos periféricos (escâneres, gravadores de CD e DVD, impressoras) e das técnicas de produção de mídia, o crescimento das possibilidades de compartilhamento e maior interatividade entre os sujeitos e usuários da mídia alternativa, o movimento do software livre, a constituição de redes e as questões relativas ao direito autoral, são elementos relativamente novos que trazem à tona novas práticas e discursos para as mídias de contestação por jovens ativistas.

Lincoln Martins (2004), analisando as perspectivas da comunicação alternativa, na era da informação digital, destaca que a difusão das novas tecnologias, a partir da década de 1990, tornou possível uma maior participação das pessoas nos cenários da comunicação social. Segundo o autor, a fácil disponibilidade de veículos com relativo baixo custo, como a internet, máquinas e filmadoras digitais, copiadoras, entre outros eventos, tornaram a comunicação social mais flexível, dinâmica e, sobretudo, mais acessível, refletindo diretamente nas relações do homem com o homem e do homem com o mundo.

Para esse mesmo autor, as imposições da ideologia burguesa e do consumismo desenfreado não findaram, e nem estão perto de terminar, mas a possibilidade de difundir e produzir a cultura de forma autônoma do mercado e de outras instituições, baseadas em princípios verticais e de persuasão, surge como ponto crucial no rompimento com hegemonia corporativista.

Além disso, pode-se dizer que, de certa forma, a facilidade de acesso aos meios de produção e distribuição da informação e cultura também produziu, além da liberação da mídia alternativa do estigma do amadorismo (KLEIN, 2002), a dissemi-

nação quase simultânea dos modos de fazer, sem a necessidade de um especialista.

Por meio dos fóruns, das listas de e-mails e tutoriais são compartilhadas técnicas de edição, editoração e produção de vídeos, áudio e textos, bem como, o desenvolvimento de softwares livres² com interfaces amigáveis e de publicação aberta, que permitem a qualquer pessoa, com um conhecimento básico de informática, produzir sua própria mídia e distribuí-la livremente, sem que haja a mediação de um jornalista ou outro especialista em mídia.

As tecnologias digitais de compressão (mp3, avi, mp4), de distribuição (redes ponto a ponto, torrents, blogs) e de reprodução de dados (copiadoras, gravadores, escâneres) permitiram que o compartilhamento dos bens culturais e simbólicos ganhasse uma escala global, quase que ilimitada e anárquica, gerando um conflito que tem influência direta na produção de mídia alternativa contemporânea. Trata-se do conflito entre os defensores da livre troca de conhecimento e bens culturais e os detentores dos direitos autorais, geralmente megacorporações de entretenimento proprietárias de editoras, produtoras e gravadoras.

O direito autoral como conhecemos hoje, como um direito “natural” do autor viver de sua obra, nem sempre existiu. Ele é uma construção histórica intrínseca ao sistema de produção e de manutenção do político. O ato de plagiar, reproduzir, distribuir e acessar obras literárias, filosóficas e políticas, canções e poemas sem permissão ou mesmo conhecimento do autor, nem sempre foi visto como um crime ou como uma prova da falta de criatividade do plagiador. Pelo contrário, se não fosse a reprodução, hoje chamada de plágio, muitos dos conhecimentos construídos por civilizações milenares estariam perdidos, civilizações que

² Falaremos da relação do software livre com as práticas de mídia alternativa um pouco mais à frente.

antecedem os axiomas impostos pelo capitalismo – axiomas como a centralidade do mercado nas relações humanas e a propriedade tida como privada e sem função social.

*Se sempre*³ houvesse existido a propriedade intelectual, a humanidade não haveria conhecido a epopéia de Gilgamesh, o Mahabharata e o Ramayana, a Iliada e a Odisséia, o Popol Vuh, a Bíblia e o Corão, as lendas do Graal e do ciclo arturico, o Orlando Apaixonado e o Orlando Furioso, Gargantua e Pantagrue, todos eles felizes produtos de um amplo processo de mistura e combinação, re-escritura e transformação, isto é, de ‘plágio’, unido a uma livre difusão e a exibições diretas (sem a interferência dos inspetores da Società Italiana degli Autori ed Editori) (WU MING, 2002, p. 9).

Joanne Richardson e Kleinner (2006) definem que revolução romântica marcou o nascimento da autoria proprietária, abolindo a crença que as criações humanas eram dádivas dos deuses que podiam ser controladas por decretos reais, que decidiam quais obras seriam publicadas ou abolidas conforme seus interesses.

Para esses autores, embora o movimento romântico tenha libertado a capacidade produtiva dos indivíduos das causas supranaturais e do controle político, ignorou o contexto social da produção mais vasto, acorrentando a produção do conhecimento ao discurso da propriedade privada que dominou o discurso filosófico desde Locke.

Segundo os mesmos autores, os primeiros a defenderem que a obra de um autor era fruto de sua personalidade única, foram Edward Young e Samuel Richardson, por volta de 1750. Essa ideia encontrou apoio entusiástico entre os românticos alemães e ingleses. Depois disso, Lessing, em 1772, estabele-

³ Grifado pelo autor.

ceu uma relação entre originalidade e direito sobre as ideias, os artistas teriam direitos de se beneficiar dos rendimentos econômicos de suas obras. Percebendo que muitas pessoas compartilham das mesmas ideias, Fische, em 1791, acrescenta que as ideias, para serem propriedade, deveriam possuir características distintas as quais permitissem que apenas um indivíduo reclamasse sua propriedade. A característica distinta não residia na ideia em si própria, mas na forma única que autor utilizava para comunicá-la.

Por volta de 1830, Wordsworth introduz na prática a noção de gênio artístico, defendendo que os gênios em nossa sociedade, frequentemente, são ignorados por seus contemporâneos, só sendo reconhecidos após a morte do autor. Essa ideia fez que Wordsworth se tornasse um ativista da defesa da extensão dos direitos autorais para 60 anos após a morte do autor.

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006), há uma dualidade em Wordsworth, uma vez que invoca o autor como gênio solitário, mas sua:

[...] visão romântica do mundo aspirava a elevar a arte a um espaço puro superior à produção de mercadorias, mas sua definição da obra criativa enquanto propriedade reintegra a arte na própria esfera que procurava negar (RICHARDSON; KLEINNER, 2006, p. 2).

A primeira lei inglesa de direito autoral⁴ surge em 1710, o *Statute of Anne* que dava o direito sobre a propriedade intelectual por 14 anos ao autor, renováveis por mais 14 anos se o mesmo estivesse vivo (ORTELLADO, 2002). A criação dessa lei tinha a intenção de acabar com o monopólio da *Stationers Company*,

⁴ Os primeiros direitos de cópia datam dos séculos XVI e XVII, eram licenças reais que davam direitos exclusivos aos livreiros de copiar ou imprimir. O monopólio tinha um interesse específico, o de publicar ou banir os livros segundo os interesses ideológicos da corte para controlar o conhecimento e censurar as vozes discordantes.

uma corporação de livreiros que havia obtidos o direito exclusivo de cópia por um decreto da Rainha Ana, em 1557⁵.

Richardson e Kleinner (2006) salientam a codificação capitalista da relação autor/editor como uma das contribuições importantes do estatuto, observando que o copyright estava ligado ao direito do autor, sendo, contudo, automaticamente assumido pelos editores por meio dos mecanismos neutrais de mercado. Em teoria os autores e artistas eram proprietários das suas ideias imateriais e do direito de viver com o fruto do seu trabalho, entretanto, eles não possuíam os meios tecnológicos de reprodução de sua obra, por esse motivo, os autores, tinham que vender parte de seus direitos para outra pessoa com recursos suficientes para explorá-los, ou seja, vender o seu trabalho.

Com a consolidação da indústria cultural, que transfere a racionalidade instrumental para a produção cultural, a propriedade intelectual passa a ter uma longevidade muito além do que se imaginava no século XVIII.

Segundo Ortellado (2002) a legislação americana, que data de 1790, se baseou na lei inglesa usando também os 14 anos, mais a renovação por mais 14 se autor estivesse vivo; em 1810 a lei foi alterada, passando para 28 anos renováveis por mais 14; em 1909 é de novo alterada passando para 28 anos, renováveis por mais 28 anos. Mais recentemente, a extensão do direito à propriedade intelectual ultrapassou de longe os vinte anos após a morte do autor.

A pressão teria começado, em 1955, quando o Congresso autorizou o escritório de patentes a desenvolver um estudo com vistas a revisar as leis de direito autoral vigentes, que concluiu que as leis deveriam ampliar o período de renovação de 28 para

⁵ *Statute of Anne* foi realmente colocado em prática só após longos anos de batalhas jurídicas, por causa das bases institucionalizadas que formavam o monopólio das publicações.

48 anos. A associação de escritores pedia que fosse renovada para 50 anos, com o argumento de se adequar à “modernização” das leis de direitos autorais e à Convenção de Berne.

Durante anos posteriores a discussão arraigada parecia não ter fim. Os direitos autorais que expirariam em 1962 tiveram uma autorização especial para expirar apenas em 1965, com ação dos lobistas, vencimento extraordinário que se repetiu de 1965 para 1967, de 1967 para 1968, de 1968 para 1969, de 1969 para 1970, de 1970 para 1971, de 1971 para 1972, de 1972 para 1974 e de 1974 para 1976. Esta discussão se arrastou até 1976, quando a nova lei de direitos autorais é aprovada, estabelecendo um período de vigência do direito por toda a vida do autor mais 50 anos, e para trabalhos encomendados por empresas um período de 75 anos após a publicação ou 100 anos após a criação, o que fosse mais curto.

Ainda segundo Ortellado (2002), nos anos 1990, sob forte pressão da Disney, Warner e a indústria cinematográfica, prestes a perder os direitos sobre suas obras e personagens mais famosos⁶, o direito autoral foi ampliado, em 1998, de 50 para 70 anos, caso o direito fosse propriedade de uma pessoa, e de 75 para 95 anos, caso o direito fosse propriedade de uma empresa.

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006) a propriedade intelectual é uma farsa, é um conceito desprovido de sentido – *as ideias não funcionam como a terra e não podem ser detidas ou alienadas* – e os debates que emergem sobre a proprie-

⁶ Ortellado (2002) cita como exemplo de obras que entrariam em domínio público, e suas respectivas detentoras dos direitos autorais. Da Disney: Mickey Mouse, em 2003, Pluto, em 2005, Pateta, em 2007, Pato Donald, em 2009; da Warner: Perna Longa, em 2015, “E o vento levou”, em 2014, e as músicas de George Gershwin; como “Rhapsody in Blue”, em 1998, e “Porgy and Bess”, 2010; Viacom: “O grande Gatsby” de Scott Fitzgerald, no ano 2000, “Adeus às armas” de Ernest Hemingway, em 2004; Universal: músicas como “Concerto número 2 para violino” de Prokofiev e “Smokes Get in Your Eyes” de Kern e Harbach em 1998 e 2008.

dade intelectual tendenciosamente ignoram a noção de apropriação e transmissão cultural. Os autores argumentam que as ideias não surgem do nada no cérebro dos indivíduos, como se fossem uma linguagem privada. Ao contrário, elas sempre foram uma prática social. As ideias se baseiam em extratos de conhecimentos acumulados ao longo da história. A partir dos extratos comuns, os homens criam suas obras que possuem especificidades e inovações inequívocas. Todas as obras criativas combinam ideias, palavras, sons e imagens pertencentes à história e ao seu contexto contemporâneo, são produtos de recombinações e apropriações.

O regime de propriedade intelectual não seria mais que um privilégio legal para representar-se a si próprio, de modo falso, como único proprietário do uso de uma ideia, expressão ou técnica e para cobrar uma taxa a todos que pretendam usá-las na sua produção. As ideias de originalidade e o individualismo passam a gerar uma paranoia entre os “gênios” autores, *cujo receio de serem roubados parecia disfarçar um medo mais básico, a de que a sua pretensão à originalidade não passasse de ficção.*

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006) a propriedade intelectual está apoiada na violência invasora do Estado, que impede a todos de usar sua cultura comum. Os efeitos são: o roubo da memória cultural, a censura e o acorrentamento da imaginação à lei. Os efeitos não são apenas econômicos, *os próprios artistas passam a sentirem-se lisonjeados com a sua associação ao gênio criativo, fazendo vista grossa ao modo como é empregue para justificar a exploração e alargar os privilégios das elites proprietárias.*

A produção artística passa a obedecer ao individualismo egoísta, em que os artistas competem entre si, em busca da originalidade, neutralizando um determinado processo de produção de conhecimento, deslegitimando a noção de cultura comum e danificando as relações sociais. O artista passa a não mais ser

encorajado a criar um fundo comum de criatividade. Em vez disso, começa a proteger ciosamente sua “propriedade” dos outros, encarando-os como potenciais concorrentes, espiões e ladrões deitados à espera de surrupiar suas ideias originais.

Apesar de a farsa do direito autoral durar até os dias de hoje, Joanne Richardson e Kleinner (2006) observam que, ao longo dos dois últimos séculos, não se conseguiu erradicar totalmente a memória de uma cultura comum e que as ideias, imagens e sons podem ser livremente utilizados por todos.

Diferentes pessoas e grupos se manifestaram contra o surgimento do autor proprietário e o regime de propriedade intelectual. Os dadaístas, também citados pelos autores, movimentos surgido em Zurique, durante I Guerra Mundial, rejeitavam a originalidade artística. Para eles todas as obras consistiam em reciclagem e remontagem.

Para Marcel Duchamp, um dos mais conhecidos expoentes do movimento dadaísta, o conceito *ready-made* é uma apropriação do que já está feito, ou seja, uma transposição prática e não artística. São objetos anônimos que são escolhidos pelo artista, que, ao escolhê-los, transforma-os em obra de arte; essa escolha não é aleatória, mas pensada de forma filosófica e crítica, não há postulação do novo, somente a crítica à arte postulada sobre a ideia de valor, que se transforma em antiarte (BELTRAME e MORETTI, 2006).

A transposição de objetos cotidianos para a arte, os poemas *non-sense*, que zombavam de artistas e figuras políticas da época, eram apenas uma das faces do dadaísmo e de sua irreverência irrestrita, que simultaneamente se encontravam na disseminação de notícias falsas, intervenções em encontros políticos e manifestações na rua⁷.

⁷ Apesar de o dadaísmo ser associado muitas vezes, vulgarmente, ao anarquismo e com o nihilismo, mesmo que o movimento anarquista negue possuir uma expressão

Os situacionistas, grupo que definia a si mesmo como uma vanguarda “política e artística”, no fim dos anos 1950, procuravam entre outras coisas superar o projeto que os dadaístas tinham deixado inacabado, trazendo os elementos do cotidiano para a arte, recombinando-os e os colocando a serviço da revolução.

Para isso era *necessário eliminar todos os vestígios da noção de propriedade pessoal nesta área*, inclusive qualquer fragmento que pudesse ser tido como propriedade de outra vanguarda, segundo eles: “aparição de novas necessidades torna as obras ‘inspiradas’ anteriores obsoletas. Elas se tornam obstáculos, vícios perigosos. Não se trata de discutir se nós gostamos ou não delas. Nós precisamos superá-las” (DEBORD e WOLMAN, 1956) ⁸.

Segundo Joanne Richardson e Kleinner (2006), o conceito de *détournement* dos situacionistas – o desvio dos significados das obras de arte, dos filmes, das tiras de quadrinhos e anúncios

estética única e que os próprios dadaístas como movimento dadaísta não reconheçam uma ideologia para sua prática política, na biografia de alguns de seus expoentes encontramos uma trajetória de militância comunista e antimilitarista.

⁸ Stewart Home, um dos mais conhecidos estudiosos das vanguardas artísticas e contraculturas, cita a tese 191 de Guy Debord em “Sociedade do Espetáculo”: “Dadaísmo e surrealismo são duas correntes que marcam o fim da arte moderna. São contemporâneas, ainda que de maneira apenas relativamente consciente, do último grande ataque do movimento proletário; e a derrota desse movimento, que os deixou prisioneiros do mesmo campo artístico cuja decrepitude haviam anunciado, é a razão básica para sua imobilização. Dadaísmo e surrealismo são ao mesmo tempo historicamente relacionados e opostos um ao outro. Essa oposição, que cada um deles considerava sua mais importante e radical contribuição, revela a inadequação interna de sua crítica, que cada um desenvolveu unilateralmente. O dadaísmo queria suprimir a arte sem realizá-la; o surrealismo queria realizar a arte sem suprimi-la. A posição crítica mais tarde elaborada pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são aspectos inseparáveis de uma única superação da arte”. Stewart Home: a perspectiva radical – Entrevista de Stewart Home a Rodrigo Nunes, doutorando em filosofia pela Universidade de Essex. Disponível em: <www.rizoma.net/interna.php?id=248&secao=artefato>. Acesso em: 19 mar. 2009.

publicitários – devia muito aos dadaístas. Mas enquanto que nos dadaístas havia uma crítica negativa às imagens dominantes, que dependiam do reconhecimento fácil das imagens negadas, o *détournement* não era tanto um antagonismo à tradição, pois acentuava a reivindicação de um mundo novo a partir dos destroços do antigo. Implicitamente estava contida a ideia de que era preciso viver de forma diferente mediante a construção de novas práticas. Uma dessas práticas era a criação de textos coletivos, frequentemente anônimos e com rejeição direta da propriedade intelectual, mediante avisos que expressavam que estes materiais não possuíam *copyright* ou como sendo *anti-copyright*.

Ao longo dos anos 1960 até os 1980, diferenciadas expressões da contracultura juvenil assumiram a crítica ao direito à propriedade intelectual, em suas práticas, com o compartilhamento dos bens culturais produzidos coletivamente ou individualmente (faça você mesmo), gerando alternativas coletivas em resposta à mercantilização do conhecimento e da tecnologia. Embora a crítica e alternativas ao direito autoral não sejam fenômenos recentes, o desenvolvimento da informática e seus desdobramentos, nos anos 1980, fez com que muitos dos conteúdos da crítica à propriedade intelectual fossem incorporados em um campo completamente novo, impulsionando muitas iniciativas de livre acesso de produção e compartilhamento das obras artísticas e do conhecimento.

Nos fim dos anos 1960 e no início dos anos 1970, os computadores eram grandes, caros e inacessíveis para pessoas comuns. Os poucos computadores que haviam não supriam a enorme demanda vinda de pesquisadores. Além disso, os sistemas operacionais não correspondiam às necessidades destes profissionais. Em 1969, Ken Thompson cria o UNIX, um sistema operacional multitarefa e multiusuário, disponível para diversas plataformas de hardware.

Inicialmente o UNIX era distribuído gratuitamente pela AT&T para as universidades. Percebendo o sucesso do Unix no meio comercial, a AT&T logo passou a disponibilizá-lo por um preço muito alto. Ao mesmo tempo, os departamentos de ciência da computação de diversas universidades no mundo inteiro começaram a desenvolver programas comerciais para o Unix, criando um grande número de usuários e desenvolvedores de utilitários e programas.

Com o aumento da demanda de softwares, surge o *modelo comercial baseado em licenças de uso*: empresas começam a desenvolver e vender softwares cujos termos de uso proíbem a sua distribuição ou a alteração ou divulgação dos códigos-fonte, liberdades, ainda que restritas, passam a ser consideradas crime se o usuário não pagar o direito autoral (*royalties*).

Richard Stallman que trabalhava no MIT, desde 1971, na manutenção do sistema chamado ITS (*Incompatible Timesharing System*), descontente com limitações decorrentes do fechamento dos códigos-fontes, abandona o MIT, em 1983, para dedicar-se ao projeto GNU (“*GNU is not UNIX*”), um sistema completo de software totalmente livre e compatível ao UNIX.

Em 1991, o GNU estava quase pronto, mas precisava de um sistema operacional (*kernel*) para funcionar. Na mesma época, Linus Torvalds, estudante de Ciência da Computação pela Universidade de Helsinque, cria um *kernel* baseado no sistema UNIX que poderia ser utilizado com o sistema GNU. Surge daí o GNU/Linux, chamado apenas de Linux por comodidade.

O software livre se constitui hoje não só como base material para produção coletiva, tanto no campo da informática como no da mídia alternativa, mas também como base ideológica de um movimento amplo que vai influenciar não só o mundo virtual, mas as práticas ativistas de contestação ao poder da mídia e do capitalismo.

Mídia Radical Alternativa e Software Livre

Se o objetivo é construir uma sociedade livre, não é suficiente apenas colocar a liberdade na mão das pessoas. Se elas não a apreciarem, a deixarão cair, e a perderão. Se nós queremos que a liberdade resista, temos que ensinar as pessoas a reconhecer o seu valor para que possam defendê-la. (RICHARD STALLMAN – COCRIADOR DO PROJETO GNU/LINUX)

O movimento internacional pelo Software livre, que nasce do projeto GNU, cria a Licença Pública Geral (*General Public License – GPL*), desenvolvida, sobretudo, pela *Free Software Foundation, Inc.* uma alternativa encontrada por seus idealizadores para garantir a liberdade de compartilhar e alterar softwares de código-fonte aberto e permitir sua distribuição, duplicação e uso.

Para *Free Software Foundation* (1991), um software pode ser considerado livre quando os usuários têm acesso a quatro liberdades: a liberdade para executar o programa com qualquer propósito; a liberdade para estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades – e o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para isto acontecer; a liberdade para redistribuir cópias do programa; e a liberdade para melhorar o programa e distribuir suas melhorias para o público em geral.

O movimento de software livre é altamente pluralista em relação aos seus objetivos, componentes e processos. Pereira (2004) observa que, simultaneamente, ele é: uma fonte de inovação tecnológica, o qual coloca em evidência a questão do modelo de desenvolvimento e comercialização da tecnologia; um movimento a que parte de seus membros dedica-se, quase que exclusivamente; um movimento que se autodefine como comunitário e um palco para construção e reprodução de certas identidades coletivas; uma rede comunicacional e social que congrega

programadores e usuários de toda parte do mundo; *e finalmente um campo de análise fecundo, palco de construções identitárias, e elaboração de valores éticos e ideológicos, mas também estéticos e simbólicos.*

Ideologicamente, o movimento de software livre aponta para alternativas de construção de uma sociedade livre se remetendo a ideia de que o conhecimento deve ser acessível às pessoas, contra a racionalidade voltada para a obtenção de lucro e status que ameaçam constantemente a liberdade de acesso a esse conhecimento, propondo, como afirma Pereira (2004), um modelo de desenvolvimento tecnológico baseado em três premissas: a partilha, a reconfiguração da dicotomia produtor/consumidor e a noção de progressão tecnológica como patchwork.

Esse modelo de desenvolvimento tecnológico, segundo Pereira (2004), pressupõe que desenvolvimento tecnológico é uma construção permanente, e como um trabalho de patchwork, constantemente inacabado.

Se, por um lado, o software livre perverte o modelo organizacional de produção tecnológica, por outro desafia a comercialização do software, e o modelo econômico associado, assumindo, desta forma, um papel na corrente discussão sobre a mais ampla alteração dos modelos de negócio frente à internet (PEREIRA, 2004, p. 4).

De modo simultâneo à questão acima, a autora aponta que o movimento de software livre dota a tecnologia de significados e sentidos, não a apresentando como neutra, pois ela é desenvolvida a serviço de determinados propósitos e intencionalidades, em condições específicas, interadas com outras esferas da vida social. Entre as intencionalidade, a necessidade de publicização dos setores de contestação ao estabelecido.

Muitos movimentos sociais, ativistas, coletivos de mídia, ar-

tistas e indivíduos⁹ têm se apropriado não só das tecnologias livres, mas de suas bases ideológicas nas suas práticas políticas de construção de alternativas ao livre acesso à informação e ao conhecimento.

O projeto Active Sidney¹⁰, autogerido por programadores ligados ao desenvolvimento de softwares livre, desenvolveu uma software para multimídia que permitia a qualquer usuário da internet fornecer textos, vídeos e áudio acerca de manifestações e eventos, produzidos por movimentos sociais, grupos de afinidade e indivíduos, sem a mediação de um especialista. A plataforma digital, que ficou sendo conhecida popularmente como publicação aberta¹¹, fora criada para prover uma cobertura ininterrupta dos protestos do dia de ação global no dia 18 de junho (J18), coordenado pela rede Ação Global dos Povos, contra a reunião do G8 na Alemanha em 1999.

Podemos encontrar, fora do contexto dos coletivos de contrainformação, as práticas da *culture jamming*, herdeira das práticas situacionistas e atualmente associadas às ações de mídia tática.

⁹ Indymedia – <www.indymedia.org>. Acesso em: 4 jan. 2009. Nodo 50 – <www.nodo50.org>. Acesso em: 4 jan. 2009. Rise Up – <www.riseup.net>. Acesso em: 4 jan. 2009. Wu ming – <www.wumingfoundation.com/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Overmundo – <www.overmundo.com.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Recombo – <www.recombo.art.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Critical Art Esemble – <www.critical-art.net/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Adbusters – <www.adbusters.org/home/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

¹⁰ <www.active.org.au/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

¹¹ “Publicação Aberta significa que o processo de criação de notícias é transparente para os leitores. Eles podem contribuir com uma matéria e instantaneamente ver que seu artigo aparece junto com outros que estão disponíveis. Essas matérias são minimamente filtradas para ajudar os leitores a encontrar os artigos que desejam. Os leitores podem ter acesso às decisões editoriais que são feitas por outros. Podem saber como se envolver e ajudar a tomar as decisões editoriais. Se eles acharem que há uma melhor forma do software ajudar as pessoas, eles podem copiá-lo, porque é livre, e começar seu próprio site. Se quiserem redistribuir as notícias, também podem, preferivelmente, num site de publicação aberta.” (Tradução Colaborativa do Texto de Matthew Armison Sobre publicação aberta). Mathew Armison, membro da Community Activist Technology (CAT) é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do software de publicação aberta.

O termo *culture jamming* foi utilizado em sua primeira vez pela banda norte-americana Negativland, para definir sua forma de composição e expressão musical, designando uma série de usos de sabotagem e intervenções midiáticas – arte performática, notícias falsas, grafite, estêncil, vandalismo em *outdoors* – em que se utiliza da linguagem publicitária presente no cotidiano, subvertendo seu sentido original associado ao consumo e códigos hegemônicos, para construir mensagens não previstas por seus criadores.

A revista canadense *Adbusters*, o grupo *Billboard Liberation Front*, especialistas em anti publicidade e a, plataforma de criação e discussão RTMARK® redesenham a identidade visual de campanhas e logos de megacorporações, mas mantendo os formatos que as identificam. A Shell se transforma em Hell (inferno); a propaganda da Nike, na campanha *Just do It*, ganha novas imagens, que mostram uma trabalhadora da Indonésia, com os pés descalços, depois de uma jornada de sessenta horas por semana de trabalho semiescravo em uma fábrica de calçados contratada pela corporação norte-americana. A bandeira norte-americana perde suas estrelas, que significam os 50 estados do país, para ganhar os logotipos da Coca-Cola, IBM, Internet Explorer e outras marcas das megacorporações¹².

Os ativistas e artistas da *culture jamming* usam como matéria-prima os signos da mídia convencional, conforme Meikle (2002), para chamar a atenção para assuntos e problemas relacionados à própria mídia, em um jogo comunicacional que visa *transformar os signos que são familiares em pontos de interrogação*¹³, possi-

¹² Para conhecer um pouco mais sobre as atividades do coletivo Adbusters e Billboard Liberation Front visite as páginas <www.adbusters.org/>, <www.billboardliberation.com/>, <www.rtmk.com>. Acesso em: jan, 2009.

¹³ Citado por MAZETTI, Henrique Moreira. *Intervenção urbana: representação e subjetivação na cidade*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade de Brasília, 6 a 9 set. 2006.

bilitando que espaços antes colonizados por mensagens voltadas para o consumo se tornem espaços de questionamento.

Para Mazzeti (2006), se engana quem reduz as intervenções exclusivamente às anti publicitárias e às anti corporativas:

Nestas práticas está também em jogo uma questão comunicacional. Os processos de comunicação verticais, em que o receptor é submetido, mesmo que a contragosto, aos desígnios do emissor é subvertida nas práticas de intervenção urbana. À figura do espectador passivo, é contraposto um novo tipo de espectador, que não se resume ao âmbito da recepção, pois busca criar um diálogo com as informações que lhe cercam, de modo cada vez mais evasivo, no dia a dia. A cidade, com seus cartazes, placas de trânsito, fachadas de lojas e outdoors, transforma-se e renova-se, então, como lugar de troca simbólica. Troca esta que, por si só, já uma politização do cotidiano, uma vez que o diálogo é aberto “à força”, através de intervenções ilícitas, em atos de desobediência civil (MAZZETI, 2006, p. 5).

A prática dos *jammers* pode misturar uma série de elementos para realizar seus objetivos. Não só o consumo e as obras publicitárias são os alvos de suas ações, mas também os espetáculos promovidos pelos meios de comunicação de massa.

Em 1994, centenas de ativistas e artistas na Europa resolveram adotar a mesma identidade, criando o pseudônimo multituoso Luther Blissett, nome inspirado em um jogador de futebol jamaicano, considerado o pior jogador que passou pelo Milan da Itália. O objetivo: *contar ao mundo uma grande história, criar uma lenda, dar à luz um novo tipo de herói popular*¹⁴.

Entre 1994 e 1999, o Luther Blissett Project, uma rede organizada em torno da identidade Luther Blissett, promoveu campanhas

¹⁴ Disponível em: <www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm#01>. Acesso em: 22 abr. 2009.

em prol da defesa de vítimas de censura e repressão, mas sua principal atividade foi enganar a mídia convencional, ridicularizando-a.

Em 1995, é comunicada a produção do programa *Chi l'ha visto* (Quem o viu), do canal 3, da TV estatal italiana, sobre desaparecimento do artista e intelectual Harry Kipper, na fronteira ítalo-iugoslava enquanto fazia sua viagem de bicicleta pela Europa. A equipe de reportagem se deslocou até a fronteira e procurou o desaparecido; seguindo pistas até Londres, o programa só não foi transmitido porque um comunicado de autoria de Luther Blissett desmentiu a história toda: o artista e intelectual Harry Kipper nunca havia existido.

Quantos zés ninguém e Luther Blissett existem espalhados pelo mundo? Se nosso vizinho de casa desaparece, saberemos “tudo” pela televisão, sem nem a necessidade de olhar pela janela. A mídia de massa nos oferece a medida da nossa existência. Muitos vivem para aparecer, mas somente poucos aparecem para viver. Luther Blissett apareceu desaparecendo. Pode desaparecer uma pessoa que não existe? Principalmente se seu nome for apenas o pseudônimo do suposto ilusionista Harry Kipper, misteriosamente desaparecido? Ser e não aparecer, e quem resolve aparecer atrás de um nome coletivo faz isso para desarrumar as regras do jogo. Se na mídia aparece o rosto de Luther Blissett, este é com certeza mais um falso, pois LB possui rostos demais para ser representado somente por um. Mas acima de tudo porque, se está presente na mídia, então desaparece como LB, isto é, prefere-se a aparência à existência (WU MING, 2008).¹⁵

Em 1996, Luther Blissett é contatado pela editora italiana Mondadori, para organizar um livro com uma coletânea de textos do suposto ativista anticapitalista. Blissett aceita a proposta e envia os textos para publicação. O livro saiu com o nome de

¹⁵ WU MING. Foundation. **O que somos e o que fazemos**. Disponível em <www.wumingfoundation.com/_italiano/bio_portugues.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

Netgener@tion, organizado por Giussep Genna. Depois do lançamento os jornais italianos são bombardeados com uma declaração que desmascarava a farsa. Na verdade os textos eram redações escolares retiradas da internet e organizadas de forma sistemática.

Luther Blissett Project, em 1997, lançou sua sabotagem midiática mais sofisticada, através de uma série de comunicados falsos, indícios materiais e testemunhos forjados. Durante um ano sustentou a denúncia de que satanistas, caçadores de bruxas e cristãos estavam travando uma guerra nos bosques de Viterbo. A mídia e políticos locais engolem a mentira e passam a discutir e noticiar os fatos diariamente nos canais de televisão e rádio. Não demorou muito também para aparecerem sociólogos, teólogos e outros especialistas para dar sua opinião esclarecida sobre o tema.

A “peça de Viterbo”, como os ativistas afirmam, mostrou *a falta de profissionalismo de alguns jornalistas e falta de um motivo para pânico moral*, mais do que isso, mostra que as mediações no cotidiano e o potencial de distorção da indústria cultural também podem assumir papéis irrealis, agendando discussões e criando um imaginário remissivo à realidade. Nada foi criado, apenas copiado e ampliado, para deleite dos preconceitos e crenças dos sujeitos.

Como se vê nas considerações de Rubim (2003) e Martín-Barbero (2003), a relação entre mídia e política não decreta a morte da política, e sim a sua reconfiguração, quando as disputas se reestabelecem, segundo especificidades próprias. Desta forma, cada vez mais se torna imperativo perceber as mediações da mídia como parte integrante do campo da política e não como algo estranho à atividade política.

Em comum, Rubim, Downing e Martín-Barbero redefinem a necessidade dos movimentos de contestação se apropriar das técnicas midiáticas para existir publicamente, frente aos bloqueios gerados pela mídia convencional.

Nesse sentido, acreditamos que o campo da mídia radical e da mídia tática são os espaços privilegiados para análise das experiências construídas nos movimentos de contestação, não tanto por sua eficácia, mas por estarem sempre à frente na busca de alternativas.

Buscando observar que as experiências da mídia radical alternativa, seus objetivos, suas práticas e formas de se organizar possuem certa autonomia em relação aos movimentos e sujeitos políticos que contestam o estabelecido, e que, ainda que tentem, não conseguem quebrar com todas as formas de opressão que encontramos no tecido social.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação tanto transformaram as ações coletivas, como vemos em Castells (1999) e Melucci (1999), como também trouxeram pautas e reivindicações aparentemente adormecidas – o livre acesso e a produção coletiva do conhecimento e informação e a produção de um novo imaginário utópico.

Parafraseando a pergunta de Mannheim (1982), sobre o que o que aconteceria com uma geração se a geração que anteceder-se não deixasse de existir, podemos indagar: o que aconteceria com as mídias radicais alternativas contemporâneas se elas fossem apenas uma reprodução dos modelos de mídia radicais alternativas que as antecederam?

A resposta é que se não estivessem tão imbricadas com as movimentações sociais contemporâneas, simplesmente deixariam de existir por conta própria, por desinteresse de seus sujeitos ou por seu isolamento.

A percepção da necessidade de construir outra comunicação midiática atravessa o campo dos movimentos de contestação, inquieta aqueles e aquelas que não se sentem contemplados pelas imagens construídas pela mídia convencional, sejam elas liga-

das às determinações de mercado, estatais e religiosas, e mesmo pelo modelo cartesiano de comunicação, em que a democratização dos meios se finda na troca dos conteúdos das mensagens.

Nossa proposta é compreender a participação política da juventude contemporânea observando suas atividades nas mídias radicais alternativas, não por sua eficácia, mas na busca de compreender as alternativas que são propostas. Parafraseando Bookchin, não importa saber se as rádios livres um dia substituirão as rádios comerciais, se o software livre quebra com o império da Microsoft, o que importa saber é se essas práticas políticas estão proporcionando uma nova consciência, uma sociabilidade livre e igualitária.

Nos últimos anos emergem discursos institucionalizados de promoção da cultura no contexto da sociedade da informação que integram a cultura ao mercado, usando como mecanismo de captura a criatividade social, as formas de trabalho e estéticas desenvolvidas por ativistas e artistas anticapitalista na mídia radical. Por exemplo, o discurso radical do *copyleft*, como direito inalienável ao conhecimento desenvolvido pela humanidade, foi perdendo visibilidade no meio da mídia radical para *creative commons*, uma licença alternativa ao direito autoral que busca adequar a ideia do *copyleft* a uma perspectiva liberal de mercado da cultura.

Ao mesmo tempo, o trabalho colaborativo na cultura se torna cada vez mais uma alternativa implementada por ONGs (Organização Não Governamentais) e governos para criação de indústrias criativas – que são aquelas indústrias, conforme Ortellado (2006), que têm origem na criatividade, habilidade e talento individual e que tem potencial para a criação de riqueza e emprego por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Um modelo abrangente vem incluindo, no foco das políticas, tanto as indústrias culturais (editorial, fonográfica e audiovisual), como todo setor de comunicação (rádio, TV e Internet), chegando até os se-

tores nos quais a dimensão cultural está subordinada a finalidades funcionais, como o design, a moda, a publicidade e a arquitetura.

Nesse sentido, boa parte das sociabilidades políticas na mídia radical serviu para a qualificação de pessoal, principalmente entre os ativistas mais jovens, para que estes se adequassem à reestruturação da economia da cultura e sua gestão flexível. Entretanto, não se pode chegar a um prognóstico catastrófico ou definitivo sobre as lutas das mídias radicais anticapitalistas, como se todas tivessem integradas e adaptadas ao capitalismo e dependentes dos editais do governo dedicados à cultura digital.

Nos últimos anos, a participação política de jovens em veículos de mídia radical convergentes com setores mais amplos do campo movimentalista tem gerado novas práticas e questões: como tornar as lutas anticapitalistas inapropriáveis pelos gestores do capital? Uma pergunta que certamente não terá uma resposta fácil ou única e que, pragmaticamente, quanto menos definitiva, mais concreta se torna no cotidiano das mídias radicais e de suas lutas.

Referências

BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom: An Eminent Social Thinker's Provocative Vision of a Free Society in Harmony with Nature**, 1982.

_____. **Autogestão e tecnologias alternativas**, 1985.

Disponível em: <pt-r.protopia.wikia.com/wiki/AutogeC3%A3o_e_Tecnologias_Alternativas>. Acesso em: 14 abr. 2010.

_____. **Ecologia social**. 1994. Disponível em: <pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Ecologia_Social>. Acesso em: 6 maio 2010.

BELTRAME, Valmor; MORETTI, Maria de F. de S. Kantor, Duchamp e os objetos da pesquisa. **Revista de Investigação em Artes**, v. 1, n. 3, UDESC, ago. 2007/jul. 2008.

BPI. Biblioteca Pública Independente. Disponível em: <www.bpi.comze.com/grecia/textos/policia-e-neonazistas.html>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEBORD, Guy; WOLMAN, Gil. **Um guia prático para o desvio**. maio 1956 – belga Les Lèvres Nues #8, maio 1956. Disponível em: <www.reocities.com/projetoperiferia4/detour.htm#N_1_>. Acesso em: 21 mar. 2010.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical** – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2003.

FEIXA, Carles. **Generación XX**. Teorías sobre la juventud en la era contemporánea. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Vol. 4, n. 2, 2006.

revistacinde@umanizales.edu.co Free Software Foundation. GNU General Public License, version 2.1991- <www.gnu.org/licenses/gpl-2.0.html>. Acesso: mar. 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Unimep, 2005.

HOME, Stewart. **A perspectiva radical** – Entrevista de Stewart Home a Rodrigo Nunes, doutorando em filosofia pela Universidade de Essex. Disponível em: <www.rizoma.net/interna.php?id=248&seção>.

KLEIN, Naomi. **Cercas e janelas**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MALATESTA, Enrico. **Anarquistas, socialistas e comunistas**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. (Orgs.). **Educação e**

sociedade. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1982.

MARTÍN-BARBEIRO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MARTINS, Lincoln; FREEMAN. **As perspectivas da comunicação alternativa na era da informação digital.** II Congreso del Observatorio para La CiberSociedad, 2004. Disponível em: <www.cibersociedad.net/congres2004/index_es.html>. Acesso em: 7 jun. 2010.

MAZETTI, H. M. Intervenção urbana: representação e subjetivação na cidade. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 29, 2006, Brasília. Anais... São Paulo: Intercom, 2006 (CD-ROM).

MAZETTI, H. M. **Mídia alternativa para além da contrainformação** – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 maio/2 jun. 2007.

MEIKLE, Graham. **Future Active: Media Activism & the Internet.** Londres: Routledge, 2002.

ORTELLADO, Pablo. **Por que somos contra a propriedade intelectual?** Centro de Mídia Independente 26/06/2002. Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>. Acesso: janeiro de 2010.

PEREIRA, Inês. **O movimento do software livre.** VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

RICHARDSON, Joanne; KLEINER Dmytri. Copyright, Copyleft e as Creative Anti-Commons. 2006. **Revista Digital REMIXTURES.** Disponível em: <remixtures.com/2007/01/copyright-copyleft-e-as-creative-anti-commons-parte-i/>. Acesso em: 22 abr. 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Espectáculo, política e mídia**. 2003. Biblioteca Online de Comunicação: <www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculopolitica.html>. Acesso em: 13 fev. 2010.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas**. Texto apresentado na mesa-redonda “História e Teoria Social: os movimentos sociais da década 60 e gênese das novas perspectivas da sociologia. XI Congresso de Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2003

_____. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o estabelecido. **Cadernos de Pesquisa**, n. 32, PPGSP/UFS, out. 2002. www.sociologia.ufsc.br. Acesso em: 15 fev. 2010.

WU MING 1. **Copyright e maremoto**. São Paulo: Conrad, 2002.

WU MING Foundation. **O que somos e o que fazemos**. Disponível em: <www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

Sites

Adbusters. <www.adbusters.org/>.

Billboard Liberation Front. <www.billboardliberation.com>.

Critical Art Esemble. <www.critical-art.net/>.

Indymedia. www.indymedia.org.

Nodo 50. <www.nodo50.org>.

Overmundo. <www.overmundo.com.br/>.

Recombo. <www.recombo.art.br/>.

Rise Up. <www.riseup.net>.

Rtmarkt. <www.rtmark.com>.

Wu Ming. <www.wumingfoundation.com/>.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma comple-

mentar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Correa